



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JORGE LUIZ DA SILVA ALVES

**MEDITAÇÕES ANTINORMATIVAS: NEOLIBERALISMO,  
HOMONORMATIVIDADE, GRINDR, TINDER E A GESTÃO DA DIVERSIDADE (2019-  
2021)**

FLORIANÓPOLIS  
2023

JORGE LUIZ DA SILVA ALVES

**MEDITAÇÕES ANTINORMATIVAS: NEOLIBERALISMO,  
HOMONORMATIVIDADE, *GRINDR*, *TINDER* E A GESTÃO DA DIVERSIDADE (2019-  
2021)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História Global.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Joana Maria Pedro

FLORIANÓPOLIS  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Jorge Luiz da Silva  
Meditações antinormativas : neoliberalismo,  
homonormatividade, grindr, tinder e a gestão da  
diversidade (2019-2021) / Jorge Luiz da Silva Alves ;  
orientadora, Joana Maria Pedro, 2023.  
175 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Homonormatividades e neoliberalismo . 3.  
Gestão da diversidade. 4. Grindr e Tinder . 5. Relações de  
reciprocidade. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

Jorge Luiz da Silva Alves

**Meditações antinormativas:** neoliberalismo, homonormatividade, grindr, tinder e a gestão da diversidade

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 23 de fevereiro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Eliane Martins de Freitas  
Universidade Federal de Catalão

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina (Suplente)

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras  
Universidade Federal de Alagoas (Suplente)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em História Global.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Profa. Dra. Joana Maria Pedro  
Orientadora

Florianópolis, 2023

Dedico este trabalho à minha família: Joana Darque, Daniel, Karynne e Pedrinho. Agradeço o apoio incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a mim mesma por nunca desistir de mim.

À Deus por sempre me mostrar o caminho certo.

À minha mãe Joana Darque Rocha da Silva por me provar todos os dias que eu posso ser e fazer qualquer coisa.

Ao meu padrasto Pedrinho Mendes que cuida do meu bem mais precioso: minha mãe.

Aos meus irmãos Daniel da Silva Alves e Karynne da Silva Alves por me inspirarem a ir cada vez mais longe, pois continuo andando para poder abrir os melhores caminhos possíveis para vocês.

A todos meus amigos que de certa forma estiveram comigo virtualmente e presencialmente durante todo o caminho. Em especial: Marcos Vinicius da Silva, Rose Azambuja, Jackeline Albuquerque e Lilian Marta Grisolio.

À minha irmã de alma Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto por compartilhar meus piores e melhores momentos comigo.

À Dóbia Nascimento por tornar o início do meu sonho mais tranquilo.

À Cristina Florentino pelo carinho, acolhimento e cuidado.

À Professora Joana Maria Pedro por aceitar guiar esta pesquisa com seu brilhantismo.

Aos membros da banca avaliadora.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em História por acolher esta pesquisa e pesquisadora.

Ao CNPq pelo consentimento da bolsa que tornou esta pesquisa possível.

[...] Juntas em unção  
Fizemos da cruz a encruzilhada  
Nos levantamos do vale de ossos secos  
Transformamos pranto em festa  
Nossos cus em catedrais  
Conhecemos os mistérios por com eles andar (eu não vou  
morrer) [...]  
(PROFANA, 2020)

Histericamente histórica  
Historicamente estoica, estou cá  
Pedindo que você se saia  
Se top, se vingue, se manque, se engane [...]  
(QUEBRADA, 2021)

A máquina não é uma coisa a ser animada, idolatrada e dominada. A máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação. Podemos ser responsáveis pelas máquinas; elas não nos dominam ou nos ameaçam. Nós somos responsáveis pelas fronteiras; nós somos essas fronteiras. (HARAWAY, 2000, p.96)

## RESUMO

A pesquisa em questão procurou compreender e explicar de maneira mais profunda a constituição de uma nova homonormatividade, que acredito ser cada vez mais expressada nos aplicativos de pegação/relacionamento gays. Nesse sentido, busquei me debruçar sobre a construção de uma economia política sexual marcada por relações homoeróticas as quais se edificam, a partir de trocas recíprocas que acabam por mascarar certas práticas sexuais, conferindo-as uma inteligibilidade cultural outra. Sendo assim, busquei também pensar as tramas que constituem sujeitos, relações e subjetividades, a partir de processos de permutas, perdas e negociações que atuam na formação do que Gayle Rubin chamou de “escala mal posicionada”. Para isso, analisei perfis recolhidos nos aplicativos Grindr e Tinder durante o primeiro semestre de 2019. Como arcabouço teórico metodológico, utilizei uma hibridização entre marxismo, teoria queer, psicanálise, antropologia estruturalista, história global e queer marxismo. A partir desse aparato, apresento a homonormatividade como um ideal regulador da diversidade que edifica um regime de visibilidade responsável por realizar a manutenção da heteronormatividade, resignificando a noção de inteligibilidade, na medida em que atua circunscrevendo-aviolentamente sobre corpos que são responsabilizados por seu sucesso, mas principalmente pelo seu fracasso em uma perspectiva neoliberal. Sendo assim, a homonormatividade realiza um trabalho de sísifo, pois exige um enorme esforço de quem a executa na medida em que sua manutenção é constante.

**Palavras-chave:** Homonormatividade; Neoliberalismo; Reciprocidade; Grindr; Tinder.



## ABSTRACT

The research in question sought to understand and explain more deeply the constitution of a new homonormativity, which I believe is increasingly expressed in gay dating/gay dating apps. In this sense, I focused on the construction of a sexual political economy marked by homoerotic relationships which are built from reciprocal exchanges that end up masking certain sexual practices, giving them different cultural intelligibility. Therefore, I tried to think about the plots that constitute subjects, relationships, and subjectivities, based on processes of exchanges, losses, and suffering that occurred in the formation of what Gayle Rubin called a poorly positioned scale. For this, I analyzed profiles collected on the Grindr and Tinder apps during the first half of 2019. As a methodological theoretical framework, I used a hybridization between Marxism, queer theory, psychoanalysis, structuralist anthropology, global history, and queermarxism. From this apparatus, I present homonormativity as an ideal that regulates diversity that builds a regime of visibility responsible for maintaining heteronormativity, re-signifying the notion of intelligibility, insofar as it acts by violently circumscribing it over bodies that are held responsible for its success, but mainly because of its failure from a neoliberal perspective. Therefore, homonormativity performs a Sisyphus work, as it requires an enormous effort from those who execute it insofar as its maintenance is constant.

**Keywords:** homonormativity, neoliberalism, reciprocity, grindr, tinder

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trecho da Coluna Bixórdia.....	28
Figura 2 - Segundo trecho da coluna Bixórdia.....	28
Figura 3 - Trecho da seção Esquina.....	29
Figura 4 - Símbolo do aplicativo Grindr .....	50
Figura 5.....	51
Figura 6.....	52
Figura 7.....	52
Figura 8.....	53
Figura 9.....	55
Figura 10 - Símbolo do aplicativo <i>Tinder</i> .....	56
Figura 11.....	58
Figura 12.....	59
Figura 13.....	60
Figura 14.....	61
Figura 15.....	67
Figura 16.....	67
Figura 17.....	68
Figura 18.....	69
Figura 19.....	77
Figura 20.....	77
Figura 21.....	83
Figura 22.....	85
Figura 23.....	86
Figura 24.....	87
Figura 25.....	88
Figura 26.....	90
Figura 27.....	90
Figura 28.....	110
Figura 29.....	110
Figura 30.....	111
Figura 31.....	114
Figura 32.....	114
Figura 33.....	115
Figura 34.....	119
Figura 35.....	119
Figura 36.....	121
Figura 37.....	121
Figura 38.....	125
Figura 39.....	125
Figura 40.....	127
Figura 41.....	130
Figura 42.....	130
Figura 43.....	131
Figura 44.....	134
Figura 45.....	134

Figura 46.....	136
Figura 47.....	139
Figura 48.....	139
Figura 49.....	141
Figura 50.....	141
Figura 51.....	144
Figura 52.....	147
Figura 53.....	153
Figura 54.....	153
Figura 55.....	155
Figura 56.....	157
Figura 57.....	157
Figura 58.....	159

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CAPÍTULO I – PARA HISTORICIZAR, TIVE QUE EXUMAR: SEXUALIDADES, MÍDIAS E DESEJOS.....</b>	<b>21</b>
2.1 UMA EXUMAÇÃO NECESSÁRIA.....	21
2.2 ENTRE MORTOS E FERIDOS, NEM TODOS SE SALVAM: A <i>METADOENÇA</i> E A CURA DIGITAL.....	37
2.3 UMA NOVA CORPOREIDADE: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	46
<b>3 CAPÍTULO II - A INCIVILIDADE CIVILIZADA: HOMONORMATIVIDADES INTERSECTADAS E O MERCADO DO DESEJO.....</b>	<b>63</b>
3.1 O EMPRESARIAMENTO DE SI DENTRO DAS MÍDIAS: SEU SUCESSO SÓ DEPENDE DE VOCÊ! .....	63
3.2 EMPRESAS GLOBAIS E A COMODIFICAÇÃO DOS DESEJOS: O LABORATÓRIO NEOLIBERAL.....	72
3.3 HOMONORMATIVIDADE(S) E SEU TRABALHO DE SÍSIFO: A BUSCA POR INTELIGIBILIDADE.....	94
<b>4 CAPÍTULO III - RECIPROCIDADE E MASCARADA: ESTRUTURAS DE INTELIGIBILIDADE ATEMPORAIS.....</b>	<b>109</b>
4.1 MACHO QUE PROCURA OUTRO MACHO: UMA ECONOMIA DE DESEJO RECÍPROCA .....	109
4.2 VIL E PRECIOSA MERCADORIA: A EXPERIÊNCIA DA TROCA HOMONORMATIVA .....	123
4.3 “MACHO, ATIVO, QUE PROCURA CURTIÇÃO COM OUTRO MACHO, COM VOZ DE HOMEM, JEITO DE HOMEM E ATITUDES DE HOMEM, ENTENDEU?” .....	142
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>162</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

12 de fevereiro de 2021, início de carnaval, o mundo passava por uma crise de saúde jamais vista. Sentada em um banco de aeroporto conversava com um grupo de amigas enquanto aguardávamos o embarque para Florianópolis (SC). Escuto um aviso de mensagem, com um som que marca grande parte da comunidade *gay* masculina: era o *Grindr*. Rapidamente, abri o aplicativo, ansiosa para saber quem estava mandando mensagem. De quem eu poderia ser naquele momento objeto de desejo?

Abri o aplicativo, e, como de costume, não era uma mensagem de desejo erótico, mas sim um desejo de ódio gratuito como já havia ocorrido em variadas ocasiões. Paro com o coração palpitando levemente e leio a mensagem, atenta para que minhas amigas não percebessem o ocorrido. Paro, respiro e tento não aparentar meu total desconforto com a mensagem e tudo aquilo que ela representava para além das palavras que nela continha.

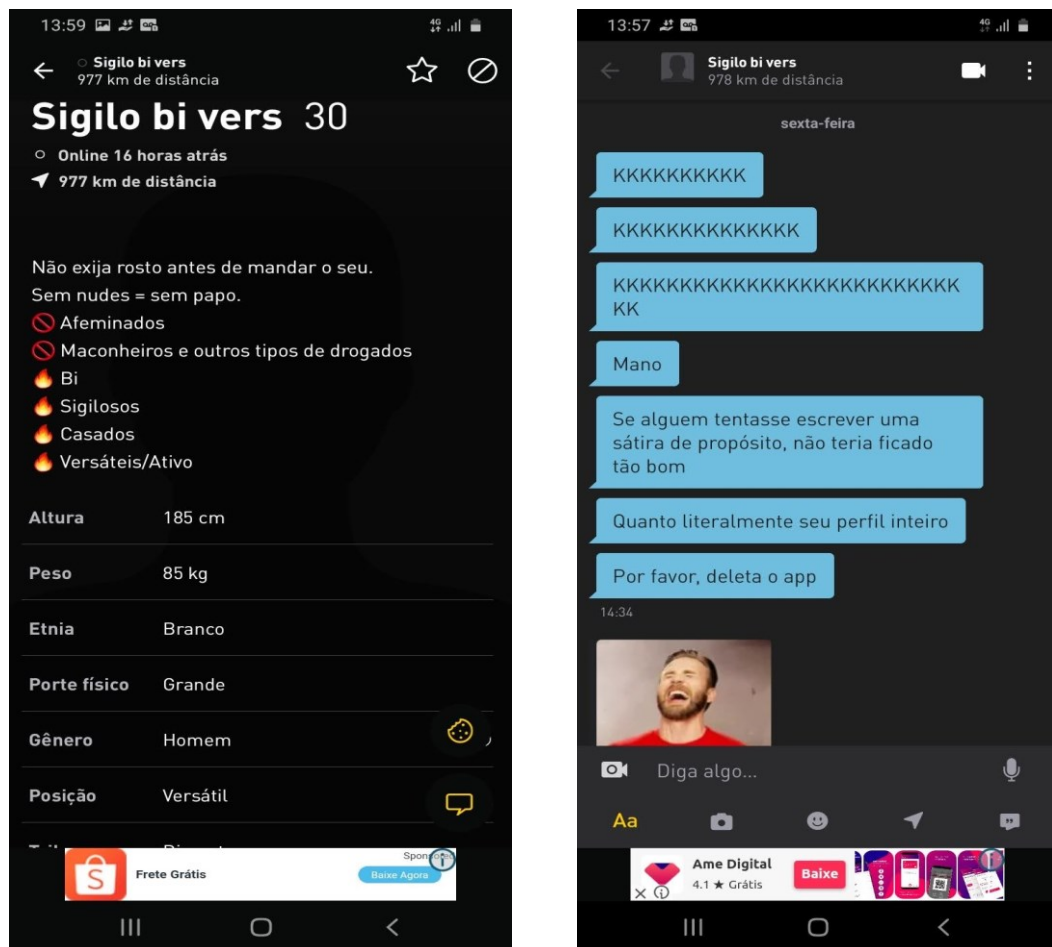


Figura 1

Ao afirmar que a bio que me descrevia era melhor que uma sátira, o usuário *Sigilobivers* de 30 anos, me deixou com dúvidas. Estas surgiram, pois minha *bio* realmente ironizava instituições, costumes e ideias normativas que permeiam o desejo no interior da comunidade gay masculina. Mas, infelizmente, não era essa a leitura do autor da mensagem. Mais para a frente, percebi que na verdade ele me lia como risível (de maneira negativa e pejorativa).

Naquele contexto, não bastava ser risível, só o fato de gerar o riso em outro usuário não era o suficiente para ser aceita ali, então, a afirmação dolorosa vem, como já havia acontecido outras vezes: “Por favor, deleta o *app*”. O desejo de me deletar parecia ser algo forte naquele usuário. Naquele momento, só me perguntei se o deletar poderia ser substituído por matar. O desejo presente naquela mensagem era de que minha existência tivesse um fim dentro da plataforma. Mas não estar dentro da rede, no século XXI, não é o mesmo que estar morta? Ou somente invisibilizada?

Por um erro do *app*, ou por ambos utilizarem a versão gratuita do aplicativo, nossos perfis apareceram na cascata de possibilidades um do outro, mesmo não tendo nada em comum. Até aí tudo bem. Mas o que levaria uma pessoa a entoar palavras tão agressivas sem nenhum contato previamente estabelecido? Por que minha presença despertava um sentimento tão negativo naquele usuário?

Essas perguntas e outras milhares perpassavam minha mente enquanto meus olhos mais uma vez marejavam sem que eu pudesse controlá-los. Me lembrei naquele mesmo instante de que eu estava no caminho de entender tais mensagens, afinal de contas, foram elas que me levaram a entrar em 2019 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi o ódio gratuito de variadas pessoas que havia me levado até minha pesquisa de mestrado, mas não somente.

Nascido de muita luta, assim, o presente trabalho surge de uma história de pesquisa construída desde 2012 quando entrei na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e me deparei com um universo repleto de possibilidades que nunca havia se apresentado antes desse contato com a academia. Após passar por uma experiência como bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq com o trabalho *Santidade, sexualidade e gênero na Legenda Maior de Santa Clara de Assis* (ALVES; FREITAS, 2013), descobri que os Estudos de Gênero norteariam meu trabalho acadêmico durante minha trajetória. Em 2013/2014 me tornei bolsista PIBID e desenvolvi pesquisas que focavam o Ensino de História.

Durante a minha trajetória acadêmica, me deparei com diversas discussões acerca dos estudos que enfocavam as relações de gênero e, por conseguinte, as relações de poder. Nesse processo de estudo e construção de um espaço de pesquisa próprio me aprofundei nos estudos

relacionados com a categoria masculinidades e com os *Men's studies*. Nesse contexto, desenvolvi uma pesquisa voltada para as masculinidades, mas com um recorte que visava entender os processos que edificavam o poder no interior das relações tecidas intra masculinidades.

Com o objetivo de fomentar de maneira diferente o debate sobre as masculinidades e suas interações internas, e tendo como fonte a revista *GQ Brasil*, publicação especializada em moda e estilo de vida, procurei olhar de maneira diferente a dinâmica interna das masculinidades, fazendo uma análise sobre suas construções e desconstruções, no interior da revista *GQ Brasil*. Partindo dos pressupostos dos Estudos de Gênero e dos estudos que englobam as masculinidades, procurei perceber de maneira mais profunda, como as relações entre o modelo de masculinidade hegemônica e o modelo subalterno *gay* se dão na prática, para além de uma relação pautada apenas na opressão. Para tanto discuti uma suposta crise masculina ou crise no padrão hegemônico de masculinidade, crise esta que teria gerado um “Novo Homem”, uma nova possibilidade de vivenciar a masculinidade na contemporaneidade. Com isto, me propus a perceber como a metrossexualidade atua no espectro da dinâmica interna das masculinidades, constituindo-se como um modelo possível de hegemonia através de um processo dialético (ALVES, 2016). Desde então, tenho desenvolvido trabalhos que visam pensar as relações de poder e, por conseguinte, as várias opressões que as “minorias” sofrem diariamente.

Marcadas pela marginalidade, as “minorias sexuais” têm construído seu lugar no mundo e na história. Segundo dados expostos no Relatório do GGB (Grupo Gay da Bahia) publicado em 2022:

Entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população e devido ao descaso das autoridades responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de conter os casos de violência. Esse aumento no número de mortes também está atrelado à articulação e à atenção que o movimento LGBT tem dado a tal demanda, já que a violência sempre ocorreu historicamente, mas não se tinha um esforço de mensurá-la e combatê-la. Ainda assim, infelizmente é provável que ocorra uma significativa subnotificação do número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. (OBSERVATORIOMORTESEVIOLENCIASLGBTIBRASIL.ORG, 2022).

Dando sequência, o grupo aponta que esses dados foram divulgados no “Dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI+ no Brasil” publicado em 2022. Os dados denunciam 316 (trezentas e dezesseis) mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil. “Isso quer dizer que, ainda hoje, 5 pessoas LGBTI+ morrem por semana apenas por serem o que são” (OBSERVATORIOMORTESEVIOLENCIASLGBTIBRASIL.ORG, 2022).

Entre janeiro e setembro de 2021, o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ apurou 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 outras causas. Por segmento foram: 145 gays, 141 travestis e mulheres transexuais, 12 lésbicas, 8 homens trans e pessoas transmasculinas, 3 bissexuais, 3 outros segmentos e 4 não informados. Em 2020, o total de mortes LGBTI+ registradas pelo observatório foi de 237, enquanto em 2021 foi de 316, o que resulta em um aumento de 33,33%, ou seja, os corpos não param de sair da marginalidade que lhes é imposta para caixões construídos por uma sociedade que nega sua existência.

Em um cenário político-social marcado pelo conservadorismo e pelos discursos de ódio, as “minorias” étnico-raciais, de gênero, geracionais, sociais e sexuais amargam o gosto da marginalidade. É desse *locus* de corpo marginalizado que construí esta pesquisa e é a marginalidade que justifica a importância política, social e acadêmica desta. Ao escolher realizar esta pesquisa, me comprometi em produzir uma história sobre histórias que amargam o gosto da violência, da rejeição, da falta de afeto e do fato de ocuparem o status de vida que não importa.

Várias dessas histórias continuam circunscritas em um limbo e muito lentamente Clio<sup>1</sup> começa a investigar esse lado apagado da história. A História manteve-se relativamente à margem das produções acadêmicas, oriundas principalmente da Antropologia e da Sociologia, que debatem e pesquisam a homossexualidade e suas extensões. No entanto, uma movimentação importante tem sido realizada nos últimos cinco anos, o que resultou por exemplo, na criação de uma rede de Historiadoras(es) LGBTQIA+ que tem reunido esforços em torno de uma produção histórica banhada nas cores do arco-íris.

É sob o arco-íris, que EU, negra, pobre, *bicha em trânsito* marcada por uma história de marginalidade extra e intra comunidade *gay*, me forjei a partir de experiências, na maioria das vezes negativas, como uma militante orgânica que promove no dia a dia alterações, por mais que pequenas, visando sempre a mudança de uma estrutura que pesa sobre meus ombros<sup>2</sup>.

Sendo assim, e por acreditar na importância da História no processo de transformação social, acredito que esta pesquisa contribuirá na edificação de uma historiografia brasileira, alocando a homossexualidade e seu rico prisma de subjetividades, estruturas de sentimentos e

---

<sup>1</sup> Ver (VERAS e PEDRO, 2018).

<sup>2</sup> O presente texto está escrito em primeira pessoa do singular por um motivo político, pois acredito que grande parte do movimento de desvelamento do véu de invisibilidade que por tanto tempo cobriu as sexualidades dissidentes na história, começou a cair não só pela movimentação das historiadoras que se debruçaram sobre a carniça putrificada dos cadáveres que ficam caídos ao longo do tempo e do espaço. Acredito que a passagem de objetos a sujeitos de pesquisa, tem um papel importantíssimo nesse reordenamento histórico. Assim como Ventura Profana, artista queer, proclama a restituição de vida em vida, escrevo em primeira pessoa, pois eu estou dando ordem a esta história como um processo de restituição parcial de tudo aquilo que foi roubado de nós.



de poder que marcam as relações constituídas no interior da comunidade *gay*. É sabido que assim como as categorias de homens, mulheres e heterossexuais, a homossexualidade possui suas próprias divisões e subdivisões. Sabemos que representações sociais acerca da comunidade LGBT+ são construídas por um conjunto de fatores composto por imagens, opiniões, atitudes, valores, linguagens, dentre outras características que visam orientar um comportamento tido como correto que reverbera na comunicação entre as pessoas.

Representações são construídas dentro e fora desses grupos, resultado de operações realizadas por grupos externos, mas edificadas por grupos internos. Ao pensarmos as subdivisões da homossexualidade masculina, abre-se um vasto leque de possibilidades diante de nós<sup>3</sup>. Buscar pensar as experiências dos indivíduos homossexuais, que segundo Drucker (2015) performam na atualidade uma nova homonormatividade, ajuda a pensar na conjuntura atual a criação de hierarquias e vulnerabilidades dentro da categoria da homossexualidade e a importância da existência de práticas de resistência que nos possibilitam compreender a estruturação e permanência de práticas discriminatórias dentro da comunidade *gay*.

Segundo o autor, em países onde os movimentos parecem ter sido mais bem-sucedidos, as vidas LGBT+ estão cada vez mais circunscritas por uma política de reconciliação com o neoliberalismo, que Lisa Duggan (2002) (*apud* Drucker, 2017) chamou de “nova homonormatividade”: uma mentalidade que não “contesta as suposições e instituições heteronormativas dominantes, mas que as apoia e sustenta” (DUGGAN, 2002 *apud* DRUCKER, 2017, p.199).

O autor desenvolve seu trabalho a partir do alinhamento de três seções onde busca contribuir com o que ele chama de política *queer* de transformação anticapitalista. Primeiro, o autor situa a questão da liberação lésbica/*gay*, de 1968 a 1973, que ocorre no cerne da história mais ampla das sexualidades entre pessoas do mesmo sexo. Em segundo, o autor pondera como, por volta dos anos 1990, a normalidade *gay*, quase imperceptivelmente, comprimiu o potencial dos libertadores lésbicos/*gays*. Em terceiro, o autor esquematiza cinco particularidades do novo padrão hegemônico da normalidade *gay*: a autodefinição da comunidade lésbica/*gay* como uma minoria estável; uma crescente conformidade de gênero; a marginalização das pessoas *trans* e de outras minorias no interior da minoria; a cada vez maior integração à nação; e a formação de novas famílias lésbicas/*gays* normalizadas (DRUCKER, 2017, p. 200). Para o autor, esses cinco traços delinearam uma nova ordem hegemônica de mesmo sexo. É sobre o conceito dessa nova homonormatividade que este trabalho se debruça.

---

<sup>3</sup> Esse nós, conclama todas as identidades *queer* dissidentes que permeiam a diversidade no espectro do arco-íris.

Buscando pensar e analisar a construção de performances individuais e/ou coletivas, ancoro teoricamente este trabalho nos estudos de gênero, sexualidades e as produções que se desdobram a partir da antropologia e psicanálise. A categoria gênero surge neste trabalho como uma ferramenta onipresente no decorrer de todo o texto. Apesar do frutífero debate empreendido desde a publicação do texto “Gênero uma categoria útil para análise histórica” de Joan Scott (1995), utilizarei a perspectiva butleriana da esfera performática do gênero e a metamorfose social que ele pode causar nas estruturas sociais.

A sexualidade é a base na qual o debate desta pesquisa se solidifica. Partindo de variados pressupostos, à categoria da sexualidade é atribuída uma leitura foucaultiana, que eu a entendo como um dispositivo de disciplina. No entanto, outras leituras como as de Sam Boucier (2020), Paul Preciado (2011), e Hebert Marcuse (1966)<sup>4</sup>, são agregadas a esta leitura. Por último, utilizo os conceitos de “mascarada” de Joan Riviere (2005) e de “reciprocidade” de Levi-Strauss (1982), para apontar possíveis caminhos de entendimento do fenômeno da nova homonormatividade.

Nesse sentido, emergem as seguintes questões: se a nova homonormatividade cunhada segundo Drucker (2015; 2017) no alvorecer dos movimentos homossexuais e no fortalecimento do neoliberalismo existe, como parte dos homossexuais brasileiros tem gestado em seu cotidiano essas construções de renegociações políticas a partir de suas subjetividades? Como escolhas do cotidiano passam despercebidas frente a uma justificativa do gosto, onde *gays* não percebem que estão edificando e reiterando padrões binários construídos historicamente? E por último, se as escolhas são pautadas em padrões do que é ou não aceito, justificar através do gosto só estaria camuflando uma escolha política?

Onde perguntar? Quais fontes serão utilizadas nesta pesquisa? São perguntas importantes e que pretendo explicar de maneira inteligível, pois com certeza tem sido uma verdadeira saga falar sobre fontes nesta pesquisa. Quando elaborei o projeto de pesquisa, meu foco era utilizar fontes orais, mais especificamente, entrevistas cedidas por frequentadores de casas noturnas LGBTQI+ na cidade de Florianópolis – SC. Quando se deu início ao processo de orientação, minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joana Maria Pedro e eu decidimos que a dissertação seria bastante enriquecida se fosse agregado uma outra fonte a pesquisa, então apresentei as

---

<sup>4</sup> As referências sobre a obra de Hebert Marcuse são difíceis de localizar, isso acabou afetando o trabalho tanto na sua estrutura textual, quanto no processo de referenciamento bibliográfico no decorrer do texto dissertativo. Aqui disponibilizo o link de acesso da obra que uso como referencial central do trabalho de Marcuse (1966). Disponível em: [https://monoskop.org/images/b/b6/Marcuse\\_Herbert\\_Eros\\_e\\_civilizacao\\_6a\\_ed.pdf](https://monoskop.org/images/b/b6/Marcuse_Herbert_Eros_e_civilizacao_6a_ed.pdf), acesso em novembro de 2022.

fontes digitais como uma possibilidade, e tanto eu quanto ela decidimos agregar como fonte os aplicativos de pegação/encontro *Grindr*<sup>5</sup> e *Tinder*<sup>6</sup>.

Ao decidir incluir as fontes digitais na pesquisa, tive que criar uma metodologia específica para o recolhimento e arquivamento dos perfis que seriam utilizados posteriormente na pesquisa. Sendo assim, estabeleci junto a minha orientadora, que iria construir uma amostra com perfis recolhidos em um período de três meses consecutivos, iniciando no dia 11/04 e finalizando no dia 04/07 de 2019. Como eu já era usuário desses aplicativos, possuía contas ativas nos dois (vale acrescentar que utilizei a versão gratuita de ambos).

No entanto, ainda faltava a criação de um filtro específico que criasse uma amostra ricamente interseccionalizada. Para conseguir tal amostra, estabeleci três filtros principais: Idade: entre 18 e 60; Localização: Florianópolis e Subjetividades: Possuir bio<sup>7</sup> no aplicativo. A partir desses três filtros principais, iniciei o processo de captura de perfis através de *screenshot*<sup>8</sup>, que era realizado toda semana às quintas-feiras, uma vez que eu tinha um dia específico para o recolhimento da amostra.

Todas as quintas-feiras eu fazia o recolhimento de perfis durante todo o dia. Independentemente da localização em que eu estava em Florianópolis, acessava os aplicativos e partir dos filtros já citados, eu recolhia perfis que estavam de acordo com tais filtros. Nesse sentido, acabei construindo uma amostra bastante diversificada com relação a bairros e regiões de Florianópolis, passando pelo centro, norte e sul da ilha, recolhi perfis em bairros como a Carvoeira, Ingleses, Trindade, Centro e em praias: Mole, Joaquina, Ingleses, Daniela dentre outras. A partir dessa busca, consegui uma amostra de quase 400 perfis, sendo eles cerca de 200 do *Grindr* e 180 do *Tinder*. Sem sombras de dúvida, o acréscimo de fontes digitais ao trabalho foi enriquecedor e fez parecer um presságio, afinal de contas, 2020 seria marcado por uma das maiores pandemias da história afetando a vida de todas as pessoas em nível global.

As alterações globais vivenciadas a partir de 2020 afetaram profundamente esta pesquisa, mudando sua base e modificando sua estrutura que ficou assim:

---

<sup>5</sup> Desde o lançamento, em 2009, o *Grindr* tornou-se a maior rede social para conectar pessoas gays, bi, trans e *queer* no mundo inteiro. Dez anos após o seu lançamento, o aplicativo conta com milhões de usuários diários que usam a plataforma baseada em geolocalização e conectam-se com quem está por perto ou em quase todos os países, nos quatro cantos do planeta.

<sup>6</sup> O *Tinder* é um aplicativo de relacionamento baseado em geolocalização. Fundada em 2012 nos Estados Unidos, a plataforma permite que os usuários criem conexões a partir de perfis pessoais.

<sup>7</sup> Texto biográfico construído pelos usuários de aplicativos, onde eles descrevem suas preferências, desejos, vontades, gostos de forma variada. No entanto, geralmente, esses textos possuem um limite quanto ao seu tamanho.

<sup>8</sup> “Captura de ecrã” ou “captura de tela” que consiste na produção de uma imagem que reproduz a tela de um computador ou smartphone em um dado instante.

No primeiro capítulo desta pesquisa, me debrucei sobre uma exumação histórica genealógica da introdução dos *apps* de pegação/relacionamento gay no Brasil. Nesse sentido, recuperei o surgimento do movimento homossexual brasileiro (1978) e seu impacto na construção de um *ethos* homossexual no Brasil, principalmente após a criação do “Jornal Lâmpião da Esquina” e por conseguinte o jogo de subjetividades aguçado pelo periódico. A atuação política discursiva de “Lâmpião da Esquina” visava criar uma consciência homossexual de “assumir-se”, na qual, o nomear-se homossexual acabava por produzir uma identidade homossexual específica do período. Por conta disso, retomo a seção “Troca Troca” do periódico, que publicava anúncios de leitores que buscavam por companhia e/ou namoro. A partir disso, discuto a latente necessidade de inventar outros espaços, que surgiram mediante negociações de visibilidade. Dessa seção, passando pela chegada da internet no Brasil, a epidemia de HIV/AIDS e a criação do bate papo UOL, discuto uma geometria dos desejos, identidades e prazeres que foi drasticamente alterada pela chegada de *apps* para Android e IOS, mais especificamente o *Grindr* e o *Tinder*.

No segundo capítulo, me concentro em alocar o *Grindr* e o *Tinder* em termos globais e locais, já que realizo uma apresentação prévia destes no primeiro capítulo. Situando os dois *apps* em um mundo globalizado, discuto o aspecto corporativo de ambos na arquitetura dos mercados afetivos/sexuais estabelecidos em contextos transnacionais e globais a partir da noção da comodificação do desejo. Realizando uma genealogia do neoliberalismo, demonstro como o fenômeno do empresariamento de si está presente na estrutura do *Grindr* e do *Tinder* operando desde uma noção de generificação que se presentifica na comercialização da diversidade. Essa discussão é demonstrada em uma análise dos filtros dos *apps* e sua política de incivilidade educada. Por fim, adiciono a discussão sobre as homonormatividades e as variadas interpretações acerca desta, imbricando esse debate com as noções de sucesso e fracasso.

No terceiro capítulo, retomo parte do debate realizado no segundo capítulo, utilizando a noção de uma economia de desejo homonormativa com regras internas específicas que atuam na solidificação da matriz homonormativa como um ideal regulador. Retomando a noção de reciprocidade da antropologia estruturalista, discuto os trâmites da coerência de gênero da experiência homonormativa na busca por inteligibilidade e/ou passabilidade. A partir dessa discussão, demonstro como a reciprocidade atua na perspectiva da troca de dádivas no interior de um sistema de troca homonormativo.

Esta pesquisa iniciada em 2019 passou por diversas alterações no decorrer de seu desenvolvimento. No início de 2020, o mundo como conhecíamos não seria mais o mesmo, devido a uma experiência antes apenas narrada na história através do tempo e do espaço. O

vírus *SARS-CoV-2*, causador da Covid-19, surgiu para colocar abaixo várias certezas, colocar a prova governos e de certa maneira mudar radicalmente os imperativos de tempo e espaço. Como toda pessoa no globo, tive que me adaptar a uma nova rotina, uma nova forma de viver, para que fosse possível sobreviver. Minha pesquisa, assim como eu, vimos alterações de rota que não estávamos preparadas para lidar, e com isso tive que alterá-la forçadamente, mais especificamente as fontes onde buscava as respostas para minhas indagações. Assim sendo, impossibilitada de acessar os sujeitos que iriam ser entrevistados, tive que abandonar as fontes orais e me dedicar apenas a amostra digital que já havia sido construída. Portanto, este texto de dissertação, bem como a maioria das produções acadêmicas e não acadêmicas construídas entre 2019 e 2022, é uma metamorfose fruto de mutações virais.

## 2 CAPÍTULO I – PARA HISTORICIZAR, TIVE QUE EXUMAR: SEXUALIDADES, MÍDIAS E DESEJOS

### 2.1 UMA EXUMAÇÃO NECESSÁRIA

Em 2017, a atriz negra norte-americana Viola Davis<sup>9</sup> fez um discurso memorável ao ganhar o Oscar por sua atuação no filme “Fences”. E, aqui, parafraseio parte desse discurso: “existe apenas um lugar onde é possível encontrar todas as pessoas com grande potencial, um lugar conhecido por muitos, esse lugar é o cemitério...” COLOCAR REFERÊNCIA VÍDEO DE YOUTUBE E LINK – PODE SER NUMA NOTA DE RODA PÉ. O cemitério do tempo, do espaço, dentre vários outros. Me perguntando sobre quais histórias eu iria me debruçar durante meu ofício de historiadora, resolvi exumar os corpos e as histórias de pessoas que sonharam grande e nunca viram seus sonhos se tornarem realidade. É neste caminho que acredito que meu ofício enquanto historiadora é o de exumar os corpos e as histórias deixadas nos escombros de uma história narrada por uma historiografia que realiza escolhas políticas o tempo todo.

É sabido que variadas pesquisas têm se debruçado sobre as sexualidades dissidentes no interior do campo das humanidades. No entanto, os regimes historiográficos ainda mantêm a história das homossexualidades em um não lugar. Apesar de haver um movimento para a retirada do véu que cobre a historicidade das homossexualidades, a operação historiográfica ainda não exumou os corpos dissidentes. No que diz respeito à homossexualidade masculina, é aos poucos que esta tem se tornado um tema em debate na historiografia.

Grande parte dessa movimentação é devida, sem dúvidas, às pautas levantadas pelos movimentos feministas no Brasil no alvorecer da década de 70 do último século, que iniciaram debates em torno da liberalização sexual e da autonomia do corpo. Hoje é visível que a historiografia mais recente tem se debruçado sobre as sexualidades dissidentes e estabelecido, assim, novos regimes de visibilidade quanto à história da comunidade LGBTQIA+. Porém, esse regime possui sua dinâmica política.

Para que esse giro fosse efetuado no interior da historiografia, a atuação feminista foi, sem sombras de dúvidas, necessária. No entanto, não posso deixar de apontar a importância da luta iniciada pelo nascente movimento homossexual no Brasil em 1978, e, posteriormente, o firmamento do movimento LGBT. Ainda no *hall* de contribuições importantes, é primordial ressaltar o contributo da História das Mulheres e, posteriormente, dos estudos de gênero.

---

<sup>9</sup> Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTvgZKVYyQQ>, acesso em julho de 2021.

Todavia, o marco principal para a efetivação de uma historiografia compromissada com o estudo da sexualidade e da história das homossexualidades foi quando os LGBTQIA+, tomados por um certo orgulho por quem são, adentraram a academia e, logo, a historiografia. Essa historiografia tem efetuado ao longo do tempo “escolhas políticas, implicadas no fazer histórico, que, ao eleger determinados temas – eleição política - deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias” (VERAS; PEDRO, 2014, p.96). E, por último, e não menos importante, é válido ressaltar a aproximação de campos, como a antropologia, sociologia e outras áreas das humanidades, que através de uma relação interdisciplinar, acabaram por influenciar as historiadoras a aprofundarem o debate sobre as sexualidades.

No Brasil, esses primeiros trabalhos estiveram relacionados à produção de Edward MacRae (1990), Peter Fry (1985), Carmem Guimarães (1977), especificamente quanto à homossexualidade. Enquanto isso, trabalhos sobre sodomia, uma outra homoerótica desviante no Brasil Colônia e Império, estiveram sob influência da leitura de Luiz Mott (2010). Ambos os trabalhos, iniciados ainda no fim da década de 80, demarcaram um terreno fértil para historiadoras/es.

Já na década de 90, os primeiros trabalhos historiográficos começaram a surgir e apresentaram um deslocamento sensível da abordagem ainda hegemônica no período, o campo da História Social. Dentre tais produções, podemos destacar o trabalho de Claudio Roberto da Silva (1998), que recuperou, através de entrevistas, a trajetória da primeira geração de ativistas homossexuais, que fundaram o jornal *Lampião da Esquina* e o grupo SOMOS. (PINTO; ALVES, 2019, p 169-170).

O trabalho de Silva (1998) foi pioneiro, já que foi a primeira dissertação na área da História que teve como objeto de análise o *Jornal Lampião da Esquina* e variadas nuances a respeito deste. Além disso, foi a primeira pesquisa a elencar o impacto do jornal através de sua escrita, e, principalmente, sua recepção e os atravessamentos desse jornal com relação à vida dos entrevistados pelo autor. Contudo, é o trabalho de James Naylor Green<sup>10</sup> (2000) que é apontado por variadas pesquisas como um dos marcos fundacionais mais importantes do que hoje chamamos de História das homossexualidades no Brasil.

Pinto e Alves (2019) destacam o desenvolvimento dessa historiografia, principalmente nos últimos 20 anos, a partir da proliferação de variadas pesquisas que buscaram e ainda buscam de maneira genealógica, entender a formação e consolidação do movimento homossexual que surge no Brasil no final da década de 1970. Nesse sentido, o jornal “*Lampião da Esquina*”, que foi foco da primeira pesquisa realizada por Cláudio Roberto da Silva (1998), tornou-se uma fonte privilegiada na historiografia sobre as homossexualidades a partir do início do século

---

<sup>10</sup> James Naylor Green é um historiador especializado em estudos latino-americanos, brasilianista e ativista dos direitos LGBT norte-americano. Sua obra intitulada “*Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*” (1999) é considerada um pilar central para a formação do campo de estudos sobre as homossexualidades no Brasil. Nessa obra, o autor examina a realidade social e cultural da homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o século XX.

XXI. Autoras como Júlio Simões e Regina Facchini (2009), James Green (2000 e 2006), Peter Fry e Edward MacRae (1983), Peter Fry (1982), Edward MacRae (1990), Regina Facchini (2005), João Silvério Trevisan (2011), Miguel Rodrigues de Souza Neto (2013) dentre outras<sup>11</sup>, vem se debruçando sobre o impacto do periódico no período e sua íntima relação com o nascente movimento homossexual.

A doação feita por Luiz Mott ao Grupo Dignidade tornou-se o marco efetivo de acesso público ao *Lampião da Esquina*. Por meio da doação, o grupo digitalizou, em alta qualidade, todas as edições do jornal, disponibilizando de forma gratuita, na internet, todos seus números. O acesso à documentação e o crescente debate sobre o período ditatorial e os direitos das minorias tornaram o pano de fundo motor dessa ampliação historiográfica.

Como mencionam os autores, a História das homossexualidades tem, nestes últimos anos, repensado e reinterpretado não só o *Lampião da Esquina* como também outras fontes recorrentes, bem como outras temporalidades, que escapam o período de formação do movimento homossexual e se expandem para efeitos de outras homoeróticas. É nesse rizoma, que tais sujeitos, desviantes da norma, têm desenvolvido o campo. (PINTO; ALVES, 2019, p.172).

Fundado em abril de 1978, o jornal “*Lampião da Esquina*” foi um periódico escrito pelo público homossexual e destinado a esse mesmo público em sua maioria. Integrava parte do que se denominava enquanto imprensa alternativa, em um contexto político marcado por uma abertura “lenta e gradual” proposta em 1975 pelo então presidente Ernesto Geisel. O periódico circulou ininterruptamente até junho de 1981 quando então findou sua publicação. Com um corpo editorial<sup>12</sup> formado, principalmente, por professores universitários, artistas, jornalistas e intelectuais, o jornal possuía sua sede no Rio de Janeiro, onde era comandado por Aguinaldo Silva.

Em sua primeira edição, o jornal apresentava variadas seções possuindo conteúdos diversos como: *Tendências* (geralmente com informações culturais, comentários sobre shows, filmes, exposições e peças teatrais), *Cartas na mesa* (espaço destinado à publicação de correspondências de leitores), *Esquina* (seção destinada a assuntos relacionados ao

<sup>11</sup> Em um artigo de 2018, Natanael Silva e Natam Rubio elencam que além das variadas obras publicadas em forma de livro, houve também “uma proliferação de artigos (FERREIRA, 2012; BUTTURI JUNIOR, 2012; MARIUSSO, 2013 e 2015; COELHO, 2014; SCHULTZ et al, 2014; ALVES, 2015; MOSQUEIRA, 2015; ARIAS NETO et al, 2016; GONÇALVES, 2016; PINTO e FEITAS, 2017; SILVA, 2016; SOUTO MAIOR JR, 2016; SILVA e BRITO, 2017; SILVA, 2017), monografias (MOSQUEIRA, 2013; WAGNER, 2013; CANDIDO, 2017; RUBIO, 2017), dissertações (BANDEIRA, 2006; SIMÕES JR, 2006; HEREN, 2011; AMARAL, 2013; ANDRADE, 2015; GIMENEZ, 2015; MARIUSSO, 2015; SOUTO MAIOR JR, 2015; BRITO, 2016; SILVA 2016; OLIVEIRA, 2017; PEREIRA, 2017) e teses (SOUZA NETO, 2011; SILVA, 2017) tem complexificando esse quadro interpretativo, propondo novas questões, novos recortes e métodos. E principalmente, colocando no primeiro plano da escrita da história, experiências e identidades, até então, silenciadas, tomadas como abjetas e escamoteadas por um modo de narrar heterocentrado, normativo e binário” (SILVA; RUBIO, 2018, p. 167).

<sup>12</sup> Na sua primeira edição, havia menção aos seguintes nomes: Peter Fry, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado, Aguinaldo Silva, Jean-Claude Bernadet, Adão Costa, Clóvis Marques, Gasparino Damata, Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt.



comportamento homossexual), *Ensaio* (seção livre com abordagens sobre cultura, arte, dentre outras). Durante sua trajetória, devido ao estrondoso sucesso, o periódico acabou por inserir novas seções como a seção *Troca Troca* (seção que publicava anúncios de leitores que buscavam por companhia e/ou namoro) e a seção *Bixórdia* que foi incluída a partir da edição de número 5 (coluna de teor satírico sobre a vida homossexual).

Segundo Paulo Souto Maior (2016), nas páginas do jornal, encontram-se relatos significativos que ecoam pelas vozes que através de uma escrita singular ou plural tomaram a palavra para si em um momento de condições históricas adversas. É nesse contexto que o jornal se tornou um sucesso de vendas, chegando a vender quinze mil exemplares em todo o país. Um dos motivos para esse sucesso seria o fato de o assunto “homossexualidade” ser inédito no debate, e, também, por conta dos diferentes textos que compunham as diferentes seções do periódico.

Outros jornais, cujo objetivo era uma empreitada menos ambiciosa, precederam o *Lampião da Esquina*. Certamente, um dos mais conhecidos tenha sido *O Snob*, publicação caseira, produzida no Rio de Janeiro entre 1963-1969, que trazia notícias sobre concursos de misses e espaços de sociabilidades. [...] A singularidade do *Lampião* pode ser apontada em algumas questões: a sua distribuição em âmbito nacional, com uma tiragem de quinze mil exemplares; os temas que se propôs discutir, envolvendo-se na trama política que lhe foi contemporânea e tratando de questões de negros, mulheres, indígenas, meio ambiente, anistia política; o incômodo que causou no meio policial da época, quando alguns de seus jornalistas foram obrigados a prestar depoimento sobre a publicação; o movimento homossexual brasileiro que divulgava parte de sua embrionária trajetória no periódico e a maneira como abordava temas homossexuais, barrando estereótipos e preconceitos, oferecendo um espaço discursivo inédito para a elaboração de subjetividades homossexuais (MAIOR, 2016, p. 231/232).

Paulo Souto Maior (2016) ainda ressalta que, nesse contexto, a subjetividade possa ser entendida como um conjunto de práticas de si permitidas por um dispositivo disciplinar que é colocado em jogo nas páginas do “Lampião da Esquina”. Essa subjetividade poderia ser moldada através da escrita das cartas que eram enviadas ao periódico, já que o leitor ao escrever para o jornal se coloca no lugar de homossexual, sujeitando-se ao que Paulo Souto Maior (2016) chama de “dispositivo da confissão”.

Nesse sentido, o processo identitário do período é marcado por (re)construções de identidades performativas que surgem por conta de uma necessidade do contexto de que os homossexuais se assumissem enquanto tais, ou seja, publicizassem suas identidades sexuais. Assim sendo, identidades eram criadas e recriadas frente à imposição de um modelo hegemônico de exercício da sexualidade, a heterossexualidade. Com isso, a heterossexualidade legitimada enquanto a sexualidade correta era o que impelia os homossexuais a responderem o

dispositivo acionado pelo jornal. A escritura de si através do discurso, então, operaria uma encenação de si mesmo, onde o sujeito da escritura aprenderia a se tornar homossexual.

É o que parece ocorrer na linguagem das cartas ao remeter para uma característica estruturante na arquitetura do assumir-se: o homossexual seria triste e solitário. Ao falar de si, daria voz a tantos outros que, pela leitura, se sentiriam motivados a também se constituir como homossexuais através do exercício epistolar. Afinal, escrever para o jornal sugere se identificar com as práticas discursivas do mensário.

Desse modo, o jornal colaborava na constituição de subjetividades e era igualmente o canal que as oferecia para a leitura. Entretanto, essas cartas representavam a construção de uma identidade, a de homossexual. Esse desejo retirado do “interior do indivíduo” era deslocado do particular para o público, obedecendo à estratégia de um dispositivo que necessitava de emoções e subjetividades na sua constituição, como aponta Giorgio Agamben. As narrativas dessas cartas possuíam uma função genuína porque procuravam demarcar as modificações de um processo de negação para a aceitação e publicização da homossexualidade (MAIOR, 2016, p.237).

Como aponta Max Emiliano Silva Oliveira (2017), o jornal “Lampião da Esquina” era um periódico de contestação homossexual, de ação política onde os modos de vida e o desejo acabavam por se tornarem categorias políticas, pois diziam de si e dos sistemas de pensamento em vigência. Nesse aspecto, ao nomear-se homossexual, o jornal produz uma identidade homossexual específica, um sujeito, e acaba projetando discursivamente um *ethos* homossexual. Dessa forma, é válido pensar a produção de narrativas e as demandas específicas.

Através de sua atuação política discursiva, o “Lampião da Esquina” surge com uma proposta que visava criar uma consciência homossexual de “assumir-se” e por conseguinte “ser aceito”. Para Silva e Rubio (2018), a principal preocupação do periódico seria a de retirar o homossexual das margens, através de uma política discursiva interseccional. Como um processo de efetuação, entre o discurso e as políticas identitárias, o *Lampião* estabelece um vínculo com seus leitores, através de uma escrita de si onde há uma mediação entre o real e a linguagem.

Assim, o periódico acaba por efetuar um processo de subjetivação e reconhecimento, pois, “Ao nomear-se homossexual, se constitui um ato público, uma inscrição: Lampião narra a experiência de viver à margem, habitar as entrelinhas, os guetos. Dizer é convocar-se, é trazer à superfície outros sentidos e marcas”. (OLIVEIRA, 2017, p.92).

No entanto, essa nomeação ou convocação eclode a partir de um momento em que a existência do “Lampião da Esquina” está estritamente ligada à retirada da homossexualidade de uma zona sombria da qual utilizarei a expressão “gueto homossexual” para delimitar. Essa situação específica estaria intimamente ligada ao que Perlongher (1987, p.59 *apud* SILVA, 2018, p.176) chamou de “desenvolvimento de populações homossexuais que se tornaram legitimadas em âmbito social e político”.

A homossexualidade, nesse período, é tornada política, sendo deslocada das sombras. “Lampião da Esquina” torna-se, então, uma “verdade”, mais especificamente uma verdade sobre o sexo, modulando saberes e prazeres, configurando

um trajeto da margem ao centro: Lampião desloca o desejo homossexual para o centro da trama, as modulações do corpo, os processos de subjetivação. É outro símbolo – é ‘tornar’ político as margens, ocupar espaços, inventar novos possíveis (OLIVEIRA, 2017, p.94).

Claro está que esses possíveis ou novos espaços foram constituídos mediante um jogo discursivo que promoveu também a exclusão e hierarquização de outras identidades. Nesse jogo, identidades homossexuais masculinas desejáveis se instauraram em oposição a outras que carregavam consigo marcas e signos que as tornaram menos desejáveis do que outras. “Lampião da Esquina” sem sombra de dúvidas foi de suma importância para a batalha travada no Brasil, no final de um período marcado por perseguições, violências e muitas mortes. No entanto, não podemos deixar de nos debruçar sobre as disparidades, preconceitos e hierarquizações que o periódico também suscitou, principalmente no que tange os jogos identitários que assim foram alimentados.

A mídia<sup>13</sup> alternativa gay possui uma historicidade que a remonta ainda à segunda metade do século XX quando, na década de 1960, grupos de homossexuais – bonecas, bichas e bofes – circularam pelo gueto suas relações e experiências intragrupo, a partir do “Gente Gay”, “Snob”, do “Lampião da Esquina”, da “Revista Júnior” ou ainda da “Revista G-Magazine”, esta, mais recente, inscrevendo-se nos anos 2000.

Esta historicidade pode ser traçada em trabalhos como o de James Green (2000), Edward MacRae (1990) e em Jorge Caê Rodrigues (2014):

No Rio, tínhamos de restritíssima circulação, as publicações Snob, Le Femme, Subúrbio à Noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, O Vic, O Grupo, Darling, Gay Press Megazin, 20 de Abril e O Centro; em Niterói existiam Os Felinos, Opinião, O Mito; em Campos havia o Le Sophistique; na Bahia com O Gay e o Gay Society, O Tiraninho, Fatos e fofocas, Baby Zéfiro, Little Darling e Ello (RODRIGUES, 2014, p.89).

Este tipo de fonte pode estar vinculada às dinâmicas de uma mídia que se fecha em torno das questões do antigo gueto, hoje chamado de vale LGBTI+. A sua especificidade está na temática e na estética, nos modos de idealização, produção e distribuição. Portanto, desafiam

---

<sup>13</sup> Nas próximas quatro páginas, encontra-se um debate realizado em conjunto com o historiador Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto durante o ano de 2019. Na ocasião, nós estávamos cursando uma disciplina intitulada “Temas e Metodologias em História Global: Subjetividades, Gênero e Poder” ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff no PPGH-UFSC. Durante essa disciplina, eu e Rhanielly discutimos os entrelaçamentos entre a mídia alternativa gay a partir da década de 1960 e os *apps* de pegação/relacionamento da atualidade.

as historiadoras e historiadores através de sua diversidade notadamente marcada pelos marcos temporais.

Se durante estes primeiros anos os jornais tinham como função principal estabelecer um novo espaço de sociabilidade gay, atualmente eles servem para isso, mas também, para demarcar uma lógica de consumo que se insere na gestão dos corpos mergulhados no tempo do neoliberalismo, isto é, de um período dos anos 1990 em diante.

Pensar os jornais de grande circulação é também compreender que neles estão evidenciadas as “ambiguidades e hesitações (...), suas ligações cotidianas, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderes do momento” (DE LUCCA, 2006, p. 130). Tânia Regina de Lucca ao colocar em evidência a necessidade de se observar com cautela tais periódicos deixa de fora, entretanto, as dinâmicas de jornais alternativos que estão situados na mecânica oposta ao pêndulo das relações de poder.

Como destaca Wolff (2016) o uso da categoria de poder de Michel Foucault (2017) torna-se necessário uma vez que a resistência surge também de um processo de subjetivação corporificado através dos discursos. Um exemplo da corporificação discursiva da homossexualidade nesses jornais de menor circulação pode ser evidenciado no *Lampião da Esquina*:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos traços que um caráter pode ter (SAINDO DO GUETO, 1978, p.2).

Ao apresentar o seu número piloto, em abril de 1978, o “*Lampião da Esquina*” colocava para si a função social de representar um processo de luta contra o estigma social que nas décadas de 1970 e 1980 apresentava o “sujeito homossexual”. Nesse sentido, podemos aqui apontar algumas aproximações sobre a relação de positivação ou negação da condição de párea e/ou chaga social.

Mabel Moraña (2012) nos coloca que o estudo dos afetos necessita sobretudo de um olhar interdisciplinar, uma vez que o afeto em primeira instância é um elemento não discursivo, mas que se manifesta em um processo de gestão discursiva através da noção histórica da emoção. Essa gestão das emoções pode ser vista como parte fundamental de uma cultura das emoções que evidencia o que Sara Ahmed (2004) analisou ao explorar os lugares políticos e sociais da dor, ódio, medo, vergonha, do amor e das relações que se intercambiam através das relações de gênero.

Dessa forma, utilizando esse tipo de enfoque, podemos, por exemplo, estabelecer o processo de corporificação das emoções através do discurso que emana das identidades homossexuais<sup>14</sup> de cada período. Assim, uma bicha daquele período adota uma performance que na sua escrita de si traz alguns elementos distintos dos entendidos. Compreender esse elemento performativo faz com que vejamos, por exemplo, a “seriedade” do entendido e a “alegria” excessiva das bichas.

Podemos ver esta distinção, por exemplo:

A querida Lisa Minelli chegou ao Rio muito sorridente mas pedindo pelo amor de Deus que as bichas não a assediassem muito no Balle dos Enxutos, onde ela pretendia ir para ferver com seu novo caso. De 1974 para cá, desde que ela esteve aqui, muita coisa deve ter mudado para a querida Lisa, porque a pessoa mais máscula que privou então de sua intimidade foi Lennie Dale. Ou será que agora ela estava apenas defendendo o seu Marco Gero dos possíveis ataques dos enxutos? Tudo é possível e ela deve ter razão, porque o Marquinho, apesar de toda a exuberância de “su sangue latina” não me engana. E eu sou pior do que detector de aeroporto para metais: boto o olho num cristão e digo logo se ele é falso brilhante ou não.

Figura 1 - Trecho da Coluna Bixórdia



Figura 2 - Segundo trecho da coluna Bixórdia

Se observarmos atentamente ambos os trechos, podemos perceber o uso de expressões no feminino, principalmente nas adjetivações como “querida” e “rebuçeteio”. Estes adjetivos,

<sup>14</sup> Aqui estou delimitando a existência das tias, bonecas, bichas, bofes, entendidos e entendidas presente no gueto homossexual brasileiro como destaca Green (2000). Uma vez que suas identidades se diferenciam umas das outras, é possível perceber os elementos de diferenciação através das múltiplas performances que cada “tipo ideal” possa vir a ter.

no entanto, não serão incorporados em todas as seções e esse modo de escrita se contingencia em seções como a Bixórdia – reconhecida como um espaço de “focacas” gays – e seções sobre cultura – que se dividam sob o título de Tendências com indicações e críticas de livros, filmes e música.

Essa estética de escrita pode ser percebida em outros momentos do jornal como um lócus de aproximação entre as “bichas”. É sobretudo, neste momento de cada edição do jornal, que a escrita lampiônica se aproxima mais dos leitores. O uso de uma linguagem simples, uma linguagem popularmente dissipada do gueto. Esta última pode ser percebida como uma contraposição de outras partes do jornal que incorporam uma identidade outra, a do “entendido”.



Figura 3 - Trecho da seção Esquina

Neste último trecho, podemos perceber, entre outros aspectos, uma descrição impessoal e distante do leitor. Essa tentativa de demarcar a impessoalidade é própria de um modelo de identidade que pretende, sobretudo, afastar-se do estigma da feminilidade, e, portanto, afirmar-se em um lugar mais próximo ao “masculino”.

Deste modo, tocar em questões como política e economia que historicamente foram tratados como o lugar de público acesso dos homens, torna-se, assim como nas outras masculinidades mais próximas aos modelos hegemônicos, a escrita parte de uma apatia seletiva (PROCHASSON, 2005). O entendido aproxima-se aqui como um dos sujeitos historicamente demarcados como políticos, e nesta lógica, sem qualquer traço de emoções. Esse uso político das emoções se inscreve na tentativa de assimilação e reflexão a um espelho estabelecido nos elementos que dão a inteligibilidade de uma matriz heteronormativa como destacou anos atrás Butler em “Problemas de Gênero” (2003).

Pensar o regime de historicidade no qual o jornal “Lampião da Esquina” se desenvolve, é pensar um momento histórico marcado por um desejo de não se esconder, de não ser vítima

de uma estrutura apenas por amar. A máxima evocada pelo periódico era justamente o chamado para um assumir-se homossexual. Retomar aquele contexto, mesmo que brevemente, é o que me possibilita entender de maneira mais profunda o desenvolvimento de outros regimes de visibilidade<sup>15</sup> e suas especificidades. É a partir dessa operação historiográfica que se torna possível realizar outros questionamentos ao contexto contemporâneo que é o foco central desta pesquisa.

Realizar tal operação é o que possibilita um entendimento outro do atual contexto que é justamente entremeado pela fabricação de novos mundos e novas modelagens de subjetividades inéditas que emergem a partir de uma arquitetura de gênero e sexual promovida pelos aplicativos que operam a partir de um neoliberalismo que funciona em uma perspectiva de panóptico foucaultiano. No entanto, para que tal situação ganhe inteligibilidade, é preciso levar em consideração as temporalidades que marcam certos regimes de historicidade. Pensar o regime de emoções e subjetividades, além dos contextos históricos nos quais estes são gestados, marcados por leis, culturas e práticas variadas, é imprescindível para analisar as implicações fundamentais da experiência homossexual no tempo. Nesse sentido, retomei o “Lampião da Esquina” para responder às inquietações que surgiram durante a pesquisa: pensar o tempo do jornal e das cartas, e o tempo dos aplicativos. Qual é o tempo histórico que rege o contexto para a existência de um ou de outro? Quais elementos identitários e estruturais atuam na formação de regimes de visibilidade distintos?

Retomar a temporalidade em que o “Lampião da Esquina” se inscreve é acionar um período histórico marcado pela busca de uma conquista de publicização da identidade homossexual. Ao mesmo tempo, esta operação envolve entender que o incentivo para assumir-se homossexual estava intrinsicamente ligado a uma esperança de serem aceitos e respeitados socialmente como homossexuais. Essa busca por aceitação através do dispositivo do assumir-se<sup>16</sup> é que marca a produção identitária do periódico. E é naquele momento que nasce o protótipo<sup>17</sup> do que afirmo ser o regime de visibilidade homonormativo instaurado na virada do século.

A diferença de tempos marca a transição desse sujeito produzido pelo *Lampião* para um sujeito que adentrou o ciberespaço e passou a vivenciar uma nova experiência em um outro/novo tempo e espaço. Essa transição marcou também uma alteração de um *ethos* produzido pelos homossexuais masculinos. Se o *Lampião da Esquina* produziu um *ethos*

---

<sup>15</sup> Ver MISKOLCI (2017).

<sup>16</sup> Ver SOUTO MAIOR (2015).

<sup>17</sup> Ver PINTO (2021).

pautado em uma política de assumir-se homossexual, buscando instaurar um regime de visibilidade para além do gueto, os aplicativos na era digital constituíram um novo *ethos* que para muitos é o resultado das lutas travadas a partir da década de 1970.

O que é preciso entender nesse processo de transição é a latente necessidade de inventar outros espaços, que surgiram mediante negociações de visibilidade. Quais espaços resultaram dessas mediações? Acredito que um dos principais pontos que lastreou a luta política das homossexualidades no Brasil no século passado foi a ideia de identificação e vínculo que criou aquilo que hoje denominamos como comunidade LGBTQIA+. No entanto, é justamente esse ponto que se perdeu ou foi bem diluído em meio a liquidez da era digital. Esse processo acabou construindo um outro modo de escrita de si, e um outro modo de reconhecer-se homossexual, a partir de uma outra construção de subjetividade mediada pelo neoliberalismo.

O nomear-se homossexual que constitui um ato público, uma inscrição, não é o foco dos aplicativos na contemporaneidade. Nesse sentido, torna-se imperioso tencionar a constituição do gênero e da sexualidade como *commodities* que passaram a ser comercializadas de maneira distinta pelo neoliberalismo. Essa transição marca uma maior normatização dos corpos e dos prazeres, dando uma falsa ideia de que a tecnologia e o ciberespaço tornaram as relações homoeróticas mais seguras e/ou mais diversas.

A retomada da linha histórica das homossexualidades no Brasil, de certa forma, levou-me a pensar as variadas nuances e interferências que lastrearam os caminhos que constituíram uma normatividade gay em um canto respeitável da matriz heteronormativa. O processo de normatização de certos corpos e prazeres foram em grande parte constituídos por um ideal de que a partir de certos comportamentos, performances, estilos de vida e variadas projeções proto-estéticas, algumas pessoas poderiam vivenciar experiências tranquilas e seguras sob o manto neoliberal de que tudo e todos são possíveis e respeitáveis.

A historicidade evocada pelo “Lampião da Esquina” me leva a entender que “Apreender o movimento histórico de *Lampião*, a vida impressa, as áreas de mediação é levar a outras vias o desejo. A historicidade do jornal aciona categorias de identidade e se acopla à formação dos movimentos homossexuais no Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p.95). Entender o que esse processo aciona me leva a questionar o que diferencia e marca a transição do regime de historicidade e visibilidade que delinea a saída da homossexualidade do *hall* de inimigos da segurança do estado<sup>18</sup> e a sua entrada em uma zona não tão bélica como a do período autoritário em que o *Lampião* se insere.

---

<sup>18</sup> Ver COWAN (2014).



Essa retomada também me leva a recuperar o debate de classe que tangenciou e ainda tangencia em variados níveis a experiência homossexual no tempo. James Green (2012) aponta as dificuldades em construir um diálogo com a esquerda do período dado a banalização com que alguns membros dessa esquerda tratavam a pauta da homossexualidade, entendendo-a enquanto um capricho burguês. Esse debate em alguns momentos deu o tom em discussões realizadas por grupos que se sentiam à margem intra movimento homossexual, dado a certos recortes de classe, raça, gênero e sexualidade.

Como é sabido, variados trabalhos apontaram para uma certa identidade homossexual masculina fundamentada e constituída pelo *Lampião*, que através da construção de um processo de naturalização da homossexualidade, pavimentou, modelou, regimentou, disciplinou gestos, corpos e discursos “em detrimento de outras identidades e vivências homossexuais, numa busca por reconhecimento e legitimação” (SILVA, 2018, p.177).

Lançar novas lentes de análise sobre as singularidades da norma da pluralidade foi e ainda é o que possibilita apreender certas nuances e movimentações normativas que por vezes se desenvolveram no interior/lócus onde deveriam ser interpeladas. O próprio *Lampião* enquanto instrumento/condutor de um discurso voltado a uma classe ou grupo social definido, foi e ainda é interpelado quanto a quem realmente se direcionava seu discurso.

[...] em que medida o ‘falar direcionado à margem’ contempla a pluralidade das formas manifestas de identidade homossexual expressas nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo ou retroalimenta e flerta com uma certa inteligibilidade dos corpos (in) conformes? Para avançarmos sobre essa questão é importante nos perguntarmos sobre qual ou quais referências identitárias da homossexualidade que mais se repetem ao longo das edições do jornal, quais os argumentos que se reiteram nas suas páginas, chegando a ganhar relativa autonomia e força de verdade pela repetição, ao mesmo tempo em que outras são esquecidas, apagadas. As homossexualidades que nos defrontamos no *Lampião da Esquina* foram fabricadas por uma sequência de enunciados no tempo, em condições específicas, com múltiplas e desiguais atores e autores (SILVA, 2018, p.177).

As múltiplas homossexualidades fabricadas através de discursos do período tanto do *Lampião da Esquina*, quanto do nascente movimento homossexual, não davam conta da multiplicidade de corpos, identidades, performances e sujeitas/os/es que não se encaixavam ou espelhavam-se em tais fabricações. A necessidade de se pensar os autores e atores envolvidos nas construções ficcionais identitárias faz-se cada vez mais importante, na medida em que o ordenamento do discurso sobre práticas sexuais homossexuais do período deu-se através de conexões, interações, fissuras, escutas inativas, vozes silenciadas. E sem contar que toda essa movimentação foi reordenada diante da epidemia do HIV/AIDS.

O pânico moral instalado pela epidemia reordenou todo o debate em torno das sexualidades dissidentes. No entanto, uma alteração mais brusca foi efetuada na construção social das práticas sexuais relacionadas às homossexualidades e bissexualidade masculinas. Já bastante estigmatizadas pelos próprios homossexuais, as práticas sexuais dissidentes masculinas há tempos eram partícipes de embates ocorridos no interior das construções discursivas/ficcionais chamadas de identidades. Na década de 1970, a hierarquização acentuada a partir de uma divisão de papéis sexuais era nítida. O lugar do “passivo” e do “ativo” possuíam conotações/diferenças gritantes. Tais hierarquizações foram apontadas como um dos pontos que afetariam ou impossibilitariam a construção de um forte movimento homossexual brasileiro<sup>19</sup>. Os atravessamentos de classe<sup>20</sup> também foram por vezes apontados como fator de suma importância para a organização homossexual brasileira enquanto movimento. Já os atravessamentos raciais ainda permanecem pouco discutidos no que tange ao surgimento do movimento.

A cena homossexual dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1970 foi por vezes analisada por autoras que buscavam descrever as singularidades que permeavam as relações sociais e políticas do período. Macrae (1983) observou como a ampliação do mercado homossexual em São Paulo deu-se publicamente, através de um processo de expansão lastreado por mudanças locais, juntamente com a inserção no contexto urbano iniciado na década de 1960. Esse processo, segundo o autor, trouxe a partir da participação de algumas figuras da época e de alguns fatos do período uma aceitação maior para a homossexualidade no que diz respeito ao mercado e aos bens de consumo ligados a uma cultura que estava saindo do gueto.

Perlongher (1986) analisando os modos de ocupação urbana por parte de sujeitos envolvidos com práticas e experiências ligadas à homossexualidade masculina, sobretudo no centro de São Paulo, realizou algumas considerações acerca da constituição de uma “geografia homossexual”, apontando as diferenças e especificidades que atuavam na construção identitária e subjetiva de homossexuais nos grandes centros urbanos (além de São Paulo, o autor cita as especificidades do Estados Unidos, por exemplo).

Vislumbrando modos distintos de produção de subjetividades, Perlongher (1988) busca ainda analisar o funcionamento dos territórios, práticas e rituais marginalizados. Nesse sentido, o autor relaciona aspectos intersubjetivos, desejanter e geográficos envolvidos na conformação e funcionamento de tais espaços. No entanto, como dito anteriormente, todo

---

<sup>19</sup> Ver YOUNG (1972).

<sup>20</sup> Ver WHITAM (1979).

esforço na construção de uma possível ponte entre as subjetividades inconformes e uma aceitação/inserção social gradativa, deparou-se com o surto epidêmico do HIV/AIDS que teve seu primeiro caso notificado no Brasil em 1982.

Tal processo desencadeou uma estigmatização em escalas catastróficas, na medida em que a atribuição de uma monstruosa promiscuidade foi cada vez mais atrelada às práticas homossexuais masculinas. Em vários levantamentos de materiais jornalísticos do período produzidos na primeira metade da década de 1980, ficavam evidentes os preconceitos e as mistificações construídas, edificadas e associadas à epidemia e ao doente. Como aponta Galvão (1985), havia por parte da mídia do período uma forte desqualificação de comportamentos homossexuais e bissexuais masculinos. E, assim, várias foram as questões levantadas pelas estudiosas do contexto que apontavam as construções discursivas produzidas pela mídia como importantes entraves para o avanço do debate em torno da epidemia, pois o discurso midiático por vezes enfatizava o caráter promíscuo, patológico e desviante das vítimas do vírus.

O discurso médico que possuía uma enorme centralidade no momento também contribuiu para o processo de estigmatização da doença e do doente. Hebert Daniel (1987) questiona as múltiplas representações com que a AIDS vai se materializar tanto no imaginário social quanto no discurso médico do período. O autor, então, acaba apontando que um certo aparato ideológico que se constitui em torno da epidemia acaba por construir uma aura de que o vírus HIV/AIDS seria completamente diferente de qualquer outra doença já vista. Parte da força desse aparato ideológico que criava mistificações no imaginário social estaria concentrada no entrelaçamento dos termos sexo e morte.

Os questionamentos em torno dos discursos preventivos foram efetuados por múltiplos sujeitos que acreditavam que a forma como as campanhas preventivas eram efetuadas acabavam por fortificar ainda mais as mistificações em torno da epidemia. Edward Macrae (1987a) aponta um possível caráter disciplinador e repressivo à sexualidade homossexual masculina, que, segundo o autor, era acentuada em grande medida pelo discurso médico e pelas campanhas de prevenção. Nesse sentido, esses discursos tornariam mais agudo o preconceito, o estigma e a repressão sobre as práticas homossexuais. O impacto das estratégias das campanhas preventivas foi motivo de variados trabalhos do período. Ainda nessa premissa, as mudanças ocorridas em relação a algumas experiências e práticas homossexuais foram debatidas quanto a suas origens. Que impacto a AIDS desempenhava nessas mudanças? Macrae (1987b) examinou e questionou justamente esse impacto no que tangenciava a prevenção contra a transmissão do vírus. O autor questionava até que ponto o discurso preventivo não estava banhado em um moralismo que se camuflava através de uma linguagem científica.

A transformação da síndrome em *metadoença*, em grande parte promovida pelos modelos médicos de explicação, levou a uma relação metonímica de tipo qualitativo, onde a doença e o doente se fundiram em uma simbiose social que, de certa forma, devastou as relações e experiências homossexuais e bissexuais masculinas. As vias do desejo que se desenvolveram nos circuitos urbanos como os analisados por Néstor Perlongher (1988) tomaram rumos inesperados. A cartografia dos personagens sociais apresentados pelo autor alterou-se de maneira avassaladora, pois os jogos de sedução envolvidos nas relações homossexuais e bissexuais masculinas na cidade de São Paulo viram o desejo em suas múltiplas formas desviantes ser cada vez mais sufocado e privatizado.

A política adotada pelo Brasil no processo de distribuição da medicação foi considerada uma das menos burocráticas possíveis do período. Em 1989, novas drogas são disponibilizadas no mercado, principalmente um novo antirretroviral para quem possuía intolerância ao AZT<sup>21</sup>. O livre acesso à medicação com o tempo fez desaparecer da imprensa e do meio social a *metadoença* denunciada pelos rostos encovados, pálidos, além das manchas na pele. A imagem da AIDS em sua fase avançada aos poucos foi desaparecendo do imaginário social. No entanto, a “peste gay”, termo construído principalmente pela mídia do período, já havia realizado múltiplos estragos em variados níveis. A primeira parada do orgulho gay no Brasil, por exemplo, aconteceu em 1997<sup>22</sup> em meio a um cenário delimitado por mortes e por uma política que cada vez mais privatizava os desejos inconformes.

A disseminação de informações acerca de práticas de sexo seguro iniciada com maior força a partir de 1996<sup>23</sup>, de certa maneira, tentou recompensar os danos causados entre 1981 e 1996, período em que a AIDS, grosso modo, passou sem tratamento efetivo, o que tornava a condição do doente uma sentença de morte. As mudanças de atitude e comportamento que estariam ocorrendo nessa população indicariam uma gama de modalidades sexuais possíveis de serem adotadas para reduzir o risco de transmissão do HIV no futuro.

Porém, pensar essas modalidades sexuais possíveis se tornou, de certa forma, um projeto político que abafou o desenvolvimento de populações homossexuais que, como apontou Néstor Perlongher (1987), tornaram-se legitimadas nos âmbitos social e político. As múltiplas vias do desejo direcionavam-se para um contexto que passaria por revoluções significativas.

---

<sup>21</sup> Em 1991 no Brasil, inicia-se um processo de aquisição e distribuição gratuita de antirretrovirais.

<sup>22</sup> Nesse mesmo ano, a USAID/Brasil propõe uma estratégia de cinco anos para a prevenção do HIV/AIDS. A UNAIDS estimou que na América Latina e Caribe em 1998, mais de 65.000 pessoas entre 15 e 24 anos de idade adquiriram o vírus. No Brasil, até 1999, havia sido registrados mais de 155.500 casos, dos quais cerca de 44% se concentravam entre indivíduos de 25 a 34 anos de idade.

<sup>23</sup> Aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS em Salvador – BA.

Como apontou Richard Miskolci “[...] a partir de 1997, a internet comercial iniciou seu processo de expansão no Brasil, recriando, mas sobretudo ampliando o espaço para a socialização homoerótica”. (2013, p.302).

A ideia da criação de um espaço seguro/secreto permeou, assim, o imaginário social dos sujeitos precedidos por marcas de um período de extremo conservadorismo e patologização criado em torno da epidemia. Larissa Pelúcio realizando o prefácio do livro de Miskolci (2017) aponta o perigo que ainda ronda as ruas no século XXI, realizando um paralelo entre as vias urbanas do desejo mapeadas por Perlongher (1987). Na etnografia realizada por Miskolci (2017), é lembrado que as ruas ainda continuam perigosas para aqueles que ousam amar, relacionar-se e desejar pessoas do mesmo sexo.

Apesar da riqueza da etnografia realizada por Richard Miskolci (2017), parece escapar ao autor algo que ele mesmo aponta em determinados momentos: o impacto do neoliberalismo na construção e manutenção dos “desejos digitais”. Pensar certos aspectos ligados às transformações de tais desejos é de suma importância, pois há características que precisam ser expostas. Analisar obras anteriores me despertou questões relacionadas à clandestinidade de locais de sociabilidade gay nas décadas de 1980 e 1990 e de como a aura de clandestinidade foi substituída por um serviço pago garantido por empresas/grandes conglomerados internacionais que cultivaram, de certa forma, uma comunidade global que pode, com segurança, dever viver sua sexualidade, desde que com os corpos certos e nos lugares certos.

Há uma regulamentação da cena gay realizada pelo neoliberalismo. Uma espécie de privatização do desejo através de empresas que passaram a comandar de formas específicas o regimento do mercado dos desejos. Nesse sentido, quais corpos são vendáveis, quais padrões são estabelecidos? Quais gradações são necessárias? Quais hierarquias são estabelecidas? Clara está que a disseminação da internet comercial que, no Brasil, dá-se no final de um período marcado por um refluxo conservador, atrelada a outras transformações históricas e sociais, que remodelaram a experiência homoerótica no tempo e no espaço, como aponta David M. Halperin:

[...] as transformações recentes na cultura gay norte-americana derivam menos de conquistas políticas e a maior aceitação social do que de três transformações estruturais articuladas: ‘a recapitalização do interior das cidades e a resultante gentrificação dos bairros centrais, a epidemia de HIV/AIDS e a invenção da internet’ (HALPERIN, 2012, p.433 apud MISKOLCI, 2017).

A ideia de que a conectividade acabou substituindo a cultura dos bares, saunas, dentre outros espaços da cena gay, é central em alguns debates que reiteram o caráter dos ideais

higienistas que se configuraram em torno da desestimulação do consumo de álcool, construindo, através da mídia, um culto ao corpo perfeito, talhado por atividades físicas prescritas como necessárias para um corpo saudável. O discurso de higienização vai com certeza além desses pontos, pois é preciso voltar os olhos para os aspectos assépticos, higienistas e capitalistas ligados à higienização das ruas, das práticas e dos corpos homossexuais. O caráter biopolítico desse processo deve ter a devida atenção, na medida em que a transação geográfica dos desejos é mediada e acionada pelo pânico moral causado pela figura do “aidético”.

Homens que carregavam, em suas faces e peles adoecidas, o estigma que solidificou uma *metadoença*, que atacou não só o sistema imunológico das vítimas, mas também serviu como justificativa para a higienização das homossexualidades e suas múltiplas vias de desejo. Nesse sentido, aos moldes do processo de higienização racial vivenciado no Brasil do século XIX e início do XX, guardadas as devidas proporções, o neoliberalismo, através das mídias digitais, foi uma ferramenta de suma importância para a higienização das sexualidades/performances dissidentes, justificando tal processo, como um projeto de proteção a certos níveis de exposição. Juntamente a esse processo, soma-se a construção da imagem de corpos fortes esculpidos em academias e a busca por “casamentos” monogâmicos.

O universo digital apresenta infinitas possibilidades de sociabilidade, identificações, redes de amigos, relacionamentos, compras, publicidade, dentre várias outras características que aqui não pretendemos esgotar. Hoje, poderíamos dizer que as sociedades contemporâneas ocidentais, de maneira maciça, utilizam redes sociais e uma série de *apps*<sup>24</sup>, dentre outros produtos digitais, que servem à ordem neoliberal como facilitadores do cotidiano. Nesse sentido, torna-se imperioso analisar/pensar as possibilidades apresentadas pelas fontes digitais e sua relação com a historiografia, que parece se apresentar de maneira cada vez mais necessária devido a questões relacionadas à durabilidade dessas fontes.

Desse modo, pensar o uso das fontes digitais na pesquisa histórica requer magnífico esforço de se repensar as bases já solidificadas em que a historiografia ocidental tem se pautado desde seus primórdios. Esse esforço exige reexaminar as noções de fontes, abordagens, campos e metodologias. Pensando os espaços digitais como espaços privilegiados de interação humana, torna-se necessário olhar, de maneira atenta, as construções edificadas no ciberespaço.

## 2.2 ENTRE MORTOS E FERIDOS, NEM TODOS SE SALVAM: A *METADOENÇA* E A CURA DIGITAL

---

<sup>24</sup> Abreviação utilizada para se referir à aplicativo, que vem do inglês, *application*.

A noção de uma História pautada no estudo da experiência humana no tempo como proposta por Bloch (2001), parece não atender mais as demandas contemporâneas das sociedades hipercomplexas do tempo presente. A necessidade humana de narrar a si mesma parece cada vez mais evidente, o que também tem possibilitado compreender camadas mais profundas de fenômenos históricos intrinsecamente ligados a essa necessidade e aos usos e funções da escrita em suportes digitais na atualidade.

Essa movimentação parece retomar um debate demasiadamente desgastado, mas que se mantém presente em algumas visões positivistas que ainda tendem a separar categoricamente os sujeitos, a história e o documento. Debate já empreendido pelos *Annales*, processo denominado por Peter Burke (1991) como a “Revolução Francesa da Historiografia”, fazendo uma alusão ao antigo regime absolutista ao qual a historiografia foi submetida desde sua concepção, o movimento possuía características específicas que nortearam o trabalho desses pioneiros:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE, 1991, p.11).

Incidindo ainda em debates antigos, a discussão sobre as fontes digitais e sua utilização na operação historiográfica parece esbarrar em uma noção já ultrapassada de verdade histórica, que nós bem sabemos, não existe mais. Talvez resida aqui uma das maiores dificuldades e desafios em acoplar as fontes digitais no fazer das historiadoras, já que a efemeridade/instabilidade dessas fontes é o que parece assustar as historiadoras que ainda possuem certos receios, afinal de contas parece que “tudo que é sólido se desmancha no ar”<sup>25</sup>.

Aqui parece necessário retomar os esforços de algumas historiadoras do século XX e repensar o processo de humanização da História, que segundo LOPES; ARAÚJO (2016), no século XXI, dá-se pelo uso da internet, entendida como uma mídia cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, e que modifica e é modificada, a partir das relações que se dão na rede e por meio da rede, e por isso se torna uma fonte utilizável para a pesquisa histórica. Isso, pois, quanto mais o acesso à internet se populariza como meio de comunicação, mais o campo das relações humanas se amplia, porque campos da sociabilidade humana, como transações

---

<sup>25</sup> Título do livro de Marshall Berman (1982) que alude a uma frase do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. “Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 11.)

comerciais, econômicas, aspectos político-estatais e até mesmo relações pessoais e afetivas, vão ganhando outra dimensão nesse ciberespaço.

Esta ampliação das relações humanas no universo digital se apresenta como resultado de uma revolução ainda em curso, empreendida pelas tecnologias da informação e da comunicação a partir da segunda metade do século XX. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2015), a revolução em curso não tem alterado apenas as técnicas, mas, principalmente, a ressonância dessas alterações nas experiências de leitura e escrita na atualidade.

Isso porque essa revolução – já no século XXI configurada como Web 2.0 – possibilitou a existência de uma esfera digital como espaço de virtualidade hiperconectado que provocou mutações significativas nas formas de narrar a vida e nas relações estabelecidas entre a escrita e a oralidade (SILVA, 2015, p.09).

A expressão *web 2.0* significa, segundo Silva (2015, p.9), o marco de uma nova etapa de desenvolvimento da internet. De maneira rasa, faz referência aos novos formatos da *web* que se caracterizam por facilitar a intercomunicação entre leitores, compartilhamento de informações e interatividade. Segundo Ian Davis (2005), a *web 2.0*<sup>26</sup> não é uma tecnologia, mas sim uma atitude que possibilita e encoraja a participação dos internautas na construção do ciberespaço.

Segundo Almeida (2011, p.13) ao recuperarmos a historicidade da internet, perceberemos dois momentos de suma importância no processo que alavancou o crescimento da rede. Estes dois momentos podem ser denominados como “*web*” e “*web 2.0*”. A primeira expressão diz respeito à criação da *World Wide Web* (conhecida também como *www*, ou *web*<sup>27</sup>), que seria um modelo de gerenciamento de arquivos que se tornou padrão na Internet criada na década de 1990 pelo inglês Tim Berners-Lee. Já a segunda expressão, refere-se a outro momento importante no processo de crescimento da Internet, situado no início do século XXI,

---

<sup>26</sup> Para Fábio Chang de Almeida (2011), a *web 2.0*, na prática, significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de *sites* da Internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a interatividade entre os usuários e os *sites*. Com base nesta interatividade, os usuários passaram a colaborar de forma ativa com a melhoria das páginas, ou mesmo com a construção de novas páginas. Ferramentas mais simples para a criação de *sites* foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuram na construção de páginas na Internet.

<sup>27</sup> A *web* baseia-se em uma interface gráfica que possibilita o acesso a dados variados de maneira simples. Antes dela, eram necessários complexos conhecimentos do sistema operacional UNIX para utilizar a Internet. Na segunda metade da década de 1990, com a interface da *World Wide Web*, a Internet popularizou-se, atingindo os usuários domésticos. A *web* é construída a partir do princípio de hipertexto. Este pode ser considerado como um documento digital composto por diferentes blocos de informações conectadas (ou *lexias*). A conexão entre os blocos de informações é realizada através de vínculos eletrônicos denominados links, que permitem o avanço para outras seções dentro do mesmo site, ou o redirecionamento para *sites* diferentes (LEÃO, 2001, pp. 15-16 apud ALMEIDA, 2011, p.13).



mais especificamente em 2004, em que a *web 2.0* surgia como uma suposta segunda geração da *world wide web*.

A *web 2.0* trouxe consigo uma variedade de produtos que se derivaram justamente da mudança de atitude já apontada anteriormente. Uma das consequências dessa nova era foi a popularização dos *blogs*<sup>28</sup>. Inicialmente, a maioria dos blogs funcionavam como “diários virtuais”, onde as pessoas escreviam sobre suas vidas pessoais. Segundo Almeida:

O formato *blog* se popularizou a partir de 1999, e mais ainda com o advento da *web 2.0*. Os *blogs* passaram a abordar todo tipo de conteúdo e agora suas atualizações incluíam textos, imagens, vídeos, músicas, etc. Os *blogs* podem ser escritos por uma ou mais pessoas. Em geral possuem sistemas de comentários através dos quais os leitores podem interagir, deixando registradas suas opiniões acerca dos assuntos tratados. Não são necessários conhecimentos de programação para criar um *blog*. As diversas ferramentas disponíveis para a publicação de *blogs* (*Blogger*, *Blogspot*, *Wordpress*, *Weblog*, etc.) tornam extremamente fácil esta tarefa. Diversas instituições apostam nos *blogs* como uma ferramenta mais dinâmica, a complementar os *sites* tradicionais. A Presidência da República Federativa do Brasil é um exemplo de instituição que mantém um *blog* na Internet (2011, p.14).

Derivado do blog, e por conseguinte produto da *web 2.0*, o *Twitter*<sup>29</sup> surge em 2006 apelidado por muitos como *microblog*. Na mesma esteira, temos a criação da *Wikipedia*<sup>30</sup>, assim como *sites* de relacionamento, criados a partir de teorias de redes sociais, dentre as quais

---

<sup>28</sup> A palavra *blog* é uma abreviação da expressão “web-log”. Um *blog* é também um site, mas um *site* não é um *blog*. Pode-se dizer que a criação de um *site* envolve condições de programação mais complexas que as de um *blog*. Além disso, os *sites* possuem, geralmente, a função de gerar informações acerca de produtos e/ou serviços ofertados por empresas. Nesse sentido, vale ressaltar que um *blog* é um *site* da Internet atualizado geralmente com certa regularidade, onde as atualizações são dispostas em ordem cronológica inversa, ou seja, a visualização se inicia a partir das postagens mais recentes.

<sup>29</sup> O *Twitter* é uma rede social e um serviço de *microblog* para comunicação em tempo real usado por milhões de pessoas e organizações. Usuários do *Twitter* ficam interconectados ao publicar atualizações ao *site*, conhecidas como “Tweets”, para compartilhar, trocar e descobrir informações. As mensagens são mostradas em tempo real, destacando-se pelo compartilhamento de notícias e informações de rápida leitura.

<sup>30</sup> A *Wikipedia* nasceu em 2001 e teve como um de seus fundadores e principal figura em sua divulgação (garoto propaganda) Jimmy Wales. Wales já havia tentado, anteriormente, criar uma enciclopédia livre, porém mais acadêmica e a ideia acabou não vingando, pois, segundo ele mesmo, ela não era tão legal. A ideia, como já citado, era a democratização da informação, em que o conhecimento pudesse ser produzido por qualquer um e distribuído a todos. O projeto começou muito pequeno, com poucos recursos (muitos destes vindos do próprio bolso de Wales) e apenas um servidor. Segundo o próprio Wales, o “estouro da bolha” na Internet e a crise das *.com* no final dos anos 90, foi uma das principais incentivadoras do projeto, pois como os recursos eram escassos e o dinheiro não jorrava de investidores, tudo foi feito com muita parcimônia e baseado em um modelo mais livre.

podemos citar: *Friendster*<sup>31</sup>, *Facebook*<sup>32</sup>, *Orkut*<sup>33</sup>, *MySpace*<sup>34</sup>.. Na área de compartilhamento de imagens e vídeos, podemos citar: *Flickr*<sup>35</sup>, *ImageShack*<sup>36</sup>, *Panoramio*<sup>37</sup>, *Metacafe*<sup>38</sup>, *Dailymotion*<sup>39</sup> e um dos maiores sucessos ainda na atualidade o *Youtube*<sup>40</sup>.

*Apps* são utilizados para acessar a maioria dos produtos citados anteriormente. Também como produtos da *web 2.0*, os aplicativos móveis formam, no século XXI, uma verdadeira força de facilitação do cotidiano das pessoas. Desde 1965, com a criação dos primeiros computadores pessoais, a engenharia de *softwares* avançou de maneira exponencial, fazendo com que os primeiros telefones celulares surgissem, em 1970, no Japão e na Suécia, e por volta de 1980 nos EUA.

---

<sup>31</sup> O *Friendster* foi o primeiro *site* da internet conhecido como uma rede social. Ele saiu em 2002, antes de *Facebook* ou *MySpace*, e trazia algo inédito: você podia criar um perfil só seu e adicionar contatos que você conhecia ou não na vida real. Em poucos meses, ele conseguiu 3 milhões de usuários e virou matéria de tudo que é revista. E ele sobreviveu especialmente na Ásia. Em 2009, foi vendido por 26 milhões de dólares por um conglomerado daquela região e dois anos depois mudou totalmente para virar um *site* de jogos, já sem o conteúdo de rede social. Esse veterano foi descontinuado definitivamente em junho de 2015.

<sup>32</sup> *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da *Facebook Inc.*. Em 4 de outubro de 2012, o *Facebook* atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social virtual em todo o mundo.

<sup>33</sup> O *Orkut* começou a funcionar em 2004, fruto de um engenheiro turco da Google. A divisão por comunidade unia pessoas com gostos parecidos, os scraps e depoimentos eram ótimas formas de comunicação, você passava mais tempo montando o perfil do que escolhendo roupa para sair de casa e novidades que vieram depois, como “Colheita Feliz” e *BuddyPoke*, conquistaram o Brasil. O sucesso foi tanto que a sede veio para cá em 2008. Infelizmente, ele começou a cair vertiginosamente a partir de 2011, com a ascensão do *Facebook*, e fechou as portas para postagens em 30 de setembro de 2014. O arquivo com comunidades e a possibilidade de salvar fotos e informações do seu perfil também já saiu do ar, mas o brasileiro ainda não superou essa perda.

<sup>34</sup> *MySpace* é uma rede social americana que oferece uma rede interativa de amigos, perfis pessoais, blogs, grupos, fotos, músicas e vídeos enviados por usuários. Foi criada em 2003. Inclui um sistema interno de e-mail, fóruns e grupos.

<sup>35</sup> O *Flickr* (um jogo de pronúncia com a palavra *flicker*, que tem vários significados, todos relacionados à luz e alguns de seus efeitos) surgiu no começo de 2004 como um serviço de armazenamento de imagens e comunidade online desenvolvido a partir das mesmas ferramentas utilizadas no jogo *Game Neverending*. Por todos os recursos que possui, e as constantes melhorias, o *Flickr* é considerado um dos melhores serviços *Web 2.0* da atualidade.

<sup>36</sup> *ImageShack* é um serviço de armazenamento em nuvem gratuito e simples de usar. Com uma conta gratuita, você pode subir centenas de fotos e outras imagens, e, ainda, redimensioná-las para o tamanho desejado.

<sup>37</sup> O *Panoramio* foi um serviço do Google em que era possível armazenar e compartilhar fotografias através da internet, anexadas a mapas e localizações dos lugares onde foram tiradas.

<sup>38</sup> O *Metacafe* é um *site* especializado em entretenimento multimídia, ou seja, você encontra conteúdo em categorias como filmes, vídeos, canções, videogames e televisão. Seu grande diferencial é parceria com grandes estúdios de cinema, gravadoras musicais, ligas esportivas, redes de TV e outros. O que proporciona ao usuário um infinito de material de qualidade. Seu conteúdo está dividido em três grandes categorias: filmes, jogos e música. Dentro delas, temos diversas sub que facilitam seu acesso ao que procura.

<sup>39</sup> *Dailymotion* é um *site* gratuito de hospedagem de vídeos similar ao *YouTube*. Assim como o concorrente, o serviço permite enviar vídeos em qualidade *Full HD* e tem aplicativos próprios para Android, iOS, Windows Phone e Windows. No *software* não é necessário criar uma conta para utilizar os serviços, basta logar com um perfil do *Facebook* e fazer o *upload*.

<sup>40</sup> O *Youtube* foi criado em fevereiro de 2005, por Chad Hurley e Steve Chen, dois funcionários de uma empresa de tecnologia situada em São Francisco, EUA. O *site* surgiu em virtude do inconveniente que era compartilhar arquivos de vídeo, já que estes eram muito grandes, o que dificultava seu envio por email. O *site* permite que os usuários coloquem seus próprios vídeos na rede, sendo visualizados por qualquer pessoa no mundo inteiro. O *Youtube* utiliza o formato *Macromedia Flash* para reproduzir os conteúdos, além de permitir que usuários coloquem os vídeos em seus blogs e *sites* pessoais. Todo o potencial do *Youtube* foi reconhecido pela revista americana *Time*, que elegeu o *site* como a melhor invenção de 2006.

Em 2007, chegam ao mercado os primeiros *smartphones* (telefones inteligentes) através do lançamento do primeiro iPhone pela Apple, seguido em 2008 pelo Android lançado pela Google. É com esses lançamentos que os aplicativos ou *softwares* se desenvolveram de maneira exponencial. Nesse percurso, os aplicativos móveis tornaram-se recursos de utilidade quase que indispensáveis na vida no ocidente, na medida em que inovações tecnológicas se pautam e utilizam a rede para facilitar e potencializar o acesso dos indivíduos/consumidores ao mercado neoliberal.

A Internet sem dúvidas derrubou muros, mudou a geografia e dinamizou a noção de espaço, assim como as relações humanas no universo digital. É no ciberespaço, através de uma cibercultura, que as relações de poder têm se constituído no século XXI, por meio de lutas e batalhas empreendidas diariamente. Essa movimentação humana no ciberespaço é o que deve nos interessar enquanto historiadoras. Nesse sentido, é preciso que a historiografia se atente para o *giro digital*, que não é marcado apenas pelas inovações tecnológicas na área da informação e comunicação, mas também, um movimento de resistência teórico e prático, epistêmico e político à lógica positivista marcada pelo eurocentrismo que ainda assola a operação historiográfica.

Sabemos que as fontes provenientes da Internet possuem suas autorias na maioria das vezes desconhecidas, além, obviamente, de estarem carregadas das subjetividades daqueles que as constituem. Segundo Denis Rolland:

*A internet* apresenta um discurso muito indiferenciado e cujo nível de credibilidade científica é, muitas vezes, desconhecido. Assim, a extraordinária transparência da ‘tela’ mascara, com frequência, a opacidade de suas origens e o anonimato de seus criadores ou autores. Pois o escrito ‘virtual’, raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma história sem historiador. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a ‘rede’ não existem hoje senão muitos poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece; e as ‘sitegrafias’ não são numerosas nem muito confiáveis. Há, além disto, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma falta de distanciamento; em função de uma relação mais distante com fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com menos filtros críticos ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico (2004, p.2).

Apesar das colocações elencadas por Rolland apresentarem aspectos concretos a respeito do ciberespaço, esses elementos não podem caracterizar o descarte das fontes digitais ou submetê-las a um regime de constante suspeita por não apresentarem uma veracidade, já

entendida como dada em outras fontes. As fontes digitais apresentam algo que constitui a matéria-prima do trabalho realizado pelas historiadoras: a interação humana.

Não há dúvidas de que o ciberespaço possui especificidades que, na maioria das vezes, dificultam o trabalho das historiadoras por não apresentar alguns elementos que podem ser mais evidentes em fontes não digitais e que não possuem ligações com a cibercultura. No entanto, o ciberespaço apresenta um universo de possibilidades para as historiadoras da História do Tempo Presente, principalmente, pelo fato de serem fontes produzidas no presente por agentes da história que por muitas vezes foram e ainda são esquecidos na malha historiográfica.

É inegável o fato de que a revolução causada pela chegada da internet no Brasil na década de 1990 transformou a experiência humana no espaço e no tempo. Com a internet, arestas foram criadas, frestas foram abertas e novas sendas foram desenvolvidas, alterando de maneira imensurável a experiência dos seres humanos e suas noções de tempo e espaço, estabelecendo uma outra geografia até então não descoberta e, portanto, não vivida. Em uma época em que poucas pessoas tinham acesso à internet por uma questão de classe, a rede funcionava através de um discador e CDs de operadoras. Anos depois, vivemos em um mundo onde com certeza não nos imaginamos e talvez não possamos viver mais sem a conectividade promovida pela rede.

É juntamente com a emergência da internet no Brasil na década de 1990, que surge uma das ferramentas mais importantes para conexão de pessoas através da rede de computadores no Brasil: o bate papo Uol. Ferramenta de suma importância no que tange à comunicação entre pessoas de variadas regiões do país, o bate papo uol também se configura como uma importante ferramenta na constituição de identidades homoeróticas no alvorecer do século XXI.

Antes mesmo de existir a possibilidade de enviar e receber mensagens instantâneas através dos *smartphones*, o bate papo uol se configurava já como um espaço possível de se comunicar com amigos, flertar/paquerar com alguém e conhecer novas pessoas nas várias salas de bate papo do Uol<sup>41</sup>. Criado em 1996, o bate papo uol se configurou desde o início como um espaço de liberdade, já que o anonimato era uma das principais características do *site*. Bastava pedir para “tc” (teclar) com alguém para que uma conversa se iniciasse, sem que nenhuma das partes soubesse realmente com quem estavam “teclando”.

UOL é a abreviatura de Universo On-line. Com mais 3.000 salas de bate-papo abertas, num total de 148.116 lugares, o UOL possui o maior espaço número de acessos em salas de bate-papo do Brasil, com uma média de 22.000 pessoas conectadas. O bate-

---

<sup>41</sup> As salas divididas em temas como Cidades, Idades, Gênero, Imagens, Esportes e Televisão.

papo UOL é dividido em 10 grandes grupos: Por Idade, cidades e Regiões, Tema Livre, Encontros, Imagens Eróticas, Outras Imagens, Salas Abertas por Assinantes e, o grupo que para esta pesquisa nos interessa, o grupo Sexo de salas de bate-papo. Sexo é um grupo que possui 30 subgrupos, alguns repetidos devido o possível volume de interesse – a bem da verdade, como já pude observar pela quantidade de pessoas nas salas, é um dos grupos mais procurados – Virtual, Gays e Afins, Lésbicas e Afins e Sadomasoquismo são subgrupos que possuem além dessas identificações, identificações que são seguidas por nomes de cidades. Além desses subgrupos, ainda há Casais, Amantes, Fetiches, Seguro, ou Bissexuais. Cada um desses subgrupos é composto por um número de salas que varia de uma a 30 e, há ainda, a exemplo do grupo Encontros, 3 subgrupos que levam asterisco indicando a possibilidade de ingresso às salas somente para assinantes UOL: Heterossexuais – A Dois, Gays e Afins – A Dois e Lésbicas e Afins – A Dois, e ainda como a sala reservada para assinantes no Encontros, estas salas costumam estar vazias. Há ainda um subgrupo do Sexo que é intitulado Outros Idiomas, um Ver Vídeo Erótico e um dedicado ao Mix Brasil, maior portal GLS do Brasil, que também utiliza o espaço do portal UOL – <http://mixbrasil.uol.com.br> – o subgrupo intitulado com o mesmo nome, Mix Brasil, com 2 salas (NAZÁRIO JUNIOR; SEGATA, 2011, p.p 189-190).

Com um funcionamento bastante peculiar, se analisado com as lentes do presente, para utilizar o bate papo não era necessário possuir uma conta fixa ou um perfil, bastava escolher um *nickname* (nick) e entrar na sala que quisesse, a não ser que a sala desejada estivesse cheia, o que acontecia quando o número de usuários em uma sala chegava a 30 participantes. No entanto, esta restrição não se aplicava a assinantes.

Em 2017, quando o bate papo uol completava 21 anos de existência, o *site* Tecmundo realizou uma retrospectiva do que nós podemos chamar de um gigante da internet no Brasil. Além de uma história extensa e muito importante para o desenvolvimento do ciberespaço no país, a UOL mostra que ainda pode produzir produtos que apesar do tempo podem se manter relevantes mesmo após duas décadas de existência. Segundo o *site* Tecmundo,

de acordo com a UOL, no final da década de 1990 eram cerca de 30 mil participantes simultaneamente, com picos de 1,5 milhão de visitas diárias. Em maio de 2017, a participação simultânea é o dobro disso, com picos de visitas de mais de 2,5 milhões (TECMUNDO.COM.BR, 2017).

A subversão causada pela internet nas noções de tempo e espaço é sem sombra de dúvidas umas das características mais interessantes se pensadas a partir das possibilidades, como, por exemplo, a de se fazer sexo aqui e agora com outra pessoa há milhares de quilômetros. Nesse sentido, o bate papo uol torna-se uma ferramenta de suma importância para se pensar a constituição de múltiplas identidades e práticas sexuais que geralmente estão relegadas à ordem do invisível e condenável no mundo *off-line*.

No entanto, o papel desempenhado pelo bate papo no processo de formação e cristalização de identidades homossexuais ainda precisa de discussões que ultrapassem a análise das relações ambíguas entre a masculinidade, efeminização e a passividade, que se dá através

dos jogos discursivos das salas do bate papo. Como aponta Buturi Junior (2014), ainda há muito a se pensar e analisar no que diz respeito ao impacto do bate papo na transformação das práticas homossexuais e da produção de sujeitos.

Esses discursos guardam uma relação importante com a nomeação [...] a construção de uma identidade gay no Bate Papo UOL – Sexo Gay parte de um discurso marcadamente hierárquico, em que ativos e passivos encenam formas de sujeitos incomensuráveis (BUTURI JUNIOR, 2014, p. 317).

Neste território que se configura com uma geografia muito específica, esses indivíduos em desacordo social, acabam por vivenciarem uma liberdade sem precedentes na busca pelos seus desejos, que segundo Bragança (2017), só é possível, pois, tais sujeitos encontram-se “descorporificados” e “desubjetivados”. Porém, acredito que um uso melhor dessas expressões deva ser aplicado, na medida em que penso não a descorporificação ou desubjetivação, mas sim a construção de outras subjetividades e corporalidades que se formam e cristalizam no ciberespaço.

Os deslocamentos discursivos realizados nesses espaços geram o esmaecimento das linhas entre o oral e o escrito, entre o formal e o informal. Buturi Junior afirma que “as escritas de si dos sujeitos homossexuais, apesar de publicizadas ao extremo, guardam traços de esferas menos institucionalizadas” (2014, p. 310). Para o autor, o processo de construção de um discurso virtual em prol da pluralidade/diversidade LGBTQIA+ passou por transformações que levaram a uma reformulação dos termos da diversidade, a partir de um discurso da privacidade que se constitui na internet. E, com isso, houve um recrudescimento de um modelo de masculinidade único, juntamente com a produção e expulsão de alteridades outras. Na esteira desse raciocínio, torna-se imperioso pensar a existência do bate papo Uol e outros *webchats* para além de seus recursos técnicos, sociais e simbólicos, pois é preciso:

[...] descrever os processos de construção de subjetividades e identidades de gênero que acontecem naquele contexto, ‘desontologizando’ e ‘dessubstancializando’ as tradicionais noções de um ‘eu’ fixo, de uma identidade de gênero fixa e permanente, de uma subjetividade ontologicamente constituída e que apenas se atualiza, ou ressignifica-se; uma antropologia que pense em subjetividades no plural, efêmeras, ou duradouras; gendradas, ou polimorfos; subjetividades e identidades para além de um eu, pensando em sujeitos que são relação e não sujeitos que previamente são, para depois fazerem relações’ (NAZÁRIO JUNIOR; SEGATA, 2011, p. 209).

O bate papo uol tem se configurado, desde meados da década de 1990, como uma ferramenta poderosa na construção e cristalização de outros/as corpos, subjetividades, emoções e noções de feminilidade e masculinidade<sup>42</sup>. No entanto, pensar as nuances da sobrevivência de

---

<sup>42</sup> Ver MISKOLCI (2017).

um *site de chat* na era dos *apps* parece uma jornada cativante, mas não é o foco deste trabalho. Em 2018, a UOL liberou dados referentes ao bate papo no período do Carnaval, no qual o mesmo atingiu um recorde histórico ao chegar a registrar 79.791 usuários simultâneos, de acordo com dados fornecidos pelo *Google Analytics*. Ainda de acordo com dados do *Google Analytics*, entre 9 e 15 de fevereiro de 2018, o Bate-papo UOL recebeu mais de 4.087.054 de visitas, que passaram mais de 2.470.415 horas na plataforma, seja no computador, celular ou aplicativo. Apesar de ter ganho uma versão em *app* em 2014, os usuários ainda acessam o bate papo em maior parte pelo *site*, o que gera dúvidas e curiosidades, que não serão contempladas aqui. Contudo, pensar a constituição de uma outra geometria de identidades homossexuais no ciberespaço no Brasil, sem levar em consideração o pioneirismo e a historicidade do bate papo uol, pode levar a um grande empobrecimento de qualquer análise.

### 2.3 UMA NOVA CORPOREIDADE: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Analisando a trajetória da mídia alternativa gay, podemos perceber também os processos de uma reestruturação dos espaços de sociabilidades e das questões ligadas à mediação dos corpos no universo cibernético instaurado na virada do século XX para o XXI. O universo digital apresenta infinitas possibilidades de sociabilidade, identificações, redes de amigos, relacionamentos, compras, publicidade, dentre várias outras características que aqui não pretendemos esgotar.

É perceptível que a virada do século XXI promoveu, de certa maneira, uma alteração considerável no *status* da escrita. Muitos espaços digitais apresentam uma escrita difundida<sup>43</sup>, produzida por variados sujeitos, a partir de diferentes locais de enunciação que interseccionam diversas opressões em escalas variadas que afetam e edificam a escrita nesses espaços digitais.

São nesses espaços que residem aspectos privilegiados apresentados por algumas fontes digitais, já que elas são atravessadas por questões que perpassam as subjetividades, identidades, afetos e demais aspectos ligados à formação de seus usuários. Nesse sentido, podemos pensar os espaços/fontes digitais como espaços privilegiados ao apresentarem uma geografia das identidades e poderes que constituem as dicotomias *hegemônico* e *subalterno* e todo o espectro existente entre essas duas marcações. Esta geometria apresenta de maneira

---

<sup>43</sup> Uma escrita digital marcada por um processo de subalternização e que não pode ser mais lida como uma escrita estrita a determinados grupos. Sendo assim, é preciso pensar as questões que relacionam oralidade e as tecnologias.

densa as disputas ideológicas que se dão na rede e a coexistência das preferências políticas, sociais, econômicas e as mais íntimas no ciberespaço.

Nessa perspectiva, o ciberespaço como uma extensão do espaço geográfico materializado, acaba alargando as possibilidades de alguns debates, corpos, performances, identidades, afetos, mas a matriz de inteligibilidade que o alimenta é hegemônica, por isso a importância de pensar as disputas narrativas que se dão na Matrix/Matriz de e por inteligibilidade. São esses espaços/suportes digitais que podem se converter em documentos importantes para analisar novos formatos de escritas de si, subjetividades, memória, dentre outros elementos importantes para a análise humana.

A mídia alternativa gay produzida e veiculada, a partir da metade do século XX, tinha como objetivo promover um espaço de sociabilidade, mas também de lutas. No entanto, com o advento do neoliberalismo, esses espaços se tornaram ferramentas na manutenção da gestão/disciplina dos corpos, performances e identidades. Se pensarmos os aplicativos digitais e o próprio ciberespaço, percebemos que diferente dessa mídia alternativa, aqueles surgem com o neoliberalismo, e por isso nascem com o intuito de mercantilizar esses corpos, performances e identidades. Podemos perceber esta mercantilização em variados espaços do universo digital, mas aqui vamos exemplificar através dos aplicativos de pegação/relacionamento Grindr e Tinder.

As relações construídas nesse locus espaço-temporal estabelecido pela rede não estão isentas da malha ultraconservadora que escaneia a realidade material atrás de vírus, comportamentos e corpos inconformes com o regime de visibilidade/inteligibilidade vigente. Ao ignorar as especificidades desses regimes em suas atuações no ciberespaço, incorrem-se erros que reiteram uma estrutura homofóbica específica, alimentando estereótipos heteronormativos cultural e socialmente definidos. “Nesse contexto, os aplicativos geossociais *[sic]* gays não inibem esses estereótipos, mas criam condições de possibilidade para que eles se fortaleçam” (JESUS, 2017, p.65).

O aspecto da “discrição” evocado por variados usuários das redes geosociais ocorre, muitas vezes, por conta da busca de uma melhor aceitação em certos espaços. A operação por trás disso atrela-se à dinâmica que o espaço técnico/virtual possui de reconfigurar e desenvolver contatos homossexuais separados da dimensão pública e suas violências e cerceamentos. Como relata Miskolci (2013), as relações homoeróticas desenvolvidas no contexto da rede, são marcadas por um culto/valorização da masculinidade hegemônica, que permite que homens



vivenciem, segundo o autor, uma relação de camaradagem/**brotheragem**<sup>44</sup>, que reconhece a superioridade da heterossexualidade, e, por isso, permite que tais sujeitos se relacionem sem estarem expostos às violências, maus tratos e humilhação dos quais mulheres e afeminadas são alvos na esfera pública.

No entanto, o que escapa para alguns autores são justamente as regulações de gênero, geração, classe, raça, sexualidade e etnia que são acionadas pelos indivíduos que se corporificam através das mídias digitais em um mercado que tem cada vez mais transformado o gênero e a sexualidade em *commodities* de grande importância para a manutenção da heteronormatividade compulsória. Como retrata Rodrigo Melhado (2015), em diálogo com a socióloga marroquina Eva Illouz (2007 e 2011), que

considera as plataformas de busca de parceiros *online* como um mercado sexual, na medida em que a busca organizada dos perfis incita os usuários a descreverem-se por técnicas mercadológicas visando ampliar seu destaque na rede. As dinâmicas de busca *online* atualizam as formas como a busca se dava antes do advento da internet. O amor romântico, antes delimitado a uma quantidade escassa de parceiros, é traduzido em abundância de possibilidades de parceiros dentro da rede. Nunca fizera parte da dinâmica da paquera saber as intenções ou preferências de seus pretendentes de forma tão objetiva como encontrada *online* (ILLOUZ, 2011 *apud* MELHADO, 2015, p.119).

A corporificação desses sujeitos no espaço online, exige destes, regimes de presentificação e tradução específicos, na medida em que a dinâmica do mercado requer corpos milimetricamente detalhados através de descrições que somadas às fotos “[...] servem para provar a veracidade do corpo anunciado” (MELHADO, 2015, p.120). As relações que se configuram durante a construção dos efeitos de veracidade dos corpos que compõem as malhas das mídias digitais, acabam por realizar a manutenção de certos padrões que desenvolvem uma variação particular da noção de armário já que “[...] impede a aceitação plena da diferença [...] e tem nos aplicativos de redes geossociais (*sic*) gays uma ferramenta que reforça a superioridade da masculinidade heterossexual, mas viabiliza o contato homoerótico e homoafetivo”. (JESUS, 2017, p.75).

Esse armário paradoxal, por mais descorporificado que pareça, não é regido pela ausência do corpo, mas sim, por uma gradação que se dá entre os corpos que importam e aqueles que não. Como nos aponta Rodrigo Melhado (2015), o corpo figura em um lugar de suma importância no universo digital, na medida em que o corpo é demandado por vezes em se traduzir através de categorias numéricas, estilos de vida, dentre outros quesitos. Nesse sentido, há a confirmação da importância da presença dos corpos, principalmente, quando os corpos

---

<sup>44</sup> Acréscimo meu.

massivamente indesejados são chamados para confirmar uma busca mais detalhada, pois constituem, em vários casos, segmentos específicos dentro das mídias digitais.

Pensar a constituição dos corpos que não importam como marcadores/filtros de suma importância na busca por corpos que importam, foi e ainda é o que me leva a refletir sobre a constituição dos anticorpos criados para o processo de seleção. As mídias digitais, como apontado por Richard Miskolci (2015), recriaram, de certa maneira, os espaços/sociabilidades experienciados pelas homossexualidades masculinas. Analisar o processo de corporificação dos sujeitos na rede no que tange à sexualidade requer o entendimento de que gradações entre os corpos são estabelecidas por um mercado que se atualiza constantemente.

Logo, pensar a experiência homossexual masculina com as mídias digitais, me leva a pensar a constituição das primeiras salas de bate-papo que surgiram no Brasil com a chegada da internet comercial na década de 1990, e que logo depois se lapidou através de *sites* de relacionamento que foram desenvolvidos posteriormente. Mas é a partir da entrada na segunda década do século XXI com o advento dos apps de pegação/relacionamento, que houve uma maior disseminação das relações homoeróticas e homoafetivas através da rede. É nesse contexto que são lançados os aplicativos *Grindr* e *Tinder* que nesta pesquisa figuram como fontes de análise.

O *Grindr* foi pioneiro em se colocar no mercado como um *app* de pegação/relacionamento que usa o sistema de GPS, para mostrar o quão próximos os usuários estão um do outro. Com uma interface que une dois tipos de texto, foto e bio, o *Grindr* está na vanguarda dos aplicativos gays construídos para aparelhos móveis. Criado em 2009, por Joel Simkhai<sup>45</sup>, e desde então tem aumentado seu número de *downloads*, chegando a ter hoje mais de 10.000.000 de usuários globais. Segundo a descrição do *Grindr* na *Play Store*<sup>46</sup>, o *app* é voltado para homens gays, bi e curiosos. Um lugar onde se pode compartilhar fotos e encontrar parceiros com os mesmos interesses.

O Grindr é o melhor aplicativo social móvel GRÁTIS para gays, bi, trans e homossexuais se encontrarem. Converse e encontre com pessoas interessantes de graça, ou faça upgrade para o Grindr XTRA para ter mais recursos, diversão e chances de conectar. O Grindr está mais rápido e melhor do que nunca [...]. Crie e personalize seu perfil agora para incluir mais sobre você, o que você está buscando e mais. Dentro de alguns minutos você estará pronto para se conectar, conversar e conhecer. Quer ainda mais? Faça upgrade da sua experiência Grindr para XTRA e tenha mais funções,

<sup>45</sup> Empresário israelense-americano, nascido em Israel, atua na área da tecnologia. É o fundador e ex-CEO da rede geossocial e aplicativos de namoro *Grindr* e *Blendr*.

<sup>46</sup> É uma loja *on-line* onde é possível encontrar *apps*, jogos, filmes, programas de TV, livros e outros produtos. Essa loja está disponível nos aparelhos com sistema android. Já nos aparelhos com sistema iOS, encontra-se na *Apple Store*.

liberdade e diversão. [...]. O Grindr tem alguém para todo mundo. Não importa o que você esteja buscando, você pode encontrar aqui! (GRINDR/PLAY STORE, 2021).



Figura 4 - Símbolo do aplicativo Grindr

Nesse aplicativo, é possível ver as pessoas que estão próximas com base na ferramenta de geolocalização<sup>47</sup>, navegando por perfis estruturados a partir de fotos, autodescrições e filtros que podem ou não serem preenchidos pelos usuários. Esses filtros buscam personalizar a busca no aplicativo se você for um usuário da versão *XTRA*<sup>48</sup>, as possibilidades de funções aumentam, o que, segundo o app, aumenta sua liberdade e diversão. Atualmente a versão 7.10.0 do *Grindr* conta com a seguinte estrutura.

---

<sup>47</sup> Geolocalização é a identificação ou estimativa da localização geográfica do mundo real de um objeto, como uma fonte de radar, telefone celular ou terminal de computador conectado à Internet.

<sup>48</sup> O *Grindr XTRA* é a versão premium do *Grindr*. Nesta versão paga do app, o usuário passa a ter acesso a outras funcionalidades que na versão gratuita não estão disponíveis.

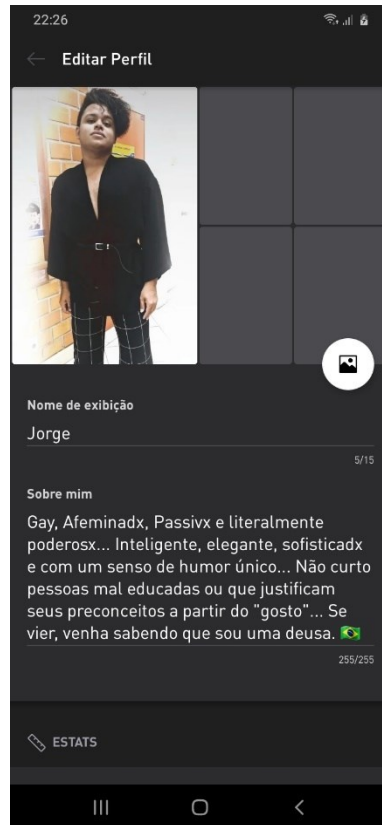


Figura 5

Ao se registrar no aplicativo, o usuário deve criar um perfil que é construído mediante informações que são inseridas de acordo com a sua vontade. Como observado acima, pode-se inserir uma ou mais fotos, desde que não apresentem nudez, o que é proibido pelo *app* nas fotos de perfis. Em seguida, pode ser inserido um nome que irá aparecer para as outras pessoas que irão visualizar o perfil e uma autodescrição/bio intitulada *Sobre mim*. Após isso, o usuário pode preencher uma série de informações relacionadas ao seu corpo, expectativas, identidade, saúde sexual e conectar o *Grindr* a suas outras redes sociais.

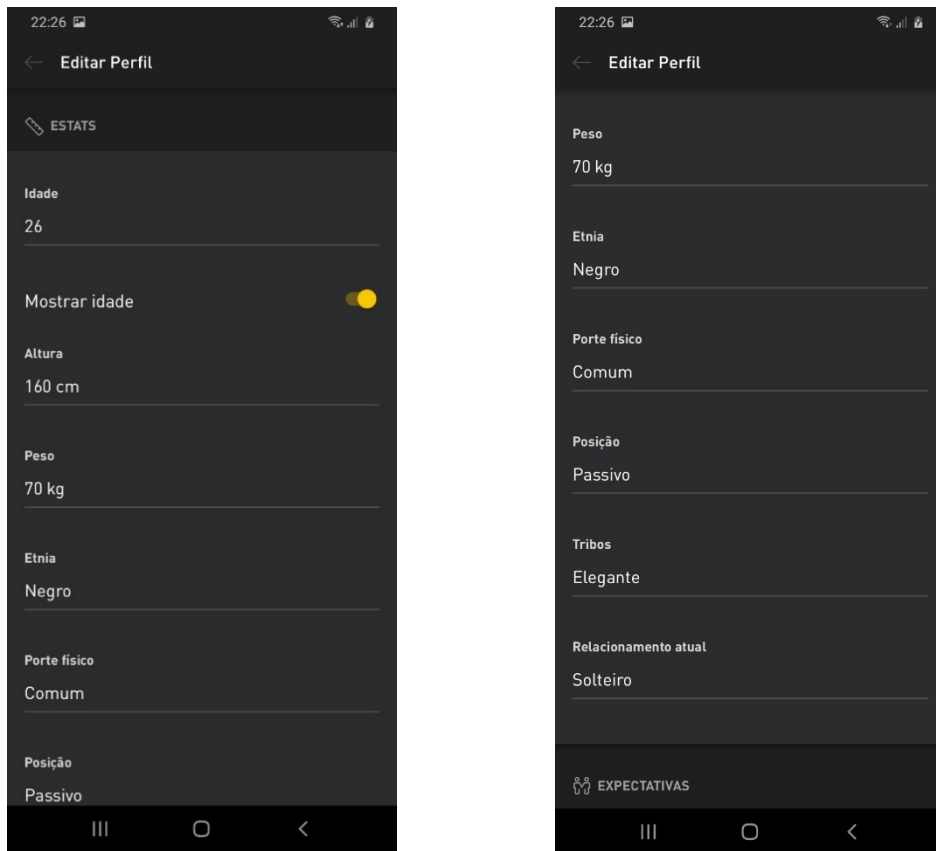


Figura 6

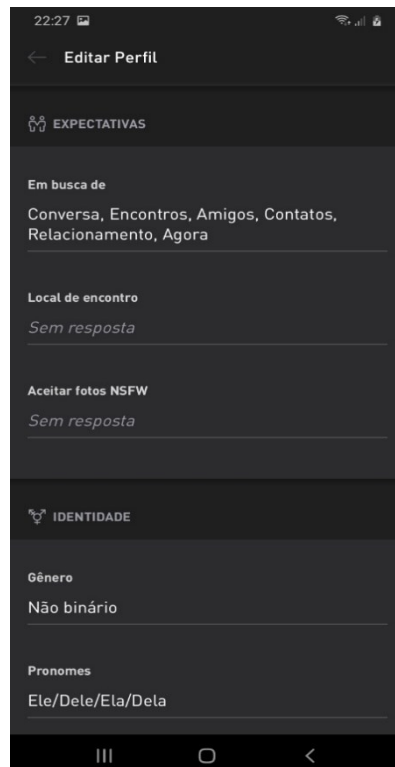


Figura 7

Como mostra a figura 6, a seção “Estats”<sup>49</sup> é pensada para que o usuário insira informações relacionadas a suas medidas corporais, preferências sexuais, etnia, além de poder colocar sua idade, tribo em que acredita estar inserido e seu atual status de relacionamento. Em seguida, a seção “Expectativas” oferece ao usuário a possibilidade de inserir o que busca, variando as possibilidades entre Conversa, Amigos, Contatos, Relacionamento, Agora ou Encontros. Ainda nessa seção, é possibilitado ao usuário que avise caso tenha ou não um Local de encontro ou se aceita receber fotos NSFW<sup>50</sup>.

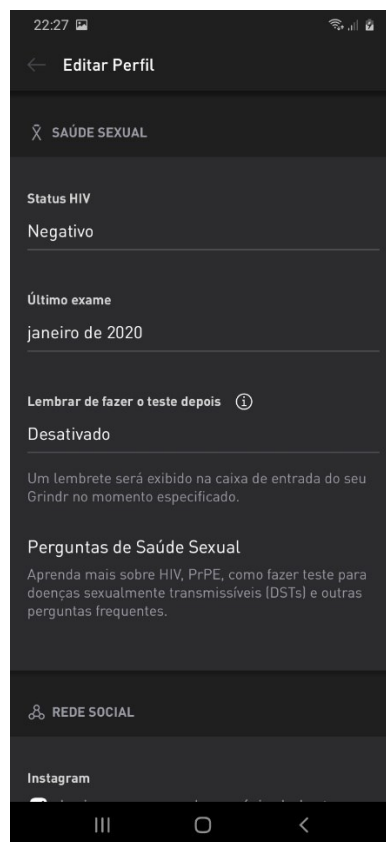


Figura 8

<sup>49</sup> Expressão que traduzida do inglês significa “propriedades”, mas também é comumente traduzida do Catalão significando “estado”. Nessa aba do *app*, o usuário insere informações relacionadas a seu estado físico como altura e peso por exemplo.

<sup>50</sup> A expressão NSFW (*Not Safe For Work*) para advertir sobre o conteúdo de uma foto, indicando que a mesma não deve ser aberta em público.

Na seção “Identidade”, as duas informações que podem ser disponibilizadas pelo usuário dizem respeito ao “Gênero”<sup>51</sup> e aos “Pronomes”. No local destinado ao “Gênero”, há a possibilidade de especificar a identidade de gênero que será exibida no perfil, a partir de quatro segmentos estabelecidos: “Sem resposta”; “Homem”; “Mulher” e “Não conformista”. Dentro das possibilidades Homem e Mulher, encontram-se as possibilidades: “Homem”; “Homem Cis”; “Homem Trans”; “Homem personalizado”<sup>52</sup>; “Mulher”; “Mulher Cis”; “Mulher Trans” e “Mulher personalizada”. Na possibilidade “Não conformista”, encontram-se as possibilidades: “Não binário”; “Não conformista”; “Queer”; “Travesti” e “Não binário personalizado”. A subseção “Pronomes”<sup>53</sup> é voltada para os usuários trans e não binários comunicarem os pronomes pelos quais atendem. Nesta subseção, as possibilidades de preenchimento são: “Sem resposta”; “Ele/Dele”; “Ela/Dela”; “Eles/Deles” e “Pronomes personalizados”.

Na seção “Saúde Sexual”, como pode se observar na figura 8, os usuários podem preencher informações acerca de sua saúde sexual, utilizando as subseções “Status HIV”, “Último exame” e “Lembrar de fazer o teste depois”. O “Status HIV” permite o usuário preencher a partir das seguintes formas: “Sem resposta”; “Negativo”; “Negativo, usando PrEP”; “Positivo” e “Positivo, não detectável”. O Último exame relacionado ao “status HIV” pode ser informado pelo usuário das seguintes formas: “Sem resposta” ou “informando o mês e ano da realização do último teste”. Ainda na seção “Saúde Sexual”, há a possibilidade de habilitar um lembrete para a realização de exame posterior e uma parte voltada para sanar dúvidas dos usuários referentes a DSTs e outras perguntas referentes à saúde sexual.

---

<sup>51</sup> Nessa subseção, são disponibilizadas possíveis identidades de gênero as quais os usuários podem utilizar para se descreverem. Ainda nesta aba, são apresentados textos em inglês explicando as identidades de gênero que ali estão listadas.

<sup>52</sup> Nessa aba, o usuário possui 20 caracteres para descrever sua identidade de gênero de forma personalizada.

<sup>53</sup> Nessa seção, os usuários encontram um texto em inglês informando sobre a cisgeneridade e outras informações a respeito da temática.

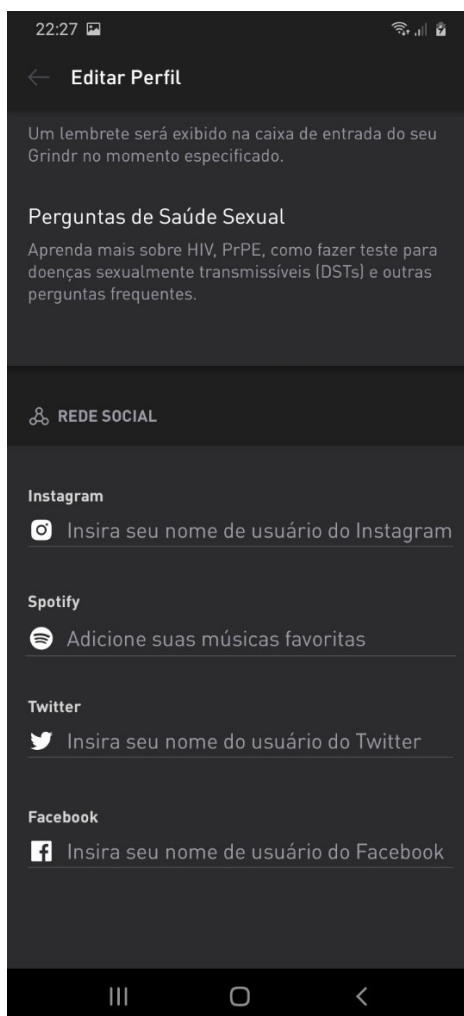


Figura 9

Na última seção intitulada de “Rede Social”, é permitido ao usuário conectar o seu perfil no *Grindr* a suas outras redes sociais, no caso: *Instagram*<sup>54</sup>; *Spotify*<sup>55</sup>; *Twitter*<sup>56</sup> e *Facebook*<sup>57</sup>. No que diz respeito ao *Spotify*, é permitido que o usuário adicione suas músicas favoritas, o que vai aparecer em seu perfil quando este for visto por outros usuários. Com relação às outras redes, há a possibilidade de inserir o nome de usuário de cada uma, o que

<sup>54</sup> *Instagram* é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Tumblr* e *Flickr*.

<sup>55</sup> *Spotify* é um serviço de *streaming* de música, podcast e vídeo que foi lançado oficialmente em 7 de outubro de 2008. É o serviço de *streaming* mais popular e usado do mundo. Ele é desenvolvido pela *startup Spotify AB* em Estocolmo, Suécia.

<sup>56</sup> *Twitter* é uma rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.

<sup>57</sup> *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da *Facebook Inc.*. Em 4 de outubro de 2012, o *Facebook* atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo, por isso, a maior rede social virtual em todo o mundo.



possibilita que alguém que visite seu perfil no *Grindr* acesse sua conta no Instagram e veja suas fotos, ou até mesmo sua conta no *Twitter* e *Facebook*.

Desde o lançamento, em 2009, o *Grindr* tornou-se a maior rede social para conectar pessoas gays, bi, trans e queer no mundo inteiro. Dez anos após o seu lançamento, o aplicativo conta com milhões de usuários diários que usam a plataforma baseada em geolocalização e conectam-se com quem está por perto ou em quase todos os países, nos quatro cantos do planeta. Assim como o *Grindr*, o *Tinder* também se popularizou enquanto um aplicativo voltado para encontros, amizades e relacionamentos, e, por não se delimitar ao público LGBTQIA+, o aplicativo conta com mais de 100.000.000 (cem milhões) de *downloads* globais. De acordo com a descrição do *Tinder* na *Play Store*, o *app* possibilita namoros, amizades, relacionamentos casuais, um *match* perfeito e tudo mais que for possível. Apontando seus mais de 30.000.000.000 (trinta bilhões) de *matches*, o *Tinder* se afirma como o *app* de relacionamentos mais popular do mundo.

De encontros casuais e paqueras a encontrar um parceiro para um relacionamento sério, conversar com pessoas novas e encontrar novas amizades, no *Tinder* você encontra tudo isso! Conheça os solteiros que estão perto de você neste aplicativo de relacionamento grátis que só dá *match* quando os interesses são iguais. Pense que somos seu parceiro mais confiável: onde quer que você vá, nós estaremos lá. Do Rio a São Paulo, ou em qualquer lugar no meio do caminho. Se você quer aumentar os contatinhos, expandir sua rede social, conhecer pessoas locais quando está viajando ou apenas viver o agora e acabar com a solidão, você veio ao lugar certo. Comece a se divertir e conheça pessoas novas com o aplicativo mais utilizado da atualidade: Bate papo. Amizade. Encontro. É muito fácil e divertido usar o *Tinder* e começar a flertar: deslize para a direita se curtir alguém ou para a esquerda se não estiver interessado. Se alguém curtir você de volta, Deu *Match*! Criamos o processo de dupla confirmação, por isso, o *Match* só acontece quando há interesse mútuo. Sem estresse. Sem rejeição. Só diversão. É só deslizar nos perfis que você tem interesse, conversar no bate papo com seus *Matches* e seguir seu coração. Depois, que tal deixar seu telefone de lado e conhecer pessoas na vida real para dar início a algo novo? Pode virar um namoro, um romance, um crush, um contratinho ou uma amizade. Agora, é só começar e curtir. Confie na gente, quanto mais opções tiver para flertar no bate papo, mais interessante fica a vida, com menos solidão e mais amigos. Bem-vindo ao *Tinder* (...) (TINDER/PLAY STORE, 2021).

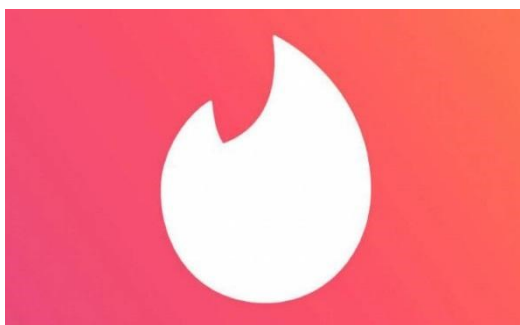


Figura 10 - Símbolo do aplicativo *Tinder*

O *Tinder* é um aplicativo de relacionamento também baseado em geolocalização. Fundada em 2012, nos Estados Unidos, a plataforma permite que os usuários criem novas conexões a partir de perfis pessoais que são construídos por meio da junção de fotos, autodescrição/bio e o preenchimento de alguns filtros e informações dos usuários. Os filtros e informações fornecidas visam melhorar o processo de busca por parceiros, se o usuário possuir o *Tinder Plus*<sup>58</sup> ou *Tinder Gold*<sup>59</sup>, as possibilidades são ainda mais ampliadas.

A dinâmica do aplicativo *Tinder* é parecida com um jogo como afirma PELÚCIO (2015). Para iniciar o jogo da “pegação” digital, o usuário precisa criar um perfil e depois escolher três filtros de seletividade na busca por parceiros: a distância entre o seu perfil e os outros – estipulada no máximo até 159 km; o gênero - homens, mulheres ou trans; e a faixa etária – de 18 anos em diante. Atualmente a versão 12.9.0 do *Tinder* conta com a seguinte estrutura:

---

<sup>58</sup> Segundo o *site* Techtudo, “o *Tinder Plus* permite curtidas ilimitadas, controles de perfil — como não mostrar sua idade ou distância — e voltar em um perfil que você passou sem querer ou deseja olhar novamente. Além disso, essa modalidade oferece um boost gratuito por mês (para que seu perfil seja listado entre os principais da sua área pelo período de 30 minutos), super likes adicionais e o recurso passaporte — que ajuda você a se conectar com pessoas solteiras de outros lugares do mundo” (TECHTUDO.COM.BR, 2020).

<sup>59</sup> O *Tinder Gold* engloba todos os aspectos do Plus e apresenta um diferencial: a função “Likes You” (curtiu você), que permite saber quem te curtiu, antes de dar o “match”.

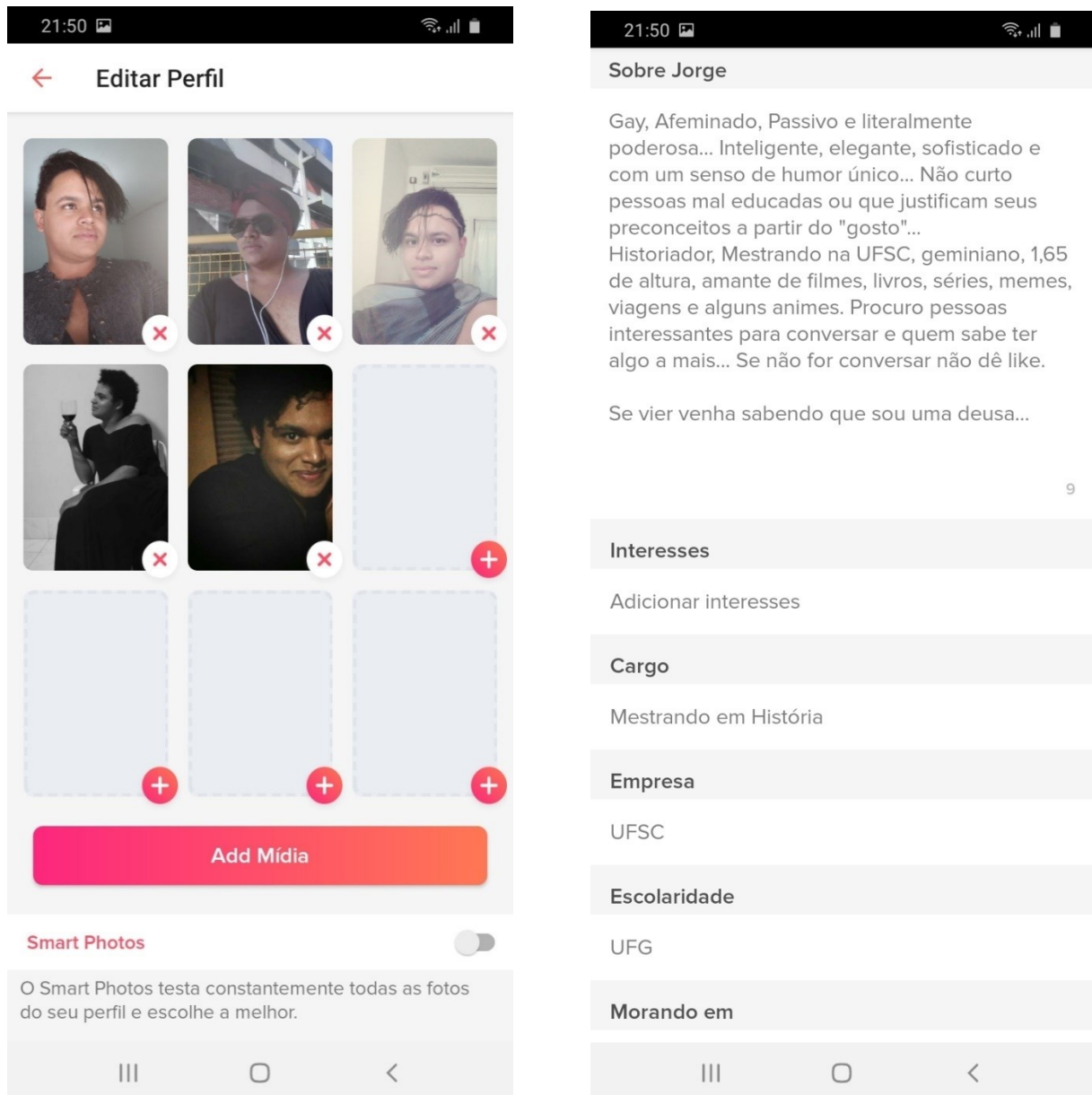


Figura 11

O usuário adiciona mídias que podem ser fotos ou *boomerangs*, as quais podem ser constantemente filtradas pelo próprio *app* em busca da melhor para estar em primeiro lugar, e isso acontece através da função *Smart Photos*. Em seguida, há a possibilidade de acrescentar uma autodescrição/bio que é apresentada juntamente com outras informações como “Interesses”, “Cargo profissional”, “Empresa”, “Escolaridade” e “onde o usuário mora”. Assim como outros apps de relacionamentos, o *Tinder* também se conecta a outras plataformas como foi apresentado no caso do *Grindr*. Ainda construindo o processo de busca por parceiros, o usuário pode escolher quais perfis quer ver de acordo com a distância, que medida em km, pode chegar até 161 km. Com relação à identidade de gênero, o *app* é mais binarizado no que tange

à busca, pois oferece a possibilidade de mostrar homens, mulheres ou ambos. Já na autodescrição, permite que os usuários acrescentem identidades de gênero que os deixem confortáveis. E por último, a seção “faixa etária” fecha o *hall* de filtros que são acionados no processo de busca do *Tinder*<sup>60</sup> (Ver figura 3).



Figura 12

<sup>60</sup> A versão analisada aqui é a gratuita, logo, não tive acesso às funções do *Plus* e do *Gold*.

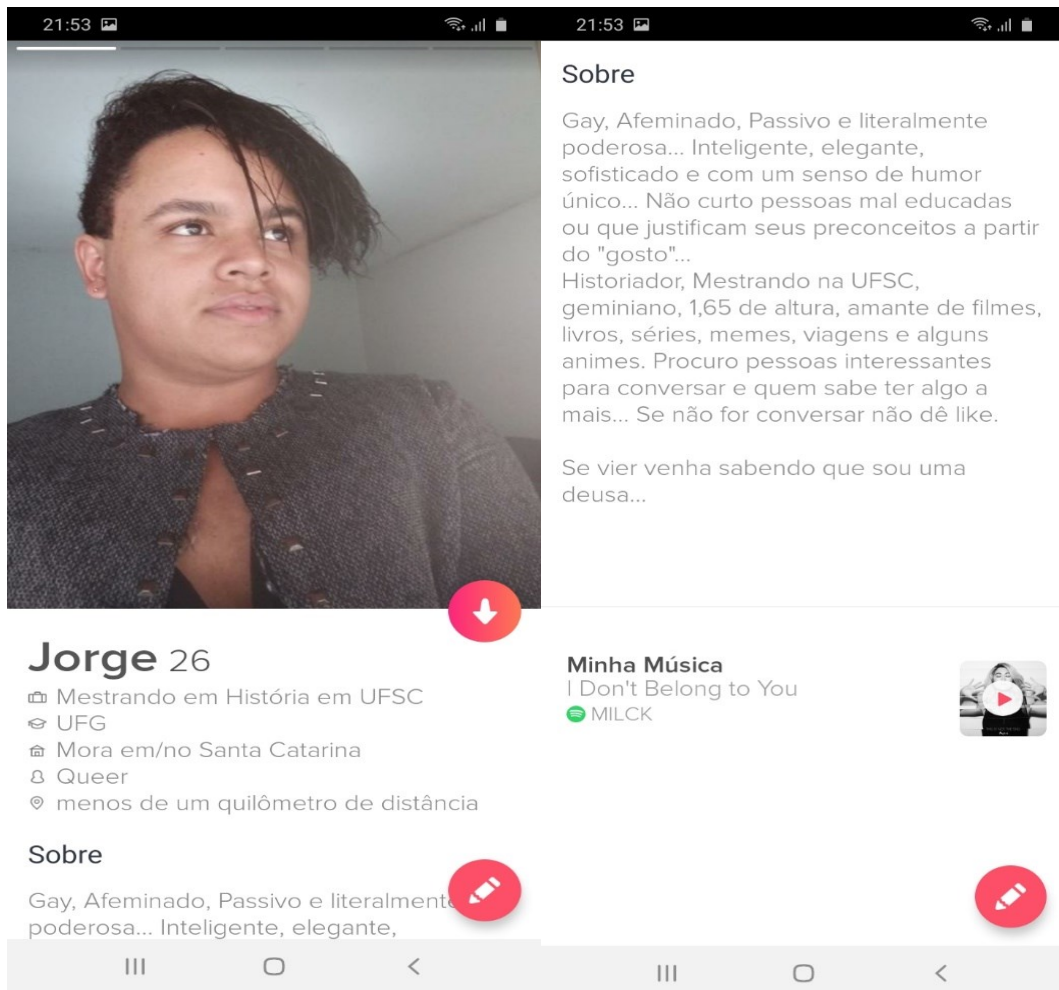


Figura 13

O perfil final, se preenchido totalmente ou em sua maioria, apresenta a estrutura exposta na figura 13. A “caçada” *online* no *Tinder* é marcada por seis funcionalidades: o “Like”, o “Nope”, o “Superlike”, o “Boost” e as funções “voltar” e “atualizar”. O “Like” ou “curtir” – simbolizado pelo coração na cor verde – é acionado para perfis que os usuários se interessam. E o “Nope” ou “passar” – simbolizado pela letra x na cor vermelha – é acionado para descartar os perfis. O “Superlike” é simbolizado por uma estrela azul e enfatiza o “like” dirigido a determinado perfil que aparecerá para quem o recebe independentemente do outro ter dado “Like” em quem enviou o “Superlike”. O “Boost” simbolizado pelo raio na cor roxa possibilita que o perfil do usuário que o acione apareça mais vezes em detrimento de alguns no processo de busca. A função “voltar”, simbolizada pela seta amarela em formato circular, permite que os usuários voltem em perfis que inicialmente deram “Nope” (Ver figura 14).

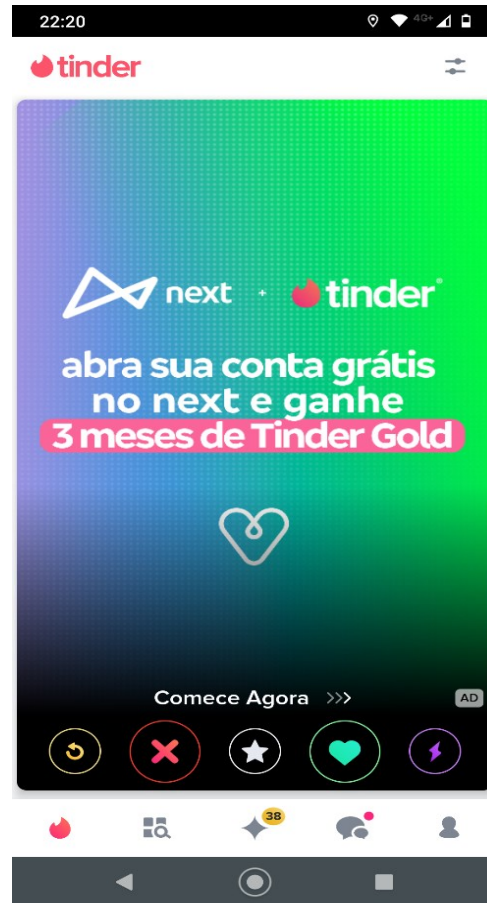


Figura 14

De acordo com a companhia, atualmente o aplicativo é responsável por cerca de 1.6 bilhões de "deslizadas" por dia e, no total, por 30 bilhões de *matches*/combinações, estando o *app* disponível para mais de 190 países. O *Tinder* chegou ao Brasil em 2013, sendo o terceiro país em número de usuários na plataforma no mundo. O primeiro e segundo lugar ficam para os Estados Unidos e Reino Unido, respectivamente.

É perceptível o alcance desses aplicativos, dado o desenvolvimento tecnológico proporcionado principalmente pelo processo de globalização neoliberal. No entanto, essa expansão não significa apenas a conexão de sujeitos espalhados pelo globo, mas também, significa um novo status de sujeito, subjetividades, emoções e de corpo, se esse organismo for compreendido para além do biológico, um indivíduo biomidiado<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Ver CLOUGH (2010).

A partir dessas colocações, tento estabelecer um espaço de análise possível no universo midiático digital, para pensar as estruturas de subjetividades como intrínsecas à organização social. Nesse sentido, é preciso perceber como as emoções, desejos e subjetividades são dispostivas como recursos do Estado para estabelecer as políticas que organizam a sociedade a partir do gênero<sup>62</sup>. Dessa forma, entender o gênero e a sexualidade como as primeiras formas de significar o poder no seu aspecto relacional, me leva a pensar os usos e abusos que são realizados sobre as emoções que atuam como ferramentas que mantêm os papéis binários estáticos.

É pensando esta empreitada de buscar novas fontes para refletir sobre a história das populações marginalizadas, dando maior visibilidade às estruturas de afetos, sentimentos e subjetividades que compõe uma outra geometria no ciberespaço, que esta pesquisa se edifica. E isso se dá a partir de uma busca por outros entendimentos das singularidades que estruturam normas específicas da pluralidade LGBTQIA+. A partir da dispositivação de conceitos e categorias de análise específicas, busco pensar algumas dinâmicas de poder que estabelecem uma forma de nova homonormatividade na sexualidade gay masculina brasileira.

---

<sup>62</sup> Ver FREVERT (2011).

### 3 CAPÍTULO II - A INCIVILIDADE CIVILIZADA: HOMONORMATIVIDADES INTERSECTADAS E O MERCADO DO DESEJO

#### 3.1 O EMPRESARIAMENTO DE SI DENTRO DAS MÍDIAS: SEU SUCESSO SÓ DEPENDE DE VOCÊ!

É nesse mundo globalizado que grandes corporações têm realizado a construção de mercados sexuais, que aqui denomino de *apps*, onde as regras de mercado modificam cada vez mais a paisagem das subjetividades ali negociadas. Não se pode mais negligenciar, no cenário mundial, a atuação dos *apps* em mercados globais, onde aqueles se edificam como ferramentas importantes na manutenção do neoliberalismo. Nesse sentido, alocar o *Grindr* e o *Tinder* em contextos transnacionais e globais faz-se necessário na medida em que pretendo apresentar uma lógica de comodificação/mercantilização inaugurada no alvorecer da internet no Brasil, como a manifestação local de um projeto global.

Pouco se discute na historiografia sobre os aspectos políticos, econômicos e culturais das mídias digitais que, cada vez mais, têm se mostrado como ferramenta de manutenção de relações sutis, porém impactantes entre capital, geopolítica global e a construção de subjetividades rentáveis. Esse jogo de poder a nível global pode ser percebido em movimentações realizadas pelos aplicativos *Grindr* e *Tinder* no que tange às acusações realizadas contra estes, sobre possíveis vendas de informações privadas de seus usuários e conseqüentemente o impacto dessas operações em políticas externas de grandes nações capitalistas.

A venda do *Grindr* realizada em 2020, por cerca de 608 (seiscentos e oito) milhões de dólares, veio acompanhada de uma série de acusações de espionagem, protagonizadas pela empresa Beijing Kunlun, companhia chinesa acusada de ceder a Pequim informações pessoais de milhões de usuários norte-americanos. Entre as informações supostamente vazadas, a maioria diziam respeito a mensagens privadas e o status de HIV dos usuários. Nesse jogo de poder realizado entre grandes corporações, o *Grindr* acabou sendo adquirido pela San Vicent Acquisition, empresa norte-americana responsável atualmente por 98,5% das ações da plataforma.

O *Tinder*, assim como o *Grindr*, também figurou situações envolvendo acusações graves com relação à venda de informações privadas de seus usuários. Segundo estudos realizados por



entidades como o Conselho de Consumidores da Noruega<sup>63</sup>, tanto o *Grindr* quanto o *Tinder* estariam compartilhando informações pessoais como a orientação sexual, dados de localização, dentre outros dados que estariam sendo compartilhados com empresas terceirizadas. No entanto, tudo isso se torna dúbio na medida em que certas informações, como orientação sexual, estão expostas nos perfis de alguns usuários, que através de filtros construídos pelos *apps*, elaboram de forma mais detalhada suas buscas por parceiros compatíveis. Logo, alguns pontos quanto à política de publicidade, muitas vezes não analisadas pelos usuários no momento de criação de seus perfis, parecem carecer de algumas análises, que de maneira curta, realizei uma breve explanação afim de justificar uma utilização outra de minhas fontes.

Na esteira de acusações, o *Tinder* foi acusado de estar supostamente compartilhando dados de seus usuários com cerca de 45 empresas pertencentes ao grupo Match, mesmo grupo responsável pelo *Tinder*. Entre as informações supostamente compartilhadas estariam o gênero de seus usuários e o gênero de interesse deles. Estes dados ao que tudo indica foram cedidos a empresas de marketing e publicidade. As relações entre os *apps* de pegação/relacionamento e a geopolítica global ainda pode ser apontada também com o caso da Rússia, que em 2019 exigiu que o *Tinder* compartilhasse informações sobre seus usuários com o governo russo, como parte de um processo de regulamentação da internet que teve início no país, o que vem suscitando críticas de políticos, ativistas e militantes que apontam o perigo de uma tomada de controle do mundo *online* na Rússia por parte do governo.

Todas as situações elencadas anteriormente protagonizadas pelo *Grindr* e *Tinder*, apontam para a necessidade cada vez mais visível de alocar as mídias digitais na análise historiográfica de relações complexas estabelecidas entre capitalismo, globalização, geopolítica global e subjetividades rentáveis constituídas para a manutenção do neoliberalismo na atualidade. Nesse sentido, este tópico pretende apresentar uma análise ainda tímida sobre a constituição dos *apps* de pegação/relacionamento como mercados sexuais que possuem uma lógica de gestão neoliberalista. Inicialmente, é válido que eu realize um breve panorama sobre a noção de neoliberalismo que adoto neste trabalho, e, em seguida, tentarei demonstrar a forma

---

<sup>63</sup> Segundo as informações da reportagem: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/14/interna\\_internacional,1114274/tinder-e-grindr-sao-acusados-de-vender-dados-dos-usuarios.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/14/interna_internacional,1114274/tinder-e-grindr-sao-acusados-de-vender-dados-dos-usuarios.shtml), a pesquisa examinou a atuação de softwares de propaganda digital, que acabam por extrair informações de aplicativos para Android (a pesquisa, porém, não contemplou os iPhones). Acesso em (colocar mês e ano, exemplo: jan 2023)

como esta lógica opera um mercado global, gerenciando subjetividades que importam a partir da fortificação das que não importam<sup>64</sup>.

Retomar a historicidade do neoliberalismo foi uma tarefa um tanto quanto difícil, já que, para efeito de metáfora, tentei corporificar (dar corpo) a um fantasma que não vejo, não toco, porém sinto os efeitos em minha pele como calafrios. No entanto, em algum momento é preciso lidar com a realidade, na qual fica evidente que o fantasma, na verdade, está vivo e estruturado no mundo material. O neoliberalismo possui variadas formas, conceituações e manifestações múltiplas. E aqui retomo a noção de capitalismo organizado como ponto de origem de minhas explicações.

Apresentado, debatido e esmiuçado por um estado da arte já canonizado, o capitalismo organizado é entendido como o período situado entre 1940 e 1970. A noção de neoliberalismo que utilizo estaria ancorada na transição do capitalismo organizado para o que Fredric Jameson (1997) chama de “capitalismo tardio” situado temporalmente entre 1980 e 1990. Para alguns teóricos, o capitalismo tardio seria o equivalente ao neoliberalismo. Porém, se o período tardio tem sua decadência na década de 1990, o que tem sido experimentado por mim no século XXI não seria neoliberalismo?

Entendendo o neoliberalismo como um sistema de produção, assim como o fordismo, talvez a resposta para o questionamento anterior fosse não, afirmando que o neoliberalismo já teria dado lugar a outra “coisa”. No entanto, para efeito de entendimento, afirmo que, o capitalismo tardio foi o berço de nascimento da política neoliberal. A partir das rupturas ocorridas entre o capitalismo organizado e o capitalismo tardio, é que o projeto neoliberal nasceu, cresceu e vive entre nós forte e bem alimentado.

As rupturas mencionadas anteriormente podem ser divididas em duas mudanças que estariam interconectadas. A primeira diz respeito à relação estabelecida entre capital e trabalho, que no capitalismo organizado estaria sob o marco fordista e uma espécie de armistício entre ambos. A transição levou essa relação sob um marco pós-fordista a uma reformulação do trabalho, transformando-o em dispensável, descartável e substituível. A segunda ruptura estaria ancorada na mudança da relação entre o governo e a economia, que no capitalismo organizado estaria permeada pela teoria keynesiana, marcada pelo entendimento de que seria dever do governo regular a economia, além de promover programas sociais voltados ao bem-estar social.

---

<sup>64</sup> Utilizo a expressão “importam” (*matter*) fazendo referência à obra de Judith Butler (2019) que discutiu de maneira tão profícua o processo de circunscrição violenta da inteligibilidade cultural sobre os corpos. Aponto que o gerenciamento de subjetividades é parte dessa circunscrição.

A transição levou essa relação sob um marco pós-keynesiano (ou neoliberal), onde o governo não deveria exercer nenhuma das duas funções outrora sob sua supervisão.

Contudo, parece que as expectativas neoliberais acabaram presas em um paradoxo, na medida em que a dissolução do Estado, defendida por alguns, não poderia acontecer de forma plena, pois o neoliberalismo necessitava de um Estado forte, unificado, porém enxuto, e a soberania não seria bem-vinda. Segundo Wendy Brown (2019), a oposição neoliberal era voltada a enxugar/expurgar certas características do Estado liberal, como a democracia robusta, que contava com a participação política criando demandas democráticas, além de movimentos sociais, e, por fim, havia uma forte contestação à soberania popular. Para Mark Fisher, as expectativas oficiais do neoliberalismo encontram-se ancoradas na dissolução do Estado.

Os neoliberais, [...] celebram a destruição do espaço público, [...] (Falo em expectativas “oficiais” porque, em sua profundidade, o neoliberalismo sempre se apoiou no Estado, apesar de tê-lo difamado ideologicamente. Isso ficou absolutamente claro durante a crise dos bancos, em 2008, quando, a convite dos ideólogos neoliberais, o Estado correu para salvar o sistema bancário) (FISHER, 2020, p.10).

O neoliberalismo, nesse sentido, tem se reconfigurado demonstrando que não é apenas um conjunto de políticas econômicas moldadas desde o início dos anos 1970, mas sim um conjunto de estratégias econômicas, políticas e ideológicas, que se tornou o guia reinante para o capitalismo tardio, realizando mudanças estruturais de suma importância para a manutenção do capitalismo a nível global. Assim sendo, adoto aqui a noção de Wendy Brown (2019) de que o neoliberalismo é o processo de tomada de consciência do capitalismo, elevando-o a seus extremos e com seus efeitos mais visíveis.

Este processo de tomada de consciência edificado pelo neoliberalismo, acabou por elevar a outro nível a noção de fetiche apontada por Marx (2015), construindo, assim, um monstro galvanizado. Logo, a lógica neoliberal acaba por estender a racionalidade do mercado, a partir de seus diagramas de análise e discernimentos de tomada de decisão a outras esferas da vida social que em sua gênese não foram nomeadamente econômicas. Nesse sentido, aponto que o *Grindr* e o *Tinder* acabam por corporificar a racionalidade neoliberal estendida a esfera do gênero e da sexualidade, promovendo uma estratificação sexual<sup>65</sup> que interessa muito ao mercado global.

---

<sup>65</sup> Gayle Rubin (2017).

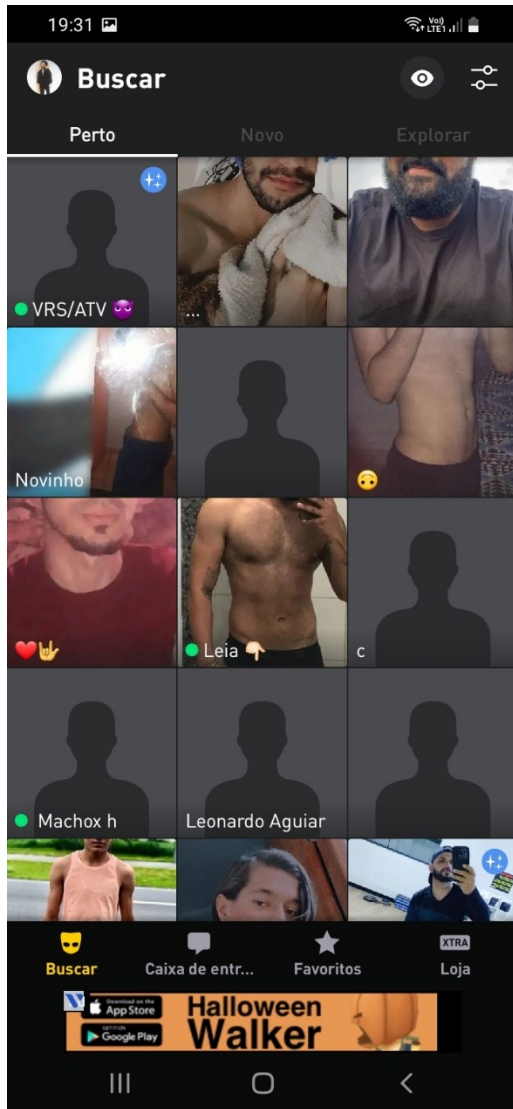


Figura 15



Figura 16

As interfaces de abertura apresentadas nas figuras acima têm muito a nos dizer sobre a entrada no que aqui tomo como mercado sexual digital global. Afirmo ser um mercado sexual, a partir das considerações realizadas por Rodrigo Melhado (2015) em diálogo com a socióloga marroquina Eva Illouz (2007), ao pensar a busca organizada de perfis que se apresentam através de técnicas mercadológicas que visam ampliar seu alcance/desejabilidade. O autor nos chama atenção para a necessidade da transcrição de corpos nas mídias digitais através do processo de inscrição e tradução desses corpos da esfera offline para a online. “As descrições milimétricas de suas características junto às suas fotos servem para provar a veracidade do corpo anunciado” (MELHADO, 2015, p.120).

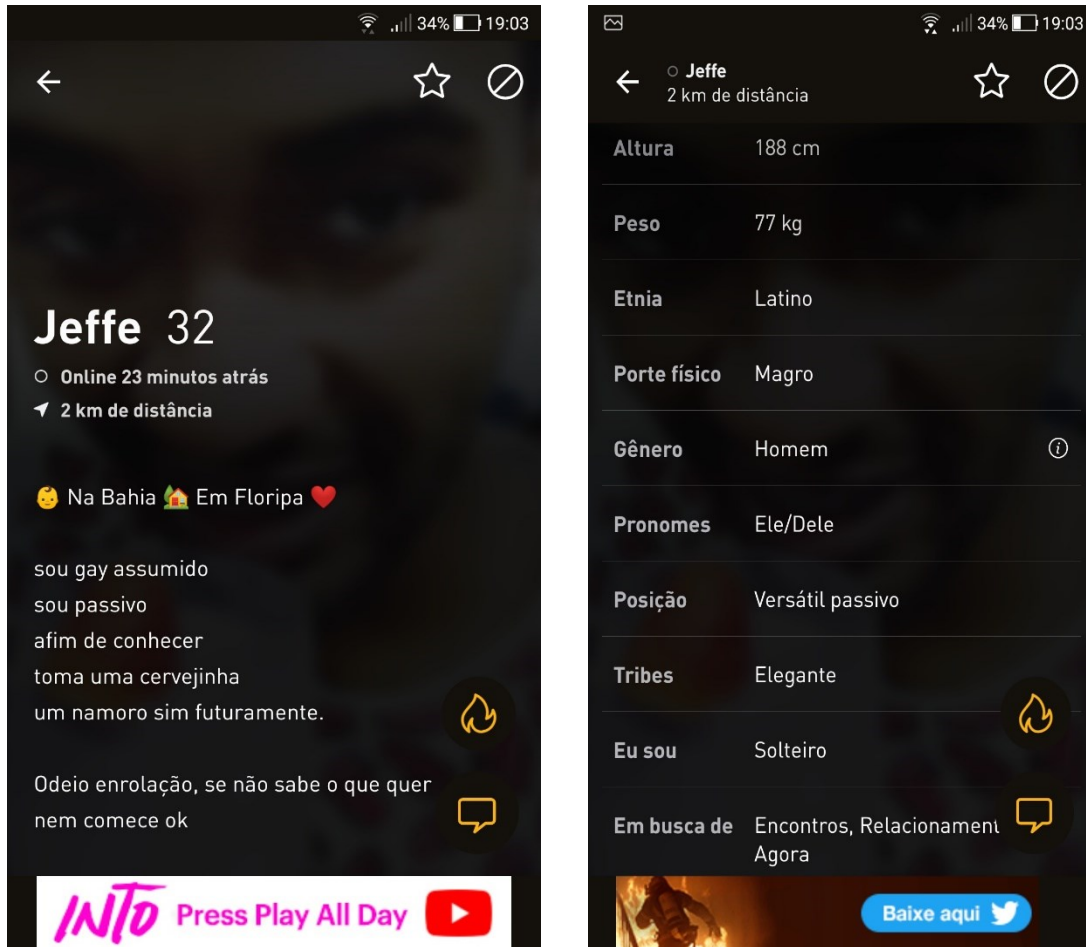


Figura 17



Figura 18

O mercado apresentado acima possui seu lugar no mundo globalizado<sup>66</sup> e sua lógica de organização neoliberal acabou por edificar um nicho de consumo, a partir de uma crise bem conhecida pelos corpos gênero/sexualidade dissidentes, a epidemia de HIV/AIDS. Como apresentado no primeiro capítulo, a epidemia reordenou as vias do desejo. Dentre as reformulações, afirmei que certas dinâmicas do desejo foram transplantadas/transferidas para o universo digital, construindo, assim, outras cartografias para os homossexuais.

A construção desses outros espaços de desejo muito tem a contar sobre dinâmicas que até então não se encontravam no horizonte de expectativa de análise de algumas historiadoras. Dentre essas dinâmicas, gostaria de ressaltar a capacidade de cooptação/captação que o

<sup>66</sup> Sherry B. Ortner (2020).

neoliberalismo possui enquanto sistema de organização econômica, política e ideológica. Afirmo aqui que a construção desses mercados sexuais edificados pós-epidemia, contam muito sobre formas de lucrar, que a ordem neoliberal encontrou em variadas crises.

A reprogramação do liberalismo, forma como Foucault denominou o neoliberalismo, encontrou no capitalismo de desastre<sup>67</sup> formas poderosas de lucrar com crises causadas por diversos fatores. David Harvey (2007) apontou que “o gerenciamento e a manipulação de crises” são partes fundantes na constituição da agenda neoliberal. Tomo aqui a noção de crise do capitalismo de desastre e a noção de fracasso<sup>68</sup> de Jack Halberstam (2011) para afirmar que o neoliberalismo tem fabricado, manipulado e lucrado bastante com as crises/desastres que são os corpos sexo/gênero dissidentes.

A gestão dos corpos sexo/gênero dissidentes realizada pelo neoliberalismo, acaba por captar/capturar certas experiências de fracasso em detrimento de outras<sup>69</sup>. Esse processo se alicerça a partir da lógica estabelecida pelo fenômeno do empresariamento de si, que se dá na medida em que o sujeito neoliberal é impelido a engajar sua própria trajetória de sucesso, através de técnicas de disciplinarização/formatação do corpo para o sucesso. Nesse processo, os apontamentos de Cristiane Maria Marinho (2020) são pertinentes na medida em que a autora observa que na engrenagem de poder neoliberal, o sujeito empreendedor é uma peça-chave que se constitui como empresa através da racionalidade empresarial, promovendo, por meio de variados dispositivos de poder, processos de subjetivação do sujeito neoliberal. Essa lógica acaba por mercantilizar todos os aspectos da vida como aponta Wendy Brown.

O lado economicizante do neoliberalismo adicionou força e acelerou o niilismo de nossa era. Primeiro ao não deixar nada intocado pelo empreendedorismo e pela monetização; depois, com a financeirização, ao submeter todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento sobre seu valor futuro. Conforme nos tornamos capital humano de cima para baixo, e também em nosso íntimo, o neoliberalismo torna a venda da alma algo cotidiano, e não um escândalo (BROWN, 2019, p.200).

Através desse processo econômico, político e ideológico, desconstroem-se a noção e os laços de solidariedade, dispositivando uma consciência voltada para a busca pelo sucesso dentro da ordem neoliberal. A construção do ideal de autoempreendedorismo acabou tocando, de certa forma, todas as áreas da existência humana, colocando sob os indivíduos tanto elementos da ordem do individual quanto elementos de ordem coletiva. Nesse processo, o plano neoliberal

---

<sup>67</sup> Naomi Klein (2008).

<sup>68</sup> Pessoas sexo/gênero dissidentes já são fracassadas a priori.

<sup>69</sup> A nova homonormatividade se configura como parte do processo de gestão da diversidade realizado pelo neoliberalismo, no qual se edifica certas gradações/hierarquias entre os fracassados.

inicial de desestabilizar a soberania política, desorientar e dividir a democracia e exaurir a burocracia, foi de certa forma bem executado.

A precarização crescente das sujeitas no interior da ordem neoliberal possui seu enraizamento em uma moralidade onde cada pessoa é responsável por si mesma, não tendo nenhuma obrigação com os outros. Essa responsabilidade que recai sobre cada uma de nós, é, segundo Judith Butler (2018), um processo paradoxal onde nos tornamos economicamente autossuficientes em um mundo onde a sobrevivência já está comprometida estruturalmente. Assim, o “sofrimento planejado”<sup>70</sup> torna-se uma das faces mais obscuras do neoliberalismo.

O efeito final das políticas econômicas neoliberais impostas nas décadas recentes tem sido tirar a responsabilidade econômica e social de empregadores e governo e jogar no lar particular. O estresse nas famílias tem se intensificando à medida que as pessoas tentam fazer mais com menos. Cuidados de crianças e idosos, doentes e pessoas com necessidades específicas voltou-se para mulheres sem renda em casa ou trabalhadoras domésticas particulares mal remuneradas. Nesse contexto, a estabilidade do lar se torna questão de vida ou morte. De quem dependemos quando não conseguimos cuidar de nós mesmos? Se segurança social diminui ou desaparece e nossa empresa perde nosso fundo de pensão, o que acontece com você quando não consegue mais trabalhar? Em um número crescente de casos, a única fonte restante é o lar cooperativo que oferece apoio mútuo ou a rede de parentesco (DUGGAN; KIM, 2005, p.25).

O neoliberalismo, nesse sentido, tornou-se uma forma de pensamento, promovendo, a partir de condições estruturais específicas de formação de subjetividades, um modo de vida que possui como estilo de pensamento e análise uma racionalidade mercadológica e mercantilizante que produz uma subjetividade neoliberal, amparada por um acordo realizado nas sombras entre Estado<sup>71</sup> e mercado. A lógica mercadológica aqui se estende para as esferas do gênero e da sexualidade, gerindo mercados globais onde grandes corporações se beneficiam através da comodificação de corpos generificados e sexualizados.

As figuras 3 e 4 dão um panorama mais detalhado do que tentei apresentar nesta parte. Ao afirmar que os *apps* de pegação/relacionamento são operados por uma racionalidade neoliberal, apresentei a noção do empresariamento de si como uma lógica que coloca sobre as sujeitas, a responsabilidade por seu próprio sucesso. Essa noção acaba por se estender à esfera do gênero e da sexualidade, onde as sujeitas são responsabilizadas por seus corpos como empreendimentos que podem obter sucesso, desde que possuam a formatação correta.

---

<sup>70</sup> Wendy Brown (2019).

<sup>71</sup> “É preciso não esquecer que a teoria da mais coercitiva e totalizada instituição conhecida pela humanidade, o Estado, põe-no como o corolário de e remédio para uma condição de egoísmo desenfreado - como em Hobbes, ou, aliás, Santo Agostinho. A teoria lembra-nos que um enorme sistema de controle social é necessário para manter o *laissez-faire*, o jogo "livre" do interesse próprio, de um Estado-nação capitalista. Pensar de outra maneira seria supor que os cavaleiros feudais que outrora arremetiam pelos campos vestiam suas armaduras e montavam em seus cavalos sozinhos” (SAHLINS, 2004, p.66).



Nesse sentido, os *apps* encarnam aquilo que Mark Fisher (2020) chamou de “ciberespaço capitalista”, e que Victor Marques e Rodrigo Gonsalves (2020) explicaram como sendo um espaço constituído a partir da massificação dos celulares ocorrida pela adesão destes ao universo do trabalho. Assim, as pessoas passaram a estar plugadas, conectadas e imersas nesse ciberespaço, onde os sistemas nervosos são bombardeados constantemente por comandos mercadológicos.

Os vários comandos mercadológicos recebidos incessantemente por meu corpo no ciberespaço, principalmente nos *apps* de pegação/relacionamento, me leva a formatar meu corpo de uma forma que eu obtenha sucesso em um empreendimento de gênero e sexualidade. A partir dos filtros e do espaço reservado para a bio, me descrevo a partir de técnicas mercadológicas, construindo um *branding*<sup>72</sup> para minha marca/empresa para que possa atrair cada vez mais atenção. Sabendo que a investidora de gênero e sexualidade pela qual passam os corpos na malha heteronormativa é uma organização historicamente situada a partir das especificidades do poder, do discurso, dos corpos e afetos, tentarei demonstrar no próximo tópico, a especificidade da homonormatividade enquanto uma norma no interior da norma.

Acredito que a homonormatividade possui características específicas dado o seu contexto de solidificação em algumas partes do globo. Sendo assim, é de meu interesse demonstrar como a homonormatividade é instaurada a partir de relações específicas com as fronteiras do gênero e da sexualidade, arquitetando corpos LGBTQIA+ legíveis e ilegíveis, que se dividem de acordo com empreendedorismo de sexo/gênero em que investem. No entanto, antes de discutir a categoria homonormatividade, tenho ainda alguns pontos a levantar sobre algumas especificidades do mercado sexual global constituído pelos *apps* de pegação/relacionamento, dentre as quais pretendo apontar alguns elementos de raça, classe, gênero e sexualidade.

### 3.2 EMPRESAS GLOBAIS E A COMODIFICAÇÃO DOS DESEJOS: O LABORATÓRIO NEOLIBERAL

Anteriormente, tentei explicar como a racionalidade neoliberal atua na organização dos *apps*, a partir da lógica do empresariamento de si. Assinalei que o controle neoliberal acaba por

---

<sup>72</sup> Segundo o SEBRAE, Branding ou Brand Management “é uma estratégia de gestão da marca que visa torná-la mais reconhecida pelo seu público e presente no mercado. A estratégia busca a admiração e desejo pelos valores que a marca cria em torno de si mesma”. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pb/artigos/branding-o-que-significa-e-qual-sua-importancia,79cd6fcf8e24b610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em dezembro de 2022.

edificar uma nova geometria de subjetividades neoliberais que possuem como objetivo máximo o sucesso. Nesse sentido, afirmei que esta lógica também afeta a esfera do gênero e da sexualidade, que no interior do capitalismo de mercadorias se tornam *commodities* valiosas. Em vista disso, tentei demonstrar rapidamente, como o *Grindr* e o *Tinder*, constituem-se como grandes corporações formadas por pequenas empresas, no caso, seus usuários. É a partir desses apontamentos que tentarei agora examinar e nomear algumas dinâmicas específicas desses mercados sexuais globais, a partir de uma análise timidamente interseccional.

Um dos trabalhos mais proeminentes dos últimos tempos, que integram o debate de gênero ao capital global, é o livro “Gênero em perspectiva global” produzido por Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) e publicado no Brasil em 2015. A obra é uma das várias que tem se dedicado à discussão em torno das dinâmicas do gênero atreladas ao debate em torno do capital global. No entanto, a riqueza das obras que tem se debruçado sobre a temática ainda não chegaram ao Brasil, por conta das políticas de tradução. Ao explanarem as dinâmicas de gênero ligadas às empresas globais e Estados, as autoras discutem políticas de gênero em âmbito mundial.

Um dos pontos que me interessa nas várias conexões realizadas pelas autoras se encontra na noção de generificação adotada para descrever a política de gênero de empresas, Estados e da própria política mundial. Segundo Judith Butler (2003), a manutenção do gênero é realizada a partir de variadas ficções reguladoras, que postulam uma certa naturalidade das diferenças entre os gêneros, ou seja, como algo ligado à ordem natural e não discursiva. Nessa dinâmica, há uma lei não enunciada, porém muito efetiva, onde o que é correto é legitimado, enquanto o que não é correto é punido. Esse processo recebe o nome de generificação.

Dessa maneira, apontar as relações estabelecidas entre a acumulação na economia global e o processo de generificação, que engendra certas engrenagens das estruturas, é um dos pontos mais altos da obra de Connell e Pearse (2015). A forma como as grandes corporações e mercados globais organizam os processos de acumulação no interior da economia global, tornam-se matéria orgânica de primeira qualidade para a análise dos processos de criação de novos regimes de gênero, bem como da manutenção de outros regimes já solidificados. Logo, perceber a forma como as instituições empresariais acionam seus regimes de gênero, torna é uma das lentes pelas quais é possível compreender o processo em que há um uso do trabalho, e uma aplicação dos produtos do trabalho, de homens e mulheres de forma generificada. Em vista disso, “Os produtos que as corporações produzem por intermédio de trabalho generificado, quando colocados no mercado, tem efeitos de gênero e usos de gênero que vão ainda mais longe

– das roupas e cosméticos aos computadores e metralhadoras” (CONNELL e PEARSE, 2015, p.167).

É a capacidade do capital de apropriar-se de, commodificar e reificar tudo, que me interessa, pois a própria noção de diversidade passa por esse processo. A diversidade possui uma relação histórica com o processo de mercantilização que acompanhou o triunfo do neoliberalismo. Nesse sentido, o *Grindr* e o *Tinder* são mercados onde a diversidade tem sido comercializada a nível global, a partir de uma lógica do capital que tem como premissa a satisfação das necessidades humanas através da produção de mercadorias que permanecem ocultas a olho nu. Como resultado das conexões estabelecidas entre cultura e capital, e dos emaranhados que conectam consciência e a estrutura da economia política, os *apps* de pegação/relacionamento refletem a atomização do impacto contemporâneo da globalização nas esferas mais íntimas das relações afetivas e sexuais.

Rosemay Henessay (2000) desenvolveu um trabalho fantástico ao pensar o gênero e a sexualidade a partir da lógica das *commodities*. Partindo dessa lógica, é possível começar a compreender como o neoliberalismo se apropriou da diversidade como um nicho de mercado extremamente lucrativo. A lógica de *commodities* apresentada por Henessay (2000) alinhada com a perspectiva adotada por Connell e Pearse (2015) de análise do gênero em perspectiva global, me fornece uma lente que possibilita analisar a lógica de mercado que gere os *apps* de pegação/relacionamento. O trabalho de Henessay (2000) torna-se ainda mais valioso na medida em que lança luz em uma questão que não é bem detalhada por Connell e Pearse (2015), já que as autoras em sua obra, ficam presas a uma noção de gênero binarista ao analisar a economia global situando mulheres e homens de forma a não discutir aspectos relacionados aos corpos, sexo/gênero dissidentes.

Pensar a lógica de *commodities* acaba por delimitar de maneira mais eficiente o processo de apropriação dos corpos sexo/gênero dissidentes por parte da estrutura do capitalismo. Nesse sentido, pensar como o gênero e a sexualidade configuram-se como bens/produtos de origem primária de grande valor comercial e estratégico, torna-se imperioso no processo de entendimento de como a diversidade passou a ter um valor estipulado não a partir de sua produção, mas sim da cotação que aquela pode atingir nos mercados globais. Como outras *commodities*, a sexualidade, o gênero e a diversidade possuem suas negociações comerciais mediadas pelo mercado internacional globalizado.

As cadeias de produções, transformações, distribuições e trocas de *commodities* possuem uma lógica intrinsecamente gerida pela noção de fetichismo marxiana. Segundo Henessay (2000), a lógica do fetichismo engendra uma percepção afetada, onde as relações

sociais são definidas no núcleo do capitalismo e acabam assumindo uma forma fantástica de uma relação entre as coisas. Nesse sentido, para a autora o fetichismo apaga o material base de valor, ligando-se aos produtos do trabalho à medida que são produzidos. A produção e a troca de mercadorias implicam, portanto, um processo que Henessay (2000) chama de fenomenológico, uma forma de consciência ou uma lógica cultural que aliena muitos aspectos da vida humana a partir da rede de relações sociais que os torna possíveis.

Esse apagamento do material base de valor é o que faz com que os *apps* de pegação/relacionamento sejam percebidos como espaços onde a diversidade é abraçada, acolhida e, portanto, plenamente aceita. A lógica do fetichismo acaba por esconder a mercantilização do gênero, da sexualidade e da diversidade como *commodities* preciosas. Ao mesmo tempo, a lógica do empresariamento de si lança para os usuários dos *apps* a responsabilidade por suas trajetórias afetivas e sexuais, fazendo com que acreditem que o sucesso depende único e exclusivamente deles próprios, quando, na verdade, o próprio desejo já está comprometido estruturalmente.

A empresa é a instituição-chave do capitalismo desenvolvido, afirmam Connell e Pearse (2015). A noção de empresariamento de si corrobora com a colocação das autoras de que as conexões globais parecem colocar o gênero em duas ordens de interação, uma ordem local e outra criada a partir de novas relações mais abrangentes.

O imperialismo e a globalização também criaram novas instituições que operam em âmbito mundial, as quais têm regimes internos de gênero e cada regime de gênero têm sua dinâmica de gênero – interesses, política de gênero, processos de mudanças. [...] Elas incluem corporações transnacionais, o Estado internacional, mercados globais e a mídia global (CONNELL e PEARSE, 2015, p.277).

A perspectiva de que na cultura de *commodities* há uma atomização das relações, processos e valores embutidos na base de valor do gênero e da sexualidade, está ancorada em uma fragmentação<sup>73</sup> entre cultura e economia política. Esta atomização ancora as dinâmicas e regimes de gênero elencados por Connell e Pearse (2015), na medida em que empresas globais atuam a partir da mercantilização livre da diversidade. Nesse sentido, o *Grindr* e o *Tinder* são resultados de um processo de positivação da diversidade construído de maneira mais proeminente no século XXI.

---

<sup>73</sup> Para Rosemary Henessay (2000), como a lógica cultural das relações patriarcais de gênero e raça, esta estruturação (fragmentação) da consciência é uma característica ideológica que sempre é historicamente articulada, e consequentemente suas articulações particulares serão variadas, sobredeterminadas e específicas.

Como empresas globais que comercializam a diversidade, o *Grindr* e o *Tinder* atuam em mercados globais que desde o início do século XXI são marcados, segundo Henessay (2000), por uma crescente circulação de imagens de gays e lésbicas na cultura de consumo, movimentação que tem como centralidade a consolidação de um imaginário, específico de classe e subjetividade gay direcionado tanto ao público hétero quanto o gay. Segundo a autora, este processo não é limitado às esferas de conhecimento promovidas pela cultura popular e pelo varejo publicitário, mas se infiltra na produção de subjetividades em variados campos da vida cotidiana, aqui acrescento a produção da subjetividade no nível do desejo. É no mundo globalizado, marcado pelo fluxo de capital global, que regimes de gênero e sexualidades são produzidos por meio de sistemas de exploração e regimes de estado e culturas de poder.

Empresas como o *Grindr* e o *Tinder* atuam em mercados globais comercializando e moldando desejos a partir de uma noção importante no interior do neoliberalismo: liberdades individuais. A revolução neoliberal de Thatcher-Reagan, segundo Wendy Brown estava embasada em uma rede de pensamento transatlântica.

Essa revolução visava habilitar o mercado e a moral para governar e disciplinar indivíduos, ao mesmo tempo maximizando a liberdade, e assim o fez por meio da demonização do social e da versão democrática da vida política (BROWN, 2019, p.21).

É a partir dessas liberdades individuais que o processo de disciplinarização de corpos, indivíduos, experiências e subjetividades se desencadeia no ciberespaço.

A partir de um processo neoliberal de renovação de concepções de individualismo político e econômico, *apps* voltados para a mercantilização da diversidade introjetam noções cada vez mais lapidadas de individualidade na esfera do desejo. Parte desse processo pode ser percebido em análises que intercambiam a noção de racismo sexual baseada em um essencialismo biológico que tem servido para a argumentação de alguns grupos e comunidades nas plataformas digitais e *apps*, de que a “preferência pessoal” na escolha de parceiros sexuais não é, e nem pode ser, uma questão política.

No entanto, a abordagem essencialista do desejo, da raça e de outras questões que atravessam as sexualidades dissentes acabam por serem possibilitadas não só como algo à priori dos usuários das plataformas digitais e *apps*, pois, a escolha de parceiros que se dá no interior dos aplicativos é mediada por uma estrutura de software que comporta filtros que operam no monitoramento de quais corpos são visibilizados para cada usuário.

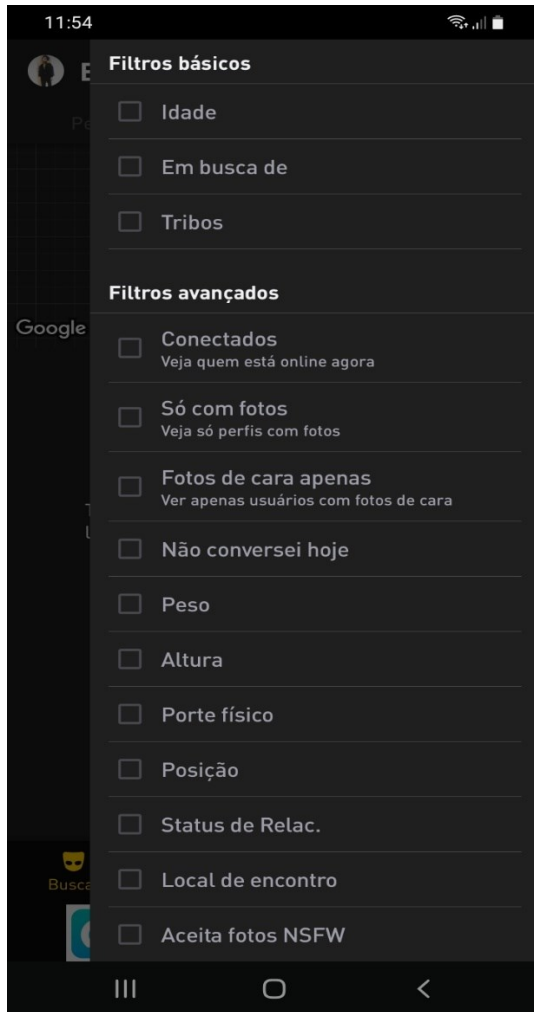


Figura 19



Figura 20

Os filtros fazem parte dos softwares dos *apps*, possibilitando que os usuários selecionem alguns elementos que atuam na busca de suas/seus parceiras/parceiros. A figura 19 mostra parte da estrutura do aplicativo *Grindr*, em específico os filtros onde os usuários podem selecionar quais utilizarão no processo de caçada de pegação online. Os filtros apresentados na figura fazem parte da versão gratuita do aplicativo analisada neste trabalho. Se dividindo em duas abas, “Filtros básicos” e “Filtros avançados”, o *app* possibilita que seus usuários escolham se desejam ou não filtrar suas buscas.

A área direcionada aos “Filtros básicos” está disponível para a versão gratuita do *app*, possibilitando que seus usuários selecionem os filtros de *Idade*, *Em busca de* e *Tribos*. No filtro *Idade* é possível selecionar em qual faixa etária devem estar situados os perfis que irão aparecer

no feed<sup>74</sup> do usuário, podendo selecionar a idade mínima de 18 e a máxima de 99 anos, bem como não utilizar o filtro, logo, não restringindo a busca à questão da idade.

O filtro “Em busca de”, possibilita que os usuários selecionem o que procuram nos contatos que se estabelecerão dentro do *app*. Dentre as possibilidades existentes neste filtro estão: *Conversa, Encontros, Amigos, Contatos, Agora, Relacionamento* e *Não especificado*. Na versão gratuita do *app*, é possível selecionar apenas uma das opções disponíveis no filtro. O filtro básico é o *Tribos*, área que diz respeito a um entrelaçamento entre corpos e cultura. As opções disponíveis no filtro são: *Urso*<sup>75</sup>, *Elegante, Papai*<sup>76</sup>, *Discreto, Nerd, Barbie*<sup>77</sup>, *Couro, Malhadinho, Soropositivo, Cafuçu*<sup>78</sup>, *Trans, Garotos, Sóbrio* e *Não especificado*.

A aba de “Filtros avançados” está disponível apenas para a versão paga do *app* chamada de *Grindr Xtra*, comercializada a partir de planos mensais, trimestrais e anuais. Nessa área de filtros, é possível que quem possui a versão paga do *app*, escolha ver quem está conectado/online em tempo real, além de outras funcionalidades. Até junho de 2020, era possível encontrar o filtro *etnia* dentre os outros já mencionados, no entanto, hoje não há mais este filtro, ausência que será discutida adiante.

O *Tinder* já possui menos filtros que o *Grindr*, talvez isso se deva ao fato do aplicativo ser voltado para qualquer pessoa que queira usá-lo, logo, o *Tinder* atende um público maior, pois é aberto a variadas identidades. Já o *Grindr* é um aplicativo voltado ao público homoerótico masculino. Na figura 20, é possível ver os três elementos que elenco como filtros dentro do *app*, sendo eles: *Distância máxima, Mostrar meu perfil* e *Faixa etária*. A distância máxima disponibilizada pelo sistema de geolocalização do *app* vai até 161km, mostrando perfis de outros usuários no raio de distância escolhido. Em *mostrar meu perfil*, os usuários selecionam para quem seus perfis devem aparecer, podendo escolher entre mulheres, homens ou ambos. O *app* ainda cruza informações referentes à identidade de gênero fornecida pelos usuários para

<sup>74</sup> Fluxo de conteúdo a que você pode percorrer.

<sup>75</sup> “Urso (Bear) é uma subcultura da comunidade gay masculina com eventos, códigos e identidade específica. Urso também é a descrição de um tipo físico de homens. Ursos tendem a ter corpo peludo e barba: alguns são muito grandes ou pesados; alguns projetam uma imagem masculina de aparência bruta, porém nada disso é um requisito ou indicadores únicos”. Disponível em: <<https://aminoapps.com>>. Acesso em dezembro 2022.

<sup>76</sup> “Geralmente são maduros, aparência mais velha, carrega traços de virilidade e proteção. A partir desses moldes surge dessa tribo o termo de expressão da língua inglesa ‘Sugar Daddy’, referente a homens mais velhos que bancam financeiramente os ‘Sugar Babies’ (Doces Garotos), que aqui identificamos como twinkies”. Disponível em: <<https://aminoapps.com>>. Acesso em dezembro 2022.

<sup>77</sup> “Geralmente gays que têm um bom porte físico, corpo sarado, músculos fortes e um abdômen definido estão dentro dos moldes deste grupo”. Disponível em: <<https://aminoapps.com>>. Acesso em dezembro 2022.

<sup>78</sup> “Cafuçu – Homem rústico, másculo, viril e bronzeado. Segundo Dolores de Las Dores, do Las Bibas from Vizcaya, no Nordeste era ‘para designar alguém pobre, rústico, de subúrbio ou mesmo feio’. Las Dores usa tanto o termo em vídeos de humor que cafuçu pegou no resto do Brasil: ‘Agora cafuçu é sinônimo de MACHO de verdade [...]’ Disponível em: <<https://www.pedromigao.com.br>>. Acesso em dezembro 2022.

mostrar perfis “compatíveis” uns com os outros. Por último, o filtro da *faixa etária* possibilita que os usuários selecionem a faixa etária dos perfis que aparecerão para eles, podendo escolher entre 18 e 100 anos de idade.

Os filtros dos aplicativos *Grindr* e *Tinder* apresentados anteriormente, podem parecer inicialmente como uma forma dos usuários colocarem em prática suas liberdades individuais no processo de escolha de seus parceiros afetivos/sexuais. Nesse sentido, tais filtros encarnam, talvez, as demandas pela liberdade sexual requerida por variados movimentos que viram seu alvorecer no século XX. No entanto, a máscara de liberdade que cobre a política dos filtros dos *apps* de conexão, escondem justamente o material base de valor que engendra o processo pelo qual a diversidade se torna rentável, ao mesmo tempo que transmite a sensação de liberdade de escolha, afinal lutamos muito para poder viver nossas sexualidades e conseguimos em algum nível, mas é preciso questionar a que preço e quais implicações estão postas na mesa de negociações.

As sensações de liberdade evocadas pelos filtros dão-se através de um processo denominado por Tanya Kant (2020) como “personalização algorítmica”<sup>79</sup>. Analisando a política de filtros dos aplicativos e lembrando da política de *cookies*, dentre outras manobras de acesso a dados de usuários no ciberespaço, é perceptível que a personalização pode ser percebida como parte da política de mercado de nichos central para o neoliberalismo.

As relações que se constituem nos *apps* de conexão, a partir dos filtros que estruturam a busca por parceiros afetivos/sexuais, possuem característica que por muitas vezes corporificam no ciberespaço realidades materializadas no cotidiano fora da rede. No entanto, o processo de corporificação não apenas materializa no online o que já vivenciamos no offline, mas também promove novas construções ao mesmo tempo que media e transforma outras estruturas sociais. Sharif Mowlabocus (2021) analisou de maneira objetiva o impacto da campanha *Kindr* promovida pelo *Grindr* em 2018.

Lançada em setembro de 2018, a campanha *Kindr* visava combater o racismo, a transfobia, gordofobia e o estigmatismo em torno do HIV frequentemente associado ao *Grindr*. Aludindo diretamente a seu nome, *Kindr* propunha tornar o *Grindr* uma plataforma mais agradável para se conectar. *Kindr* surgiu como uma resposta às várias vozes que expressaram

---

<sup>79</sup> A autora discute como as experiências tecnológicas são cotidianamente personalizadas, através de pesquisas, históricos de navegação, compras online, curtidas e outras interações que ocorrem no ciberespaço. Aqui acrescento os contatos estabelecidos nos *apps* de pegação/relacionamento por meio da política de filtros. Apontando o aspecto de monetização dos dados pessoais a partir das políticas de privacidade, Tanya Kant discute os impactos do processo que ela denomina como personalização algorítmica na constituição e manutenção de identidades, bem como o processo de fixação de capital cultural como uma estratégia algorítmica.



suas preocupações com relação às dinâmicas discriminatórias e preconceituosas presentes na plataforma, que foi alvo de várias críticas, pois até aquele momento não havia sido promovida nenhuma ação que respondesse de forma direta a situação e coibir tais comportamentos.

At Grindr, we're into diversity, inclusion, and users who treat each other with respect. We're not into racism, bullying, or other forms of toxic behavior. These are our preferences, and we've updated our Community Guidelines to better reflect them. Same app. New rules. Everyone is entitled to their opinion. Their type. Their tastes. But nobody is entitled to tear someone else down because of their race, size, gender, HIV status, age, or – quite simply – being who they are. Join us in building a kinder Grindr. Express yourself, but not at the expense of someone else. Report discrimination when you see it. Use your voice and share your story to call out prejudice and spark change. Together, we can amplify the conversation and take steps towards a kinder, more respectful community. It's time to play nice<sup>80</sup> (KINDR.GRINDR.COM, 2021).

Sharif Mowlabocus (2021) aponta que *Kindr* surgiu em um momento específico da história do *Grindr*, próximo ao seu aniversário de 10 anos – além da ameaça de uma ação coletiva. O *app* teria finalmente tomado a decisão de sanear sua plataforma, promovendo uma campanha que visava surtir efeito e estimular seus usuários a fazerem o mesmo. Tal iniciativa objetivava combater todas as formas de discriminação, especialmente o racismo. Segundo o autor, *Kindr* possuía uma abordagem multifacetada, que atuava a partir das seguintes iniciativas:

- A campaign website featuring an array of talking heads discussing the ways in which they have been discriminated against for being 'different'.
- A refresh of the platform's advertising, including a rebranding of the app as "the world's largest social networking app for Gay, Bi, Trans, and Queer people". This brand refresh was accompanied by promotional images that featured a more diverse range of bodies—though diversity appears to have its limits and rarely were plus-sized bodies on display.
- An updating of the platform's Community Guidelines and Terms of Service that made hate speech and discrimination offenses that could result in a life-time ban.
- An (assumed) updating of its moderation guidelines to include the removal of discriminatory language on user profiles.
- An (other) invitation to users and a request that they flag and report offensive content<sup>81</sup> (MOWLABOCUS, 2021, p.33).

---

<sup>80</sup> No *Grindr*, gostamos de diversidade, inclusão e usuários que tratam uns aos outros com respeito. Não gostamos de racismo, intimidação ou outras formas de comportamento tóxico. Essas são nossas preferências e atualizamos nossas Diretrizes da comunidade para melhor refleti-las. Mesmo *app*. Novas regras. Todos têm direito à sua opinião. Seu tipo. Seus gostos. Mas ninguém tem o direito de derrubar outra pessoa por causa de sua raça, tamanho, sexo, sorologia para o HIV, idade ou - simplesmente - por ser quem é. Junte-se a nós na construção de um *Grindr* mais gentil. Expresse-se, mas não às custas de outra pessoa. Denuncie a discriminação quando a vir. Use sua voz e compartilhe sua história para denunciar preconceito e provocar mudanças. Juntos, podemos ampliar a conversa e tomar medidas em direção a uma comunidade mais gentil e respeitosa. É hora de jogar bem (Tradução realizada pelo próprio *site*).

<sup>81</sup> • Uma campanha no website apresentando uma série de *talk heads* discutindo as maneiras pelas quais eles foram discriminados por serem "diferentes".

A análise de Mowlabocus (2021) é especificamente debruçada sob a questão do racismo, que além de central para a campanha *Kindr*, acredito também ser delimitada pelo contexto racial norte-americano. O autor dialoga com o conceito de “racismo de direito” cunhado por Philomena Essed (2013) e utilizado por Andrew Shield (2018) para analisar as dinâmicas de defesa dos usuários brancos dos *apps* de conexão, que utilizam o desejo e a liberdade sexual pessoal como base para justificar suas próprias práticas discriminatórias. Nesse sentido, para Mowlabocus (2021), o racismo de direito atua na reformulação da discriminação baseada na raça, transformando o preconceito em algo intrinsecamente ligado à atração sexual, processo que acaba situando essa atração como algo pré-político, existentes para “além da jurisdição da política cultural ou da justiça social” (2021, p.36). Para o autor, o racismo de direito é uma ramificação do que Patricia Hill Collins (2004) definiu como “novo racismo”.

This term refers to the ways in which forms of racial discrimination find purchase in neoliberal contexts, being recoded through a discourse of ‘personal preference’ and individual choice. Entitlement racism is one instance of how ‘new racism’ shifts the focus of discrimination away from the overt stigmatizing non-white people and towards more discrete, perhaps even unconscious, forms of discrimination<sup>82</sup> (MOWLABOCUS, 2021, p.36).

O “novo racismo” realiza uma espécie de transmutação, onde a ênfase colocada sobre a raça do Outro é convertida em uma ênfase sobre as escolhas do Self, realocando e recodificando preconceitos como preferências/escolhas pessoais. Tal operação dialoga profundamente com a noção de *Self-made man* constituinte para o sujeito neoliberal, além de inaugurar uma forma de *laissez-faire* neoliberal. Nesse sentido, o “novo racismo” encontra na primazia do indivíduo, central para o neoliberalismo, uma possibilidade de manutenção de certas engrenagens a partir do “racismo daltônico” (SILVA-BONILLA 2006 apud MOWLABOCUS, 2021) que se solidifica através do mito da equidade. Para Eduardo Bonilla-Silva (2006), o “racismo

- 
- Uma atualização da publicidade da plataforma, incluindo uma reformulação do aplicativo como "o maior aplicativo de rede social do mundo para pessoas gays, bi, trans e queer". Esta atualização da marca foi acompanhada por imagens promocionais que apresentava uma gama mais diversificada de corpos - embora a diversidade pareça ter seus limites e raramente existam corpos gordos em exibição.
  - Uma atualização das Diretrizes da comunidade e dos Termos de Serviço da plataforma que denunciem menção a incitação ao ódio e ofensas discriminatórias podendo resultar em banimento vitalício.
  - Uma atualização (presumida) de suas diretrizes de moderação para incluir a remoção de linguagem discriminatória nos perfis de usuário.
  - Um (outro) convite aos usuários e uma solicitação para que sinalizem e relatem conteúdo ofensivo (Tradução nossa).

<sup>82</sup> Este termo se refere às maneiras pelas quais as formas de discriminação racial encontram aceitação em contextos neoliberais, sendo recodificadas por meio de um discurso de "preferência pessoal" e escolha individual. O racismo de direito é um exemplo de como o "novo racismo" muda o foco da discriminação para longe dos estigmatizantes não brancos e para formas mais discretas, talvez até inconscientes, de discriminação (Tradução minha).

daltônico” define-se como uma forma de “liberalismo abstrato”, que funciona enquadrando todos os indivíduos como detentores dos mesmos direitos, deveres, responsabilidades e das mesmas escolhas (MOWLABOCUS, 2021).

A noção de “racismo daltônico” manifesta um dos ápices do desenvolvimento neoliberal no nível do Self, no entanto, para o contexto brasileiro, acredito que o conceito de “racismo por denegação” de Lélia Gonzalez (2020) represente melhor a experiência latina. Como a autora aponta ao conceituar a experiência de racismo nas sociedades de origem latina, há um disfarce, uma espécie de máscara que encobre a violência racial e reitera a assimilação da “democracia racial”, que através das “teorias” da miscigenação, constroem um inconsciente denegado. A importância de se pensar a especificidade da experiência latina, em especial a do Brasil, se encontra na “[...] reflexão que nos permite compreender como esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior”. (GONZALEZ, 2020).

Tanto a noção de “racismo daltônico” quanto “racismo por denegação” atua no processo de reflexão e compreensão de contextos que possuem cada qual suas especificidades históricas. Nesse sentido, acredito que algo em comum se encontre no foco que é retirado da raça e redirecionado ao indivíduo e suas “escolhas pessoais”. Quando penso a esfera do desejo acionada no interior de *apps* de pegação/relacionamento e a estrutura desses aplicativos no que tange aos filtros que direcionam as buscas, me questiono sobre as interações que constroem a relação entre racismo e o erótico no interior desses espaços online.

This desire to see ourselves as exempt from racist violence, no matter how small, is part of the same logic that attempts to excise life choices, erotic choices, from these larger systems. What we would have called racism is now “personal choice” or becomes mildly prejudicial. [...] The erotic therefore touches upon that aspect of racist practice that cannot be accounted for as racist practice but must be understood as something else altogether<sup>83</sup> (Holland, 2012, p.27).

São os diversos entrelaçamentos entre o erótico e a raça que se desenrolam nesses espaços online que possibilitam pensar certas dinâmicas de racialização do desejo. No *Grindr*, especificamente, a área *etnia* apresenta atualmente as seguintes possibilidades respectivamente: *Sem resposta, Asiático, Branco, Indígena, Latino, Mestiço, Negro, Outro, Sul Asiático e Árabe* (ver figura 21). Um problema que está localizado, em específico, nessa área, apresenta-se na

---

<sup>83</sup> Esse desejo de nos ver como isentos da violência racista, por menor que seja, faz parte da mesma lógica que tenta extirpar as escolhas de vida e as escolhas eróticas desses sistemas maiores. O que chamaríamos de racismo agora é “escolha pessoal” ou se torna levemente prejudicial. [...] O erótico, portanto, toca aquele aspecto da prática racista que não pode ser contabilizado como prática racista, mas deve ser entendido como algo completamente diferente (Tradução minha).

escolha do *app* em nomear como “etnia”, uma área evidentemente voltada à especificação de características fenotípicas ligadas à raça. Sabemos que a categoria *etnia* engloba fatores culturais, ramificados através da nacionalidade, língua, tradições, religião dentre outros elementos que traduzem as práticas em comum de determinados grupos.

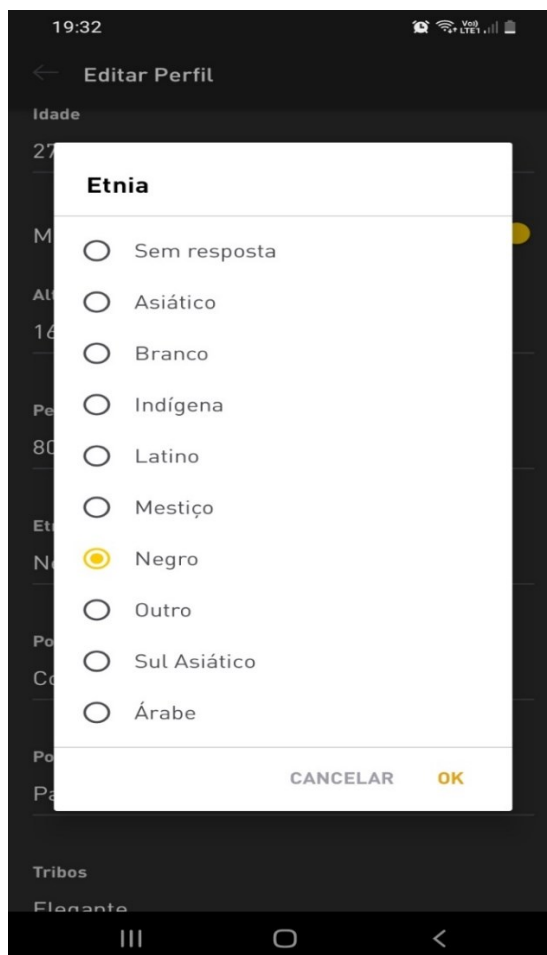


Figura 21

A estrutura apresentada anteriormente suscita uma série de questões quanto às definições de etnia e raça. Ao elencar as possibilidades supracitadas, o *Grindr* realmente espera uma resposta étnica? Se sim, não deveria haver mais possibilidades? A possibilidade “Outro”, dá conta de todas as outras possibilidades existentes? Será que os usuários do *app*, ou pelo menos uma parte dos usuários, levam em consideração as características da etnicidade na hora do preenchimento da informação?

As questões multiplicam-se a cada vez que retomo a estrutura do, pois acredito que alguns desdobramentos vão se solidificando, na medida em que observo melhor e mais atentamente as interfaces do *Grindr*. Percebo que a área denominada *etnia* é marcada por atravessamentos não ditos que interseccionam para além da etnia, as categorias raça e sexualidade. Em outras áreas do *app*, como em identidade de gênero, por exemplo, é possível

encontrar links que direcionam os usuários para explicações sobre as definições identitárias, percorrendo acerca do significado/descrição das identidades que se apresentam como possibilidades de preenchimento na plataforma.

No entanto, a área denominada *etnia* não conta com um suporte de significado/descrições sobre as possibilidades “étnicas” de autodefinição. Assim, aponto que há ramificações outras que se solidificam a partir das subjetividades dos usuários que preenchem tais informações. Etnia toma uma proporção que afirmo ser equivalente à raça, na medida em que percebo nos perfis analisados que as escolhas de autodefinição englobam em sua maioria características fenotípicas, principalmente ligadas à cor da pele.

Outra ramificação encontra-se na intersecção entre os traços fenotípicos que são utilizados pelos usuários no processo de preenchimento da etnia. É a sexualização de certos traços que encontrei em perfis da minha amostra, como, por exemplo, a hipersexualização dos corpos negros, ou o fato de nenhum corpo autodefinido negro preencher a área “posição” como passivo ou versátil passivo, optando sempre por ativo ou versátil ativo, reafirmando, de certa maneira, o signo animalesco dos corpos negros masculinos que “exalam uma ferocidade sexual natural de seus corpos”.

Os encontros entre raça e sexualidade na construção dos perfis dos usuários em sua maioria acabam por corporificar certas dinâmicas onde as descrições e/ou autodefinições construídas pelos usuários possuem certos níveis de liberdade que permitem que preconceitos e discriminações se perpetuem. A sexualidade, assim como outros marcadores da diferença, possui uma relação íntima com a noção de liberdade neoliberal disfarçada de equidade.

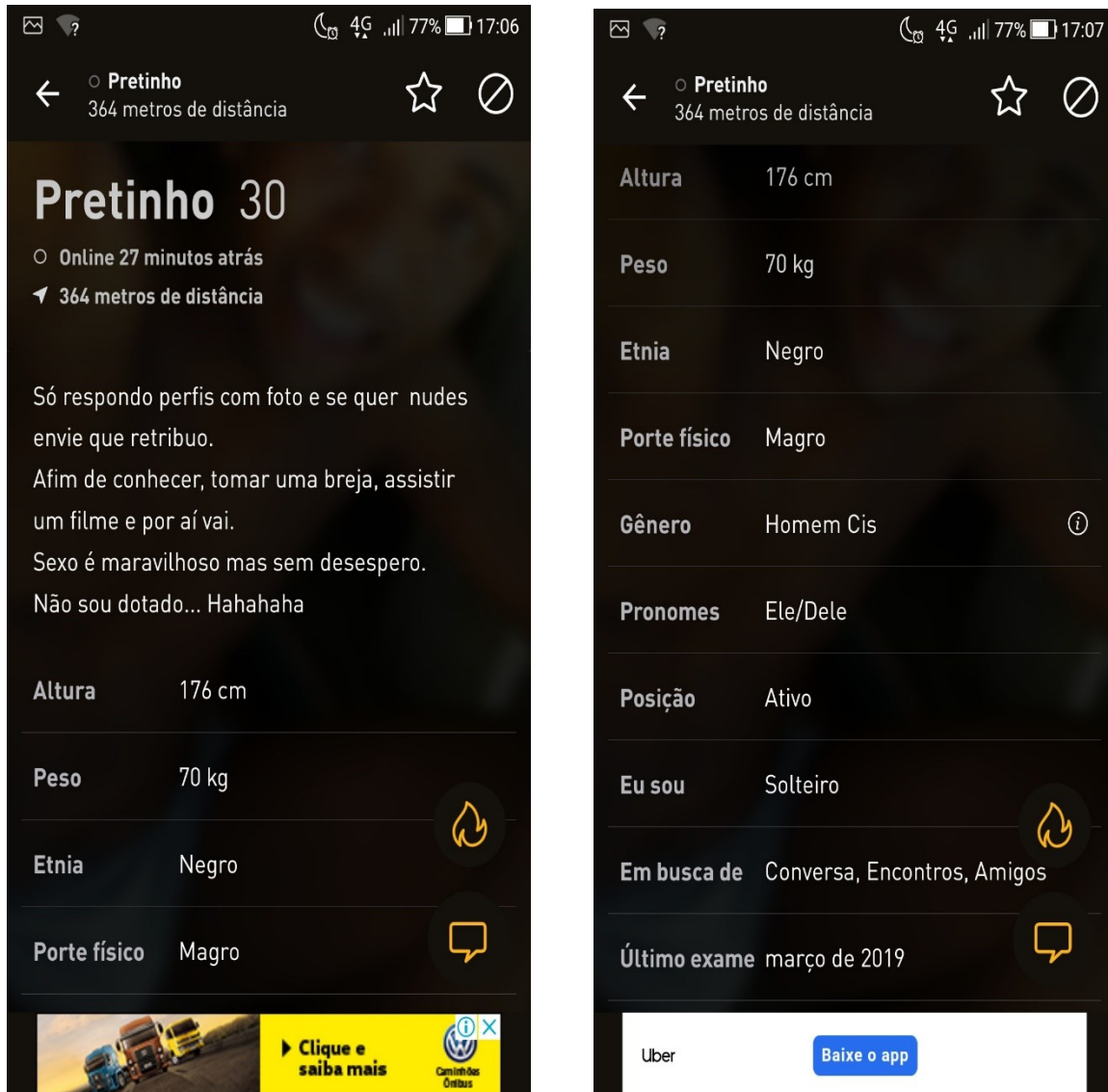


Figura 22

Na figura 22, é possível ver um perfil preenchido quase completamente, no qual o usuário “Pretinho 30” utiliza o espaço de sua bio para estabelecer mais um filtro em específico que está disponível apenas para a versão paga do *app*. Ao dizer “Só respondo perfis com fotos”, o usuário cria um filtro indiretamente, que, de certa maneira, irá auxiliar em sua busca se sua bio for lida e respeitada. Descrevendo aspectos relacionados aos seus gostos, o usuário finaliza sua bio informando que não é dotado<sup>84</sup> o que para além de figurar um papel importante no interior da comunidade gay, figura também lugar de destaque na exotificação construída sobre o corpo negro.

<sup>84</sup> No âmbito sexual, dotado é quando se refere ao homem que possui o tamanho do órgão genital maior que o padrão normal. No caso de homens negros, essa atribuição é realizada a partir de sua leitura racial, que exotifica o corpo negro através de um processo de animalização.

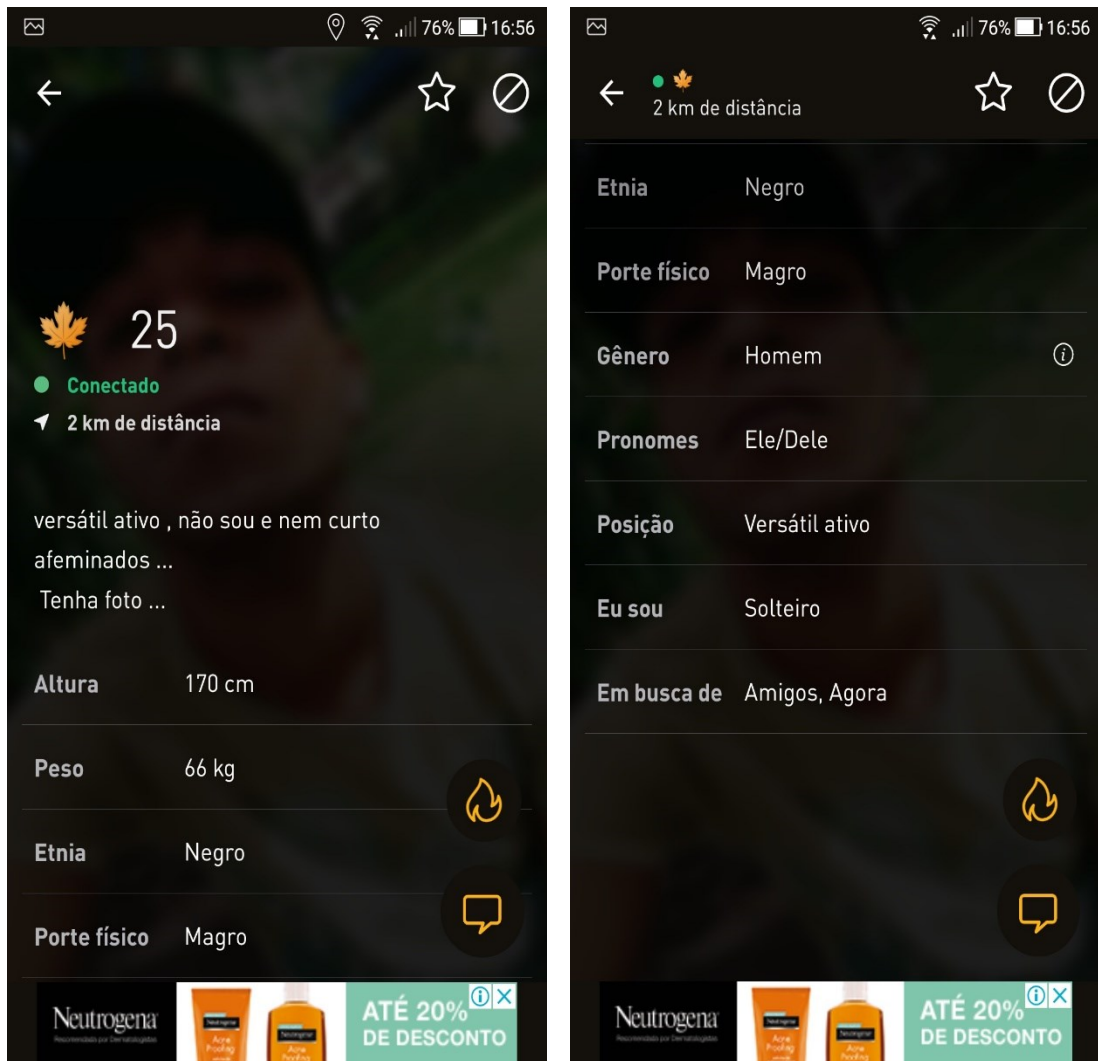


Figura 23

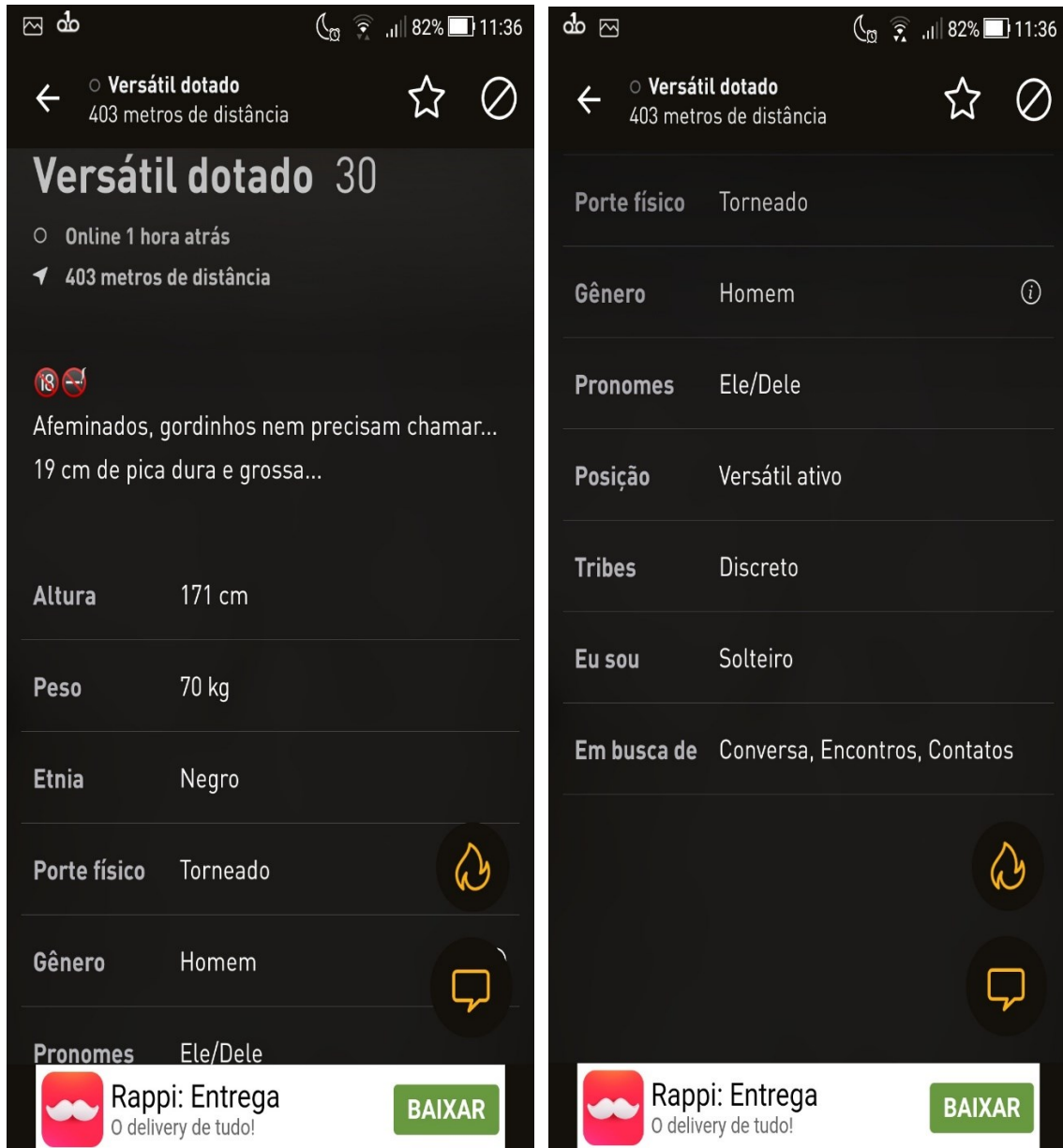


Figura 24

As figuras 9 e 10 refletem um aspecto importante da amostra construída para este trabalho, já que todos os perfis que se autodefinem como negros, também se definem como ativos ou versáteis ativos, afastando-se, de certa forma, da passividade. Ao descrever-se, o perfil da figura 24, utiliza sua *bio* para estabelecer um outro filtro muito conhecido no interior dos *apps* de pegação/relacionamento, o filtro baseado no grau de masculinidade de si e dos outros usuários “[...] não sou e nem curto afeminados...[...]”.

Tanto na figura 24 quanto na 25, percebemos a criação de filtros através das bios dos usuários. O usuário “Versátil dotado 30” refina sua busca ao afirmar que “Afeminados, gordinhos nem precisam chamar...”. Esses filtros estabelecidos a partir dos pressupostos do “gosto” edificam-se nas bios dos usuários criando dinâmicas onde os corpos, práticas, atitudes,



dentre outras características dos usuários, vão sendo filtradas na medida em que corpos que possuam as características mencionadas como não atraentes para determinado usuário, delineiam de forma mais específica as mensagens que este irá receber. Um recorte que aqui se faz necessário apontar é o de classe que perpassa a criação de outros filtros através da bio, pois não possuem muitas possibilidades de filtros na versão gratuita do *app*.

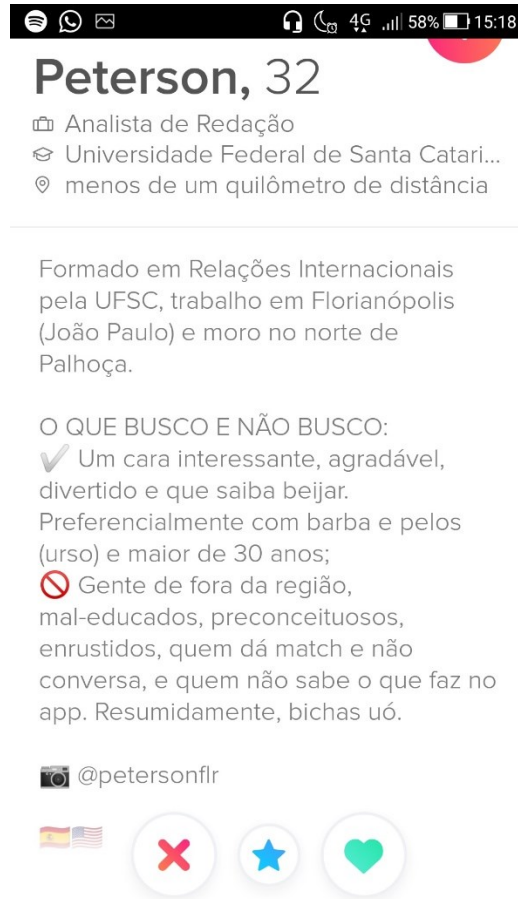
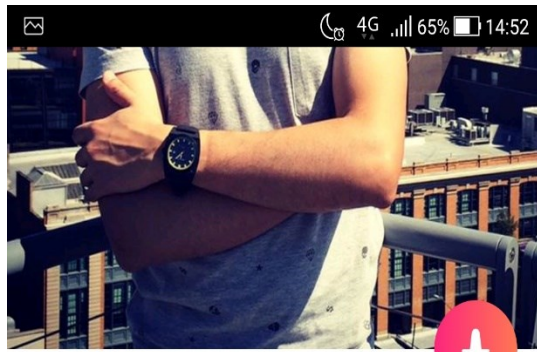


Figura 25

No *Tinder*, a estrutura do *app* apresenta-se de uma forma completamente diferente do *Grindr*. Não possuindo tantas possibilidades de filtros a serem preenchidas, o *Tinder* possibilita que os usuários preencham suas informações pessoais e escolham apenas qual o raio de distância em que os perfis de outros usuários devem aparecer e o gênero em que possuem interesse. No preenchimento das informações dos usuários, não há uma área voltada à etnia/raça. Já a área voltada ao gênero permite que os usuários insiram suas identidades de gênero a partir de um processo de busca, onde o usuário insere palavras que vão gerando possibilidades para o preenchimento. E, por último, é possível escolher ainda, nessa área, se o perfil do usuário deve ser incluído em busca por homens ou mulheres.

Na figura 25, é possível ver que abaixo do nome do usuário encontram-se as informações cedidas por este, e são mostradas na medida em que o usuário opta por torná-las visíveis. Peterson, de 32 anos de idade, deixa sua formação como parte das informações descritas em sua bio e deixa também sua profissão especificada na descrição abaixo de seu nome de usuário. Já a estrutura de software do *Grindr*, por exemplo, não possui uma área para preenchimento de dados sobre grau de escolaridade e trabalho, o que tem muito a dizer sobre a proposta do *app* e das subjetividades que são moldadas por este.

Como o *Tinder* não possui uma área específica para filtros mais detalhados que operam nos processos de busca online dentro da plataforma, grande parte dos usuários acabam utilizando o espaço da bio para especificar suas “preferências/gostos”, como parte integrante de suas personalidades e subjetividades. Na figura 25, é visível a criação de filtros realizada através do espaço da bio, o usuário realiza descrições sobre o tipo de “cara” que ele procura e o tipo que não o agrada. Estabelecendo filtros estéticos e etário, o usuário cria sua bio falando mais sobre o que procura do que sobre si mesmo, ao mesmo tempo que estabelece também filtros territoriais.



## Jonatas, 32

Coordenador de Comunicação Corporativa  
 Mora em/no Florianópolis  
 menos de um quilômetro de distância

Sagitariano   
 Mineiro   
 Morando em Floripa há 7 anos   
 Jornalista | Especialista em Comunicação Corporativa  
 Instagram: @jonatasandrade  
 1.75m | 72kg

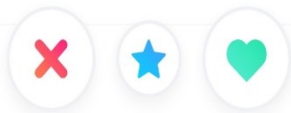
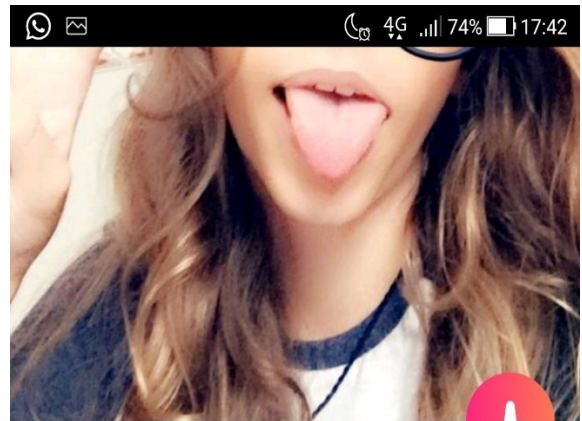


Figura 26



## Ricardo, 18

Estudando  
 27 km de distância

Bom... gosto muito de ver série abraçadinho com alguém Hehe , sou engraçado carinhoso , curto praia , cinema se quiser só chamar rsrs

### Minha Música

Morena  
 Vitor Kley, Bruno Martini

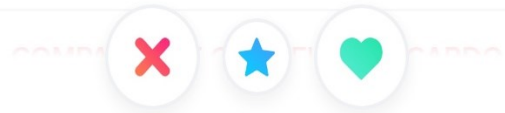


Figura 27

Nas figuras 26 e 27, encontram-se dois perfis de usuários que utilizam o espaço da bio para se autodescreverem e não colocam informações específicas sobre o tipo de pessoas que estão buscando conhecer através do *app*. Parte dessa dinâmica de construir filtros no espaço da bio dá-se por conta da falta de possibilidades de se estabelecer filtros através de outras estruturas como as fornecidas no *Grindr*, além, claro, da dinâmica proposta pelo *Tinder* focada em fotos somadas à bio, o que não é muito encontrado no *Grindr*, dado os aspectos de “sigilo” ligados intrinsecamente à comunidade gay masculina. No entanto, o fato de o *Tinder* não possuir filtros baseados em etnia/raça não impede experiências racistas, assim como outras experiências preconceituosas e discriminatórias a partir das interações no *app*. Porém, a falta do filtro e a possibilidade de escolha totalmente pautada em uma “liberdade” neoliberal, acaba por promover uma sensação de equidade a partir de um racismo por denegação.

Se as escolhas dos usuários tanto no *Tinder* quanto no *Grindr* dão-se baseadas na raça ou em outros marcadores da diferença, isso não parece possuir muita importância, desde que não seja algo dito ou feito explicitamente. A abordagem da campanha *Kindr*, apontada anteriormente, mostrou para além de um esforço do *Grindr* em “sanear” o *app*, o aspecto paradoxal de variadas plataformas digitais de pegação/relacionamento que em um movimento conceituam e se colocam contra práticas discriminatórias visando resolver tais problemas. Ao mesmo tempo em que continuam lucrando com as práticas de segregação e exclusão. Esse processo pode ser percebido como resultado do contexto pós-industrial, que unido à internet, possibilitou a extração de valor do trabalho cultural produzido no ciberespaço.

Outro aspecto importante ligado à extração de valor, raça e classe, e que perpassa intimamente as violências simbólicas que são engendradas no interior desses *apps* diz respeito aos serviços de moderação<sup>85</sup> de conteúdo. A moderação de conteúdo funciona como um serviço de arrumação/acomodação, que reflete, de certa maneira, o mundo material no digital, onde o trabalho de tutelar o preconceito e a discriminação tem recaído sob os ombros das “maiorias sociais”<sup>86</sup>. Nesse sentido, os alvos, ou seja, pessoas que compõem essas maiorias sociais que sofrem ofensivas cotidianamente são as responsáveis pelo saneamento das redes, que no mundo globalizado do século XXI, junto à política de precarização neoliberal, ocupam cada vez mais empregos em empresas terceirizadas, a maioria com sedes em países em desenvolvimento.

O universo edificado através de dados criptografados possui divisões que espelham a realidade. A engenharia de softwares por trás desse universo é um campo dominado majoritariamente por homens, enquanto o processamento de dados tem sido atribuído em maioria às mulheres, isso se verifica em países da Europa contemporânea, assim como na América do Norte (CONNELL e PEARSE, 2015, p.164). No entanto, não posso esquecer que as empresas transacionais/globais possuem ramificações extensas, principalmente em países em desenvolvimento com baixa regulamentação trabalhista.

---

<sup>85</sup> “Sites, blogs, redes sociais, apps e outros tipos de plataformas de conteúdo são produtos digitais oferecidos e controlados por empresas, das quais todos nós, usuários, somos consumidores. Essas empresas estabelecem regras privadas que regulam, entre outras coisas, o que pode e o que não pode ser publicado e também qual conteúdo será visto primeiro e quais não serão. Essas decisões afetam a maneira com que outras pessoas acessam o que publicamos e condicionam nosso acesso ao que elas publicam. Os intermediários que administram alguma rede social têm adotado termos de serviço e padrões de comunidade que os permitem punir aqueles que, em sua opinião, violam esses documentos. É por isso que os conteúdos que criamos, postamos ou compartilhamos podem ser marcados, ocultados e até mesmo excluídos. Além disso, as contas que criamos (nosso "meio de comunicação" naquele espaço) podem ser temporariamente suspensas ou bloqueadas permanentemente se os moderadores entenderem que violamos as regras. As mídias digitais não são espaços neutros onde publicamos o que queremos sem qualquer censura ou consequências. Pelo contrário, existem regras privadas de “moderação de conteúdo” que têm um grande impacto: elas definem o que vemos e o que não vemos na internet. E é por isso que devemos conhecê-las”. Disponível em: <<https://idec.org.br/direitos-nas-midias>>. Acesso em dezembro 2022.

<sup>86</sup> Gargallo (2010).

O fato da arquitetura dos *apps* serem realizados majoritariamente por homens é apenas um reflexo de processos de generificação que constroem, por exemplo, a contradição entre o design de *apps* como *Grindr* e *Tinder*, e discursos de inclusão de campanhas como a *Kindr*, por exemplo. Essas contradições se edificam na medida em que “[...] the filter feature allows users to silently discriminate against those who do not fit a hypermasculine image, rendering some users invisible and reifying users’ prejudices”<sup>87</sup> (CONNER’S, 2018, p.7). A operação discriminatória realizada por meio dos filtros, apontam um processo de comodificação realizado sobre o preconceito, uma espécie de mercantilização da discriminação e do ódio, que é intrinsecamente intersectada com a classe.

As versões gratuitas tanto do *Grindr* quanto do *Tinder* fornecem aos usuários uma cascata limitada de perfis. No caso do *Grindr*, o número de perfis fica limitado, além dos usuários possuírem apenas três filtros de busca. Já no *Tinder*, a busca é limitada pelo número de curtidas que quando acabam só podem ser reestabelecidas após um determinado prazo. O *Grindr Xtra*, versão paga do *app*, abre uma outra gama de possibilidades para os usuários pagantes, na medida em que outras opções de filtros são disponibilizadas, o que leva a um maior acesso ao banco de dados da plataforma.

No caso do *Tinder*, a versão paga *Tinder Gold* garante um *plus* aos seus usuários, ao possibilitar que estes vejam quem os curtiram, o que constrói um outro filtro mais elaborado, na medida em que a cascata de perfis aumenta, pois as curtidas tornam-se ilimitadas, além do acesso a outras funções disponíveis apenas na versão *Gold* do *app*. A mentalidade que rege os espaços de *Grindr* e *Tinder* é marcada por um recorte de classe bem definido, uma vez que, quem pode pagar, passa a ter um “direito de escolha” maior, que na verdade mascara um poder de compra maior de possibilidades de executar ações racistas, homofóbicas, dentre outras práticas discriminatórias disfarçadas por discursos de igualdade.

As versões pagas de *Grindr* e *Tinder* permitem aos usuários mais do que apenas poderem ver um número maior de perfis, criarem também tecnologias de exclusão, a partir do processo de selecionar os corpos apresentados na cascata. Balizando essa seleção, é possível encontrar filtros explícitos e outros mascarados relacionados ao tipo de corpo, classe social<sup>88</sup>, os status de relacionamento, raça, etnia, gênero, sexualidade, dentre outros marcadores da diferença que atuam com características de investimento em corpos *branding*. A ideia do corpo

---

<sup>87</sup> “[...] o recurso de filtro permite que os usuários discriminem silenciosamente aqueles que não se enquadram em uma imagem hipermasculina, tornando alguns usuários invisíveis e reificando os preconceitos dos usuários”. (Tradução nossa)

<sup>88</sup> O ato de utilizar a versão paga do *app* já é uma demarcação de classe.

como uma marca delimita bem as contradições suscitadas por campanhas de igualdade e inclusão e a própria estrutura/software de *apps* como o *Grindr* e o *Tinder*, pois na medida em que a estrutura desses *apps* permitem o lucro com os processos de exclusão que as funções de pesquisa oferecem, além dos filtros mascarados, há um convite para que principalmente clientes pagantes construam redes de exclusão, e não um público em rede.

Being a digital database, Grindr requires tools to make it navigable, readable, and intelligible. What the app offers in its ‘free’ service is its geolocate tool. In its raw, free state, Grindr represents the continual performance of database search organized via a single filter: proximity. Of course, even this default filter is exclusionary, reproducing forms of redlining and segregation based on race and class—but possibly also age, gender, and nationality. Upgrading to a subscription (an act which is, in and of itself, marked by class) places more control in the user’s hands, allowing them to further narrow their perspective; to ‘clean up’ data in ways that speak to their sexual preferences. These preferences are, as pointed out earlier, culturally constructed.<sup>89</sup> (MOWLABOCUS, 2021 p.41).

Cristiane Marinho (2020) pontualmente levanta questões em torno do sujeito empreendedor de si e as dinâmicas econômicas do eu. Sou uma sujeita empresa, e diante das condições dadas “igualmente” para todas as pessoas, sou responsável pelos meus eventuais fracassos como indivíduo empreendedor. Essa lógica neoliberal, entendida e esmiuçada por Marinho (2020), a partir de outras autoras, reflete a necessidade de pensar a “Empresa” como o governo de si na era neoliberal<sup>90</sup>.

Essa lógica me encaminha novamente a reiterar que no interior dos *apps* de pegação/relacionamento, sou impelida, assim como os outros usuários, a formatar meu corpo, desejo e subjetividade na busca do meu sucesso como um corpo queer fracassado a priori. Paradoxalmente, minha busca por sucesso afetivo e sexual, além do fracasso estabelecido a priori, é balizada por *apps* com estruturas tecnológicas que funcionam para isolar, filtrar e excluir identidades e comunidades específicas. Como aponta Wendy Brown (2019), as forças que atuam por trás das contestações à igualdade, civilidade e à inclusão, são constituídas pelos

---

<sup>89</sup> Por ser um banco de dados digital, o *Grindr* requer ferramentas que o tornem navegável, legível e inteligível. O que o aplicativo oferece em seu serviço "gratuito" é sua ferramenta de geolocalização. Em seu estado bruto e livre, o *Grindr* representa o desempenho contínuo da pesquisa de banco de dados organizada por meio de um único filtro: proximidade. Claro, mesmo esse filtro padrão é excludente, reproduzindo formas de linha vermelha e segregação com base na raça e classe - mas possivelmente também na idade, sexo e nacionalidade. Atualizar para uma assinatura (um ato que é, por si só, marcado por classe) coloca mais controle nas mãos do usuário, permitindo-lhe estreitar ainda mais sua perspectiva; para "limpar" os dados de uma forma que atenda às suas preferências sexuais. Essas preferências são, como apontado anteriormente, culturalmente construídas. (Tradução nossa)

<sup>90</sup> Cristiane Marinho (2020) retoma o trabalho de DARDOT e LAVAL (2016) para apontar que o sujeito neoliberal se tornou um especialista de si mesmo, atuando em um processo constante de se inventar e se empreender, na medida em que é impelido a isso pela racionalidade neoliberal. Transformando todas as suas atividades a partir das noções de produção, investimento e cálculo de custos, esse sujeito eleva a economia à sua disciplina pessoal.

valores e reivindicações do mercado, somados àqueles do familismo heteropatriarcal, cristão, **branco**<sup>91</sup>. Nesse sentido, acredito que o termo “Incivilidade educada” usado por Mowlabocus (2021) tenha muito a me oferecer.

I use the term ‘polite incivility’ to point to methods of moderation and conflict resolution that focus less on respecting difference and more on maintaining patterns of normative behavior. Polite incivility is less about talking to, confronting, disagreeing with, or otherwise interacting with, difference—be that racial, gendered, bodily, viral, or socio-economic difference—and more about conforming to social scripts that help one manage such difference in an appropriate manner. To be polite is to behave in a normatively prescribed way; to be civil to is to recognize the other as an equal and to acknowledge their equal right to be in that space, whether we want them there or not. In a very polite way then, filters and blocks work against civility; they operate as discrete technologies of incivility. They occlude, obscure, screen out, and otherwise hide (sexual) others. They render invisible those people that we think we do not like—a polite act of segregation and data eugenics<sup>92</sup> (MOWLABOCUS, 2021, p.43-44).

A incivilidade educada apontada por Mowlabocus (2021) pode ser lida como um dos variados resultados da gestão da diversidade realizada pelo neoliberalismo. Em meio a um processo de subjetivação neoliberal, a relação entre corpo e capitalismo chegou a um nível jamais visto, desenvolvendo a autogestão como o requisito essencial do sistema capitalista contemporâneo.

A autogestão do desejo percebida nos *apps* de pegação/relacionamento apresenta-se como uma tecnologia disciplinar. Isso ocorre na medida em que a disciplina dos corpos e desejos passa a não depender mais de uma correção exclusivamente externa. Ao realizar essa autogestão do desejo, os usuários dos *apps* assumem uma posição de incivilidade educada, que atua na manutenção da ordem hegemônica vigente.

### 3.3 HOMONORMATIVIDADE(S) E SEU TRABALHO DE SÍSIFO: A BUSCA POR INTELIGIBILIDADE

---

<sup>91</sup> Acréscimo meu.

<sup>92</sup> Eu uso o termo "incivilidade educada" para apontar para métodos de moderação e resolução de conflitos que se concentram menos em respeitar a diferença e mais em manter padrões de comportamento normativo. A incivilidade educada tem menos a ver com falar, confrontar, discordar ou interagir de outra forma com a diferença - seja racial, de gênero, corporal, viral ou socioeconômica - e mais sobre se conformar aos roteiros sociais que ajudam a gerenciar tal diferença de maneira apropriada. Ser educado é se comportar de uma maneira normativamente prescrita; ser civilizado é reconhecer o outro como igual e reconhecer seu direito igual a estar naquele espaço, quer queiramos ou não. De maneira muito educada, filtros e bloqueios trabalham contra a civilidade; eles operam como tecnologias discretas de incivilidade. Eles obstruem, obscurecem, filtram e, de outra forma, ocultam os outros (sexuais). Eles tornam invisíveis aquelas pessoas que pensamos não gostar - um ato educado de segregação e eugenia de dados - a fim de apresentar uma visão alterada, incompleta e artificial dos bens comuns sexuais (Tradução minha).

Em páginas anteriores, realizei uma análise acerca do *Grindr* e do *Tinder* a partir da noção/conceito de empresariamento de si em uma ótica intersectada. Contemplando o tempo neoliberal como laboratório no qual a lógica de comodificação é levada aos níveis mais subjetivos possíveis, procurei pensar como a governamentalidade neoliberal apossou-se de áreas muito íntimas das sujeitas LGBTQIA+, que, segundo alguns autores, vivenciam na temporalidade neoliberal os efeitos de um processo denominado como homonormatividade. Nesse mesmo tempo, no qual uma normalidade se abateu sobre a comunidade LGBTQIA+ promovendo hierarquizações no interior do grupo, é perceptível que uma série de direitos foram alcançados, principalmente no ocidente, o que de certa forma, acaba por mascarar as negociações que foram e ainda são operadas para que tais “direitos” sejam cedidos.

Desde o início dos anos 1990, houve indiscutivelmente mudanças, que de forma incompleta e parcial, alterou atitudes sociais e culturais com relação a algumas experiências homoeróticas nos países do Norte Global, e de forma mais lenta e gradual, em outras partes do ocidente. Expressas em inúmeras áreas da vida social, essas mudanças foram captadas de variadas formas, em diferentes contextos e por corpos distintos. Dentre as diversas análises pertinentes sobre a questão, acredito que o escopo das mudanças captado por Weeks (2007), apesar de otimista, reflete um processo importante a ser nomeado.

O que parecia impensável trinta anos atrás, impossível há vinte, improvável há dez, (pelo menos na Inglaterra conhecida por sua letargia) é agora corrente. Somente com a vociferação dos religiosos evangélicos e as piadas ocasionais sobre quem lava a louça e usa as calças, para nos lembrar de uma época anterior onde o casamento heterossexual era a única forma sancionada de sexualidade e respeitabilidade e onde os homossexuais eram 'os homens mais perniciosos da Inglaterra' (ênfase no original) (WEEKS, 2007, p.p 2-3).

Essa acoplação cada vez maior de determinadas expressões da homossexualidade foi marcada de uma crescente cessão de direitos antes não tangíveis, juntamente a uma forte anexação, por parte do mercado, que passou a enxergar um novo público-alvo de produtos, serviços e bens direcionados a esse público-alvo. Nessa esteira de produtos e serviços cada vez mais especializados, faz-se necessário inserir os *apps* de pegação/relacionamento criados, ou se existentes, reestruturados, para que atendessem um novo nicho de mercado cada vez maior. Com uma historicidade específica, este processo de anexação ao mercado se deu de forma gradual, e, inicialmente, estruturada por espaços físicos abertamente voltados ao público LGBTQIA+ que prefiguraram cenas de sociabilidade e pegação.

Nos Estados Unidos da década de 1970, circuitos de sociabilidade e pegação entre pessoas do mesmo sexo foram formados, edificando bairros gays e constituindo lugares onde vidas dissidentes tornaram-se possíveis de serem minimamente vividas. Richard Miskolci



(2017) aponta que enclaves étnico-raciais, compreendidos por alguns como guetos, constituíram-se como comunidades ligadas intrinsecamente a espaços voltados à socialização, consumo e estilos de vida outros. No Brasil, na segunda metade do século XX, surgiram, segundo James N. Green (2000), circuitos homossexuais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Green (2000) aponta em sua obra que é possível encontrar certas similaridades entre o caso brasileiro e o norte-americano, apesar das significativas diferenças, como a industrialização e urbanização tardia no Brasil, e a formação de circuitos de socialização e pegação predominantemente noturnos. A construção de circuitos homossexuais, constituídos por espaços de sociabilidade e pegação, prefiguraram em variadas partes do globo o que viria a ser a complexa relação construída entre neoliberalismo, consumo e comunidade LGBTQIA+ no início do século XXI.

Esta relação complexa e, por vezes, tortuosa, que se desenrola em uma temporalidade marcada pela governamentalidade neoliberal, dá-se em meio à consolidação de um mercado de nicho, onde o consumo é cada vez mais direcionado a grupos que possuem especificidades. Cenas queers, lésbicas, BDSM, *glory holes*, dentre outras, estabeleceram-se na medida em que as letras sob a bandeira foram edificando suas lutas e visibilizando cada vez mais suas diferenças. A mercantilização e as leis do mercado criaram produtos, serviços e bens cada vez mais específicos, edificando mercados de nicho e alimentando, de certa forma, processos de hierarquizações no interior da comunidade. A comodificação ultrapassou a produção de mercadorias, produtos, serviços e bens, transformando os próprios desejos, afetos e, principalmente, a falta inerente destes a algumas formações identitárias de mesmo sexo em mercadorias, onde o fator de gênero e sexualidade assumiram papéis de *commodities* de altíssimo valor.

É sobre os efeitos da normatização constituída em grande parte através das relações entre a sexualidade e o mercado que tentarei me debruçar nesta seção, buscando pensar o fenômeno da homonormatividade. Claro está que os estudos de gênero, assim como os estudos sobre sexualidades, principalmente os estudos LGBTQIA+, têm produzido há tempos um volume considerável de questionamentos férteis a respeito dos efeitos das normas na construção das subjetividades. Ancorados em sua maioria em uma análise foucaultiana (FOUCAULT, 1976), esses estudos se centralizam na produção dos sujeitos, analisando a constituição dos sujeitos sexuais e os efeitos normativos inscritos sobre os seus corpos.

Um dos efeitos normativos que aqui se faz central é a noção de homonormatividade, e as críticas aos efeitos dela no interior da comunidade LGBTQIA+ global. Situada por variadas autoras no bojo das transformações neoliberais, a homonormatividade e seus efeitos são focos

de debate desde o início do século XXI, a partir de produções teóricas de correntes que possuem raízes profundas na teoria queer e na crítica queer. Correntes epistemológicas e políticas como a *Teoria queer of colour critique*, os *estudos decoloniais*, *estudos queer BIPOC* e o *QueerMarxismo*, construíram críticas contundentes aos efeitos políticos, sociais e econômicos da experiência homonormativa na contemporaneidade, além de possuir múltiplos entendimentos acerca da sua constituição, solidificação e existência.

Referenciada e conceituada, a partir de variados lócus de enunciação, a homonormatividade é apresentada como um modelo estético-erótico, um regime discursivo, uma cidadania de consolação, uma temporalidade, um regime de visibilidade ou uma formação de mesmo sexo, dentre outras ramificações conceituais. É sobre uma possível genealogia crítica da homonormatividade que agora me deterei.

Esse processo de conceituação da homonormatividade acontece no interior de discussões melhor elaboradas dado o seu tempo de produção. Sendo a manifestação de um processo histórico localizado nas sociedades contemporâneas ocidentais, os efeitos de uma norma LGBTQIA+ são vivenciados no interior de uma ordem de gênero hierarquizada. Nela, estruturam-se e organizam-se locais que definem fronteiras e desigualdades. Nesse contexto, o gênero e a sexualidade atuam articulando processos sociais, nos quais os corpos se tornam ferramentas/meios utilizados para legitimar a hierarquização através de diferenças reprodutivas, ou como denominado por Raewyn Connell (2002), uma arena reprodutiva.

Acredito que a homonormatividade está intrinsicamente ligada à estrutura de uma arena reprodutiva reprogramada pelo neoliberalismo, na medida em que o efeito normativo estabeleceu novas hierarquias de gênero e sexualidade para além do binário heterossexualidade/homossexualidade. Ao apontar os profundos efeitos homonormativos em camadas da comunidade gay, António Fernando Cascais (2015a) expõe:

De forma concomitante com a expansão global, o modelo tornou-se, entretanto, claramente dominante, com profundos efeitos homonormativos sobretudo entre as camadas mais jovens da comunidade gay, cujos processos de subjetivação e de identificação comunitária afeta consideravelmente, por essa via as instrumentalizando como agentes ativos do já proverbial geracionismo ('ageism') gay e da exclusão de todos aqueles que na comunidade LGBTQI não o emulam. Significa isto que o modelo estético-erótico acaba por reinstalar a vergonha (já de si decorrente da objetificação heteronormativa do homossexual) no seio da própria comunidade gay, dilacerando-a internamente entre os poucos indivíduos modelares e a grande e plural maioria de 'feios, porcos e maus' inconvertíveis, e amplia-lhe os venenosos efeitos identitários lá mesmo de onde expulsa o orgulho (que, ao invés de um imaginário de 'morte aos feios', é inclusivo: 'se ele foi capaz de..., então eu também posso ser) (CASCAIS, 2015a, p.361).

Caracterizada como um modelo estético-erótico, a homonormatividade apresenta-se como um processo, no qual a racionalidade neoliberal reinstala a vergonha no interior da comunidade LGBTQIA+ sobre os corpos não normativos, promovendo hierarquias em que a inclusão acontece por meio da adesão à normatividade. Tal processo solidifica um padrão LGBTQIA+, que se torna uma matriz de inteligibilidade homonormativa, conferindo níveis de aceitabilidade a determinados corpos intra e extra grupo. No entanto, algumas leituras com relação à matriz homonormativa acabam por ser reducionistas ao analisá-la como um sistema de restrição, que no interior da comunidade exige uma menor expressão do desejo sexual/afetividade, ao passo que o gênero/performance continue a mais normativa possível.

Essa leitura reducionista acaba por mascarar as tramas interseccionais constituídas como a base das negociações homonormativas. Nesse sentido, a construção da homonormatividade deve ser analisada em sua plena complexidade, na medida em que esta apresenta características extremamente necessárias a uma determinada temporalidade do capitalismo, pois a homonormatividade acaba por se apresentar como uma movimentação biopolítica de uma produtividade neoliberal ligada ao empresariamento de si. Como apontado por Cascais (2015a) há um poder na mobilização biopolítica desse processo normativo que é “[...] auto-proliferante, auto-fágica e, em derradeira instância, autodestrutiva” (CASCAIS, 2015, p. 361). Apesar desses possíveis efeitos normativos, múltiplas vidas LGBTQIA+ não encontram a possibilidade de uma vida boa, ética ou vivível, pois tais alternativas se encontram assentadas em uma assunção estética negociada com a normatividade.

Ainda que os efeitos normativos sejam visíveis e para uma grande maioria da comunidade até mortais, há ainda muita resistência, ou por vezes uma rejeição total às discussões que centralizam tais debates. Como aponta Caterina Rea:

No contexto da crítica *queer de cor*, muito se faz para definir e contestar duas noções, que correspondem a duas atitudes políticas, práticas normativas e epistêmicas, próprias às comunidades e grupos LGBT dos países ocidentais. Se trata da homonormatividade e do homonacionalismo. Estas duas categorias prático-teóricas são ainda pouco discutidas no contexto brasileiro, quando não abertamente rejeitadas, como é o caso, em particular, da homonormatividade, confundida com uma deplorável revanche da opressão heteronormativa. Na realidade, tais termos nomeiam duas atitudes muito próximas que consistem em racializar, etnicizar e nacionalizar a sexualidade, em particular a dissidente, encaixando-a em padrões raciais, de classe e supostamente nacionais (REA, 2017, p. 4).

A crítica *queer of colour*, há bastante tempo, tem apontado as operações que consolidam as sexualidades dissidentes a partir de recortes de gênero, classe e nacionalidade. Promovendo uma espécie de repatriação das sexualidades não heterossexuais, os efeitos normativos atuam a

serviço da heteronormatividade, elaborando processos de normatização que são gendrados, racializados e de classe, construindo, assim, hierarquias intersectadas no interior de uma comunidade marcada pela diferença.

Tais movimentações fazem parte do processo constitutivo do fenômeno da homonormatividade, que apesar de ser apontada como algo consolidado em variadas partes do globo, ocupa um *lócus* mais instável do que algumas autoras imaginam. Tanto a dominância quanto a autoridade da homonormatividade não encontram um status de uma hegemonia concretizada, pois faltam condições que permitam o estabelecimento desta.

Há uma limitação específica que esse processo encontra ao tentar estabelecer sua dominância: a confluência e o crescimento de identidades queers que não se regem a partir dos parâmetros estabelecidos pelos efeitos da homonormatividade, o que pode ser denominado como a incapacitação da formação plena homonormativa. Na medida em que a homonormatividade se consolida em um horizonte de expectativa como o sucesso de uma parcela da dissidência sexual, o queer estabelece-se como uma perturbação da ordem de gênero e da sexualidade.

Esse mal-estar queer se localiza no interior das possibilidades de manifestações políticas que questionam as lógicas dominantes da disciplina, da norma e do poder. Como aponta Jack Halberstam: “A arte queer do fracasso aciona o impossível, o inverossímil e o irrelevante. Ela silenciosamente perde, e ao perder imagina outros objetivos para a vida, para o amor, para a arte e para o ser” (2011, p.88). Nesse sentido, o queer é entendido como a falha, o fracasso, e o ato de falhar é, por si só, revolucionário.

Na medida em que eu fracasso, me deparo com a estrutura que confirma minha falha, um regime, para o qual não possuo os predicados corretos que elegem a participar de certas formações de poder. Enquanto regimes discursivos, tanto a heteronormatividade quanto a homonormatividade, acionam disputas em suas tramas discursivas, nas quais certos dispositivos atuam na produção e manutenção de poderes, abjeções e normas. Fernando Pocahy (2012) aponta a importância de sublinhar a atuação da heteronormatividade e da homonormatividade como a reiteração discursiva da norma corpo-gênero-sexualidade, além de outras interseccionalidades.

A homonormatividade funciona a par da heteronormatividade, sendo a homonormatividade uma espécie de projeto epistemológico da heteronormatividade (Herman, 2003). A homonormatividade não apenas dá continuidade ao legado das assunções heterossexistas e normativas; na realidade, ela também sustém estas assunções, ajustando normativamente as pessoas não-heterossexuais às economias políticas neoliberais, tornando as mesmas assunções aceitáveis, o que é conseguido pela domesticização das reivindicações destas pessoas através da despolíticação e da privatização (Duggan, 2003). A homonormatividade também opera por intermédio do

favorecimento das narrativas sobre a consistência de gênero de acordo com as normas e performatividades heterossexuais, reforçando as assunções normativas sobre as sexualidades, sobre os desejos e sobre um sistema binário de gênero (ver Duggan, 2003; Oliveira, Costa & Nogueira, 2013; Richardson, 2004). Ancorar, reiterar e mascarar os discursos heterossexistas e heteronormativos produzidos por parte de não-heterossexuais é um outro modo de constituir a economia heterossexual que, assim, sistematicamente regula, controla e fortifica as suas próprias fronteiras (Butler, 1993). Doravante, é deste modo que a produção de corpos *queer* é posicionada nas formas contemporâneas de nacionalismo, como defende Jasbir Puar (2006, 2007) (OLIVEIRA; COSTA; CARNEIRO, 2014, p.64).

Concebida enquanto um sistema de normas discursivas relacionadas às formas de experimentação normativas das sexualidades LGBTQIA+, a homonormatividade pode e precisa ser compreendida como parte integrante da engrenagem heteronormativa. Claro está que a heteronormatividade possui como uma de suas estruturas de sustentação a repetição sequencial e permanente da norma corpo-gênero-sexualidade, a qual Judith Butler (2019) atribui um caráter citacional. Este aspecto citacional aloca a homonormatividade como um processo de citação e recitação dos cânticos do poder, um trabalho de sísifo no qual a tradução das normas se aplica a corpos que negociam com a matriz de inteligibilidade vigente.

A homonormatividade, como um trabalho de Sísifo, realiza no interior da comunidade LGBTQIA+ a manutenção da heteronormatividade, que, por sua vez, tem seu legado resguardado. Como aponta Oliveira (2013), esse processo pode ser percebido:

[...] no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das reivindicações e no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade, constituindo assim uma hierarquização dentro dessa comunidade em termos de grau de aceitabilidade e de conformidade dos corpos às normas de gênero (OLIVEIRA, 2013, p.69).

As hierarquizações sexuais no interior da comunidade acabam por formar novas subjetividades, ao mesmo tempo que reiteram vivências sexuais impossíveis para vidas não vivíveis. Há, então, como aponta Oliveira (2013), a necessidade de reconhecer a cidadania enquanto um constructo intersectado, que na contemporaneidade desempenha papel central na construção homonormativa. Em diálogo com os trabalhos de Davina Cooper (2006) e Diane Richardson (2005), o autor aponta três aspectos relacionados à cidadania sexual e que marcam alterações importantes nas sociedades contemporâneas em relação às pessoas LGBTQIA+, sendo estes: “[...] atribuição legal de direitos e responsabilidades, aquisição de estatuto e reconhecimento social e a incorporação, dentro da sociedade, como membros de pleno direito” (OLIVEIRA, 2013, p.70).

Esse processo envolveu, necessariamente, segundo o autor, políticas de semelhança com heterossexuais, normalização, e eu acrescento cumplicidade com a heteronormatividade, o que inaugurou um processo paradoxal de uma cidadania sexual que é

[...] simultaneamente útil e necessária para que as sociedades reconheçam direitos e responsabilidades a estes grupos diferenciados, mas como ao mesmo tempo, a cidadania sexual encerra no quadro atual neoliberal, um processo de normalização e de assimilação (OLIVEIRA, 2013, p.70).

O entendimento da cidadania enquanto constructo intersectado, sendo assim sexualizado, solidifica as bases nas quais a homonormatividade se manifesta como a aquisição lenta e gradual de uma cidadania global LGBTQIA+. Perpassada também por assunções estéticas e eróticas, como mostrado anteriormente, a homonormatividade assume o papel de ideal regulador, agenciando os efeitos normativos e consolidando na contemporaneidade o que Oliveira (2013), referindo-se à situação em Portugal, chama de cidadania de consolação.

[...] a cidadania sexual, privatizada e domesticada, necessariamente, não reflete alterações na esfera pública, sendo que é essa mesma esfera pública hegemonicamente heterossexual que possibilita como única forma de vivência uma cidadania vivida na consolação do privado pelos agravos produzidos pela discriminação do público. Há neste discurso, um elemento muito relevante que se prende com uma necessidade de reparação por todo o efeito da estigmatização. [...] Há aqui uma dinâmica de compensação, que poderíamos também analisar como marcas de uma cidadania sexual que só inclui aqueles/as que podem ser incluídos/as, dado que ela mesma é marcada por diferentes matrizes de opressão e privilégio. Assim, se para alguns/algumas é possível aceder ao quadro de direitos definidos na legislação portuguesa, como o direito de casar, direito a ser protegido da discriminação e direito a união de facto, para outros/as esses direitos não se colocam a não ser numa esfera de um imaginário, vivido no privado (OLIVEIRA, 2013, p.75).

Estaria a homonormatividade configurando normatividades social, jurídica, e política em torno de um *continuum* homossexualidade-monogamia-patriarcalismo? A resposta para tal questão acredito não ser de fácil elaboração. No entanto, aponto que novos arranjos e negociações estão postos sobre uma mesa onde alguns corpos negociam em detrimento da morte social (ou literal) de outros. A nebulosidade constituída por uma cidadania de consolação torna turva uma percepção mais apurada sobre as relações entre instâncias jurídicas, sociais, políticas e a formação de sujeitas e suas subjetividades. Nesse sentido, a homonormatividade constitui uma simetria utópica entre o aparelho jurídico e os processos de formação de sujeitas, que acaba por mascarar o trânsito real entre os direitos e a vida cotidiana, promovendo espaços vazios, hipersaturados do simbólico.

Ao passo que tal simetria se delineia, a nova homonormatividade apresenta-se como um processo e, ao mesmo tempo, como resultado que abarca a busca por direitos civis que não são concedidos a todas as pessoas LGBTQIA+, mas sim àquelas que realmente importam. Sendo assim, para a maioria das sujeitas dissidentes não há nem mesmo uma possível cidadania de consolação, para corpos e performances com certas nuances de estigmas, não há cidadania alguma, e a “pólis” não é vista nem como um horizonte de expectativa.

Os diferentes níveis em que a cidadania é conferida estão intrinsecamente ligados àquilo que Richard Miskolci (2017) chamou de regimes de visibilidade.

Os registros históricos precisam ser lidos a contrapelo, levando em consideração o que podemos chamar de regime de visibilidade, o qual é intrinsecamente ligado ao código moral hegemônico. Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição, invisibilidade ou mesmo em uma hipervisibilidade obscena. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do possível (MISKOLCI, 2017, p. 107).

Nesse sentido, pensar o poder de mediação do mercado é de suma importância para analisar o alcance de certos regimes de visibilidade. Rosemary Henessay (2000) aponta que como “queer”, “visibilidade” é um termo de luta em circuitos gays e lésbicos na contemporaneidade – para alguns, simplesmente uma questão de exibição; enquanto para outras, é o efeito de discursos ou de condições sociais complexas. Assim, aponto os regimes de visibilidade como estruturas que se alteraram de modo a constituir e fomentar uma “nova homonormatividade” excitada pelo neoliberalismo que gerou uma hierarquização de identidades no seio da comunidade LGBTQIA+.

Rosemary Henessay (2000), em diálogo com o trabalho de Danae Clark (1991), aponta que Clark observou que a intensificação do marketing de imagens lésbicas é menos um indicativo de uma aceitabilidade crescente da homossexualidade do que de uma apropriação do capitalismo de “estilos” gays para um público em cadeia *mainstream*. Em vista disso, visibilidade na cultura de *commodities* é, neste sentido, uma vitória limitada para algumas lésbicas e gays que são bem-vindas para serem visíveis como assuntos de consumo, mas não como assuntos sociais.

O paradoxo constituído entre o recobrimento e a suspensão de direitos manifesta-se na medida em que interesses outros surgem. Os regimes de visibilidade e o acesso aos direitos e

cidadania, mas principalmente ao status de vida que importa, ficam subjugados por uma ordem mercadológica. Mesmo vivendo em um contexto ocidental marcado por vitórias jurídicas e estatais adquiridas, principalmente a partir do início do século XXI, nos encontramos em meio a uma batalha por memória, existencial e discursiva, na qual um regime de visibilidade estabelece quais vidas importam, e, portanto, regozijam-se do privilégio de VIVER.

Esse privilégio de poder viver uma vida boa, uma vida vivível, dá-se para as LGBTQIA+ em meio a um regime de visibilidade “novo homonormativo” que hierarquiza identidades dissidentes ao mesmo tempo que negocia quais, quando, como e onde as escolhidas devem aparecer e serem dignas de visibilidade. As identidades normativas ou aquelas que se dispõem a negociar no seio do regime de visibilidade em voga, quando ascendem socialmente, reclamam uma sexualidade normativa, pois, mesmo com o recorte de classe, há questões de aceitação que não são rompidas pelo capital. Até mesmo porque os corpos que conseguem acessar capital material e simbólico para reclamarem suas identidades, são corpos que o fazem por meio da normatização de si. Estes são recompensados por isso, e após obterem a recompensa, continuam a lapidação de sua subjetividade para a manutenção do status quo do qual agora fazem parte, de certa forma, e por isso são recompensados.

As negociações subjetivas que se solidificam no bojo das movimentações dos regimes de visibilidade, estão ancoradas em afetos, desejos, sexo, aceitação, dentre outros elementos, que edificam os processos de normatização de certos corpos. No entanto, apesar dos variados elementos que constituem esse processo, um se destaca de maneira mais pujante: o medo.

Este medo e a necessidade de ocultar a sua orientação sexual foi analisado no trabalho de Dana Rosenfeld (2009), que divide as homonormatividades em duas temporalidades distintas. A primeira, a que chama de homonormatividade do pós-guerra e que caracteriza como sendo marcada pelas políticas de passar por heterossexual (*politics of passing*), ou seja, em que os indivíduos usam de um silêncio em relação à sua sexualidade ou identidade de gênero e tentam passar despercebidos como forma de evitar discriminações. A estratégia para ter maior aceitação passa por uma forte conformidade às normas de gênero e por desenvolver esforços para fazer-se passar por heterossexual, mantendo inquestionados os pressupostos heterossexuais (Rosenfeld, 2009) (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

O Queer Marxism<sup>93</sup> ou marxismo queer, tem fundado uma episteme que sintetiza conceitos marxistas como classe, reificação e totalidade, juntamente com conceitos de outros paradigmas, principalmente da Teoria queer<sup>94</sup>, como a performatividade, o homonacionalismo e a interseccionalidade. Nesse sentido, nos interessa aqui pensar a historicidade do conceito cunhado por Peter Drucker (2015) de formação/regime do mesmo sexo, que o autor constrói a

<sup>93</sup> Ver: Alan Sears, Kevin Floyd, Peter Drucker, Holly Lewis, Ding Naifei e Petrus Liu.

<sup>94</sup> Ver (SPARGO, 2017).



partir da chave queer marxista. Mais especificamente, nosso interesse delimita-se a respeito do conceito de formação/regime homonormativo dominante que, segundo o autor, localiza-se globalmente, após o surgimento do neoliberalismo como sistema de acumulação do capitalismo.

Pensando a historicidade dessa formação descrita por Peter Drucker, torna-se imperioso retomar o trabalho do autor, pensando as três formações do mesmo sexo que o autor situa na história do capitalismo, sendo elas: invertido dominante; gay/lésbica dominante e homonormativo dominante. Para tanto, iremos abordar, na primeira parte desse texto, os conceitos e categorias que fundam o arcabouço teórico das definições de Drucker. Após essa breve apresentação, iremos apresentar as formações/regimes do mesmo sexo e suas especificidades temporais, sociais e históricas. Esse processo é de suma importância para o entendimento da categoria homonormatividade que Drucker usa a partir da leitura de Lisa Duggan (2002) sobre uma nova experiência homossexual sob o neoliberalismo.

The invention of the homo/hetero binary later in the nineteenth century would transform all these same-sex elements inherited from the past. Yet they have all survived, albeit in often unrecognisable forms and in radically new configurations. The transgender and intergenerational patterns, predominant through millennia of history, are still part of queer landscapes today. Eighteenth-century mollies and sapphists were the precursors of nineteenth-century 'inverts', the first form of 'the homosexual', while same-sex romantic friendship in some ways prefigured early middle-class homosexuality, as well as later lesbian/gay and homonormative patterns. But the advent of imperialism would recombine all these elements within a radically new framework.<sup>95</sup> (DRUCKER, 2015, p.98)

Aqui temos a primeira das três formações de mesmo sexo dominantes, engendradas no interior do capitalismo, segundo Peter Drucker (2015). Para o autor, o binário hetero/homo tomou forma cristalina somente em um regime específico de acumulação capitalista, o imperialismo clássico no final do século XIX. Esse surgimento estaria atrelado também a uma resposta sistêmica ao aumento do racismo pseudocientífico, à celebração do romance heterossexual, à primeira onda do feminismo e à medicalização da sexualidade. Neste cenário, emergiu o que Drucker denominou como formação do mesmo sexo “invertido dominante”. O

---

<sup>95</sup> A invenção do binário homo / hetero no final do século XIX iria transformar todos esses elementos do mesmo sexo herdados do passado. No entanto, todos eles sobreviveram, embora em formas frequentemente irreconhecíveis e em configurações radicalmente novas. Os padrões transgêneros e intergeracionais, predominantes ao longo de milênios de história, ainda fazem parte de paisagens queer hoje. Os mollies e safistas do século XVIII foram os precursores dos "invertidos" do século XIX, a primeira forma de "homossexual", enquanto a amizade romântica pelo mesmo sexo de certa forma prefigurava a homossexualidade da classe média inicial, bem como os padrões homonormativos lésbicos / gays posteriores. Mas o advento do imperialismo recombinaria todos esses elementos dentro de uma estrutura radicalmente nova (DRUCKER, 2015, p.98). (Tradução minha).

enredamento com o aumento das desigualdades, o racismo e o imperialismo, prefiguraram, guardadas as devidas proporções, a normalidade gay da atualidade.

Segundo Peter Drucker, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o binário gay/lésbica começou a tomar a forma que assumiu na América do Norte e na Europa ocidental na década de 1970. Essa identidade acabou se tornando dominante nos países imperialistas na segunda metade do século XX, expandindo-se depois em grande parte do mundo. Esta movimentação identitária foi marcada pelo estabelecimento de laços emocionais, afetivos e sexuais com o próprio sexo. Uma nova identidade gay surgia, assim, após a Segunda Guerra Mundial, dando início a uma identidade abertamente gay, com uma maior conformidade de gênero. Nesse sentido, aponto que, nesse momento, inicia-se um processo de tornar inteligíveis corpos cujas sexualidades eram dissidentes.

The new same-sex formation depended on the maturation of a new, Fordist regime of accumulation, notably involving rising wages and a welfare state. Fordism also provided a basis for racial liberalism and decolonisation, and a new black militancy, as well as a broader, society-wide transition from old conceptions of manhood and womanhood to a more 'performative' definition of gender, the second wave of feminism, and pervasive sexualisation linked to a commercial scene. These were the conditions for the establishment of a new, 'gay-dominant' same-sex regime, in which transgender and other patterns were marginalised<sup>96</sup> (DRUCKER, 2015, p.161).

É a partir desses processos que surge o homem gay<sup>97</sup>, identidade impensável na formação de mesmo sexo anterior: invertido dominante.

Essa nova identidade gay, moldada em muitos aspectos pelo modo de acumulação capitalista, denominado por muitos como *Fordismo*, foi acompanhada por mudanças importantes na ordem de gênero sob o mesmo contexto<sup>98</sup>. Avanços da segunda onda feminista, na década de 1960, ajudaram a expandir amplamente as possibilidades da formação de uma

<sup>96</sup> A nova formação do mesmo sexo dependia do amadurecimento de um novo regime fordista de acumulação, notadamente envolvendo aumento de salários e um estado de bem-estar. O fordismo também forneceu uma base para o liberalismo racial e a descolonização, e uma nova militância negra, bem como uma transição mais ampla em toda a sociedade de antigas concepções de masculinidade e feminilidade para uma definição mais "performativa" de gênero, a segunda onda do feminismo, e a sexualização generalizada ligada a uma cena comercial. Estas foram as condições para o estabelecimento de um novo regime de mesmo sexo "gay-dominante", no qual transgêneros e outros padrões foram marginalizados (DRUCKER, 2015, p.161). (Tradução minha).

<sup>97</sup> Aqui retomo o conceito de masculinidade hegemônica e subalterna construídos por Raewyn Connell (2013), para entender o aspecto dialético da construção das masculinidades, retomando o debate que retira o aspecto monolítico edificado a respeito das mesmas.

<sup>98</sup> Peter Drucker (2015) aponta que, em menor escala, essas mudanças também ocorreram em muitos países da América Latina e da Ásia, em sua maioria regiões de industrialização dependente. Já na Europa Ocidental e na América do Norte, a expansão das comunidades homossexuais deu-se em maior escala entre 1950 e 1960, deslocando-se das comunidades pré-existentes de "invertido", tais comunidades expandiram bem na Argentina, Brasil e México, apesar de interrupções devido à repressão social e sexual social por ditaduras nos anos 1960 e 1970. Embora flexionado por diferenças econômicas e culturais e menos politizada, processos semelhantes ocorreram em países asiáticos, ambos imperialistas, como o Japão e os dependentes como a Tailândia.

comunidade gay/lésbica. No entanto, esse momento também foi marcado por impasses entre a sexualização da sociedade e a manutenção da instituição familiar. Segundo Drucker, sob o Fordismo o mercado atuava estimulando, assim, o desejo e o romance em maneiras jamais vistas. Porém, ao mesmo tempo, limites tiveram que ser colocados na expressão do desejo para que a produção e a reprodução pudessem continuar sem problemas<sup>99</sup>.

Segundo Peter Drucker (2015), as relações entre pessoas do mesmo sexo, nesse período, tornaram-se marcadas por papéis de gênero menos polarizados, o que gradualmente tornou-se internacionalmente a norma no final do século XX. Nesse período, volto a apontar a força que a performatividade ganha a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. A adoção da palavra “gênero”<sup>100</sup> passou a ser constante para se referir à distinção entre certas esferas. A disseminação de expressões performativas de gênero, juntamente com maiores oportunidades para o consumismo, o aumento das aspirações para um certo divertimento, e o surgimento de um modelo romântico do casamento acompanhado pela crescente aceitabilidade do sexo pré-marital são algumas das características que, segundo Drucker, circundam o contexto de solidificação dessa nova formação de mesmo sexo hegemônica.

Todas essas mudanças contribuíram para a transição das formações de mesmo sexo invertido dominante para o gay dominante, com transformações profundas no entendimento da categoria de homossexualidade. Processos de descriminalização da homossexualidade circunscreveram esse cenário em parte da Europa, enquanto outras leis eram utilizadas em outros lugares, como no Brasil, por exemplo. A mobilização possível, após os quadros do pós-guerra, engendrou a formação de movimentos amadurecidos que acabaram solidificando a formação gay dominante. Segundo Peter Drucker (2015), o regime de mesmo sexo fordista nunca teve a mesma forma em todo o planeta como a que possuiu em países imperialistas<sup>101</sup>.

Partindo de um ponto de vista que deixa claro que a história LGBT não é monolítica, Peter Drucker (2015) questiona se todas as outras formas de sexualidade do mesmo sexo estão se rendendo ao que Dennis Altman (1997) criticou como o triunfante “gay global”, uma figura monolítica que monta a onda da globalização capitalista. É perceptível que as identidades gays/lésbicas continuaram a se espalhar de fato e as pessoas LGBTs continuaram a criar um

---

<sup>99</sup> O resultado desse processo foi o que Marcuse chamou de “dessublimação repressiva”, uma combinação desconfortável de liberdade sexual com uma canalização da sexualidade em formas de produção.

<sup>100</sup> Drucker aponta a obra de Joan Scott, como uma das precursoras do debate sobre gênero no século XX.

<sup>101</sup> Segundo Drucker, “By the 1960s, capitalism had been overthrown in about a third of the world, notably the Soviet Union, Eastern Europe, China and Cuba, which followed different paths. Almost all of these regions would experience neoliberal sexual regimes from the 1990s without having gone through Fordism. And more generally in the dependent world, combined and uneven social construction ensured that the homogeneity of lgbt communities was always less than in imperialist countries” (2015, p.187).

espaço social para si, sob o neoliberalismo desde a década de 1970. Segundo o autor, este processo vem sendo marcado por um aprofundamento das disparidades de classe e uma intensa comercialização e mercantilização da sexualidade das últimas décadas.

Especialmente in some regions where lgbt rights have become most solidly established and particularly among the middle class, gay identity has morphed into a new gay normality, characterised by growing ghettoisation, gender conformity, the exclusion of trans people and sexually marginalised queers, a racist and Islamophobic integration into dominant nations and the formation of normative families founded on marriage. I call this current same-sex regime 'homonormative-dominant'. The rise of homonormativity by no means implies that the larger societies are less heteronormative; on the contrary, homonormativity reflects and adapts to the heterosexual norm<sup>102</sup> (DRUCKER, 2015, p.220).

No entanto, há uma resposta queer a este movimento normativo, através de uma subcultura transitória oposta de gênero, que ocupa um lugar subordinado no regime homonormativo dominante. A constituição desse regime está enredada no contexto da política de precarização instaurada no neoliberalismo. As diferenças salariais e as perseguições trabalhistas deixaram de ser o pano de fundo para esta nova formação de mesmo sexo. Novas tecnologias, transportes, mídias de comunicação tornaram-se cruciais para as estratégias neoliberais, o que está ligado também a uma penetração e mercantilização mais profunda do corpo e da identidade.

Peter Drucker (2015) aponta que a emergência, desde os anos 1990, de imagens homonormativas de lésbicas e gays em mais e mais partes do mundo, esteve circunscrita por um movimento que cada vez mais as retratou como “normal” e, em alguns momentos, como privilegiada e/ou rica; o que tem continuamente alimentado o preconceito, a discriminação e a violência contra pessoas LGBTs. Este processo está enredado em uma movimentação em que o significado de gênero sob o neoliberalismo tornou-se contraditório, principalmente com relação às mulheres<sup>103</sup>.

Under neoliberalism, the 'traditional mandate that women serve others' is contradicted by the imperative that they 'compete with others as fully autonomous individuals'. Women can increasingly be found exercising authority as corporate

---

<sup>102</sup> Especialmente em algumas regiões onde os direitos LGBT se tornaram mais solidamente estabelecidos e particularmente entre a classe média, a identidade gay transformou-se em uma nova normalidade gay, caracterizada pela crescente guetização, conformidade de gênero, exclusão de pessoas trans e queers sexualmente marginalizados, uma integração racista e islamofóbica em nações dominantes e a formação de famílias normativas fundadas no casamento. Eu chamo esse regime atual de mesmo sexo de "homonormativo-dominante". O surgimento da homonormatividade de forma alguma implica que as sociedades maiores sejam menos heteronormativas; ao contrário, a homonormatividade reflete e se adapta à norma heterossexual (DRUCKER, 2015, p.220). (Tradução minha).

<sup>103</sup> Há na obra de Drucker (2015) um debate acerca de questões relacionadas a gênero, neoliberalismo, família e heteronormatividade, todos interligados às mulheres e ao lugar ocupado por estas na produção e reprodução.

managers, lawyers and top officials. Unemployed or underemployed fathers can increasingly be found doing childcare or unpaid domestic labour. Neoliberalism thus to some extent undercuts the family's effectiveness as a site for inculcating traditional hierarchies. Feminists have described this tendency as a shift from 'private patriarchy' to 'post-modern' or 'public patriarchy', in which male power is exercised less within families and more collectively through the male-dominated state, market and professions. 'Where once men who were wounded in their work-based masculinity might have found some compensation in their dominance at home', Ellen Willis has observed, 'now they are likely to feel unmanned in both public and private spheres'. In the absence of either class privilege or a working-class collective fight-back, the outcome for straight men can be 'unmitigated grief'<sup>104</sup> (DRUCKER, 2015, p.225).

A partir da década de 1970, as subculturas e identidades homossexuais foram colocadas sob pressão ou em causa de várias formas pelo declínio do Fordismo. No entanto, cenas comerciais gays, que estavam ganhando espaço desde o auge do período fordista, começaram a experimentar uma maior comercialização e mercantilização da sexualidade que já se apresentava como o curso assumido a partir do neoliberalismo. Esse processo marcou o afunilamento do mercado de nichos gays mais especializados do que os das décadas de 1950 e 1970, com especificidades de classe mais acentuadas. Com esta movimentação, uma cena queer mais alternativa surge também como resposta ao crescimento neoliberal das cenas gays do *mainstream*.

Representações são construídas dentro e fora desses grupos, resultado de operações realizadas por grupos externos, mas edificadas por grupos internos. Ao pensarmos as subdivisões da homossexualidade masculina, abre-se um vasto leque de possibilidades diante de nós<sup>105</sup>. Buscar pensar as experiências dos indivíduos homossexuais, que segundo Drucker (2015), performam, na atualidade, uma nova homonormatividade, ajuda a pensar, na conjuntura atual, a criação de hierarquias e vulnerabilidades dentro da categoria da homossexualidade e a importância da existência de práticas de resistência que nos possibilitam compreender a estruturação e a permanência de práticas discriminatórias dentro da comunidade gay.

---

<sup>104</sup> Sob o neoliberalismo, o "mandato tradicional de que as mulheres servem aos outros" é contradito pelo imperativo de que "competem com os outros como indivíduos totalmente autônomos". Cada vez mais, as mulheres exercem autoridade como gerentes, advogadas e altas autoridades. Pais desempregados ou subempregados podem cada vez mais ser encontrados cuidando de crianças ou trabalho doméstico não remunerado. O neoliberalismo, portanto, em certa medida prejudica a eficácia da família como um local para inculcar hierarquias tradicionais. Feministas descreveram essa tendência como uma mudança do "patriarcado privado" para "pós-moderno" ou "patriarcado público", em que o poder masculino é menos exercido dentro das famílias e mais coletivamente por meio do estado, mercado e profissões dominadas pelos homens. 'Onde antes os homens que eram feridos em sua masculinidade baseada no trabalho poderiam ter encontrado alguma compensação em seu domínio: em casa', Ellen Willis observou, 'agora eles provavelmente se sentirão desguarnecidos nas esferas pública e privada'. Na ausência de privilégio de classe ou de uma luta coletiva da classe trabalhadora, o resultado para os homens heterossexuais pode ser "luto absoluto" (DRUCKER, 2015, p.225). (Tradução nossa).

<sup>105</sup> Esse "nós" conclama todas as identidades queer dissidentes que permeiam a diversidade no espectro do arco-íris.

Segundo o autor, em países onde os movimentos parecem ter sido mais bem-sucedidos, as vidas LGBTQ+ estão cada vez mais circunscritas por uma política de reconciliação com o neoliberalismo, que Lisa Duggan (2002) (*apud* Drucker, 2017) chamou de “nova homonormatividade”: uma mentalidade que não “contesta as suposições e instituições heteronormativas dominantes, mas que as apoia e sustenta” (DUGGAN, 2002 *apud* DRUCKER, 2017, p.199).

O autor desenvolve seu trabalho a partir do alinhamento de três seções onde busca contribuir com o que ele chama de “política queer de transformação anticapitalista”. Primeiro, o autor situa a questão da liberação lésbica/gay, de 1968 a 1973, que ocorre no cerne da história mais ampla das sexualidades entre pessoas do mesmo sexo. Em segundo, o autor pondera como, por volta dos anos 1990, a normalidade gay, quase imperceptivelmente, comprimiu o potencial dos libertadores lésbicos/gays. Em terceiro, o autor esquematiza cinco particularidades do novo padrão hegemônico da normalidade gay: a autodefinição da comunidade lésbica/gay como uma minoria estável; uma crescente conformidade de gênero; a marginalização das pessoas trans e de outras minorias no interior da minoria; a cada vez maior integração à nação; e a formação de novas famílias lésbicas/gays normalizadas (DRUCKER, 2017, p. 200). Para o autor, esses cinco traços delinearam uma nova ordem hegemônica de mesmo sexo.

#### **4 CAPÍTULO III - RECIPROCIDADE E MASCARADA: ESTRUTURAS DE INTELIGIBILIDADE ATEMPORAIS**

##### **4.1 MACHO QUE PROCURA OUTRO MACHO: UMA ECONOMIA DE DESEJO RECÍPROCA**

Como apontado no capítulo anterior, a homonormatividade é percebida de variadas formas por perspectivas teóricas, políticas e epistêmicas distintas. Esse aspecto multifacetado da homonormatividade é talvez o ponto que mais dificulte o entendimento desse fenômeno em determinadas estruturas temporais, espaciais, políticas e sociais. Neste trabalho, a formação de mesmo sexo homonormativa, denominada assim por Peter Drucker (2015), ocupa um lugar de centralidade, ao mesmo tempo que ganha novas nuances teóricas, pois não acredito na eficiência de termos, conceitos e categorias monolíticas.

Nesse sentido, este capítulo se debruça sobre o conceito/categoria da homonormatividade, a partir de outras leituras acerca das formações normativas no interior da economia do desejo homoerótico masculino. Partindo dessa perspectiva, pretendo apresentar outras nuances da homonormatividade, a partir de aportes teóricos da teoria queer, da psicanálise, bem como da antropologia pós-estruturalista. Para isso, utilizarei três dos cinco pontos que, segundo Peter Drucker (2015), estruturam a formação de mesmo sexo homonormativa: a autodefinição da comunidade lésbica/gay como uma minoria estável; uma crescente conformidade de gênero; a marginalização das pessoas trans e de outras minorias no interior da minoria.

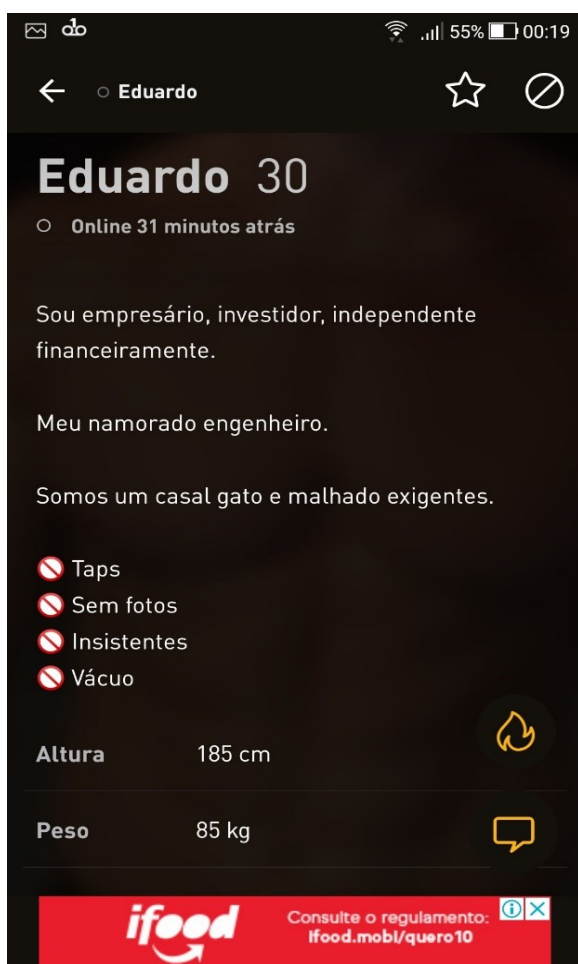


Figura 28

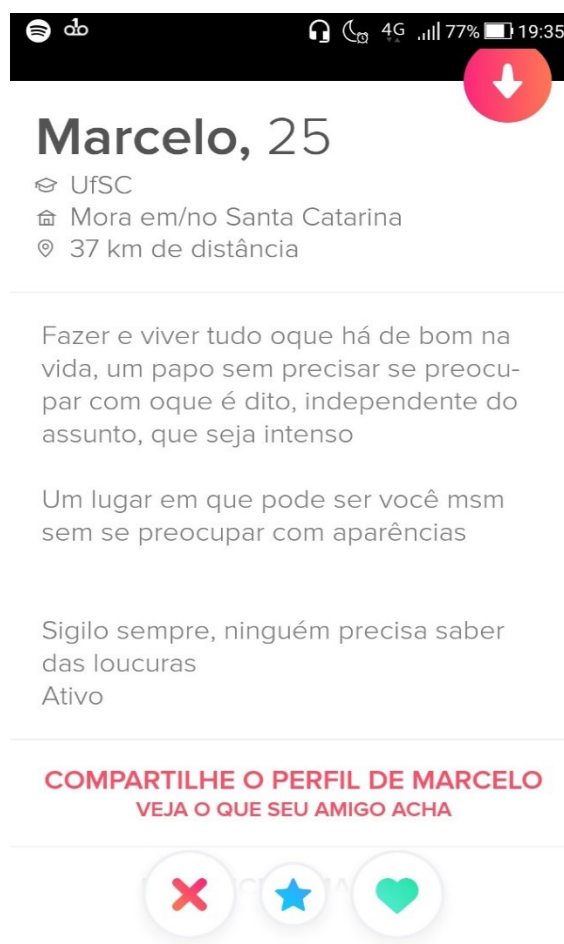


Figura 29

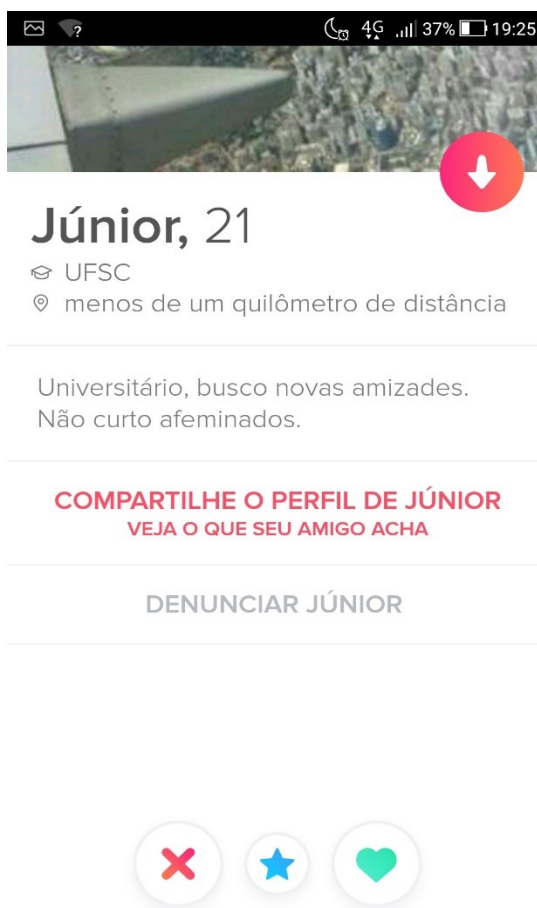


Figura 30

As imagens acima delineiam de maneira sutil ou não, os três elementos aos quais darei maior atenção nesse capítulo. A figura 28 aponta um recorte de classe específico ao mostrar o perfil de um casal que se descreve como “estável financeiramente”, o que pode ser percebido com a exposição de suas profissões e a própria afirmação de estabilidade financeira deles. Essa descrição profissional/financeira precede a descrição física básica do casal, que afirma ser “gato” e “malhado”, o que permite que sejam “exigentes” em relação aos corpos com os quais se relacionam.

Na figura 29, pode ser percebido uma conformidade de gênero que é apresentada de forma discreta, assim como o tipo de pessoa que o usuário Marcelo busca conhecer e se relacionar. Ao descrever “um lugar em que você pode ser você msm sem se preocupar com aparências”, as entrelinhas dessa descrição apontam a dificuldade de viver uma vida pública sendo o que se é de maneira aberta e visível. Partindo de tal dificuldade, Marcelo de 25 anos afirma que o sigilo é importante sempre, pois, “ninguém precisa saber das loucuras”, principalmente da loucura que é a homossexualidade.



A expressão “Não curto afeminados” presente na figura 30 explicita parte da ligação entre o segundo e o terceiro elemento a ser analisado aqui. A máxima presente em quase 90% da amostra coletada para esta pesquisa se apresenta como uma extensa faixa dos efeitos da homonormatividade, a partir da busca de uma maior coerência de gênero, ao mesmo tempo que a marginalização de pessoas trans e, por conseguinte de toda feminilidade excessiva, que é colocada como uma espécie de “fracasso” dos corpos incoerentes.

Os pontos levantados acima intersectam-se sob um ponto chave que garante a edificação das três características levantadas em cada um dos perfis: a recusa do deslocamento de gênero, em específico a recusa à feminilidade masculina. Desse ponto de partida, a estabilidade política, financeira e social de alguns homossexuais tem se estabelecido, ao mesmo tempo que a efemiofobia e a transfobia são estabelecidas como o fracasso frente ao sucesso de corpos que possuem uma maior coerência de gênero. Richard Miskolci (2017) aponta que a valorização da masculinidade e o afastamento da feminilidade necessitam de uma contextualização para ponderar que esses processos constituem estratégias que servem como drible da identificação com a homossexualidade em contextos nos quais estão envolvidos os riscos de sanções sociais.

Diante do exposto, a pergunta que faço é: em quais contextos a homossexualidade não está exposta a sofrer sanções sociais? Sanções sociais que são aplicadas sobre corpos sexo-gênero dissidentes podem justificar a efemiofobia e a transfobia vivenciadas por corpos “incoerentes”? Tais questões surgem na medida em que penso esse afastamento da feminilidade e a valorização da masculinidade, não só como uma operação de proteção, mas também como um *modus operandi* que estabelece uma normalidade homonormativa como um horizonte de acessibilidade e ascensão social por meio de negociações subjetivas.

O neoliberalismo é o cenário no qual essas negociações têm sido operacionalizadas, como discutido no capítulo II. As identidades gay e lésbica são também alvos de comodificação, promovendo uma formação social na qual neoliberalismo e normas de gênero se intersectam e produzem subjetividades moduladas entre a normatização<sup>106</sup>, a assimilação e a comodificação.

Esse processo tem sido amparado em uma estrutura ilusória construída a respeito do universo digital e da ideia de que a internet seria uma ilha onde os homossexuais estariam a salvo da violência vivenciada na materialidade. A premissa de que aqueles que, historicamente tiveram seus desejos proscritos, poderiam, com o advento do ciberespaço, vivenciar suas

---

<sup>106</sup> Na relação estabelecida entre o corpo e o capitalismo, a subjetivação neoliberal tem atuado no processo de normatização dos corpos dissidentes. A partir da gestão da diversidade, o neoliberalismo tem comodificado em variados níveis as experiências queer. O trabalho de Sam Boucier (2020) é uma obra contundente a respeito dessa discussão.

sexualidades de forma mais segura, acompanhou boa parte das primeiras experiências homossexuais na internet no contexto brasileiro.

Diante da histórica marginalização dos locais de encontros gays, o serviço comercial dos aplicativos acena com o que antes era praticamente impossível: buscar um parceiro do mesmo sexo sem se expor no espaço público, ou seja, sem temor, vergonha e, fato a ser sublinhado, sem ter que reconhecer a si mesmo como parte do segmento homossexual. O chamado ‘meio gay’, tido por muitos homens como um espaço físico contaminado e contaminante, parece se encerrar em uma geografia evitável (PELÚCIO, 2017, p.8).

Nessas transformações espaciais, temporais e de sociabilidade, há características que me chamam maior atenção. Pensar a clandestinidade de locais de sociabilidade gay na década de 80 e 90 e sua substituição por serviços de paquera pagos, comandados por empresas/conglomerados internacionais, faz com que eu questione a ideia de comunidade gay global que é vendida como o resultado de avanços sociais e políticos importantes. Questiono: qual a aparência da sexualidade e dos corpos dessa comunidade? Há uma regulamentação da cena gay realizada pelo neoliberalismo. Uma espécie de privatização do desejo através de empresas que comandam o regimento do mercado. Nesse sentido, quais corpos são vendáveis, quais padrões são estabelecidos? Quais gradações são necessárias para que a tolerância seja estabelecida?



Figura 31



Figura 32



Figura 33

As figuras mostradas acima desenharam de certa forma o quadro que apresentei no segundo capítulo, quando explanei de maneira tímida a gestão da diversidade desempenhada pelo neoliberalismo. As afirmações encontradas nas figuras 31, 32 e 33, fazem parte de um conjunto de filtros criados pelos usuários dos *apps* analisados aqui. Esses filtros são estabelecidos na área da bio quando não há possibilidade de estabelecê-los de outra maneira. Esses filtros, em uma primeira leitura, passam uma ideia de que os usuários estão vivenciando sua liberdade de escolha afetiva/sexual de forma plena e livre. Tal leitura faz parte de um processo que interliga a noção de empresariamento de si, juntamente às noções de sucesso e fracasso.

Ao afirmar “Não curto gordo afeminado” ou “[...] Não rola com afeminado, questão de T...”, os usuários estão indo além do poder de exercer seu desejo de forma livre, mas também estão sustentando uma estrutura que estabelece quais corpos fracassam e quais corpos tem sucesso na empreitada do desejo. É sabido, como discutido no segundo capítulo, que a

incivilidade educada, permitida, produz uma matriz de desejo onde a liberdade sexual é utilizada para mascarar o racismo, a efeminofobia, homofobia dentre outras formas de violência que são mascaradas pela justificativa do “gosto”. Tal processo se estabelece na medida em que variadas forças atuam na criação de pressões que colocam os corpos LGBTQIA+ em uma zona de normatização, assimilação ou aniquilação. Segundo João Manuel de Oliveira:

Estas pressões criam uma dupla hierarquização [...], separando e transformando em alteridades, os indivíduos não conformes ao gênero e seus ditames normativos dentro do quadro da heterossexualidade hegemônica e por outro lado, segmentando o grupo em termos de poder aquisitivo e necessariamente em termos de classe social. Assim, os outros desta comunidade fraturada são os que têm menos poder aquisitivo, não podendo aceder às consolações proporcionadas pelo comércio rosa e aqueles que são lidos como abjetos e que põe em causa as 'conquistas' de cidadania sexual, forçosamente homonormativas e marcadas pela assimilação. Assim a cidadania sexual tem um outro caráter também homonormativo e classista, tornando-a possível apenas a alguns dentro do grupo LGBTIQ (OLIVEIRA, 2013, p. 75).

No Brasil, a imbricação entre assimilação, integração e *pink Money* já teve sua ligação apontada no contexto das décadas de 80 e 90. Richard Miskolci (2015) apontou que a emergência dessa imbricação foi marcada pela popularização de negócios classificados como “GLS”. Nesse sentido, as demandas sociais que ficaram cada vez mais evidentes após a Revolução Sexual e o pânico da AIDS tornaram visíveis a distribuição desigual do amor, do afeto e do sexo. Assim, o circuito comercial que surgia era segmentado para um público homossexual, econômico e socialmente privilegiado, que possuía aspirações integracionistas através de serviços que permitissem a socialização sem a diferenciação pelo desejo sexual.

Os aspectos de integração e assimilação são características fundantes da experiência homonormativa, que não é uniforme e abrangente. Analisar a homonormatividade, sem perder o sentido das especificidades geográficas, sociais, políticas e econômicas que a atravessam, é o que possibilita pensar as mudanças que marcam a experiência de um processo que é desigual. Nesse sentido, procuro explorar a difusão incompleta da homonormatividade neoliberal na vida cotidiana de gays e queers e nas contradições e interdependências de espaços que muitos homens gays utilizam diariamente.

O advento da internet no Brasil no final da década de 1990, como apresentado no primeiro capítulo, recriou e expandiu, de certa forma, os espaços de sociabilidade gay. Promovendo uma espécie de transposição das relações homoeróticas para um espaço secreto da rede, a internet evitou em graus específicos as temidas exposições públicas. Essa dinâmica foi acompanhada de alterações significativas nas percepções de gênero das homossexualidades, o que permitiu que a masculinidade ganhasse novos contornos no interior da comunidade gay do

período. E, dessa forma, foi sendo utilizada como um critério de avaliação de possíveis parceiros afetivos e sexuais. Nesse sentido, a passabilidade<sup>107</sup> ganha uma nova modulação e um novo valor no interior das relações homoeróticas. Essa passabilidade, afirmo, é um dos elementos fundantes da experiência homonormativa no Brasil.

Richard Miskolci (2013) aponta que o encontro suspenderia uma autonomia individual que seria imaginada. Segundo o autor, o encontro físico, fora da rede, colocaria os usuários dos *apps* em uma situação de perigo, na qual teriam sua autonomia individual suspensa, já que estariam expostos a uma possível exposição pública de seus desejos. Nesse sentido, ocorreria, a partir dessa experiência, uma espécie de negociação, um acordo, no qual os dois envolvidos se tornariam cúmplices em guardar um mesmo segredo. Diante do risco de exposição que a internet parecia suspender, o de ser “descoberto”, caberia aos dois envolvidos a manutenção do segredo um do outro, “Assim, o ‘caso’ – para ser bem-sucedido – exige a constituição de certo compartilhamento desse perigo, pois a relação iniciada com o contato pela internet cria uma nova situação: um armário para dois.” (MISKOLCI, 2013, p. 312).

Esse prognóstico requer que dois entendimentos fiquem mais delineados. O primeiro diz respeito à sexualidade e o segundo à performance. O que Miskolci (2013) evoca diz respeito tanto à esfera da sexualidade, quanto à da performance, pois seus interlocutores vivenciam experiências homoeróticas como formas de desejo secretas e extraconjugais paralelas às suas experiências como homens que se apresentam socialmente como heterossexuais. No entanto, quando penso a experiência homonormativa, transponho a ideia de uma sexualidade heteronormativa e me deparo com uma performance gay normativa. Assim, os homens que experimentam uma vida normativa, não escondem seu desejo homoerótico, mas, sim, mascaram-no com uma performance normativa que higieniza corpos, experiências, desejos e subjetividades.

A diferença que emerge entre uma sexualidade no armário e uma performance normativa é explicitada também no pacto que é estabelecido entre os envolvidos na relação. Enquanto na relação entre homens que vivenciam experiências homoeróticas furtivamente há uma manutenção do segredo de ambos para que continuem com suas vidas “heterossexuais” intactas, na relação homoerótica homonormativa a manutenção não é do segredo, já que a sexualidade não está escondida, mas sim da manutenção da respeitabilidade que é garantida por uma performance normativa.

---

<sup>107</sup> A passabilidade é intersectada. Nesse contexto, “A ‘masculinidade’ é, portanto, negociada e imaginada diferentemente segundo o contexto e a origem sociocultural dos envolvidos” (MISKOLCI, 2013, p. 311).

A diferença entre a manutenção do segredo e a manutenção da performance normativa reside justamente em uma diferença na leitura da tecnologia do armário. Miskolci (2017) discute a noção de estar “fora do meio” que ganha novas nuances com a entrada dos usuários nos *apps* de pegação/relacionamentos. Tal noção se ancora, segundo o autor, em uma espécie de agência, de capacidade de escolha que colocaria os usuários a uma distância segura das cenas gays aparentes. Esse processo edifica uma nova forma de modulação de subjetividades e, por conseguinte, do processo de busca por parceiros.

Nesse sentido, o armário discutido por Miskolci (2017) assume lugares diferentes quando proponho pensar essa tecnologia na compreensão da sexualidade e da performance homonormativa. O armário com relação à sexualidade pode ser percebido, então, como um dispositivo de controle, estabelecendo quais relações são passíveis de serem aceitas ou não, de acordo com regimes de visibilidade específicos. Esse dispositivo criado culturalmente e incorporado subjetivamente assume outra forma com relação a uma performance homonormativa.

Em um regime de visibilidade homonormativo neoliberal, o armário ainda configura um dispositivo de controle, no entanto, com sanções específicas apenas para corpos que explicitam, no plano da performance, os desejos da ordem do privado. Assim, a performance assume um papel central para a experiência homonormativa, na qual as relações “toleradas” e, de certa forma, premiadas, existem, desde que restritas à invisibilidade do corpo e do privado. Há, pois, uma diferença entre um armário trancado e um apenas com as portas fechadas. É possível ter um armário todo seu?

A internet impactou de maneira profunda as várias dimensões da tecnologia do armário. Na contemporaneidade, vários adolescentes, principalmente da geração Z, utilizam o ciberespaço como o primeiro espaço de assumir sua sexualidade para só então se assumir publicamente. Já as sujeitas dissidentes que iniciaram suas experiências online com a chegada da internet no Brasil, vivenciaram o ciberespaço como uma fenda espaço/temporal para se manterem seguras das sanções sociais que poderiam sofrer por conta de seus desejos. Essas dinâmicas, apesar de possuírem diferenças significativas, possuem também uma característica basilar que as unem: ambas se ancoram em uma sociedade que valoriza e reconhece a masculinidade em sua forma heterossexual e hierarquicamente superior à feminilidade.

Na internet, seu principal local de socialização homoerótica, o culto da masculinidade hegemônica equivale à criação de uma forma de desejo por ela. O desejo que os guia está na masculinidade padrão corporificada na imagem de um homem plenamente ajustado à ordem heteronormativa. Assim, seu desejo é homoerótico, mas se dirige ao homem 'heterossexual' e aos valores e às práticas de uma masculinidade

historicamente construída, alçando-os a uma superioridade em relação aos claramente homossexuais, assim como à partilha do controle sobre as mulheres. Esse aparente paradoxo se desfaz se recordamos a asserção de R. W. Connell de que a masculinidade hegemônica é definida como exclusivamente heterossexual, assim como investigações recentes demonstram como a maioria dos que se envolvem com pessoas do mesmo sexo tende a buscar a conformação aos valores dominantes em busca de aceitação social e familiar (MISKOLCI, 2013, p.317).

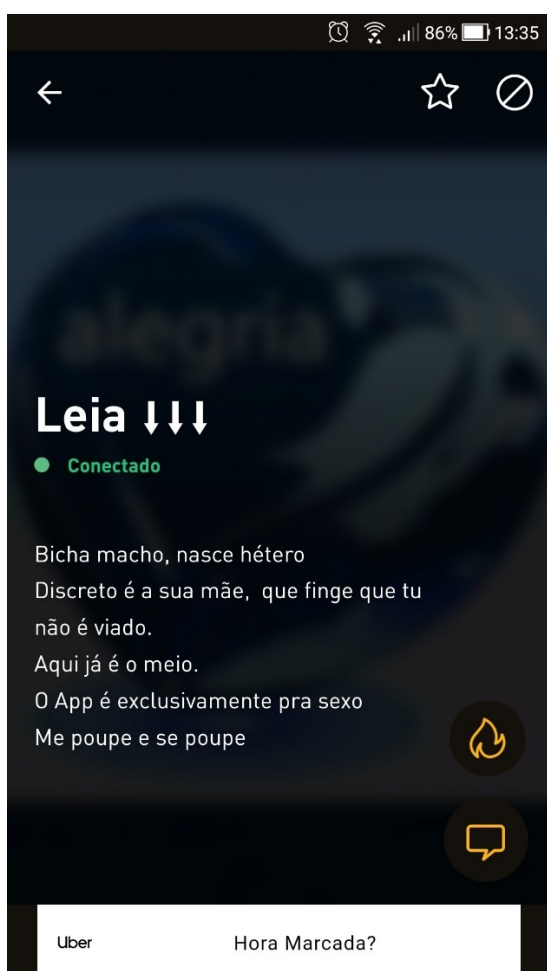


Figura 34



Figura 35

As imagens acima são um prelúdio do que chamo de estrutura homonormativa de reciprocidade mascarada. A figura 34 apresenta um perfil que, de certa forma, responde aos vários ditames criados no interior da comunidade gay masculina, principalmente referente a aspectos como estar fora do meio e ser discreto. Ao afirmar que “Bicha macho, nasce hétero” e que “Discreto é a sua mãe, que finge que tu não é viado”, o usuário deixa explícito sua resposta a uma dinâmica constante de cobrança de virilidade, e, por conseguinte, uma performance mais alinhada à masculinidade heterossexual, ou seja, mais normativa.



Ao afirmar que “Aqui já é o meio”, o usuário explicita que aquele cenário do final da década de 1990, no qual gays migraram seus desejos para o ciberespaço buscando se afastar das cenas gays aparentes, sofreu profundas alterações. Esse espaço que antes era a fuga do meio gay, hoje é o próprio meio gay. Na figura 35, encontro indícios da reafirmação de que o ciberespaço é um *lócus* onde “homens” procuram outros “homens” para se relacionar sem prejuízos em suas vidas públicas. Ao afirmar “Sou homem gosto de homem”, o usuário vai além de uma afirmação de orgulho e torna evidente um eixo da economia de desejo homonormativa que há muito passa despercebida: o elemento de reciprocidade.

A busca online por parceiros afetivos e/ou sexuais é marcada por um desejo não apenas de se relacionar sexualmente com um parceiro que carregue o signo da masculinidade, mas a vontade aqui é de poder: a de poder partilhar das características que esse parceiro carrega, além de obter poder com esse compartilhamento. Essa relação se edifica sob a perspectiva de que as pessoas “[...] são associadas e ‘lidas’ socialmente a partir daquelas com quem se relacionam” (MISKOLCI, 2017, p.182).

Esse processo se ancora em um ideal de reconstituição de uma fraternidade idealizada, na qual homens com vidas públicas lidas como heterossexuais, buscam viver seus desejos e prazeres homoeróticos em segredo com homens que possuem um valor em comum com os mesmos: a masculinidade. Em sua forma heteronormativa, a masculinidade almejada nessas relações é compreendida como o compartilhamento de valores dominantes que promovem sua superioridade hierárquica com relação ao feminino.

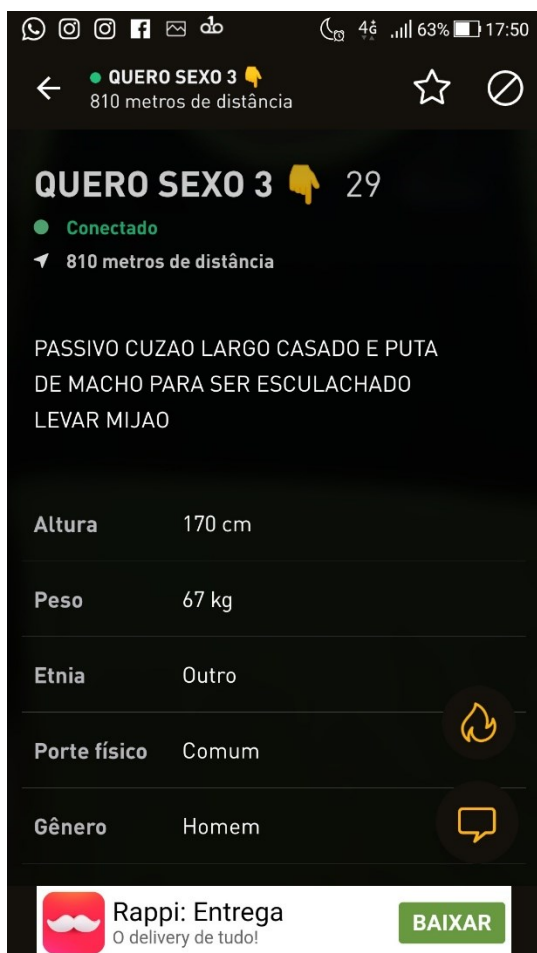


Figura 36



Figura 37

A bio da figura 36 apresenta parte de um perfil de um macho que procura outro macho, para só, então, deixar de ser macho em uma determinada situação e contexto. A expressão “PASSIVO CUZAO LARGO CASADO E PUTA DE MACHO PARA SER ESCULACHADO LEVAR MIJAO”<sup>108</sup> apresenta uma enorme gama de possibilidades de entendimento. Porém, aponto apenas uma: a reciprocidade. Ao afirmar que é casado com uma mulher, o usuário mostra que vive uma vida pública heterossexual e que busca no *app* um outro macho para viver seu desejo em segredo. Apesar de apresentar sua passividade sexual, o nome do perfil indica que o usuário é macho. Logo, a passividade não o torna menos macho, desde que, a passividade

<sup>108</sup> O perfil não possuía foto, além de não apresentar foto do casal caso fosse homoafetivo. O perfil apresenta características de um perfil discreto de homem casado com uma mulher. O perfil também não apresenta os dois com suas características estéticas, nem faz menção ao outro como participante do possível sexo a 3.

seja vivenciada com outro macho. Nesse sentido, a confirmação da masculinidade não residiria nos papéis de “Ativo” ou “Passivo”, mas sim no corpo com o qual ele se relaciona.

Na figura 37, encontro um outro perfil com uma bio diferente, mas que apresenta a mesma relação apontada anteriormente. Ao afirmar que é “Bi másculo e não assumido [...]”, o usuário apresenta um conjunto composto por sexualidade, performance e visibilidade/passabilidade. A masculinidade aparece como uma qualidade que encobre o fato do usuário ser bissexual, o que não é aparente, pois a performance máscula mantém o segredo com o apoio do discurso que o usuário não emite, pois não é assumido.

O macho de 26 anos procura um semelhante, ou seja, um parceiro que, assim como ele, consiga camuflar seus desejos através de uma performance normativa, que garanta a manutenção do segredo. A expressão “Se seu rosto está estampado no perfil, não é o tipo que busco. Não rola com assumidos e afeminados.”, confirma a busca por um semelhante e não apenas parecido. Essa busca se dá, pois, a diferença entre ser assumido e ser afeminado é estabelecida pelo usuário como a marca da sua busca, já que mesmo que o possível parceiro não possua traços de feminilidade, o fato de ser assumido não corrobora o segredo. A diferença parece ser mínima, no entanto, é no minimalismo que a relação de reciprocidade é instaurada.

Nos exemplos acima, a reciprocidade é estabelecida como parte da manutenção de um segredo, como apontado por Richard Miskolci (2013). Essa manutenção se dá por meio da busca por um possível parceiro que encarne a figura de um amigo com quem se possa circular em espaços públicos sem levantar suspeitas em relação a sua presumida heterossexualidade. Contudo, a reciprocidade que estabelece a homonormatividade possui nuances diferentes.

A constituição da relação de reciprocidade dá-se de maneiras distintas de acordo com os diferentes corpos envolvidos na relação. Dentre essas maneiras aponto duas: A primeira - manutenção da heterossexualidade - diz respeito à uma relação em que o brother/macho/mano/discreto confirma a masculinidade heterossexual um do outro, ambos camuflando e relegando a sexualidade homoerótica ao anonimato. A segunda - parte da estrutura homonormativa - diz respeito à uma relação na qual o brother/ macho/ mano/ discreto confirma uma masculinidade performaticamente heterossexual, porém não há o anonimato da sexualidade homoerótica.

Nesse sentido, a primeira versa sobre uma relação de reciprocidade aos moldes do conceito de Levi-Strauss (1982), enquanto a segunda versa sobre uma reciprocidade com aspectos que a diferem da anterior. No primeiro caso, a relação de reciprocidade confirma a busca do poder sobre as mulheres reiterando uma relação entre iguais e que mantêm uma ordem heterossexual/heteronormativa. Já a segunda, estabelece uma relação de reciprocidade que

confirma a busca do poder através de uma masculinidade que reitere uma relação entre iguais, porém, no segundo caso, o fato da homoerótica estar exposta gera a alimentação de uma ordem homonormativa como *modus operandi* da heteronormatividade.

Logo, o conjunto de características procurados no parceiro no interior de uma ordem homonormativa é performática, porque o importante não é ser propriamente heterossexual, mas parecer o mais próximo possível desta ordem. Nesse sentido, busquei pensar as diferenças que alimentam uma ordem heterossexual/heteronormativa enquanto prática e regime de visibilidade, com relação a uma possível ordem homossexual/homonormativa, enquanto uma prática e regime de visibilidade que possibilita para alguns corpos a experiência de ocuparem um espaço alcançado pela posituação do assumir-se homossexual. Essa posituação possui uma relação intrínseca com o neoliberalismo, como discutido no capítulo dois. Contudo, há limites, o que gera uma hierarquização no interior da comunidade, criando, assim, uma horda de relegados à um “gueto” que se reescreve, pois o anonimato não é mais uma possibilidade de vida.

Nas próximas páginas, busco apresentar de maneira mais detalhada meu pensamento sobre a constituição da reciprocidade como a confirmação de uma masculinidade que só pode ser corroborada por uma mulher cis ou um homem que apresente uma mesma fórmula de masculinidade (pois esta não levanta suspeitas acerca da outra). A diferença entre gênero e sexualidade é muito tênue e deve ser bem delineada na delimitação de nuances homonormativas. Afinal, pode um macho ter sua masculinidade reconhecida por outro corpo que não seja uma mulher cis ou outro macho?

## 4.2 VIL E PRECIOSA MERCADORIA: A EXPERIÊNCIA DA TROCA HOMONORMATIVA

A pergunta anterior surge a partir variadas leituras realizadas no decorrer de uma pesquisa que durou quase quatro anos, e mesmo assim, me pergunto se realmente consigo responder, ou se pelo menos conseguirei delinear o porquê de levantar tal questão. Ao adentrar no *Grindr* e no *Tinder* como uma pesquisadora, e não apenas uma usuária, me deparei com um cenário adverso, violento, árido, mas também cheio de vida, ou melhor, vidas que buscam prazer, amor, felicidade, enfim, sucesso: um sucesso em serem desejáveis cada uma com suas subjetividades, dores, medos e desapontamentos. Como pesquisadora, percebi, por vezes, o que Richard Miskolci havia pontuado em suas análises sobre os desejos digitais.

Se o desejo pode ser compreendido como busca de reconhecimento de si por meio do desejo do outro, é na busca pelo reconhecimento pelo homem heterossexual másculo

que atualmente funcionam essas plataformas. Ainda que ele não esteja presente ali – ou talvez nem mesmo exista –, por meio de um deslocamento imaginário ele passa a ser corporificado nos sujeitos ‘masculinos’ e que se ‘passam por hétero’ das plataformas, os quais têm transferido para si – mesmo que de forma efêmera e contestável no mundo off-line – o poder de separar os eleitos para o amor e o prazer dos relegados à abjeção e ao desprezo (MISKOLCI, 2017, p.186).

A presença da heteronormatividade na vida dos corpos desejanter, on e off-line, é incontestável. O poder dessa estrutura simbólica já foi discutido em variados campos do saber, por diferentes teóricos, a partir do uso de diferentes conceitos e categorias de análise. Reconheço, portanto, a força dessa estrutura, porém me mantenho renomeando toda ordem de poder que negue, mesmo que da forma mais sutil, minha existência. Foi a partir desse reconhecimento que tentei articular neste trabalho algumas conexões teóricas acerca da homonormatividade, um dos braços da heteronormatividade sob o regime neoliberal.

A homonormatividade, como debatida no capítulo dois, é lida aqui como um regime de visibilidade de uma economia de desejo homo/heteronormativa, que funciona como o mito de Sísifo. Nascida banhada em uma fantasia<sup>109</sup> neoliberal, a homonormatividade prometeu um lugar seguro dentro da heteronormatividade, para alguns corpos que coubessem nas formas de uma cidadania sexual de “consolação”. Muitos corpos sentiram-se abraçados ao entrarem online com perfis construídos com uma única pretensão: o sucesso afetivo/sexual. Alguns acreditam na conquista de poder fazer parte de um mercado dos afetos, enquanto outros questionam o aspecto de captura da dinâmica capitalista. Nesse sentido, quais dinâmicas estão por trás das diferentes sensações com a experiência afetiva/sexual no ciberespaço? Quais corpos vivenciam estas experiências adversas?

As negociações de visibilidade homossexual ganharam novas nuances a partir de termos que atendem prescrições coletivas. Os “desejos digitais”, após vinte e cinco anos da disseminação comercial da internet, apresenta uma forma incentivada no ciberespaço, que “[...] se forjou driblando preconceitos e discriminações no espaço público, convertendo-se na forma mais bem-sucedida de sobreviver em contextos hostis: a que permite ‘passar por heterossexual’” (MISKOLCI, 2017, p.206).

---

<sup>109</sup> A fantasia aqui surge dos processos de inscrição da sexualidade nos corpos. Como aponta Joan Scott (1990), as diferenças entre os corpos são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas, também, legitimar essas realidades. A sociedade cria, assim, uma fantasia na sexualidade, no corpo. Nesse sentido, aponto a homonormatividade como uma fantasia neoliberal, uma resignificação fantasística da realidade. De acordo com Eva Illouz (2014), a fantasia distorce a realidade, tornando-a palatável. Dessa forma, afirmo que a homonormatividade funciona como uma fantasia ao apresentar uma realidade palatável aos gays, resolvendo, em parte, o conflito com a ordem heteronormativa e introduzindo uma sensação de pertencimento à masculinidade hegemônica.

Estas negociações criaram hierarquias e acentuaram outras já existentes. Nesse processo, que posso chamar de reconfigurações do desejo, o que é driblado no espaço público chega ao espaço digital reconfigurado como hierarquias intragrupo. O paradoxo que se estabelece aqui é que o ciberespaço entendido por muitos como o espaço de criação de uma comunidade saudável, edifica-se a partir das fugas realizadas dos espaços públicos hostis: sendo assim, seria possível não levar essa hostilidade para a rede? As permutas performativas assumem, pois, um papel central no processo de solidificação de um regime de visibilidade homonormativo. As permutas performáticas estabelecem o que é, ou não, inteligível na matriz heteronormativa.



Figura 38



Figura 39

As imagens acima apresentam alguns elementos já apontados anteriormente, mas também evocam outros que para a última parte desse texto se fazem necessárias. Tanto a figura 38 como a 39 retratam perfis de usuários que procuram outros machos para se relacionarem sexualmente, mas não afetivamente. Na figura 38, o usuário de 24 anos de idade afirma que não

curte afeminados, afinal é muito discreto, porém está “Afim mamar um macho safado”, garantindo um sigilo total no processo. Ao final afirma: “#macho”<sup>110</sup>.

Na figura 39, a descrição do usuário de 27 anos afirma “sim sou homem quero macho na surdina na calada da noite pra uma bela F#@%”. Tanto um perfil quanto outro apresentam características de homens que mantem uma vida pública heterossexual, enquanto vivenciam seu desejo homoerótico em segredo. Esses sujeitos descritos de maneira minuciosa na obra de Richard Miskolci são os discretos e fora do meio. No entanto, o que me interessa é justamente a operação por trás dessa relação quase simbiótica entre a performance pública desses sujeitos e sua sexualidade, principalmente a relação de confirmação de masculinidade através da masculinidade.

A solidificação da heterossexualidade como norma e da homossexualidade como pingente/dissidência foi de certa forma reconfigurada com o advento da internet. Os aplicativos de pegação/relacionamentos tornaram-se instituições centrais para a dissidência sexual no período neoliberal, mas também reafirmou, em algum ponto, a heteronormatividade como padrão. Se a dissidência sexual ganhou espaço com a chegada da internet, a dissidência de gênero, por outro lado, foi cada vez mais estigmatizada. Nesse sentido, a discrição alcançada pelos usuários mencionados acima não seria possível sem uma permuta performática de gênero.

---

<sup>110</sup> “Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema”. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-hashtag/>> Acesso em dezembro 2022.



Figura 40

Breno de 58 anos de idade afirma que é um coroa passivo, logo em seguida reitera que apesar da sua passividade, é um macho urso e que procura sexo, além de outras possibilidades. O usuário, assim como a maioria dos outros analisados até aqui, reafirma sua masculinidade, como uma forma de delimitar seu corpo, mas também de delimitar quem pode procurá-lo. A masculinidade delimita na rede os limites dos corpos desejáveis, bem como também dos corpos desejantes.

No inventário de fontes formado para esta pesquisa, me deparei com a ideia de reciprocidade, levantada a partir de expressões como “parceria” ou “brotheragem” que alguns usuários dos aplicativos *Tinder* e *Grindr* estabelecem nos seus processos de busca por sexo, relacionamentos e amizades. Nesse sentido, busquei pensar, a partir da chave da estrutura de reciprocidade e da troca de dádivas, essas relações estabelecidas nos aplicativos, à luz também da categoria de homonormatividade desenvolvida por Lisa Duggan e utilizada por Peter Drucker em seu trabalho. Para isso, retomo questões imperiosas levantadas por teóricas feministas sobre a troca de mulheres e o estabelecimento de uma reciprocidade possível apenas entre iguais. Sendo assim, duas questões nortearam tais análises: O que ou quem é o objeto das



transações estabelecidas entre os parceiros de uma troca? Qual o produto de tais trocas/transações?

Nesse sentido, tentei desenvolver uma leitura sobre a homonormatividade, a partir do conceito de reciprocidade, que, afirmo, pode ser de grande ajuda para entender as relações de poder no nível micro que se estabelecem por meio dos fluxos sexuais vivenciados pelos usuários dos aplicativos analisados. Acredito que através de uma estrutura de reciprocidade homonormativa, gays tem realizado uma permuta consciente/inconsciente no interior da comunidade LGBTQ+. E isso, por conseguinte, tem reafirmado um pacto entre alguns sujeitos de sexualidade dissidente e a matriz heteronormativa, o que Peter Drucker (2015) afirma ser uma formação de mesmo sexo homonormativo dominante.

Peter Drucker (2015), como já mencionado anteriormente, retoma alguns pontos das sociedades organizadas a partir do parentesco para a construção de seu argumento sobre as formações de mesmo sexo antes e sob o capitalismo. Neste processo, o autor aponta um importante papel desempenhado pelo parentesco em todas as sociedades “arcaicas” como um elo fundamental entre as relações de gênero que regulam a reprodução social e as relações de propriedade que determinam a produção. Nesse sentido, o parentesco foi de suma importância para as sociedades pré-classes marcadas pela divisão baseada em sua maioria pelo gênero e pela centralização da família como lócus de produção.

Tendo o casamento, extraordinariamente, elaborado por regras e estruturas de clã, indo na maioria das vezes além da unidade nuclear de homem, mulher e criança, essas sociedades tinham no parentesco, muitas vezes, uma espécie de idioma que se traduzia nas práticas de interação social, econômica, política e sexual. Mesmo recuperando a leitura de Gayle Rubin (2017) sobre como o parentesco e o tráfico de mulheres atua como um lócus-chave para a opressão das mulheres, Drucker (2015) concordando com Hennessy (2000) aponta que o parentesco é inadequado como a “única lente para examinar a opressão das mulheres” (p.30).

Entendendo a importância do parentesco como um elo fundamental entre produção e reprodução social, Drucker (2015) aponta a necessidade de não se obscurecer as mudanças operadas na divisão do trabalho a partir dessas estruturas, e afirma a necessidade de não entender as relações de parentesco como meras relações culturais. No entanto, o autor cai em uma malha que aponta como perigosa na imbricação entre a teoria queer e o marxismo, pois o autor ao retomar o aspecto significativo da família na formação e alteração de modos de produção, recai sobre uma leitura um tanto quanto macro estruturalista que já havia afirmado não ser o objetivo do trabalho, principalmente ao intercambiar sua obra a partir da leitura de relações de poder em nível micro situadas no cerne da obra de Foucault.

Peter Drucker (2015) entende que, na maioria das sociedades ao longo da história, as estruturas de parentesco foram de suma importância tanto para homens quanto para mulheres, principalmente nas negociações de relações com a classe e outras estruturas de poder. É a partir desse entendimento de outras negociações/relações de poder que pretendo recuperar um elemento-chave para a compreensão das “estruturas elementares do parentesco”. As relações de reciprocidade, que afirmo, podem constituir a base para as relações de poder em nível micro que atuam no processo de solidificação da normalidade gay global apontada por Peter Drucker (2015).

Essa normalidade implica em minha concepção de delimitações de desejo específicas. A busca erótica de gays masculinos nos *apps* de pegação/relacionamentos é constantemente marcada por expressões como “masculinos”, “discretos”, “passem por hetero” ou “terem jeito de homem”, isso para não citar outras muitas que aqui não caberiam. A erotização dos corpos lidos como masculinos vai ao encontro “[...] do desejo de se relacionar com outro homem sem que isso implique a exposição pública do seu desejo” (MISKOLCI, 2015, p.69).

A resposta a esta demanda do público constrói o regime de visibilidade homonormativo nos níveis da performance e do desejo e acaba por expurgar aqueles considerados vírus letais do interior de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa que pode suportar a presença de um vírus, apenas se ele não interferir em sua interface. Há, pois, diferenças entre pensar a interface gerada do encontro entre heterossexualidade e homossexualidade, ou seja, uma sociedade que suporte a homossexualidade desde que em níveis domesticáveis, e a desestabilização da interface por vírus considerados letais, que não estão dispostos a negociar tão facilmente suas subjetividades, como os corpos queers, por exemplo.

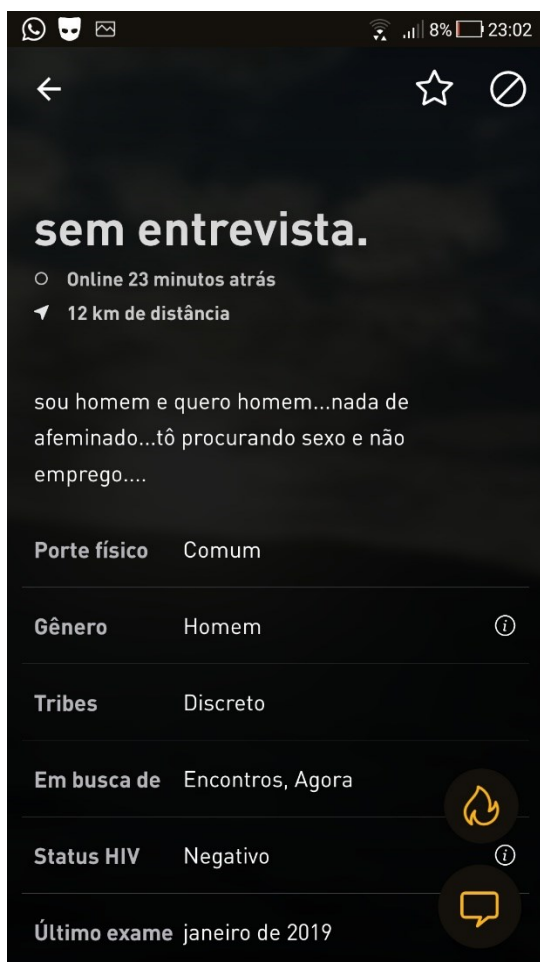


Figura 41

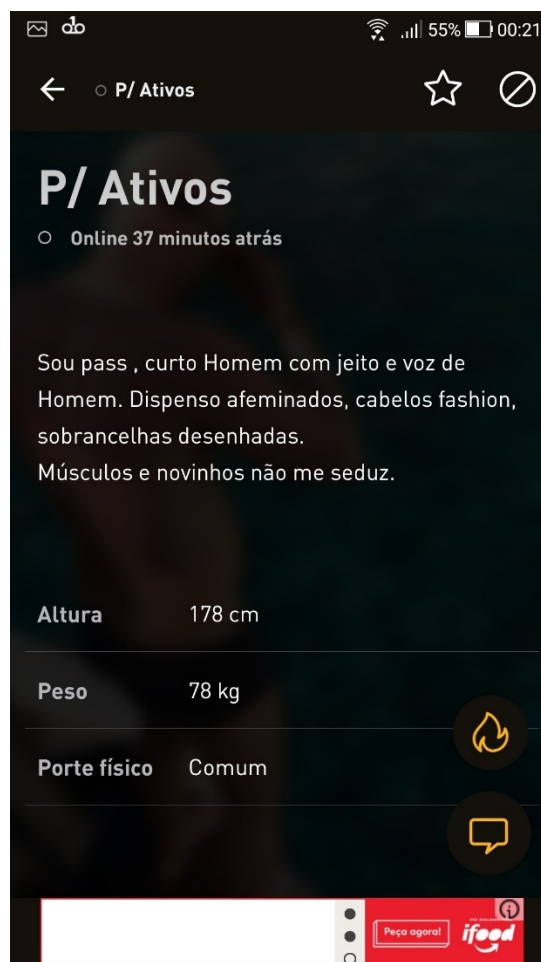


Figura 42

As figuras 41 e 42 corroboram parte das afirmações que realizei anteriormente. A economia de desejo exposta nessas figuras retrata a forma, ou pelo menos uma parte, do culto erótico realizado em direção à uma masculinidade hegemônica. Richard Miskolci (2015), analisando o regime de visibilidade embasado na discrição e anonimato da homossexualidade, afirmou que:

[...] a adesão dos sujeitos ao regime de visibilidade aqui esboçado não é opcional, antes o resultado de diferentes constrangimentos institucionais que regulam suas vidas a partir de um de seus elementos mais centrais e sensíveis: o desejo, a possibilidade de amar e ser amado, ou seja, de ser reconhecido – por si mesmo e pela sociedade - como sujeito. Afinal, esses sujeitos continuam, off-line ou online, em condições desiguais de acesso ao afeto e ao amor, em suma, a elementos que têm se tornando cada vez mais valorizados por nossa cultura como meio de reconhecimento social e mesmo pessoal (MISKOLCI, 2015, p.72).

A diferença entre opcional e consciente emerge como uma indagação em meu pensamento. Se a adesão não é opcional, o que dizer dos corpos que não optaram pela adesão? Não o fizeram por que não podiam ou por não quererem? Se a opção existe, ela existe da mesma maneira para todos? E quanto àqueles que conseguem a adesão a um regime de visibilidade normativo realizaram escolhas conscientes?

Há contradições discursivas se penso que a adesão ao regime de visibilidade vigente é reflexiva, pois se há em algum nível a reflexão, esta adesão é em algum nível consciente, portanto, opcional. Surge, nesse sentido, um pacto com variações múltiplas criado com a heteronormatividade, constituindo uma homonormatividade, e, por conseguinte a reafirmação de uma homofobia específica, direcionada a determinados segmentos das homossexualidades.

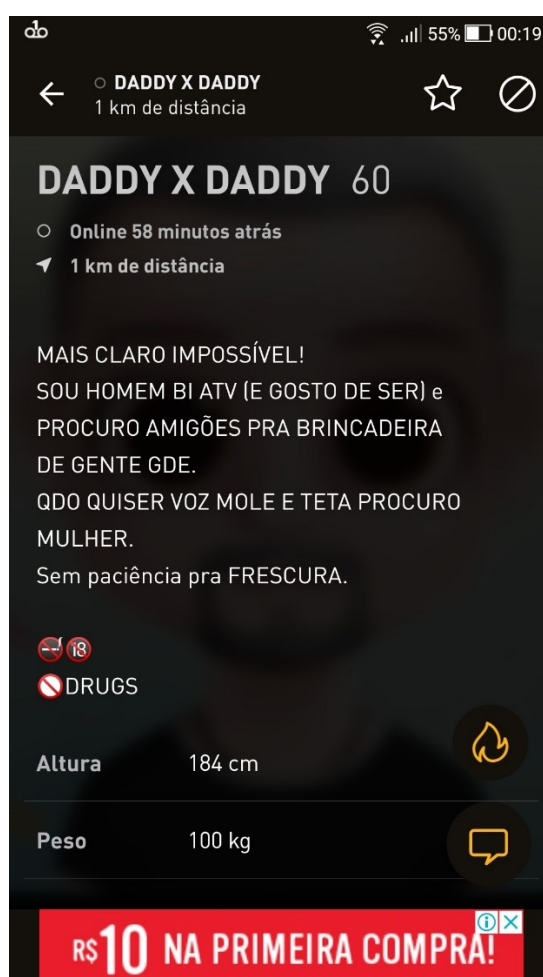


Figura 43

“MAIS CLARO IMPOSSÍVEL!” é a expressão que abre o perfil de um usuário de 60 anos de idade. Com um perfil nomeado DADDYxDADDY, o usuário utiliza o espaço da bio para estabelecer filtros que não são disponibilizados pela plataforma, pois não estaria de acordo

com sua “política”. Afirmado que é “[...] HOMEM BI ATV (E GOSTO DE SER) e PROCURO AMIGÕES PRA BRINCADEIRA DE GENTE GDE.”, o usuário deixa pontuado sua identidade de gênero, sua identidade sexual e seu papel de atividade sexual em uma dinâmica homoerótica.

No entanto, ele ainda busca deixar suas escolhas e vontades mais bem delimitadas, caso algum desavisado que não se encaixa em seu padrão o perturbe, sem oferecer o que ele busca. Na bio, a máxima “QDO QUISE VOZ MOLE E TETA PROCURO MULHER.”, corrobora o padrão de busca do usuário, deixando nítido, caso ainda não tivesse ficado, que seu interesse em homens é bem delimitado.

Apesar de todas as colocações em caixa alta, o perfil apresenta nuances de uma economia de desejo implícita nas construções do dito. Tais nuances apontam um elemento fundante de uma economia de desejo homonormativa: o elemento de reciprocidade. O perfil “DADDYXDADDY” aponta que procura amigões e que estes precisam ser desprovidos de feminilidade, pois se o usuário procurasse por expressões femininas estaria com *mulheres de verdade*. É perceptível, então, que a busca aqui é por um outro homem que encarne as insígnias de uma masculinidade que já conheço e que você leitor também.

Para retomar o elemento da reciprocidade que aponto como parte fundante da economia de desejo homonormativa, é preciso realizar um retorno à reciprocidade das estruturas de parentesco. Nesse processo, é imprescindível situar a obra de Lévi Strauss *As estruturas elementares do Parentesco* e seus interlocutores para, então, alocar a reciprocidade nos moldes que pretendo desenvolver em algumas tímidas análises. A obra de Lévi-Strauss é um cânone antropológico que eu não tenho a audácia de querer pormenorizar detalhes, no entanto, cabe uma breve explanação geral a título de traçar uma breve genealogia do princípio de reciprocidade na leitura antropológica estruturalista. Discutindo a construção do tabu do incesto, Lévi-Strauss constrói uma obra que como afirma Gayle Rubin (2017),

Trata-se do mais ousado esforço, realizado no século XX, de levar adiante o projeto do século XIX de compreender o casamento entre seres humanos. O livro concebe explicitamente o parentesco como imposição de uma organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. Ele é atravessado pela consciência da importância da sexualidade na sociedade humana (RUBIN, 2017, p.22).

Situando três linhas de pensamento a respeito da construção do tabu do incesto, Lévi-Strauss apresenta explicações utilizadas por pensadores que, segundo o autor, deixam pontos pertinentes fora da análise. A primeira explicação construída a partir das obras de Lewis H. Morgan (1871) e Sir Henry Maine (1861), gira em torno da reprodução, na medida em que o “produto” do incesto venha com “defeitos” engendrados no processo de “fabricação”. Porém,

o tabu seria aplicado sobre o desejo em si, proibindo a busca pelo prazer incestuoso, mesmo que tal prazer não gere reprodução. A partir dessa perspectiva, consolidar-se-ia um processo de “reprodução orientada”.

O segundo tipo de explicação tende a situar a proibição do incesto em um processo de projeção ou reflexo no plano social de elementos que a natureza do homem explicaria inteiramente. O embate nesse processo estaria em justificar a proibição como originária da natureza fisiológica do homem, enquanto outras justificam a partir de tendências psíquicas. Lévi-Strauss discorda dessa justificativa da "voz do sangue", pois, afirma que “[...] o fato do pretense horror do incesto não poder ser derivado de uma fonte instintiva está suficientemente estabelecido pela verificação de que se manifesta somente por ocasião de um conhecimento posterior, da relação de parentesco entre os culpados”. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.54). A terceira explicação para a proibição do incesto gira em torno de uma posição simétrica, mas inversa entre os termos da antinomia, pois vê na proibição do incesto uma regra de origem puramente social.

Considerada do ponto de vista mais geral, a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança. Já a natureza atua, por si mesma, segundo o duplo ritmo de receber e dar, traduzido na oposição entre casamento e filiação. Mas se este ritmo, igualmente presente na natureza e na cultura, lhes confere de certo modo uma forma comum, não aparece, nos dois casos, sob o mesmo aspecto. O domínio da natureza caracteriza-se pelo fato de nele só se dar o que se recebe. O fenômeno da hereditariedade exprime esta permanência e continuidade. No domínio da cultura, ao contrário, o indivíduo recebe sempre mais do que dá, e ao mesmo tempo dá mais do que recebe. Este duplo desequilíbrio exprime-se respectivamente nos processos, entre si inversos e igualmente opostos ao precedente, que são a *educação* e a *invenção*. Não está certamente em nosso pensamento sugerir aqui que os fenômenos vitais devam ser considerados como fenômenos de equilíbrio. O contrário é manifestamente verdadeiro. Mas os desequilíbrios biológicos só aparecem como tais em sua relação com o mundo físico. Comparados aos fenômenos culturais mostram-se, ao contrário, sob as espécies da estabilidade, ao passo que o privilégio da síntese dinâmica passa aos fenômenos da nova ordem. Considerado desse ponto de vista, o problema da passagem da natureza à cultura reduz-se, portanto, ao problema da Introdução de processos de acumulação no interior de processos de repetição (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.70).

Para Lévi-Strauss (1982), se a natureza abandona a aliança ao acaso e ao arbitrário, torna-se difícil para a cultura não introduzir uma ordem, de qualquer espécie, onde no caso não existe nenhuma. Nesse sentido, o papel da cultura está em garantir a organização do grupo como grupo, substituindo a organização ao acaso. Sendo assim, a cultura funcionaria como uma espécie de intervenção que estabelece regras para a aliança que não foram estabelecidas pela natureza. Todo o debate em torno da distinção natureza e cultura resultou diversas ramificações em variadas áreas do conhecimento. Judith Butler (2003) apontou a apropriação por parte de

algumas teóricas feministas da problemática distinção natureza/cultura, central na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, que, segundo a autora, foi utilizado para dar suporte e elucidar a distinção sexo/gênero.

Esse processo teria como suposição a existência de haver um feminino genuinamente natural/biológico, que se transformaria em uma “mulher” socialmente subordinada, e, assim, o sexo estaria para a natureza, assim como o gênero estaria para a cultura. Butler (2003) nos lembra que como na dialética existencial da misoginia, esta operação retoma a concepção de associar a razão e a mente à masculinidade, enquanto o corpo e a natureza estariam associados ao feminino, que aguarda a significação a partir do seu outro, o oposto masculino, o que exclui mutuamente os termos materialidade e significado. Logo, “a política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura” (BUTLER, 2003, p.66).

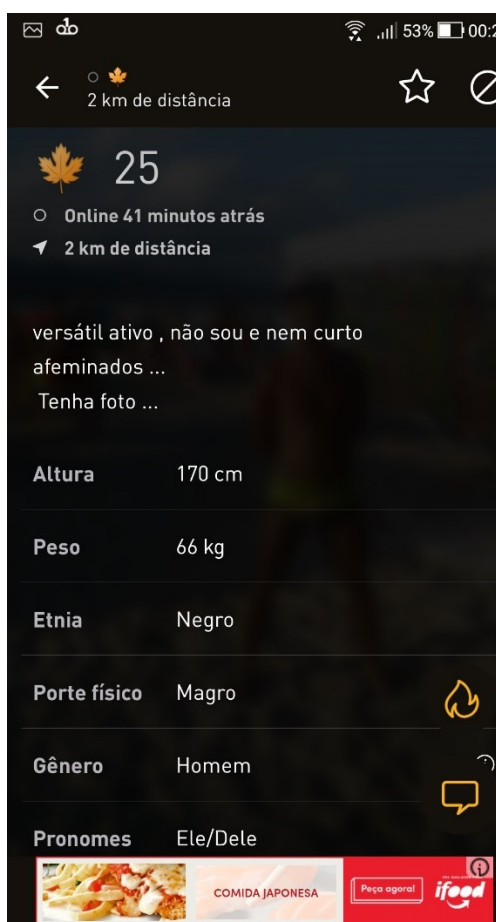


Figura 44



Figura 45

As figuras 44 e 45 apresentam dois perfis que compartilham de uma máxima conhecida por mim e por outros usuários dos *apps* de pegação/encontro: “Não curto afeminados”. No entanto, a afirmativa não surge apenas como a indicação de um possível “gosto” para os possíveis corpos desejáveis, mas também como uma qualidade de quem deseja. A expressão “não sou e nem curto afeminados” é uma expressão encontrada no *Grindr*, e no *Tinder* com menos frequência. Ou seja, uma expressão que se faz presente no cotidiano de gays que participam dessas comunidades virtuais.

O uso de tal expressão, denota a introdução de uma ordem, que atua na organização de um grupo/subgrupo no interior de uma comunidade, no caso, a de gays masculinos. Essa organização se dá por meio de um processo de reconhecimento e marginalização a partir de hierarquias que se solidificam por meio de negociações subjetivas. Cria-se, então, uma economia de desejo a partir de uma busca por reciprocidade, na medida em que busco algo semelhante a mim.

Nesse sentido, essa dinâmica trabalha em prol do estabelecimento de regras que ditam o que é considerado desejável ou não, mas, também, estabelece regras de apresentação para o corpo desejante. Na expressão “não sou e nem curto afeminados”, esconde-se uma lógica já conhecida por nós teóricas dos estudos sobre gênero, mulheres, feminismos e sexualidades: a lógica da significação do feminino realizada pelo outro, masculino. A feminilidade na superfície da planta corporal masculina é lida como o renunciar ao direito de significar, para ter uma significação realizada pelo outro. Como apontado por Gayle Rubin (2017), o sujeito humano na obra de Lévi-Strauss é sempre do sexo feminino ou masculino, o que faz com que os destinos sociais de ambos possam ser traçados. Nesse sentido, Rubin situa a essência dos sistemas de parentesco a partir da identificação da troca de mulheres entre os homens, atribuindo a Lévi-Strauss a construção de uma teoria implícita da opressão sexual. Nesse processo, Gayle Rubin retoma dois aspectos centrais na obra de Lévi-Strauss, que, segundo a autora, são relevantes no que diz respeito às mulheres – “a dádiva” e o tabu do incesto, cuja articulação leva ao conceito de troca de mulheres. No entanto, para este trabalho, somente a “dádiva” me é central.

As conclusões do admirável *Essai sur le don* são bem conhecidas. Neste estudo hoje em dia clássico, Mauss propôs-se mostrar primeiramente que a troca se apresenta nas sociedades primitivas menos em forma de transações que de dons recíprocos, e em seguida que estes dons recíprocos ocupam um lugar muito mais importante nessas sociedades que na nossa. Finalmente, que esta forma primitiva das trocas não tem somente, nem essencialmente, caráter econômico, mas coloca-nos em face do que chama, numa expressão feliz, “um fato social total”, isto é, dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.92).



Essa atitude a respeito da transmissão de bens não se exprime apenas em instituições nitidamente definidas e localizadas. Segundo Lévi-Strauss (1982), impregna todas as operações, onde são dados ou recebidos objetos e/ou produtos, já que “[...] os presentes recíprocos constituem um modo, normal ou privilegiado conforme o grupo [...] e que estes presentes não são oferecidos principalmente, ou em todo o caso essencialmente, com a finalidade de obter um benefício ou vantagens de natureza econômica” (p.93). É este aspecto simbólico da troca que me interessa, na medida em que nem toda troca é material, porém pode levar a obtenção de poder e privilégio para conseguir a materialidade de bens específicos.



Figura 46

A expressão “[...] pra uma brotheragem<sup>111</sup> tem que ser brother [...]”, tem mais a dizer sobre uma economia de desejo homoerótica baseada na reciprocidade do que ela apresenta. Não

<sup>111</sup> A visão de uma irmandade entre homens envolvendo a sexualidade, é algo já discutido em outros contextos a partir do uso de outros conceitos. Peter Drucker (2015) por exemplo, aponta como a visão de 'camaradagem' masculina na poesia de Walt Whitman, foi influenciada pela ideologia democrática da Guerra Civil dos Estados Unidos. Esse momento teria sido importante para a formação da autoimagem dos homens homossexuais progressistas do período. Estas ideias polinizadas com as do movimento operário britânico, teriam influenciado outras concepções de amor do mesmo sexo.

é novidade encontrar em variados perfis no *Grindr* e no *Tinder* expressões como “busco parceria”, “não sou e nem curto afeminados”, “busco semelhantes”, “afim de uma brotheragem”, dentre outras que por vezes podem ser mais violentas. A rejeição por completo a uma expressão visível de feminilidade na planta corporal masculina, ligada a um possível benefício da heterossexualidade (presumida ou afirmada) é como aponta Miskolci (2017), um bem simbólico que só pode ser arriscado caso o parceiro em potencial apresente ganhos mais vantajosos ao outro.

A busca online é embasada em uma lógica de custo-benefício, que sob o neoliberalismo assume uma forma estrita com nuances específicas. A brotheragem, a busca por homens masculinos, por semelhantes, ou até mesmo a busca por reciprocidade como alguns perfis refinam sua busca, marca uma procura por reconhecimento e autenticação de uma masculinidade que só pode ser confirmada por uma mulher cis ou um outro homem/macho. As relações estabelecidas, a partir dessa lógica de custo-benefício, estruturam uma relação de reciprocidade, dotada de significações social, econômica, utilitária, sentimental, jurídica, moral e política. Afirmo que nessa relação de troca a masculinidade reconhecida e autenticada transforma-se em uma dádiva aos moldes das denominações de Marcel Mauss (2005).

Para Rubin (2017), em *As estruturas elementares do parentesco*, de certa forma, é uma interpretação radical do *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss (2005), pois o autor foi o primeiro a teorizar as tramas das relações permeadas pelo ato do dar, do receber e do retribuir nas relações sociais tecidas nas sociedades primitivas.

Nas sociedades analisadas por Mauss, todos os tipos de coisas circulavam por meio da troca: de alimentos e rituais, a nomes, ferramentas e poderes. Em tais transações, o caráter voluntário e aparentemente livre e gratuito, e paradoxalmente obrigatório e interessado, é o elemento central da questão colocada por Mauss (2005): “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” (p.188). A partir da questão levantada, Mauss (2005) busca chegar a conclusões acerca da natureza das transações humanas com base nas sociedades analisadas, descrevendo fenômenos de troca e de contrato em tais sociedades. Pensando outra perspectiva de mercado, o autor afirma que não apenas enquanto econômico, o mercado é um fenômeno humano, cujos sistemas de troca podem e variam de uma sociedade para outra. Pensando esse mercado antes da

instituição da moeda propriamente dita, do contrato e da venda, Mauss (2005) busca entender qual a moral e a economia pelas quais tais transações são regidas<sup>112</sup>.

Em sua análise, Mauss (2005) afirma que um elemento em específico conecta todas as instituições analisadas, o fato de tudo poder se tornar matéria de transmissão e de prestação de contas. Há nas sociedades analisadas pelo autor uma pressão das pessoas em dar. As obrigações de convidar e de retribuir fazem parte do processo de reconhecimento de serviços mediante dádivas, sob penas, pelo menos para os mais privilegiados de perder posição social. Em tais sociedades, as pessoas não são livres para não receber presentes, negociar ou contrair alianças.

A dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade. Não se sai do domínio germânico ao lembrar o curioso ensaio de Emerson, *On Gifts and Presents*. A caridade é ainda ofensiva para quem a aceita, e todo o esforço de nossa moral tende a suprimir o patronato inconsciente e injurioso do rico ‘esmoler’. O convite deve ser retribuído, assim como a ‘cortesia’. Vemos aqui, na prática, o vestígio da antiga tradição, a dos velhos potlatch nobres, e vemos também aflorar os motivos fundamentais da atividade humana: a emulação entre indivíduos do mesmo sexo, esse ‘imperialismo intrínseco’ dos homens; fundo social, de um lado, fundo animal e psicológico, de outro, eis o que se afigura. Nessa vida à parte que é nossa vida social, nós mesmos não podemos ‘ficar em dívida’, como ainda costumamos dizer. É preciso retribuir mais do que se recebeu. A ‘devolução’ é sempre maior e mais cara (MAUSS, 2005, p.294)

A regra do sistema de troca apresentada por Marcel Mauss (2005) leva a refletir sobre uma economia de desejo homonormativa regida por estruturas de reciprocidade simples, estabelecidas aos moldes das dádivas. Ao longo da pesquisa percebi que uma relação de reciprocidade se estrutura em variados perfis, de formas variadas. No entanto, a situação mais comum e que demonstra de maneira mais simples a relação de reciprocidade está localizada em expressões como “homem que busca outro homem”, “macho a fim de outro macho”, “a fim de uma brotheragem”, dentre outras demarcações de uma relação que só pode ser estabelecida entre iguais.

---

<sup>112</sup> Esta questão é central para esta pesquisa na medida em que ela permite ser duplicada e levada para o contexto das relações sexuais tecidas a partir dos aplicativos de pegação.



Figura 47

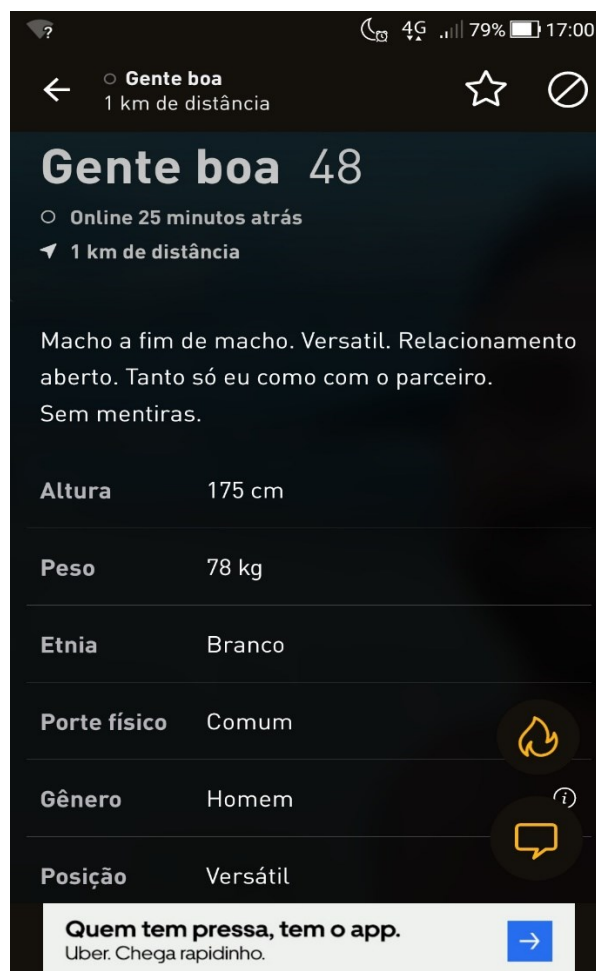


Figura 48

As figuras acima ilustram parte de uma economia de desejo homonormativa e uma de suas fundações no que tange o desejo homoerótico masculino: uma relação de troca entre iguais. Mas se há uma relação de troca, troca-se o quê? Com quem? As expressões encontradas nos perfis das figuras 20 e 21, reafirmam a procura pelo macho, mas também enuncia o que se tem para oferecer nessa busca, afinal são machos que procuram outros machos. A masculinidade é o elemento que se negocia nesta troca.

As expressões “macho”, “machos de verdade”, “macho querendo outro macho” e “macho a fim de macho” expõem o elemento central da relação que se pretende estabelecer. Ao utilizarem tais expressões, os usuários apresentam o que possuem para trocar e exigem o mesmo elemento como retorno. Ao afirmarem-se machos, ou que “até para ser passivo tem que ser macho...”, os usuários insinuam a realização de uma permuta performativa que a partir de relações recíprocas solidifica uma “estabilidade” social para certas performances gays mais normativas.

O fenômeno de troca aqui é instaurado e regido por uma moral e uma economia homonormativa que recita os códigos da heteronormatividade. Nessa operação, percebo que tudo pode se tornar matéria de transmissão e de prestação de contas. Ao mesmo tempo que a masculinidade assume o papel de elemento central para o reconhecimento mútuo entre os parceiros envolvidos na troca, esta se apresenta como uma prestação de contas com a heteronorma e o delírio neoliberal de uma liberdade sexual isenta de gestão pelo capital. A relação de troca estabelecida entre parceiros que entregam e esperam de volta uma performance masculina normativa, reitera que a dádiva não recompensada pode levar seu(s) donatário(s) à perda de posição social mediante o seu local de enunciação na relação de troca.

As dádivas não são livres, nem tão menos desinteressadas, pois elas atuam como contraprestações que possuem como interesse pagar serviços e coisas, mas também para manter alianças, que não podem ser recusadas. As hierarquias que se estabelecem por meio dessas dádivas são mantenedoras de estruturas de poder específicas, na medida em que dar é manifestar superioridade, é ter mais e ser mais elevado, enquanto aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais é ficar abaixo, é se tornar pequeno. Como afirma Mauss (2005): recusar dar, recusar convidar e se recusar a receber equivale a declarar guerra, é recusar a aliança e a comunhão. Nesse sentido, a importância da dádiva, para Mauss, é expressar, confirmar ou criar um laço social entre os parceiros de uma troca.



Figura 49

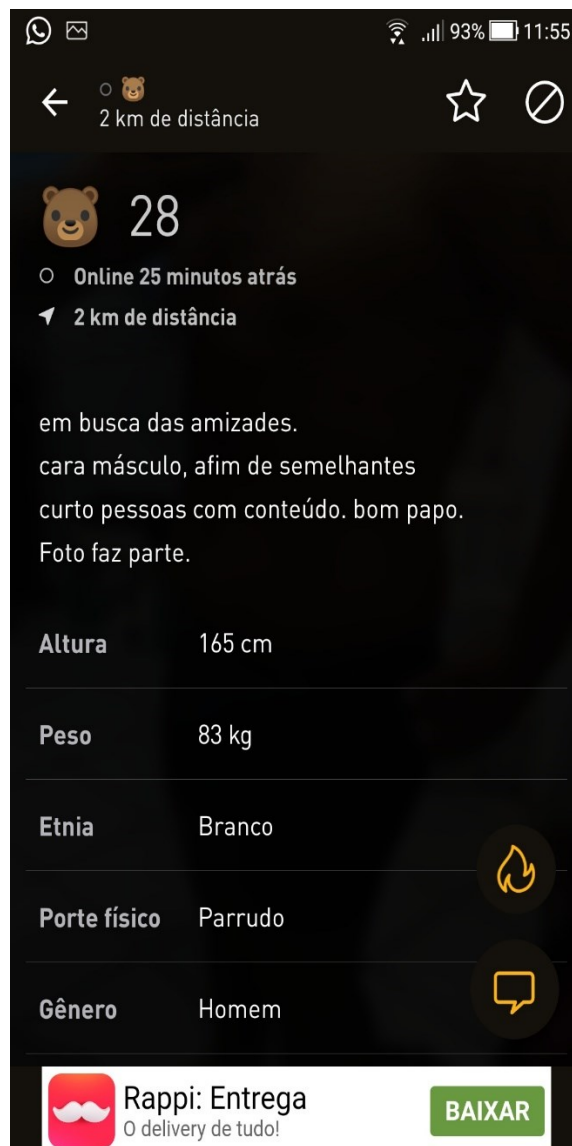


Figura 50

A busca por semelhantes marca a relação de troca que é fundamentada na confirmação de um modelo de masculinidade presumido heteronormativo. Expressões como “Só curto caras sarados e machos [...]” aponta o que se procura mediante o que se oferece também, afinal o corpo do “doador” é descrito como musculoso. A reciprocidade instaurada como elemento fundante do processo de busca apresenta rudimentos de um laço social estabelecido a partir dos efeitos homonormativos de um regime de visibilidade baseado na gestão da diversidade. As nuances de reciprocidade localizadas até aqui apontam para um horizonte repleto de possibilidades analíticas.

A esta teoria da reciprocidade primitiva ensaiada por Mauss (2005), Lévi-Strauss (1982) acrescenta, como lembra Rubin (2017), a ideia de que os casamentos são uma forma fundamental da troca de presentes, e nessa troca as mulheres são o presente mais precioso. No centro de suas estruturas, o parentesco organiza as relações sociais e tal organização traz poder. Na constituição dessas relações de poder, é perceptível que se estabelece uma distinção onde as mulheres são os presentes e os homens os parceiros da troca, “e é aos parceiros, não aos presentes, que a troca recíproca confere o poder quase místico do laço social” (RUBIN, 2017, p.26). Judith Butler (2003) afirma que a identidade cultural masculina para Lévi-Strauss (1982) é estabelecida por meio de uma diferenciação entre clãs patrilineares, onde a diferença que estabelece essa relação é hegeliana<sup>113</sup>.

Mas a ‘diferença’ estabelecida entre os homens e as mulheres que efetivam a diferenciação entre os homens escapa completamente a essa dialética. Em outras palavras, o momento diferenciador da troca social parece ser um laço social entre os homens, uma união hegeliana entre termos masculinos, simultaneamente especificados e individualizados. Num nível abstrato, trata-se de uma identidade-na-diferença, visto que ambos os clãs retêm uma identidade semelhante: masculinos, patriarcais e patrilineares. Ostentando nomes diferentes, eles particularizam a si mesmos no seio de uma identidade cultural masculina que tudo abrange (BUTLER, 2003, p.70).

Essas relações entre clãs patrilineares estariam, assim, baseadas em um desejo homosocial, que estabelece uma relação entre homens, que se dá por um processo de mediação realizado pela troca heterossexual de mulheres. No entanto, meu interesse por esse arcabouço teórico construído acerca da teoria da reciprocidade primitiva, que possui as mulheres como “Vil e preciosa mercadoria”, concentrou-se sobre as relações de poder estabelecidas por meio da troca de dons recíprocos entre parceiros de uma transação específica, a do desejo homonormativo.

#### 4.3 “MACHO, ATIVO, QUE PROCURA CURTIÇÃO COM OUTRO MACHO, COM VOZ DE HOMEM, JEITO DE HOMEM E ATITUDES DE HOMEM, ENTENDEU?”

Como visto em parte do segundo capítulo e no início deste, Peter Drucker (2015) aponta que, sob o capitalismo, a comunidade LGBTQIA+ tem desenvolvido uma certa aparência de normalidade, graças às alterações na ordem de produção e reprodução. O autor afirma que nos meandros do neoliberalismo, a comunidade LGBTQIA+ tem vivido sob um regime que ele afirma ser homonormativo dominante. Isto pode ser percebido, a partir da crescente comercialização da cena gay, uma certa inclinação para a direita nos movimentos

---

<sup>113</sup> Ver (BUTLER, 2003).

LGBTQIA+ e a falta de uma alternativa à esquerda que possua força política. Esses elementos só podem ser enfrentados, a partir de um reexame da questão sobre como a liberdade sexual deve ser definida. Para ilustrar isso, Peter Drucker (2015) considera uma teoria com base no tripé<sup>114</sup> composto por Michel Foucault (2017), Gayle Rubin (2017), e Herbert Marcuse (1966).

Peter Drucker (2015) afirma que, entre outras coisas, as direções do ativismo LGBTQIA+ dependerão, em grande medida, em como os ativistas, consciente ou inconscientemente, definem a liberdade sexual. A maioria dos teóricos da libertação sexual contrapôs a ideia de liberdade com a da repressão, seja esta psíquica, social ou política. Para Drucker (2015), em termos psicológicos, Herbert Marcuse (1966) foi o mais promissor dos freudianos de esquerda que tentaram sintetizar a teoria da repressão sexual de Sigmund Freud (1929) com uma compreensão marxista de opressão e libertação. Herbert Marcuse ao teorizar a ligação entre a repressão psicológica que Freud tinha teorizado para a repressão social e política que Karl Marx (2015) tinha focado, apontou que tanto em Freud como em Marx, a repressão é o resultado de forças além do controle ou compreensão de qualquer pessoa, de modo que ambos tornam sem sentido a ideologia burguesa do indivíduo livre. Nesse sentido, Marcuse (1966) foi o primeiro e único na maneira em que abordou essa ligação, que inverteu de dentro para fora o sistema teórico de Freud.

É a esta leitura de dessublimação repressiva (MARCUSE, 1966) que pretendo aqui interseccionar, de forma ainda prematura com as leituras também psicanalíticas e feministas acerca da mascarada de gênero, apontada por Joan Riviere (2005) e desenvolvida, posteriormente, por parte de teóricas do gênero e dos feminismos, como Judith Butler (2003), por exemplo.

---

<sup>114</sup> O autor considera o princípio de Michel Foucault (2017) para entender o poder no nível micro, a contribuição de Gayle Rubin (2017) para a luta contra a negatividade sexual, e, acima de tudo, a visão de Herbert Marcuse (1966) de uma sociedade libertada do excesso de repressão e permeada pela carga erótica de perversidade polimorfa.





Figura 51

A figura acima apresenta um vislumbre do que apresento como uma estrutura de reciprocidade homonormativa mascarada. Ao descrever seus “gostos”, o usuário participa de uma classificação que é realizada como processo que torna um indivíduo em sujeito. Como aponta Richard Miskolci (2017), o uso de termos como “macho” ou “discreto” funciona como uma busca da afirmação de um pertencimento à esfera da masculinidade.

Esse processo é realizado, na maioria das vezes, no interior de uma prática masculinizante, a da “busca/caça”, bem como de uma triagem de parceiros que realizem a manutenção do segredo ou da fantasia homonormativa. Ao afirmar que busca pessoas normais sem neuras, e logo em seguida descrever a feminilidade no leque de impossibilidades afetivas ao lado de “drogados e fumantes”, o usuário inconscientemente ou não, aloca a feminilidade como uma espécie de vício. Nesse sentido, a descrição assume seu papel em oposição aos afeminados, como um sinônimo de macho e/ou masculinidade, que no interior da heteronorma indica uma heterossexualidade presumida (ou não).

Dentro desses processos, a masculinidade através das figuras do macho e do discreto, assume o papel de uma espécie de máscara que atua na edificação da homonormatividade como uma organização repressiva dos instintos que necessitam de uma repressão excedente exigida pela dominação social.

In tension with the popular view of Freud as an advocate of less sexual repression, Marcuse noted that for Freud ‘a repressive organization of the instincts underlies all historical forms of the reality principle in civilization’. Marcuse agreed with Freud that no functioning society was compatible with the immediate gratification of all human impulses. But he argued that Freud confused socially necessary self-restraint, above all in a technologically developed economy, with what he called ‘surplus-repression’: the ‘restrictions necessitated by social domination’ above and beyond what was needed to sustain society as such. While people need to be induced to sublimate their desires in the interests of a coherent social response to the ‘brute fact of scarcity’, he wrote, far more sublimation is required now by the ‘specific organization of scarcity’ demanded by alienated labour under capitalism<sup>115</sup> (DRUCKER, 2015, p.12).

Peter Drucker (2015) retoma em sua obra, então, o conceito "dessublimação repressiva" de Marcuse (1966), para entender o ponto que o capitalismo chegou a estimular o desejo, pelo menos em certa medida, a partir de formas específicas de lucro, ao invés de sufocar por completo o desejo. O resultado sob o capitalismo foi uma "localização e contração da libido" e a redução do prazer erótico para a mera busca de orgasmos. Nesse sentido, o capitalismo passa a instigar o desejo, mas este desejo precisa gerar lucro, pois é preciso comprar e executar, o que fortalece o processo de reificação do desejo através de uma maior mercantilização das relações sexuais. Sendo assim, numa sociedade não capitalista, a maior parte da repressão e dessublimação repressiva poderia dar caminho para o que Marcuse chamou de "auto-sublimação", em que o erotismo, na busca de prazer, "transcende-o aos outros, buscando gratificação mais completa". A energia erótica liberada de "perversidade polimorfa" não obcecada por genitais poderia infundir variadas possibilidades de relações humanas<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Em tensão com a visão popular de Freud como defensor de menos repressão sexual, Marcuse observou que, para Freud, “uma organização repressiva dos instintos está subjacente a todas as formas históricas do princípio de realidade na civilização”. Marcuse concordava com Freud que nenhuma sociedade em funcionamento era compatível com a gratificação imediata de todos os impulsos humanos. Mas ele argumentou que Freud confundiu a autocontenção socialmente necessária, acima de tudo em uma economia tecnologicamente desenvolvida, com o que ele chamou de “excedente-repressão”: as “restrições exigidas pela dominação social” acima e além do que era necessário para sustentar a sociedade como tal. Embora as pessoas precisem ser induzidas a sublimar seus desejos no interesse de uma resposta social coerente ao "fato bruto da escassez", escreveu ele, muito mais sublimação é exigida agora pela "organização específica da escassez" exigida pelo trabalho alienado sob o capitalismo (Tradução própria).

<sup>116</sup> Apesar de Peter Drucker utilizar a obra de Marcuse como central em sua produção, o autor aponta que há fragilidades no trabalho de Marcuse: sua concepção de erotismo como “uma energia universal que existe antes ou fora da vida social”, e sua falha para abordar as formas historicamente variadas em que a sexualidade é moldada pela mudança nas relações econômicas e de gênero. Assumindo simplesmente uma sexualidade instintiva que

Larissa Pelúcio (2017), em diálogo com Pollak (1983), lembra que o negócio do michê reunia diversos corpos em torno de relações regadas a dinheiro, suor, sêmen e surpresas, enquanto o negócio dos *apps* de pegação/relacionamento entregaria o mesmo prazer apesar de sua previsibilidade. Ao se administrar tempo/espço e prazer, há uma regulação dos investimentos orgásticos, o que teria como objetivo a obtenção do “[...] máximo de gozo com o mínimo de exposição” (PELÚCIO, 2017, p.9).

---

poderia ser libertada das restrições da dominação de classe, ele deixou sem resolução a questão de exatamente o que deve ser liberado. A visão sexual de Marcuse previu "a liberação de uma essência oculta ou bloqueada", negligenciando a necessidade de intervenção consciente em reivindicar e moldar a expressão sexual. No entanto, Marcuse reconheceu explicitamente que o princípio da realidade tomou diferentes formas históricas, mesmo que ele próprio não tenha investigado as formas específicas que havia tomado. Na verdade, sua conta perdeu muita luz sobre uma dessas formas, a saber, a formação sexual do capitalismo na era da prosperidade da Guerra Fria. E se o potencial de libertação ele identificou parece menos evidente hoje, que não é devido a qualquer aumento na escassez absoluta no mundo (pelo menos ainda não - quem sabe quais são as consequências de a devastação ecológica que o capitalismo está produzindo?).



Figura 52

A figura acima apresenta um usuário que afirma ser um homem e possuir a voz e o jeito de um homem e por isso busca o mesmo. O que está por trás da busca por descrição presumida na apresentação do usuário e na sua busca por um semelhante? A exposição com certeza não é um objetivo. Ao se classificar e realizar a triagem de busca de seu possível parceiro, o usuário assume uma espécie de máscara, na medida em que sua passividade não pode ser lida como feminina.

Nesse processo, a homonormatividade aparece como parte da regulação orgástica realizada pelo neoliberalismo, que, através dos meandros de uma dessublimação repressiva, regula os limites do gozo. Ao tomar para si a gestão da diversidade, o neoliberalismo também toma o controle de certos limites do desejo homossexual, não apenas para otimizar tempo/espaço e prazer, mas também para regular uma ordem dos corpos que importam.

O aumento da alienação, desigualdade e dominação sob o neoliberalismo, que Marcuse não testemunhou em sua forma completa, é segundo Drucker (2015) um dos pontos de partida

para uma nova aplicação dos conceitos de Marcuse, pois se o objetivo deste era transformar a heterossexualidade genital em polimorfismo erótico, o que parece remoto hoje, pode pelo menos inspirar resistência à implacável e avançada alienação da vida erótica, além de promover uma defesa daquelas formações sexuais que são mais "perversas" de acordo com a lógica do capitalismo neoliberal<sup>117</sup>. Nesse sentido, seria a nova homonormatividade de alguma forma, uma expressão performática de uma vida erótica alienada?

Interseccionando as obras de Marcuse e Foucault, Drucker (2015) aponta que Marcuse reconhecia a importância do momento político, como nuance na regulação da sexualidade, elemento que em Foucault não seria claro. Por outro lado, a abordagem de Foucault tem a vantagem de enfatizar as facetas da repressão sexual e liberdade que Marcuse tendia a obscurecer. Foucault enfatizou a importância do nível micro, o sutil dos intercâmbios e gradações de poder na sexualidade e da pluriformidade dos desejos sexuais e práticas. Sem se identificar particularmente com o feminismo como projeto político, ele forneceu aos feminismos ferramentas úteis para revelar as muitas maneiras em que o pessoal é político. A hibridização das obras de Marcuse e Foucault poderiam enriquecer a radicalização queer em vários níveis.

Foucault's conception of power seems almost designed to rule out the conception of sexual constraint and erotic liberation that Marcuse put forward. In Marcuse's view of repressive desublimation, a man who buys a pornographic magazine, for example, is sexually unfree insofar as his libido has been channeled by the power structures of his society into a form that is conducive to capital accumulation by the publishing company and that perpetuates the distorted relations that the magazine reproduces. In a liberated society as Marcuse conceived of it, the man could instead infuse a broad array of social relations with that erotic energy, not focusing them narrowly on the models' sexual attributes or on the sexual acts he fantasises performing with them. For Foucault, by contrast, since he argued that power came from below, the man, the models and the photographers themselves are the ultimate source of the gender and sexual norms crystallised in the magazine, which could only be changed by an accretion of micro-level changes. The conception of freedom and the possible scope for freedom in this paradigm seem far more limited than in Marcuse's<sup>118</sup> (DRUCKER, 2015, p.15).

---

<sup>117</sup> A ideia de alienação da vida erótica é utilizada por mim para pensar a apropriação da sexualidade pelo neoliberalismo a partir dos aplicativos de pegação/relacionamento. Apresento esses aplicativos como ferramentas que promovem a alienação da vida erótica, que não está apenas ligada ao processo de produção, como o conceito de "dessublimação repressiva" de Marcuse me leva a entender, mas, também, uma alienação da vida erótica, que neblina o horizonte de expectativa da população LGBTQI+ através de um processo de gestão da diversidade.

<sup>118</sup> A concepção de poder de Foucault parece quase projetada para descartar a concepção de restrição sexual e liberação erótica que Marcuse apresentou. Na visão de Marcuse da dessublimação repressiva, um homem que compra uma revista pornográfica, por exemplo, não é sexualmente livre na medida em que sua libido foi canalizada pelas estruturas de poder de sua sociedade em uma forma que conduz à acumulação de capital pela editora e que perpetua as relações distorcidas que a revista reproduz. Em uma sociedade liberada como Marcuse a concebeu, o homem poderia, em vez disso, infundir uma ampla gama de relações sociais com essa energia erótica, não se concentrando estritamente nos atributos sexuais das modelos ou nos atos sexuais que ele fantasia realizar com elas. Para Foucault, ao contrário, por argumentar que o poder vinha de baixo, o homem, as modelos e os próprios

A intersecção de pensamento proposta por Drucker (2015) é uma abordagem global, que a partir de um jogo de escalas bem realizado pode apontar um caminho diferente para a produção histórica e para a própria vivência histórica da comunidade LGBTQ+. No entanto, o autor chama a atenção para alguns pontos, quando, por exemplo, aponta que Foucault subestimou em sua abordagem a importância do poder do capital e do Estado, dos homens sobre as mulheres, e dos brancos sobre as pessoas não brancas. Para Drucker (2015), a análise de Foucault acabou por ser incompatível com qualquer ideia de relacionamento global de forças entre o opressor e o oprimido, que poderiam ser alteradas de alguma maneira, fosse para melhor ou pior.

No capitalismo, a sexualização não envolveu apenas objetificação, mas também reificação, promovendo o tratamento dos seres humanos como meras coisas e a petrificação de papéis específicos e identidades sexuais, que não são inerentes à sexualidade. E a conexão entre humanos como coisas e outras coisas à venda nunca está longe. O sexo “define o que falta ao consumidor”. Nesse processo, margens são criadas e reiteradas, como, por exemplo, uma marginalização das minorias de gênero no interior das minorias sexuais. Nesse caso, a disformidade de gênero assume uma centralidade maior que a dissidência sexual. A homonormatividade surge, portanto, como uma espécie de possibilidade para aqueles que não são disformes de gênero.

Como elemento importante da tríade de Drucker (2015), Gayle Rubin (2017) aparece como uma espécie de ponte entre uma abordagem que contemple aspectos das escalas micro e macro. O ponto chave da análise da antropóloga estaria na forma como analisa em nível macro da repressão, ao pensar a forma da negatividade sexual como penetrante<sup>119</sup>. Desde os anos da década de 1980, Rubin tem definido uma abordagem específica sobre a sexualidade como um vetor de opressão com sua própria dinâmica intrínseca, além de pensar em uma economia política que necessita de atenção máxima de teóricas e teóricos.

In fact, recognising the reality of repression does not in itself bring us any closer to identifying the direction of a vector of sexual oppression at a specific historical moment, or the logic structuring at a specific historical moment a hierarchy of sexualities – because the direction of the vector and the logic of the hierarchy are

---

fotógrafos são a fonte última das normas de gênero e sexual cristalizadas na revista, que só poderiam ser alteradas por um acréscimo de micromudanças de nível. A concepção de liberdade e o possível escopo de liberdade neste paradigma parecem muito mais limitados do que no de Marcuse (DRUCKER, 2015, p.15). (Tradução minha).

<sup>119</sup> Peter Drucker (2015) aponta que Rubin (2017) foi assertiva em citar a afirmação de Foucault de que ele pretendia menos rejeitar a hipótese repressiva como “equivocada” do que “devolvê-la a uma economia geral de discursos em sexo”. Rubin retornou de novo e de novo à matriz analítica de “Um quadro social extremamente punitivo” que ela retratou como estruturante da sexualidade nas sociedades “ocidentais”. Isto realça a realidade contínua das repressões.

usually external to the sexual realm. They reflect the interests and ideologies of dominant economic, social and political forces. And combating the power of those forces demands far more than the 'campaign against prohibitions' that sexual politics has largely been reduced to since the 1970s<sup>120</sup> (DRUCKER, 2015, p.16).

Por essa razão, Foucault ridicularizou a ideia de que apenas falar sobre sexo foi de alguma forma transgressiva e subversiva, apressando o advento de um melhor futuro. Ele pediu um "contra-ataque contra a implantação da sexualidade" que, ao invés de focar na livre expressão do desejo sexual, "combateria as garras do poder com as reivindicações de corpos, prazeres e conhecimentos, em suas multiplicidades e sua possibilidade de resistência". Aqui, Foucault parecia convergir com Marcuse na defesa daquelas formações sexuais que são mais "perversas" aos olhos das forças dominantes.

Ao trazer Marcuse para sua discussão, Drucker (2015) recupera a hibridização entre marxismo e psicanálise, retomando o aparato teórico construído por Marcuse a partir de uma leitura freudiana. No entanto, acredito que a psicanálise possa servir um pouco mais a este trabalho do que apenas a leitura freudiana realizada por Marcuse. Por isso, recupero outros aspectos da psicanálise para entender a constituição da normalidade gay apontada por Peter Drucker. Como aponta Gayle Rubin (2017), a relação entre os movimentos gay e feminista com a psicanálise se tornou uma batalha lendária.

Segundo Rubin (2017), essa batalha se deu pelo desenvolvimento da psicanálise nos EUA, onde houve a fetichização da anatomia por parte da tradição clínica. Ao transformar a lei moral na lei científica, o intuito era impor uma moral sexual a corpos indisciplinados, assim, "a psicanálise muitas vezes mostrou ser mais do que uma teoria dos mecanismos de reprodução dos arranjos sexuais; ela mesma se tornou muitas vezes um desses mecanismos" (RUBIN, 2017, p.35). A rejeição de Freud por parte dos movimentos feminista e gay assentar-se-ia principalmente na teoria da castração e na inveja do pênis, que seriam a base da conquista da feminilidade por parte das mulheres segundo Freud (1929). A teoria da aquisição de gênero presente na obra de Freud, poderia, segundo Rubin (2017), ter sido um dos catalisadores de uma crítica dos papéis sexuais. Contudo, ao longo do tempo, outros caminhos foram tomados, apesar de, "A psicanálise dispõe de um conjunto único de conceitos para a compreensão dos homens, das mulheres e da sexualidade. [...] A psicanálise é uma teoria feminista que não chegou a se configurar plenamente como tal" (RUBIN, 2017, p.36).

---

<sup>120</sup> Na verdade, reconhecer a realidade da repressão não nos aproxima, por si só, de identificar a direção de um vetor de opressão sexual em um determinado momento histórico, ou a lógica de estruturar em um determinado momento histórico uma hierarquia de sexualidades - porque a direção do vetor e a lógica da hierarquia são geralmente externos ao reino sexual. Eles refletem os interesses e ideologias das forças econômicas, sociais e políticas dominantes. E combater o poder dessas forças exige muito mais do que a "campanha contra as proibições" a que a política sexual foi amplamente reduzida desde os anos 1970 (DRUCKER, 2015, p.16). (Tradução minha).

Grande parte do descontentamento com a psicanálise provém, como apontado anteriormente, da grande produção realizada pela tradição clínica norte americana, que foi responsável, em parte, pelo afastamento de várias teóricas com relação às teorias de Freud. Esse debate se deu além dos pontos citados acima, pois diz respeito também à produção de Freud acerca do complexo de Édipo e, seu correlato/espelho feminino, o complexo de Electra. No entanto, se no EUA houve uma massificação de uma psicanálise mais biologizada, na França com Jacques Lacan, despontou uma outra linha de pensamento, que segundo Rubin (2017), buscava conceber a psicanálise como uma teoria da informação e não dos órgãos. Essa linha teria promovido, assim, a desbiologização da obra de Freud.

Nesse sentido, Lacan retoma o parentesco, buscando compreender os processos de inscrição psíquica realizados pelos termos do parentesco no drama edípico. Esse autor desenvolve todo um debate acerca da distinção entre função e objeto e ainda distingue radicalmente o pênis do falo<sup>121</sup>, desenvolvendo uma teoria da diferenciação que foi de grande utilidade para *insights* a respeito do complexo de castração e uma retomada da fase fálica ligada ao complexo de Édipo. Entretanto, um dos pontos mais interessantes na teoria da diferenciação entre o pênis e o falo que Lacan realiza encontra-se no aspecto das negociações<sup>122</sup> do falo enquanto objeto simbólico, que está onde as mulheres não estão, em um processo que elas deixam de ter o falo para se tornarem o falo.

Por mais paradoxal que possa parecer essa formulação, dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada (LACAN, 1995, p.701).

Judith Butler (2003) afirma que “Ser” o Falo e “ter” o Falo denotam posições sexuais distintas, onde a mulher ao “Ser” o Falo, apresentar-se-ia como o significante do desejo do Outro, no caso, um desejo masculino heterossexualizado. Nesse sentido, a mulher tornar-se-ia um lócus para uma espécie de autoelaboração masculina. No processo de se constituir enquanto “Ser” o Falo, a mulher assume uma máscara que segundo Lacan, possui tanto a função de ocultar, quanto a função de negar a perda sofrida com uma recusa amorosa. No entanto, gostaria de pensar neste trabalho, o conceito de mascarada de Joan Riviere, a partir de Butler.

Publicado em 1929, o ensaio de Joan Riviere ‘Womanliness as a Masquerade’ introduz a noção da feminilidade como mascarada, nos termos de uma teoria da agressão e da resolução de conflitos. À primeira vista, essa teoria parece muito distante da análise lacaniana da mascarada, em termos de comédia das posições

---

<sup>121</sup> Ver (LACAN, 1998).

<sup>122</sup> Ver (RUBIN, 2017).



sexuais. Ela começa com um respeitoso exame da tipologia de Ernest Jones do desenvolvimento da sexualidade feminina nas formas heterossexual e homossexual. Contudo, concentra sua atenção nos 'tipos intermediários' que obscurecem as fronteiras entre o heterossexual e o homossexual, questionando implicitamente a capacidade descritiva do sistema classificatório de Jones (BUTLER, 2003, p.82).

O caso clínico analisado por Riviere (1929) versa sobre uma mulher casada, que relata uma vida conjugal excelente, além de uma boa convivência com outras pessoas com as quais convive. Em sua carreira, que envolvia atividades ligadas à propaganda, palestras e produção escrita, o êxito era sua marca. No entanto, todo esse quadro de estabilidade era estremecido, por conta de temores com relação a suas performances públicas (palestras), ficava excitada e apreensiva toda noite que seguia à sua exposição, e por conta disso possuía grande necessidade de reassseguramento. Para isso, ela procurava a atenção de homens logo ao término de suas apresentações, pois mais do que cumprimentos pela sua performance, ela buscava a manifestação de um desejo sexual por parte desses homens. O que havia em comum entre essas figuras masculinas procuradas após suas performances, é o fato de representarem a figura paterna, que, por sinal, dividia o gosto pela fala em público, já que ele era literato e político. Durante sua adolescência houve vários embates entre ela e seu pai, processos marcados por rivalidade e desprezo. Já adulta, durante o trabalho nas seções de análise, tinha sonhos frequentes onde castrava seu marido. Segundo Joan Riviere (1929), o que levava a paciente a precisar dos favores após o término de suas apresentações era o fato de que possuía alguma consciência da sua superioridade com relação a essas figuras paternas, principalmente durante suas performances públicas.

Para Butler (2003), a feminilidade na mascarada de Riviere, é assumida pela mulher que “deseja a masculinidade”, mas que ao mesmo tempo teme as consequências desse desejo. Nesse sentido, a mulher assumiria a máscara propositalmente, para ocultar sua masculinidade da plateia masculina que ela pretende castrar. Ter ou não ter o falo; assumir a masculinidade como posição ou a feminilidade como posição mascarada, “Não haveria, portanto, diferença entre feminilidade verdadeira e a que se reveste da máscara. Feminilidade é da ordem do uso de uma máscara - máscara de aparência feminina” (GRANT, 1998).



Figura 53



Figura 54

Richard Miskolci (2017), a partir de uma observação de Freud em *A interpretação dos sonhos*, afirma que o sujeito incapaz ou impossibilitado de vivenciar abertamente seu desejo, acaba por desenvolver sintomas que negam e expressam ao mesmo tempo o que se quer. Nesse sentido, “A fantasia contém [...] o que nega e opõe expressando obliquamente o desejo, no caso em foco: desejo outro homem, mas esse desejo não me desloca do masculino nem me aloca na homossexualidade se desejo um homem (que passa por ou é) heterossexual (assim como eu)” (MISKOLCI, 2017, p.185).

As figuras 53 e 54 apresentam dois perfis diferentes, mas que realizam de certa maneira a mesma triagem de parceiros. Ao evocar a palavra “postura” para descreverem a masculinidade ou o macho que são ou possuem, os usuários afirmam sua busca por corpos que apresentem uma atitude de macho/masculina, o que assume, em alguma medida, o lugar de algo bom, frente a uma feminilidade má (não bem-vinda). Afirmações como “Postura, voz e atitude de homem”

ou “Curto Comer Cara com postura de macho”, são comuns no cotidiano dos usuários gays de *apps* de pegação/relacionamentos. O pano de fundo dessas afirmações possui uma complexidade maior do que aparenta, já que a mascarada que a masculinidade opera nesses corpos gera uma mais-valia específica da economia de desejo homoerótica marcada pela homonormatividade.

Chris Holmlund (1996) propõe, a partir de fontes psicanalíticas feministas (Joan Riviere) e queer (Judith Butler), compreender o tropo do ‘passar por’ como ‘mascarada’ de gênero, a qual permitiria a vivência de desejos subversivos. Para o autor, o clone homossexual – figura paradigmática de centros metropolitanos como Nova York e São Francisco na década de 1970 – é um exemplo bem-sucedido do ‘passar por’ que mostra que o homem gay está para o heterossexual não como uma cópia para o original, mas como cópia de uma cópia (Cf. Butler, 2003), já que a masculinidade não é natural. A definição de quem copia ou falha em termos de gênero é definida por quem tem hegemonia nessa avaliação, no caso o homem heterossexual. É seu poder, não sua originalidade, que impõe a percepção naturalizada da masculinidade hétero (MISKOLCI, 2017, p.200).

Os corpos que mascaram seus desejos, a partir de uma estrutura homonormativa, desejam a masculinidade e por isso sofrem as consequências de tal desejo. A homonormatividade impele gays a assumir propositalmente uma máscara para ocultar qualquer traço de feminilidade que possa emergir na planta corporal. Essa mascarada de gênero acontece como efeito de cativação da heteronorma, mas também como um reflexo consciente ou inconsciente de autoproteção.

A homonormatividade e o aspecto de assimilação/reforço do binarismo de gênero também não se estabelecem como uma cópia do original, mas como uma cópia de uma cópia, porém com alterações significativas nas hierarquias de desejo. Ao impelir a mascarada de gênero, a homonormatividade submete os corpos que molda, a uma avaliação e validação realizada pelo homem heterossexual. No entanto, uma alteração ocorre no seio das hierarquias intracomunidade, o corpo homonormativo passa a ter um poder, que não reside em sua originalidade, mas sim em sua capacidade de “passar por” ou “parecer” heterossexual.

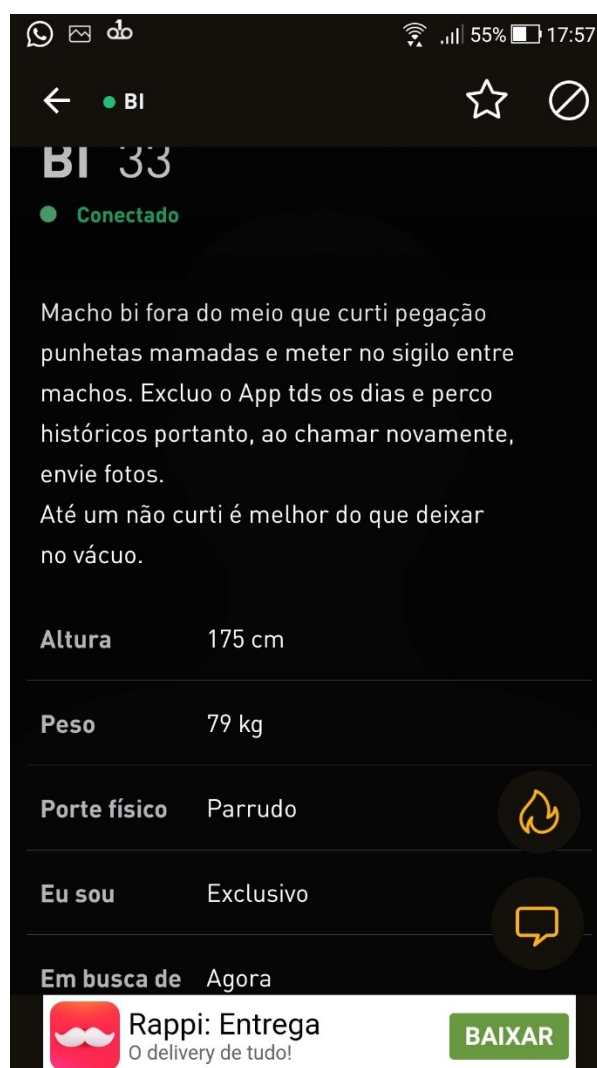


Figura 55

Nítido está que o debate em torno da feminilidade enquanto máscara foi e tem sido frutífero desde a publicação do texto de Joan Riviere (2005) e os escritos de Lacan (1998) também a respeito da mascarada. As contribuições de Judith Butler (2003) também foram de suma importância para o desenvolvimento de análises aprofundadas a respeito dos meandros da mascarada de gênero. Apesar de poucos trabalhos se debruçarem sobre a masculinidade enquanto uma máscara, os perfis analisados no decorrer deste trabalho apresentaram variadas possibilidades de análise nesse sentido. As homonormatividades que se instalam em variados contextos, enquanto regimes de visibilidade específicos, possuem como um de seus centros de produção e retroalimentação a mascarada de gênero masculina.

A figura 55 mostra o perfil de um usuário que afirma ser “Macho bi fora do meio que curti pegação punhetas mamadas e meter no sigilo entre machos.” Tal afirmação apresenta em sua superfície a economia de reciprocidade mascarada que o usuário propõe e busca em sua

triagem de parceiros. Ao afirmar que exclui o *app* todos os dias, o usuário deixa indícios de que possui êxito em sua performance pública presumidamente heterossexual. Na operação que o leva a tal êxito, fica evidente que o usuário não só deseja a masculinidade, mas também a vivência em sua vida pública.

Assim, a mascarada realizada no processo acima é efetuada como parte de um desejo digital possibilitado pelo ciberespaço e sua gestão neoliberal da libido. O instalar e desinstalar o *app* confirmam o colocar e o retirar da máscara que aparentemente auxilia o usuário com o temor das consequências de seu desejo. Esse processo é realizado no interior de uma economia de desejo na qual o neoliberalismo atua como um gestor da diversidade promovendo, assim, uma vida erótica cada vez mais alienada.

Para Marcuse (1966), a dessublimação repressiva promovida pela resexualização dos corpos, considerando-os para além de instrumentos de trabalho, promoveu uma reativação de todas as zonas erógenas. Nesse sentido, o corpo em sua totalidade tornar-se-ia algo para ser apreciado, um verdadeiro instrumento de prazer. Com o advento dos *apps* de pegação e do neoliberalismo como instrumento de gestão, os corpos homoeróticos vivenciam um processo de hierarquização, em que a homonormatividade separa as formações sexuais em boas e perversas, estabelecendo uma hierarquia sexual. E, dessa forma, a disputa chega a ser sobre onde estabelecer a linha divisória entre aqueles que vivem e aqueles que morrem.

O perfil da figura 55 apresenta uma experiência que não se encaixa bem na homonormatividade, já que o usuário vivencia uma vida pública, ao que tudo indica, heterossexual. No entanto, o mesmo perfil, acompanhado do compilado analisado até aqui, deixa indícios de que a homonormatividade se instala como um trabalho de Sísifo, no qual a mascarada de gênero ocorre mediante uma relação de reciprocidade entre os parceiros de uma troca de desejo/afetiva.

Há com certeza formações sexuais mais perversas que outras e o neoliberalismo tem tido um importante papel em assegurar que as menos perversas consigam um lugar para chamar de seu no interior de uma política marcada por uma hibridização cada vez maior entre Estado e mercado. E tal fato tem levado a um estado de precariedade de vidas que se circunscrevem nas margens de um sistema que insiste em premiar certos corpos e punir outros. Nesse sentido, o arcabouço teórico situado neste texto buscou entender as dinâmicas de poder que instituem uma nova normativa gay, onde nem toda sexualidade dissidente é ininteligível.



Figura 56



Figura 57

As imagens acima apresentam os perfis de dois usuários distintos, mas que dão relevo a conexões importantes para efeitos elucidativos de alguns pontos. O perfil apresentado na figura 56 descreve-se como “um casal versátil porém discretos”, ou seja, não mantém uma relação afetiva em segredo, mas tal relação é mascarada por um manto de certa respeitabilidade, já que ambos são discretos. A busca por uma terceira pessoa passa pelo crivo da discrição, já que o casal busca alguém que auxilie na manutenção da aparência respeitável, não expondo ou dando indícios de qualquer “promiscuidade”. A expressão “não curtimos afeminados” precede o critério da discrição e antecede a afirmação de que o primeiro encontro será público, o que transmite certa segurança por parte do casal.

A feminilidade indesejada também aparece na figura 57. O perfil apesar de se apresentar como “aquele cara que não tem medo de sair da rotina, de tentar algo novo” parece

não incluir os afeminados nessas possibilidades. Ao afirmar essa liberdade, o usuário afirma que procura alguém que o tire do *app*, no entanto, esse alguém precisa passar pelo crivo da discricção. Buscando a discricção esse usuário entrega, busca realizar uma troca recíproca, que não pode ser efetuada com um afeminado.

A performance assume, nessas relações, o aspecto de uma moeda para uma espécie de permuta, que é realizada para o ganho ou perda de poder na hierarquia sexual, a partir de uma dessublimação repressiva. Hebert Marcuse (1966) aponta que a integração do sexo nas relações públicas tornou-as mesmas mais suscetíveis ao controle da satisfação. Ao observar a incorporação da vida sexual no mercado de consumo e um conjunto de relações sociais desiguais, incluindo desigualdades de classe, de gênero, a heteronormatividade, e da família como unidade **produtiva**<sup>123</sup> e reprodutiva, o autor afirmou que a sexualização significava a heterossexualização.

---

<sup>123</sup> Grifo meu.

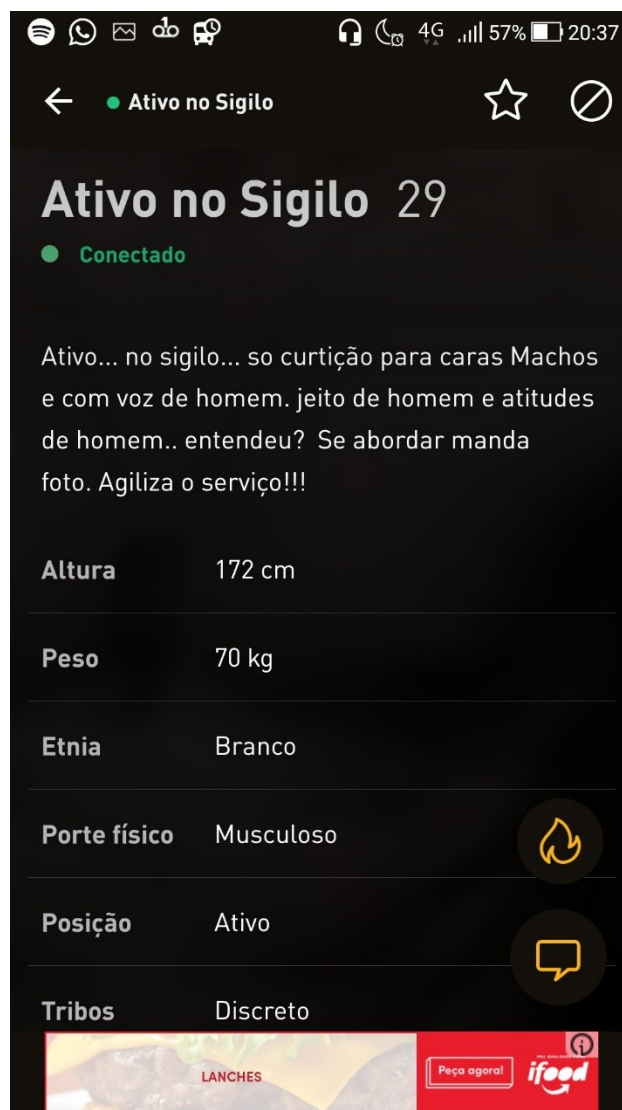


Figura 58

A figura acima fecha o ciclo de análises que aqui se realizou. Terminei este texto com um macho, ativo, que procura curtidão com outro macho, com voz de homem, jeito de homem e atitudes de homem, entendeu? Se você não entendeu, talvez eu também não, porém acredito que alguns caminhos foram trilhados até aqui, buscando compreender um pouco mais os efeitos homonormativos no interior de uma economia de desejo homoerótica.

Como última inferência para esses entendimentos que podem ou não ser frutíferos, lanço mão do aspecto prostético que a homonormatividade adquire como uma tecnologia sexual. Paul Preciado (2011) formulou a crítica à concepção instrumental de prótese como instrumento que repara, corrige, supre ou compensa uma falha ou falta, uma lesão ou deficiência, promovendo a radicalização da questão em torno da técnica. A partir de uma base teórica bastante sólida, Preciado desenvolve a contrassexualidade como:



[...] uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Define a sexualidade como tecnologia e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados ‘homem’, ‘mulher’, ‘homossexual’, ‘heterossexual’, trans-sexual’, assim como práticas e identidades sexuais, não são senão máquinas, produtos, instrumentos, aparatos, expedientes, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, leis de circulação, fronteiras, constrangimentos, desenhos, lógicas, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios [...] (PRECIADO, 2011, p. 14).

O que é uma voz? O que é um jeito? O que é uma atitude? Ao afirmar que é macho e busca outro macho com voz, jeito e atitudes de macho, o usuário expõe o aspecto prostético da normalidade gay. Como visto acima, o corpo gay normativo figura o papel de uma cópia de uma cópia, já que a masculinidade não é natural. Nesse processo, as semelhanças impedem traçar uma linha nítida entre o natural e o artificial, entre o corpo e a máquina, já que a naturalidade não existe e o corpo é a própria máquina.

António Fernando Cascais (2015) lembra que em algumas formulações de Paul Preciado o limite da prótese não se encontra na substituição de um órgão ausente, mas atua na produção de um órgão vivo com o apoio de um suplemento tecnológico, gerando “comportamentos complexos e sistemas de comunicação em relação aos quais nos deparamos deficientes à falta dela, afigurando-se assim ser preciso passar pela experiência da deficiência para aceder, por intermédio da prótese, a um nível inédito de complexidade [...]” (CASCAIS, 2015, p.369). Nesse sentido, há uma transformação na estrutura da sensibilidade humana causada pela prótese.

O interessante, de um ponto de vista contra-sexual, é esse desejo de o instrumento se tornar consciente, de incorporar a memória do corpo, de sentir e agir por si mesmo. A prótese dotada de sensibilidade fantasmática rompe com o modelo mecânico segundo o qual a prótese deveria ser um simples instrumento que substitui um membro ausente. Torna-se impossível estabilizar a prótese, defini-la como mecânica ou orgânica, como corpo ou máquina. A prótese pertence por um tempo ao corpo vivo, mas resiste a uma incorporação definitiva. É separável, destacável, descartável, substituível. Mesmo quando se ata ao corpo, se incorpora e parece dotada de consciência, pode a qualquer momento voltar à ordem do objeto (PRECIADO, 2011, p. 152).

A homonormatividade em sua forma neoliberal pode ganhar o status de uma prótese, não somente como a substituição de um membro ausente, mas principalmente pelo seu aspecto migratório que estabelece os pares binários. Ao refletir sobre os efeitos prostéticos das homonormatividades, retomo a voz, a atitude e o jeito, como elementos que no interior de uma economia de desejo homoerótica, desempenham de certa maneira a função de prótese.

Nesse contexto, a homonormatividade estabelece-se como a prótese da heteronormatividade, na medida que borra as linhas divisórias entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Esse processo é desenvolvido através de um dispositivo de repetição, que garante o êxito de uma performance em detrimento de outra. As homonormatividades assumem, portanto, uma função protética que pode migrar de um órgão para outro, de uma zona erógena para outra, desestabilizando algumas certezas e edificando outras. Promovendo a fixação de homens, mulheres, masculino e feminino, ou a desqualificação de homossexuais, transgêneros ou transexuais, o efeito protético da homonormatividade encontra-se na falta que esta pode mascarar a partir de uma operação performática.

Assim sendo, a homonormatividade ultrapassa seu status de corolário da heteronormatividade e é estabelecida como uma prótese desta. Atuando em corpos deficientes normativos, a homonormatividade cria nos corpos que opera subjetividades protéticas, “[...] cujo processo produtivo tem como matérias-primas a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer e o sentimento de autocomplacência e de controlo onnipotente do corpo adicto e sexual com todos os respetivos derivados semiótico-técnicos” (CASCAIS, 2015, p.370).

Como aponta Richard Miskolci (2017), os desejos digitais são possíveis na contemporaneidade por meio de técnicas e valores que acabam apropriados no processo de negociação de sua visibilidade. Nesse sentido, afirmo que a homonormatividade migra entre corpo e performance, regulando o gênero e conferindo aos corpos o status de sujeito desejante, mas sobretudo, desejável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale tudo para se sentir bem? Vale tudo para ser desejada? Vale tudo para ser amada? Vale tudo para ser feliz? As respostas para essas perguntas com certeza variam se forem feitas para pessoas distintas. Aqui posso responder tais questões apenas a partir das minhas próprias perspectivas, vida e experiência. Para efeitos de conclusão: deletei meu perfil no *Grindr* e no *Tinder*. Isso significa que o usuário Sigilo bi vers ganhou? Não. Significa que fui fraca? Não. Significa que a normatização dos desejos, corpos, sexualidade, gênero e subjetividades continua operando a plenos pulmões.

Iniciei essa pesquisa com o desejo de responder questões relacionadas à normatização das relações homoeróticas vivenciadas sob o neoliberalismo, aquilo que alguns autores já citados chamam de nova homonormatividade. Analisei a existência de uma experiência homonormativa no cotidiano afetivo/erótico de gays masculinos e as múltiplas negociações subjetivas e, por conseguinte, políticas que derivam desse processo. Na busca de possíveis respostas para meus questionamentos, delimito a ponte entre escolhas “simples” do cotidiano e processos políticos mais amplos, como a fortificação de padrões binários de gênero e sexualidade em uma matriz de inteligibilidade heteronormativa, agora retroalimentada por uma matriz homonormativa devidamente autorizada.

A partir da captura de ecrã ou captura de tela, construí uma amostra de perfis de usuários do *Grindr* e do *Tinder*. A análise que realizei, desde então, deu-se de forma qualitativa, na medida em que me debrucei sobre as biografias “bio” presentes em cada perfil capturado. Várias dificuldades surgiram desse processo, dado o trato de uma fonte ainda pouco utilizada na pesquisa histórica. No entanto, para efeito de contribuição, tais fontes acrescentaram mais densidade ao processo de análise que edifiquei com este trabalho.

Confirmei que a normatização se presentifica de variadas maneiras na busca pelo prazer e afeto no ciberespaço. Ao levantar a possível existência de uma nova homonormatividade que opera as relações homoeróticas sob o neoliberalismo, consegui confirmar tal operação, porém com especificações diferentes das elaboradas no início deste trabalho. Apesar dessas variações, acredito que os objetivos foram alcançados, porque novas formulações teóricas e analíticas desvelaram o nível de complexidade das relações que por vezes são lidas de forma simplista. Afinal, as frases “não sou e nem curto afeminados” e “macho que busca outro macho”, entre várias outras, não são apenas uma questão de “gosto”.

Alocando essas formulações no interior de um mercado afetivo/sexual, realizei uma genealogia com fins de exumar a historicidade das construções da homonormatividade no

Brasil, situando o surgimento do Movimento Homossexual brasileiro e a criação do Jornal “Lampião da Esquina”. A política editorial do *Lampião* que envolvia a produção de uma identidade homossexual específica, a partir do ato de nomear-se homossexual, desempenhou um papel de suma importância na atuação política discursiva do periódico, pois visava criar uma consciência homossexual de “assumir-se”.

Ao retomar a linha histórica a partir do *Lampião*, identifiquei a seção “Troca Troca” do periódico como o primórdio das buscas por parceiros afetivos/sexuais através de veículos de comunicação. Tal seção publicava anúncios de leitores que buscavam por companhia e/ou namoro. Tentar entender o tempo histórico que regia o contexto de existência dessa seção e o tempo histórico do *Grindr* e do *Tinder* foi o que movimentou a primeira parte do meu trabalho. Aqui reafirmo que os regimes de visibilidade são elementos que se alteram de um período para outro.

O desejo ou o chamado para o assumir-se conclamado pelo início das movimentações homossexuais no Brasil fazia parte de um regime de visibilidade específico que foi brutalmente alterado pela epidemia de HIV/AIDS e as negociações de visibilidade que seguiram alterando a geometria dos desejos, identidades e prazeres. A cura digital fornecida pelo anonimato do ciberespaço não curou corpos, mas curou a performance pública de alguns corpos, relegando outros a marginalidade por não conseguirem se camuflar no público, mas principalmente de si mesmos. O advento da internet e dos *apps*, como *Grindr* e *Tinder*, transformou a paisagem homoerótica drasticamente, promovendo a possibilidade da experiência de desejos sem a punição pública, a partir das políticas de sigilo e conectividade.

A conectividade entregue pelo mercado afetivo/sexual no mundo globalizado institucionalizou e operacionalizou desejos e identidades através de grandes corporações capitalistas. Como aponte na segunda parte deste trabalho, em contextos transnacionais e globais, a comodificação dos desejos acaba sendo, ao mesmo tempo, causa e efeito de um novo regime de visibilidade, o das homonormatividades.

Neste regime de visibilidade, a comercialização da diversidade através de um processo de generificação amplia o alcance dos efeitos normativos e cria um ideal regulador que operacionaliza a manutenção da heteronormatividade. Essa manutenção acontece quando a gestão da diversidade articula uma imagem sexualmente dissidente de sucesso frente a imagens sexo/gênero dissidentes de fracasso. Nesse sentido, o empresariamento de si surge como uma forma de autogestão do próprio sucesso ou fracasso afetivo/sexual das pessoas. A política de filtros do *Grindr* e do *Tinder* atua como tecnologias discretas de incivilidade, através das quais os usuários “autogerenciam” seus corpos, desejos e prazeres.

A homonormatividade surge então como um ideal regulador da diversidade que edifica um regime de visibilidade responsável por realizar a manutenção da heteronormatividade, ressignificando a noção de inteligibilidade, na medida em que atua circunscrevendo-a violentamente sobre corpos que são responsabilizados por seu sucesso, mas principalmente pelo seu fracasso. Sendo assim, a homonormatividade realiza um trabalho de sísifo, pois exige um enorme esforço de quem a executa, já que sua manutenção é constante.

Diante disso, o esforço repetitivo da homonormatividade acaba por sintetizar uma economia de desejo com relações específicas, por conta da manutenção da performance normativa que exige que os dois parceiros envolvidos na relação autogerenciem o processo com devida atenção. Assim, a busca por um companheiro torna-se a busca por parceiro comercial, que realiza uma troca recíproca com o outro. A troca nessa relação se dá ao um desses precisar confirmar o dom um do outro. Logo, expressões como “macho que busca outro macho” demonstram que a masculinidade não pode ser visível apenas em um parceiro, mas em ambos, pois um precisa validar a cópia que o outro é.

Nesse processo, a reciprocidade atua como uma busca por parceiros de troca que confirmem uma coerência de gênero necessária para a manutenção da norma, mas, acima de tudo, para a conquista da inteligibilidade cultural. Ao buscar um parceiro de troca que confirme uma transação de sucesso, corpos normativos assumem o local privilegiado da passabilidade a partir de um sistema de troca que é mascarado por uma incivilidade educada.

Tentei demonstrar neste trabalho como a homonormatividade pode ser percebida como um processo global e globalizado com manifestações locais. No entanto, lacunas ainda ficaram para trás, como, por exemplo, a questão de como corpos que se assumem não normativos para os padrões estabelecidos gerenciam seus perfis em busca de companheiros afetivos/sexuais. A questão das relações de reciprocidade e da mascarada de gênero masculina também carecem de explicações mais amplas, na medida em que as relações entre heteronormatividade e homonormatividade mostram uma riqueza de complexidades.

Empresa de mim mesma, autogerencio minha trajetória e respondo as questões iniciais dessas considerações dizendo que não, não vale tudo. Saio do *Grindr* e do *Tinder* assim como termino esta pesquisa, satisfeita com minha trajetória, com meu corpo gordo e negro, com minha sexualidade dissidente, com meus desejos homoeróticos, com minha performance não normativa e acima de tudo satisfeita por não rolar a pedra para cima como sísifo.

Sigo me recusando a compactuar com a normatividade, sigo pagando um preço alto por isso, apenas sigo.



## 6 REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Introduction: Feel your way.** In: The cultural politics of emotions. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004. pp. 1-19.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**. N. 8, v. 3, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776/11939>. Acesso em novembro 2019.

ALVES, Jorge Luiz da Silva; FREITAS, Eliane M. **Santidade, sexualidade e gênero na Legenda Maior de Santa Clara de Assis.** Relatório final de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Goiânia: UFG, 2013.

ALVES, Jorge Luiz da Silva. **Masculinidades em (re) vista: Construções e Desconstruções na Revista GQ Brasil (2013-2015).** Trabalho de Conclusão de Curso. Catalão/GO: UFG/Reg Catalão, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States.** Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

BOURCIER, Sam; BECHARA, Marcia. **Homo Inc. Orporated: o triângulo e o unicórnio que peida.** São Paulo, n-1 edições, 2020.

BRAGANÇA, Lucas. **Oi, quer tc? A sobrevivência do bate-papo uol na era dos aplicativos.** Anais eletrônicos do X Simpósio Nacional da ABCiber. pp. 2476-2494. 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales - 1929-1989 - A revolução francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas.** In: **Corpos em aliança e a políticas das ruas.** Notas pra uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 75-109.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”.** Ed: n-1 edições. Crocodilo edições, 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. Corpo, masculinidade e efeminização: uma análise da produção dos sujeitos homossexuais on-line. *Letras*, [S. l.], n. 48, p. 303–322, 2014. DOI: 10.5902/2176148514440. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14440>. Acesso em jan. 2023.

CASCAIS, António Fernando. O malogro da beleza, ou uma incapacitação crítica da homonormatividade. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, n. 15, p. 71-83, 2015.

CLARK, Danae. *Commodity Lesbianism*, Ed: Camera Obscura. 1991.

CLOUGH, Patrícia Ticineto. The affective Turn: Political Economy, Biomedicine and Bodies. In: GREGG, Melissa and SEIGWORTH, Gregory J. (eds.) *The affective theory reader*. Durham & London: Duke University Press, 2010. Pp. 206-225.

COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Ed: Routledge, 2004.

CONNELL R.W. *Gender*. Cambridge: Polity Press. 2002.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: Uma perspectiva Global*. São Paulo: NVERSOS, 2015.

CONNER, Christopher T. *The gay gayze: Expressions of inequality on Grindr*. The Sociological Quarterly, v. 60, n. 3, p. 397-419, 2018.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCAR, 2015, p. 27-52.

DANIEL, Herbert. "A AIDS é um tigre de papel... higiênico". Radis Tema, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, n. esp., p. 53-62, out. 1987.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Neoliberalismo e subjetivação capitalista*. Revista Olho da História, v. 22, 2016.

DAVIS, Ian. *Talis, Web 2.0 and all that*. Disponível em: <http://blog.iandavis.com/2005/07/talis-web-20-and-all-that>. Acesso em nov 2019.

DAVIS, Viola. Discurso do Oscar 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTvgZKVVyQQ>, acesso em julho de 2021.

DRUCKER, Peter. *Warped: Gay Normality and Queer Anti-Capitalism*. Leiden, Brill, 2015.

DRUCKER, Peter. Homonationalism, Heteronationalism, and LGBTI Rights in the EUA, *Public Seminar*. 2016. Disponível em: <http://www.publicseminar.org/2016/08/homonationalism-heteronationalism-and-lgbti-rights-in-the-eu/#.WISfn4V9G3c>>. Acesso em julho de 2021.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*. Campinas, n.10, 2017, p.197-217. Disponível em



: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2945>. Acesso em fevereiro de 2018.

DUGGAN, Lisa. The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In: CASTRONOVO, R. e NELSON, D. **Materializing democracy**: toward a revitalized cultural politics. Londres: Duke University Press, 2002.

ESSED, Philomena. Entitlement racism: License to humiliate. **Recycling hatred: Racism (s) in Europe today**, p. 62-77, 2013.

FACHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Ed: Garamond, 2005.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Ed: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREVERT, Ute. Gendering Emotions. In: **Emotions in History** – Lost and Found. Nouvelle édition [en ligne]. Budapest : Central European University Press, 2011. Pp. 87-147. Disponível na Internet: ISBN : 9786155225031.

FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GALVÃO, Jane. **AIDS: a “doença” e os “doentes”**. Comunicações do ser. Rio de Janeiro, ano 4, n. 17, p. 42-47, dez. 1985.

GARGALLO, Francesca. “**Feminismo y globalización: una mirada desde América Latina**”, en M. Berlanga, J.L. Ferreyra, F. Gargallo, N. Mogrovejo y S.E. Nuño. Mujer y violencia: el feminismo en la era de la globalización, Col. Cuadernos del Seminario, n. 2, Ed. Ciencias Políticas y Administración Urbana / Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México, 2010, 137 p. 68-102.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz:Companhia das Letras, 2020.

GRANT, Walkiria Helena. **A mascarada e a feminilidade**. Psicologia USP, v. 9, p. 249-260, 1998.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Unesp, 2000.

GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo; DA SILVA, José Fábio Barbosa. **Homossexualismo em São Paulo**: e outros escritos. Unesp, 2005.

GREEN, James Naylor. “**Quem é o macho que quer me matar?**”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. p. 58-93, 2012.

Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>. Acesso em nov de 2022.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HALBERSTAM, J. **The queer art of failure**. Durham: Duke University Press. 2011.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue**. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford University Press, USA, 2007.

HENNESSY, Rosemary. **Profit and pleasure: Sexual identities in late capitalism**. Routledge, 2000.

HOLLAND, Sharon, P. **The Erotic Life of Racism**. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

ILLOUZ, Eva. **Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo**. Katz editores, 2007.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo—A lógica cultural do Capitalismo tardio**. 2ª. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1997.

JESUS, Diego Santos Vieira de. “Lacan Só macho na encolha”: a heteronormatividade em aplicativos de redes geossociais gays em territórios criativos do Rio de Janeiro. **Revista Ártemis**, v. 23, n. 1, 2017.

NAZÁRIO JUNIOR, Ivo; SEGATA, Jean. Notas para pesquisas sobre a constituição do sujeito em salas de bate-papo experiências de sexualidade, gênero, subjetividade e outros blues. **Revista on-line de divulgação científica da UNIDAVI**, p. 187. 2011.

KANT, Tanya. **Making it personal: Algorithmic personalization, identity, and everyday life**. Oxford University Press, USA, 2020.

KIM, Richard; DUGGAN, Lisa. Beyond Gay Marriage. **The Nation**, v. 281, p. 24-7, 2005.

KLEIN, Naomi. **A ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACAN, J. (1998) **A significação do falo. Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 92-703, 1958.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 4: as relações de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares de parentesco**. (M. Ferreira, trad. Rio de Janeiro: Vozes. (Obra original publicada em 1949), 1982.

LOPES, Poliana; ARAÚJO, Denise Castilhos de. O Twitter como fonte de História Oral: análise da @vozdacomunidade na ocupação do Complexo do Alemão. **Revista Brasileira de História da Mídia**. N. 02, v.05 jul./dez. 2016.

LUCCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanzi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 1, p.53-60, abr.1983.

MACRAE, Edward. AIOS - Prevenção ou novo tipo de segregacionismo? **Temas do Imesc**, v. 4, n. 1, p. 73-81. 1987a.

MACRAE, Edward. Os homossexuais, a AIDS e a medicina. **Radis Tema**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 5, n. esp., p. 41-47, out. 1987b.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

MAINE, Henry Sumner. **Ancient Law: Its Connection with the Early History of Society and Its Relation to Modern Ideas**. 1861. New York: Dorset, 1986.

MARCUSE, Herbert. **Eros and civilization** (1955). Boston: Beacon, 1966.

MARINHO, Cristiane Maria et al. **Processos de subjetivação, governamentalidade neoliberal e resistência**: uma leitura a partir de Michel Foucault e Judith Butler. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1**: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Definição e unidade do sistema sacrificial**. Sobre o sacrifício. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELHADO, Rodrigo. Vitrine do desejo: masculinidades e visibilidade homoerótica nas mídias digitais de busca de parceiros online. **Áskesis - Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 118-118, 2015.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 301-324, 2013.

MISKOLCI, Richard. "Discreto e fora do meio" - Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. **Cadernos Pagu**, p. 61-90, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Autêntica, 2017.

MORAÑA, Mabel. El afecto en la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. P. 313-338.

MORGAN, Lewis H. **Systems of Consanguinity and A!nity in the Human Family**. Lincoln e Londres: e University of Nebraska Press, [1871] 1997.

OLIVEIRA, Max Emiliano Silva. **Lampião da esquina**: à margem, ainda hoje. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, João Manuel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de "consolação". **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 68-78, 2013.

OLIVEIRA de, João Manuel; COSTA, Carlos Goncalves da; CARNEIRO, Nuno Santos. Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer. **Annual Review of Critical Psychology**, v. 11, p. 59-77, 2014.

ORTNER, Sherry B. Sobre o neoliberalismo. Tradução Chiara Albino & Jainara Oliveira. Revisão Técnica Ariel David Ferreira. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v4, n11, p. 19-26, julho de 2020. ISSN 2526-4702.

PELÚCIO, Larissa. O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais. In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede**: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 81-108.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. O ghetto e a boca: a territorialidade homossexual. **Espaços e Debates**, São Paulo, v. 6, n. 17, p. 54-66, 1986.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. "Territórios marginais. **Cadernos Avulsos**, Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Estudos Contemporâneos, n. 6, 1988.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; ALVES, Jorge Luiz da Silva. Historiografia e homossexualidades: o caso brasileiro. **Albuquerque**: revista de história, v. 11, n. 21, p. 162-183, 2019.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento et al. **Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos**: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

POCAHY, Fernando. "Vem meu menino, deixa eu causar inveja": ressignificações de si nas transas do sexo tarifado. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, p. 122-154, 2012.

POLLAK, M. **Os homossexuais e a aids: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1983.

PRECIADO, B. **Manifiesto contrasexual**. Barcelona, España: Anagrama, 2011.

PROCHASSON, Christophe. **Emoções e política**: primeiras aproximações. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, July 2005.

PROFANA, Ventura. **Eu não vou morrer**. Ventura Profana y podersedesligado (Música). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MWZPd5EcJO8>. Acesso em julho de 2021.

QUEBRADA, Linn da. **eu matei o Júnior**. Linn da Quebrada ft. Ventura Profana (Música). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cfdpg9qfzvlw>. Acesso em dezembro de 2022.

RAMOS, Regner; MOWLABOCUS, Sharif (Ed.). **Queer Sites in Global Contexts: Technologies, Spaces, and Otherness**. Routledge, 2021.

REA, Caterina Alessandra. **Sexualidades dissidentes e teoria queer pós-colonial**: o caso africano. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2017.

RIVIERE, Joan. A feminilidade como máscara. **Psyche**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 13-24, dez. 2005. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382005000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em nov 2020.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura [A lamp illumining dark corners of dictatorship]. J. Green & R. **Quinalha, Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. Edufscar. p. 83-124, 2014.

ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas. **Revista Tempo**, n. 16, vol. 8. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg16-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-4.pdf). Acesso em nov 2019.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 80 p.

SAMPAIO, Fabrício de Sousa. A paquera entre homens no Facebook. In. **Gênero e sexualidade: interfaces e discursos** [Livro eletrônico]. Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017. p. 622-637.

SHIELD, Andrew DJ. **Grindr culture**: Intersectional and socio-sexual. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, v. 18, n. 1, p. 149-161, 2018.

SILVA, Claudio Roberto da. Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil Contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

SILVA, Cristiani Bereta da. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego-documentos e cultura escrita na história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.15, p. 05 - 41. mai./ago. 2015.

SILVA, Natanael de Freitas; RUBIO, Natam Felipe de Assis. Sexualidade homossexual no jornal Lâmpião da Esquina. **Transversos**. Rio de Janeiro, n.14, p.165-186, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/39336>. Acesso em dez 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUTO MAIOR JR, Paulo R. 2015. **Assumir-se ou não assumir-se?** O Lâmpião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUTO MAIOR JR, P. R.. História das emoções, epistolografia e homossexualidades no Brasil: (...) vocês falam pela minha garganta muda? **Esboços (UFSC)**, v. 23, p. 229-249, 2016.

SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de. Movimento gay e imprensa homossexual no Brasil contemporâneo: o Lâmpião da Esquina (1978-1981). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Autêntica, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed. revisada e ampliada–8ª ed.–Rio de Janeiro: Record, 2011.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs). **História e teoria queer**. Salvador: Editora Devires, 2018, p.123-142.

WEEKS, Jeffrey. **The world we have won**: The remaking of erotic and intimate life. Routledge, 2007.

WHITAM, Frederick L. The entendidos: middle gay in São Paulo. [Os entendidos: vida da classe média gay em São Paulo]. **Gay Sunshine**, n. 38/39, p. 16-17,1979.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, nov. 2015. ISSN 0104- 026X. 2016.

YOUNG, Allen. "Gay gringo in Brazil" Gringo gay no Brasil]. In: **The Gay Liberation Book**. San Francisco: Ramparts, p. 60-07, 1972.